

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luíza Uehara de Araújo

POLÍTICA E MODULAÇÕES.
há vida libertária na internet?

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luíza Uehara de Araújo

POLÍTICA E MODULAÇÕES.
há vida libertária na internet?

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob orientação da Profa. Dra. Salete Oliveira.

São Paulo

2013

RESUMO

Este trabalho situa-se na transposição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle a partir da emergência de fluxos inteligentes computo-informacionais. Interessa aqui demarcar *pequenas guerras*, lutas cotidianas que não buscam uma pacificação como mostrou Pierre-Joseph Proudhon, diante das modulações protocolares no fluxo computo-informacional e as possíveis resistências anarquistas, questionando-se se há vida libertária na internet. Para isso, apresenta-se o *software* colaborativo *wiki*, utilizado pela Wikipédia; a divisão do conhecimento na enciclopédia em portais sendo um deles o Portal da Anarquia. O projeto de uma enciclopédia anarquista já havia sido realizado por Sébastien Faure em 1934, e foi escrita por anarquistas de vários cantos do planeta enquanto uma *obra de educação libertária*, e demarcou uma resistência ao governo sobre a vida na sociedade disciplinar. Assim, aponta-se para uma conduta *wiki* a ser seguida nas enciclopédias digitais. Por fim, estuda-se o Anonymous, os *cypherpunks* e o PirateBay e quais as suas reivindicações ao permanecerem na lógica da reforma e da negociação de protocolos e seus efeitos políticos enquanto constituição de um contraprotocolo que desestabilizam protocolos e rapidamente são tragados para dar continuidade ao seu funcionamento. Assim, traça-se o embate de forças presente na internet e atenta-se para as possibilidades de uma erupção anarquista que trave uma *pequena guerra antiprotocolar* diante da expansão de controles.

Palavras-chaves: internet; sociedade de controle; protocolos; anarquismos.

ABSTRACT

This work is situated in the transposition of the disciplinary society to the society of control from the emergence of intelligent digital information outflows. It matters to demarcate *little wars*, daily struggles that does not seek for a pacification, as Pierre-Joseph Proudhon has shown, in the face of protocolar modulations of the digital information flows and the possible anarchist resistances, questioning the existence of libertarian life in the internet. In this regard, the collaboration software *wiki* is presented, used by Wikipedia; the knowledge's division in the encyclopedia in portals such as the *Portal: Anarchism*. The anarchist encyclopedia project had already been done by Sébastien Faure in 1934 and had been written by anarchists from many corners of the planet as a libertarian educational work demarcating a resistance to the government over the life in the disciplinary society. Thus, a *wiki* conduct is pointed in the digital encyclopedias. Finally, the Anonymous, the *cypherpunks* and the PirateBay are studied, such as how does their political claims remains in the logic of the reform and the negociation of protocols and its political effects, taken as constitutions of a *counterprotocol* that destabilises protocols and are quickly captured to maintain its operation. Thus, the upshot of forces in the web is presented, considering the possibilities of an anarchist eruption that could fight an *anti-protocol little war* in front of the expansion of controls.

Keywords: internet; society of control; protocols; anarchisms.

Agradecimentos

À Salete Oliveira, incansável nas *pequenas guerras* da vida, pela paciência, por ter atravessado o percurso deste trabalho ao meu lado.

Ao Edson Passetti, um guerreiro que se volta contra si em tempos de paz, pela generosidade, por ter acompanhado este trabalho nos momentos mais delicados.

Ao Nu-Sol, associação libertária que atravessa esse trabalho, por atizar anarquias. *Saúde!*

Ao Acácio, de caminhar firme, pelas conversas na rampa da PUC-SP e pela presença anarquista.

À Sofia, pelos trabalhos mais loucos realizados noite à dentro e pela disposição, conversas e risadas.

À Lili e à Cecília, por estarem sempre presentes.

Ao Rique, pela nossa deliciosa amizade, por caminhar perturbado ao meu lado com conversas inquietas e explosivas.

Ao Wander, por me mostrar pela primeira vez um processador e pelos quadrinhos; *vida longa e próspera*, amigo.

À Ana Salles, a amizade na anarquia desconhece fronteiras.

À Jéssica, que me desconcertou quando eu estava cheia de certezas e promessas.

Ao Rafael, à Jaqueline e à Fátima, amigos de longa data que atravessam com coragem deslocamentos da vida e com quem passo ótimas noites ao som de Joy Division e Lou Reed.

À Syntia Alves, navegando sem paz e sem cais.

À Dri e ao Romeu, amigos sempre dispostos a encarar as mais loucas aventuras.

Ao Sérgio Amadeu, pela leitura na qualificação e pelas indicações que fortaleceram este trabalho.

Aos amigos de agora e de outrora, por terem acompanhado e fortalecido este trabalho: Gregório, Carol Mandú, Aila, Iago, Talita, Joana, Vitor Bizu, Aline Passos, Helena Corvini, Patricia, Cabelo.

Aos meus pais, por terem me apresentado à PUC-SP quando pequena e me mostrado que este é um espaço de invenções de liberdade, que nunca se ateu a protocolos e que não se acanha diante das situações mais terríveis. À Maria Flora, minha mãe, por me deixar cair e estar sempre presente para me ajudar a levantar; ao Toninho, meu pai, por acreditar em mim e por me empurrar para viver nesse mundo.

À Tama, minha bizavó, rumo aos 100 anos e pela determinação e sabedoria orientais.

À Santa Uehara, minha avó, pelo cuidado, simplicidade e delicadeza.

Ao Noboru Uehara, meu avô, a quem admiro mais a cada dia, pelos doces quando crianças e por ter me ensinado que é preciso agarrar a vida.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, à Kátia e às professoras Vera Chaia e Lúcia Bógus, coordenadoras quando iniciei essa pesquisa.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

SUMÁRIO

○ Apresentação	10
○ Primeiro capítulo	
Disciplinas e controles: das contagens úteis às modulações de fluxos de inteligências	17
Recenseamentos e a noção de população	22
IBM, mercados e lucros	29
Identificando os impuros: o uso dos cartões perfurados na Alemanha nazista	34
Negócios: a Dehomag	36
Negócios com gentes	44
Procedências do Vale do Silício	47
Primeiras conexões	52
Fluxos de inteligências e o <i>American way of life</i>	55
Modificações no espaço: ainda Santa Clara, Palo Alto...	56
A caixa azul e alguns livros subversivos	62
Vale do Silício: programações, proprietários e programadores	70
Software livre: colaborações e procedências das licenças flexíveis	80
○ Segundo capítulo	
Wikis:	
fluxos, adesões e participações	88
Inteligências: os <i>design patterns</i> , wiki, hipertextos e o problema do acúmulo universal	91
Enciclopédias digitais e o <i>wiki</i>	101
A Wikipédia: produção de consensos e definição de posições, de hierarquias e de rastreamentos	106
Comunidade e coletivismo	114
[Ctrl+c]+[Ctrl+v]+Web2.0 = edições, <i>remixagens</i> , licenças flexíveis	121
A conduta <i>wiki</i> e uma educação colaborativa: Wikimedia Foundation e a Wikimania	128
Editores motivados: dos hikikomoris à dieta da informação	138
Divisão do conhecimento: os portais da Wikipédia	144

Anarcopédia	155
Confrontos: a Enciclopédia Anarquista	161
○ Terceiro capítulo	
Resistências e protocolos	170
Hackers: algumas procedências	164
Libertários e criptoanarquismo	189
Cyberpunks e cypherpunks: criptografias e vazamentos	194
Cyberativistas e hackeamentos: uma política radical?	206
○ Antiprotocolos	227
○ Bibliografia	238

Apresentação

Na recente sociedade de controle é preciso estar conectado a todo momento, expandem-se conexões que não se dão apenas por um cabo plugado em um computador, mas estão em *smarthphones*, *iPhones*, *tablets*, *iPads*. Atualizações simultâneas de *status* e do que acontece no planeta.

Bytes trafegam em cabos, em fibras óticas, em wireless, todos atravessados por protocolos que possibilitam a conexão e que enviam dados de um canto a outro monitorados por um servidor. Alimenta-se bancos de dados que aumentam de tamanho exponencialmente, armazenando em bytes para formar gigabytes e yottabytes.

Não se está mais diante da sociedade disciplinar em que ia-se de uma instituição a outra, em que fechavam-se ciclos, mas, agora nunca se termina nada, nem se para de alimentar bancos de dados em um fluxo computo-informacional.

Este fluxo é característico da sociedade de controle, demarcada por Gilles Deleuze, e que emergiu no pós-Segunda Guerra. Nas recentes sociedades de controle não se trata do exercício de poder em rede da sociedade disciplinar caracterizado nos estudos de Michel Foucault.

Demarca-se essa transposição da sociedade disciplinar, erigida no século XVIII, para a sociedade de controle por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, como os computadores e a internet.

Diante disto, adotou-se metodologicamente a noção de *pequena guerra* de Pierre-Joseph Proudhon e a análise histórico-política de Michel Foucault. Como os anarquistas atualizam suas lutas diante da expansão de controles em fluxo inerentes à internet e à sociedade de controle? A pergunta que atravessa este trabalho também se coloca como uma pequena guerra diante da política e das modulações. Há vida libertária na internet?

A *pequena guerra* é uma luta cotidiana infundável, uma relação de forças que não pode ser pacificada. Não é a guerra precedente da paz declarada por tratados de Estados. É a *pequena guerra* na tensão da análise serial de Proudhon em que não há síntese, mas uma tensão interminável entre autoridade e liberdade.

Esse embate de forças, um princípio da vida, está nas relações entre as pessoas que não são iguais, como se questiona sarcasticamente Proudhon: “*Os homens são iguais por natureza*: quer dizer que eles têm a mesma estatura, a mesma beleza, o mesmo gênio, a mesma virtude?” (PROUDHON, 1986, 37).

A guerra é um fator humano diante dessa desigualdade, aqui não é a guerra de Estado que produz mortes em nome da justiça. Essa é produto do *direito da força*, é produto de um julgamento de força, a força vencedora a expressa.

A guerra de Estados é onde o direito se impõe, e este precisa dela para se manter. O direito, para Proudhon, está no mundo por meio da força, o direito do mais forte é o mais antigo dos direitos. “O direito é um e idêntico [...]. Mas ele assume diferentes nomes de acordo com o objeto ao qual se aplica: direito de força, direito do trabalho, direito intelectual, direito de propriedade, direito de amor, direito de família, direito penal, direito de cidade, etc..” (PROUDHON, 2011, 43).

O direito de força é de onde partem todos os direitos, de onde os outros direitos se ramificam. É esse direito que envolve a guerra em numerosas formalidades, “o direito de guerra é o código de procedimentos da força; é por isso que definiremos a guerra como *a reivindicação e a demonstração pelas armas do direito de força*” (IDEM, 50).

É pela guerra que o mais forte, o conquistador, afirma seu direito e que se transforma em direito do vencedor e dos vencidos. Proudhon não se detém em identificar uma origem violenta para o Estado em que um contrato seria o instaurador da paz, mas mostra como a guerra é vital para que o Estado permaneça e como a vitória é produtora e aplicadora do direito. Não há paz que exista sem a guerra:

a guerra e a paz, uma correlativa à outra, afirmando igualmente sua realidade e sua necessidade, são duas funções mestras do gênero humano. Elas se alternam na história como, na vida do indivíduo, a vigília e o sono. Como no trabalhador, o dispêndio de forças e sua renovação; como na economia política, a produção e o consumo. Portanto, a paz é ainda a guerra, e a guerra é a paz; é pueril imaginar que elas se excluam (PROUDHON, 2011, 29).

A paz não é o oposto absoluto da guerra, esta só pode ser mantida com o exercício de *pequenas guerras* em que a vitória é afirmada. São nas *pequenas guerras* que o regime da propriedade é mantido, já que ninguém produz nada sozinho, mas em relação, a propriedade é a extorsão dessa produção coletiva, imposta por um indivíduo ou por um Estado. “*A propriedade é um roubo*” (PROUDHON, 1986, 33).

Paulo-Edgar Resende e Edson Passetti apontam que em Proudhon a propriedade só é possível a partir de uma relação de forças, e não pela sua naturalização:

o capital rouba o produto da força coletiva, o governo tenta dirigi-la [...]. O capital não é, espontaneamente – isto é, pela ordem natural das coisas –, produto acumulado. É produto apropriado através de determinada relação de força. A noção de roubo, nesse sentido, quer designar a relação real entre

duas classes antagônicas, mais do que simples provocação polêmica (RESENDE; PASSETTI, 1986, 14).

Em Proudhon, esse roubo não se realizaria diante de um *contrato sinalagmático*, ou seja, um contrato relacionado a um objeto e que não opera pela abdicação de cada um em nome de uma autoridade imposta, eleita ou qualquer universal. “Um contrato sinalagmático e comutativo para um ou muitos objetos determinados, cuja condição essencial é que os contratantes se reservem sempre uma parte de soberania e de ação maiores do que a que cedem” (PROUDHON, 1986, 146). Para além disso, consolida-se o roubo e qualquer direito que regule as relações seria abstrato, uma ficção.

Assim, a *pequena guerra* não está em busca de uma síntese ou de um direito, mas é um movimento da vida: “o coração humano é cheio de paixões; suas obras são impuras” (PRUDHON, 2011, 54).

Diante desta tensão, as *pequenas guerras* são travadas não apenas para a manutenção da propriedade e do direito, mas também *pequenas guerras* que tensionam a liberdade e provocam novas experimentações. O termo utilizado por Proudhon foi *anarquia*, para referir-se à afirmação de si diante do governo sobre si (Cf. RODRIGUES, 2010).

Assim, por meio de uma análise histórico-política – não se pressupõe universais, mas apresenta relações de forças que levaram a uma certa conformação –, aponta-se para a emergência da sociedade de controle e da extração de fluxos de inteligências com o interesse de demarcar essas *pequenas guerras* cotidianas.

Nas modulações na sociedade de controle essas forças em jogo estão em tensão. Não são mais os moldes das sociedades disciplinares, em que se saia de uma instituição disciplinar para recomeçar em outra: a escola, o exército, a fábrica o hospital e a prisão. Nas recentes sociedades de controle, esses moldes não possuem uma finalização, as modulações são moldagens auto-deformantes que modificam-se a cada instante. Na sociedade de controle há o ajuste desses confinamentos, mas são ajustes intermináveis, não se termina nada.

Gilles Deleuze em seu “*post-scriptum* sobre as sociedades de controle” (2010) mostra um dos efeitos dessas modulações em relação aos moldes da disciplina. Nas sociedades de disciplina se é marcado por uma assinatura que indica um indivíduo, e um número de matrícula que indica sua posição na massa, o exercício de um poder ao mesmo tempo individualizante e totalizante. Nas sociedades de controle se trabalha com uma *cifra*, senhas que possibilitam o acesso ou o bloqueio a uma informação. São essas

cifras flutuantes, que se detém em um determinado momento e em outro não, que determinam os acessos, senhas que são constantemente atualizadas, e aquele que não estiver na infinita atualização depara-se com o bloqueio. “O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo” (DELEUZE, 2010, 227).

Nessas modulações travam-se *pequenas guerras* pelas atualizações e por novos acessos. Diante destas, interessa apresentar possibilidades de *pequenas guerras* interessadas na invenção de espaços de liberdade que desconhecem autorizações de protocolos e nem pedem licença para se lançar a uma vida libertária dentro e fora da internet. Há vida libertária na internet?

O primeiro capítulo traça a transposição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Apresenta-se a emergência da noção de *população* por meio dos cartões perfurados utilizados na contabilização de pessoas e em realizações de censos na sociedade disciplinar e que haviam sido utilizados em máquinas têxteis. Apresenta-se o uso destes cartões naquilo que Foucault nomeou como o apogeu das sociedades disciplinares, o nazismo: “o nazismo é, de fato, o desenvolvimento até o paroxismo dos mecanismos de poder novos que haviam se introduzido desde o século XVIII” (FOUCAULT, 2005, 309).

O desenvolvimento dos computadores teria continuidade com o final da Segunda Guerra nos laboratórios das Forças Armadas estadunidenses, ali também começava a ser pensada uma rede de comunicação que viria a ser nomeada de internet na década de 1990. Essa rede pretendia a manutenção da troca de dados no caso da eclosão de uma guerra nuclear. A abertura das pesquisas para as universidades e institutos de pesquisa aumentou o acesso a essa recente tecnologia, onde foram desenvolvidos protocolos de acesso à internet que realizam o envio de informações de um computador a outro e as monitoram – tanto seus conteúdos como a localização geográfica do tráfego de dados. Os jovens presentes que realizaram essas pesquisas começaram a explorar novos usos, desdobrando-se no desenvolvimento dos computadores pessoais e o investimento em crianças para se habituarem desde cedo com essa tecnologia.

Novos embates foram travados tanto pela popularização dos computadores como pela abertura de seus códigos para que qualquer um com conhecimento técnico pudesse manuseá-los e desenvolver novos *softwares* sem ter de adquirir das grandes empresas a

altos valores ou esperar suas atualizações. O desenvolvimento desses softwares se deu por comunidades hackers de maneira *colaborativa* dessas universidades e institutos de pesquisas.

Essa popularização, juntamente com o desenvolvimento da internet, são momentos importantes. Marcam a popularização das máquinas e o acesso a uma rede de comunicação horizontal e centralizada em servidores que se exerce em fluxo.

O segundo capítulo apresenta o desdobramento dessas comunidades hackers para o desenvolvimento do software wiki, utilizado na Wikipédia. O software wiki, oriundo do software livre, pretende formar uma comunidade de colaboradores para desenvolver conteúdos sobre determinado assunto. É com esse objetivo que foi fundada a Wikipédia em janeiro de 2001, uma enciclopédia colaborativa que pretende abarcar todo o conhecimento humano.

Para abranger todo esse conteúdo a Wikipédia divide-se em portais, dentre estes, o Portal da Anarquia – que possui procedências em outro projeto *wiki*, a Anarcopédia, que responde ao funcionamento contínuo de *adesão, colaboração e participação*.

Neste capítulo são abordadas as normas da enciclopédia e o que um usuário deve cumprir para ser um colaborador, e como este deve cumprir uma dieta da informação atento para não tornar-se um *hikikomori* (termo japonês para designar jovens reclusos que ficam dias conectados).

Aborda-se as enciclopédias que abrangem os conteúdos anarquistas e sinaliza-se as divisões dos verbetes e como elas corroboram com as regras da Wikipédia. Estas não são práticas anarquistas.

Por meio da noção de *pequena guerra* pode-se retomar a experiência, na sociedade disciplinar, da Enciclopédia Anarquista, realizada em 1934 pelo anarquista francês Sébastien Faure. Esta enciclopédia travava uma *pequena guerra* diante do governo sobre a vida, pretendia divulgar os anarquismos pelo planeta e era uma *ação direta* ao dispensar mediações na feitura de um grande livro escrito por anarquistas de diferentes procedências.

Diante do confronto anarquista na sociedade disciplinar, o terceiro capítulo situa o termo libertário como procedência anarquista, cunhado por Sébastien Faure estrategicamente em um período em que todo anarquista era identificado como terrorista. Ainda apresenta como o termo tentou ser capturado pelos neoliberais com desdobramentos na chamada *cultura livre*, bem como o termo anarquismo, sob o nome de anarcocapitalismo e criptoanarquismo.

Neste capítulo são abordadas práticas hackers no pós-Guerra Fria: hackers da antiga União Soviética e do Vale do Silício. Estas são práticas complementares que encontram-se, posteriormente, no desenvolvimento de softwares de segurança e na reivindicação da renovação de protocolos.

Apresenta-se também a literatura *cyberpunk*, procedência de uma prática hacker de hoje, os *cypherpunks*, que tem como destaque Julian Assange, o administrador do Wikileaks. Outra prática hacker que ganhou destaque, foi a *legião* Anonymous, que realiza ataques DDoS (tirar temporariamente sites do ar) e passaram a ser conhecidos como *cyberativistas* com suas bandeiras de combate à corrupção e liberdade de informação.

Apresenta-se a distinção dessas práticas com os anarquismos e como suas reivindicações não dispensam representações e um governo centralizado. Não são práticas libertárias.

Assim, traça-se o embate de forças presentes hoje na internet, mostrando como essas práticas hackers são controaprotocolares, ou seja, contrapõem-se aos protocolos para reformá-los. Os contrapõemimentos, na sociedade disciplinar, eram confrontos diante dos posicionamentos. Na sociedade de controle, contrapõemimentos são tragados pelos fluxos, recompõem os protocolos. Assim, atenta-se para as possibilidades de uma erupção anarquista que trave uma *pequena guerra antiprotolar* diante da expansão de controles.

Primeiro capítulo

Disciplinas e controles: das contagens modulares úteis às modulações de fluxos de inteligências

A história enquanto *emergência* de novos investimentos demarca a entrada em cena das forças, um lugar de afrontamentos. Logo, relação de forças, não uma busca de origem. Este seria o *sentido histórico*, como afirmou Foucault ao retomar a genealogia de Nietzsche. “Cremos que nosso presente se apoia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disso”. O “sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (IBIDEM, 29).

Uma história *efetiva* que se afasta das *perspectivas das rãs* – o olhar para o longínquo, para as alturas, que não mergulha, mas que busca olhar para o mais longe de si mesmo é aproximar-se dos metafísicos para invocar a essência das coisas. A história *efetiva*, em contrapartida, se atém ao que está próximo, ao corpo, às energias, ao espaço.

nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que a história se pode fazer (FOUCAULT, 2008, 5-6).

A história *efetiva* não teme olhar embaixo, olha do alto para operar um mergulho para apreender as perspectivas, “desdobrar as dispersões e as diferenças, deixar a cada coisa sua medida e intensidade [...]. (Olhar semelhante ao do médico que mergulha para diagnosticar e dizer a diferença)”.¹ Aquele que arrisca-se na história efetiva, tanto apreende as perspectivas como não teme ser um saber perspectivo, afirmam de onde olham, do momento em que estão, “o incontrolável de sua paixão” (IBIDEM).

Este primeiro capítulo, situa-se no deslocamento da extração de docilidade e utilidade dos indivíduos na sociedade disciplinar para o investimento em fluxo de inteligência na sociedade de controle. Estuda-se algumas procedências de armazenamentos de dados e a transmissão destes, simultâneos ao saber da informática e

¹ Alguns historiadores procuram apagar o lugar de onde falam; este historiador é insensível aos nojos, “ou melhor, ele tem prazer com aquilo mesmo que o coração deveria afastar. Sua aparente serenidade se obstina em não reconhecer nada de grande e em reduzir tudo ao mais fraco denominador” (FOUCAULT, 1996, 31). Foucault ainda questiona-se a partir das proposições de Nietzsche: de onde vem a história?, e responde: da plebe; a quem se dirige?, à plebe. E o discurso do historiador seria semelhante ao do demagogo “ninguém é maior que vocês’ diz este ‘e aquele que tiver a presunção de querer ser superior a vocês – a vocês que são bons – é malvado’”, o historiador, por sua vez, o imita: “nenhum passado é maior do que seu presente e tudo o que há história pode se apresentar com ar de grandeza, meu saber meticuloso lhes mostrará a pequenez, a crueldade, e a infelicidade”. Este parentesco, Foucault afirma, remonta a Sócrates. Enquanto o demagogo deve invocar a verdade, a lei das essências e a necessidade eterna, o historiador deve invocar a objetividade, a exatidão dos fatos, o passado inamovível. Enquanto o demagogo é levado à negação do corpo para melhor estabelecer a soberania da ideia intemporal, o historiador

obstina-se contra si mesmo, cala suas preferências e supera o nojo para mostrar a lei inevitável de uma vontade superior (IDEM).

à produção de verdades que possibilitaram o desenvolvimento destas tecnologias, não enquanto uma linearidade evolutiva, mas procurando situar como o computador e internet foram possíveis a partir de um jogo de forças.

Retomam-se os cartões perfurados, usados na coleta de dados por governos, como em métodos de contagem da *população*; e o uso militar de computadores para cálculos balísticos, principalmente durante a chamada Guerra Fria.

Neste período o desenvolvimento da internet intensifica-se para o aceleração de transmissão de dados armazenados em computadores. Após o desenvolvimento da máquina, era preciso transmitir dados para outros locais rapidamente; isto só seria possível com a internet, ainda que esta não possuísse uma característica de mídia ou pretendesse conectar computadores em escala planetária.

O uso dessas tecnologias e seu desenvolvimento possuem um caráter histórico. Não se trata de encontrar seu verdadeiro uso, ou argumentar que foi utilizada erroneamente em algum momento. Michel Foucault mostra que a verdade não é uma recompensa à reflexão, mas cada sociedade tem seu regime de verdade, ou seja, discursos que aceita e faz funcionar como verdadeiros. Há um combate em torno do estatuto de verdade, um combate por esse “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1996, 13).

Esse combate não é “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel político-econômico que esta desempenha. A questão política, portanto, não seria o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia, mas a própria verdade – “enquanto um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (IDEM, 14).

Cada sociedade possui seu *regime de verdade*, seus tipos de discursos que acolhe e faz funcionar como verdadeiros e para sancionar os falsos. Em nossas sociedades, Foucault aponta cinco características historicamente importantes da *economia política* da verdade:

a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que a produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meio de comunicação; enfim, é

objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’) (IBIDEM).

Assim, a verdade não pode ser situada apartada da política, está ligada aos sistemas de poder que a produzem e aos efeitos de poder que ela induz e que a acompanham.

Este capítulo não é sobre a história da informática, nem pretende mostrar o que há de verdadeiro ou falso em escritos sobre a História da informática. Não se trata de fazer flutuar um livro para construir uma outra História mais verdadeira, mas de mostrar a intersecção de escritos a partir do que contam, no momento em que foram escritos, e quais verdades anunciavam.

Portanto, uma breve história de práticas atravessadas por procedências e emergências da linguagem computo-informacional. Esse desenrolar não marcado por tratados, mas enquanto uma

relação de forças que se inverte, um poder confiscado, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta (IBIDEM, 28).

Neste capítulo apresenta como, no decorrer da emergência da sociedade de controle, sinalizada por Gilles Deleuze, foi possível que os computadores e a internet fossem utilizados tanto para controle e localização geográfica de pessoas e coisas, quanto uma tecnologia política interessada menos na docilidade e utilidade dos corpos, mas em inteligências.

Para tanto, retomam-se algumas procedências de processamento de dados, como os cartões perfurados que foram utilizados em máquinas têxteis no final do século XIX, e que são uma importante procedência da estrutura física dos computadores (*hardware*). Os cartões perfurados das máquinas têxteis indicavam qual o tear que a máquina deveria seguir, assim, seria possível mudar os cartões sem alterar a estrutura da máquina, ou seja, proporcionar comandos automáticos aos teares.

Tal investimento nos cartões obteve repercussões em escritos médicos que o apontavam enquanto uma melhora do ambiente de trabalho. O interesse pela medicina dava-se enquanto uma disposição menos penosa do operário em relação à máquina, tanto para o aumento da produção quanto para o prolongamento de sua vida.

Ao tratar do corpo não como organismo biológico, mas atravessado por relações de poder, atenta-se para estes escritos enquanto um investimento da sociedade disciplinar, analisada por Michel Foucault, na vida e na extração de docilidade política e utilidade econômica dos corpos. Essas práticas eram centradas no corpo, no corpo individual. Interessava assegurar a disposição espacial e sua organização, e como aumentar sua força útil. Um poder interessado em manter a vida do corpo social e em como desenvolvê-la (FOUCAULT, 2009).

Esse interesse na administração dos corpos e na gestão calculista da vida, como demarcou Foucault em *Vigiar e Punir*, não está mais condicionado à defesa e vontade-lei do soberano, como ocorria no período medieval. Desloca-se o direito de morte, para um poder que gere a vida. Eclodem técnicas variadas para obtenção da sujeição dos corpos e o controle das populações (IDEM).

Não se trata mais da questão jurídica da soberania, mas de uma questão biológica de uma população. Está em jogo a salvaguarda da sociedade, o exercício de um poder “de *causar* a vida ou *devolver* à morte”.

Essa biopolítica, como chamou Foucault, emergiu no século XVII, interessou-se no corpo-máquina e no corpo-espécie, ou seja, no adestramento do corpo, na extorsão de forças, no ampliamiento das aptidões, e no crescimento da produtividade econômica e da docilidade política; e, a partir da segunda metade do século XVIII, centrou-se em um corpo transpassado pela mecânica e por processos biológicos, as variáveis de uma vida (longevidade, nível de saúde...) passaram a ser passíveis de intervenção (IBIDEM).

Ao realizar a análise do exercício da biopolítica e da sociedade disciplinar, Foucault apresenta metodologicamente o poder enquanto tecnologia. Em *Vigiar e Punir*, Foucault detém-se no mecanismo punitivo para mostrar os procedimentos e tecnologias do corpo que foram utilizados, construindo uma história da tecnologia do poder, ou melhor, dos poderes. Ali, estuda “a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo” (1997, 24). Essa tecnologia política do corpo atrelada a um saber objetiva corpos úteis e dóceis, assim, a disciplina é uma tecnologia de poder, não uma instituição.

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de

trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme. Além disso seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e efeitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças (IDEM, 25-26).

Assim, este capítulo, como o decorrer do trabalho, compreende a tecnologia não enquanto desenvolvimento e aperfeiçoamento de maquinarias; não somente uma ciência, mas práticas e exercício de poder que possuem um objetivo.

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através das técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo (IBIDEM, 144).

Neste primeiro capítulo sinaliza-se para o exercício deste poder disciplinar e o aprimoramento dos computadores, demarcando, a partir da segunda metade do século XX, a emergência de outro exercício de poder interessado não somente na extração de utilidade e docilidade, mas de fluxos de inteligências.

Recenseamentos: a noção de população

Uma das procedências importantes da estrutura física dos computadores (*hardware*) são os cartões perfurados. Estes foram utilizados, em 1890, pelo estatístico estadunidense Herman Hollerith, para armazenamento de dados.

Hollerith concebeu diversas máquinas elétricas para a soma e contagem de dados, os quais eram representados sob a forma de perfurações adequadamente distribuídas em fita de papel. Através dessas perfurações, estabeleciam-se circuitos elétricos e os dados que elas representavam podiam, então, ser computados de forma rápida e automaticamente.²

Hollerith, enquanto cursava engenharia na Columbia University of Mines, em 1879, foi convidado por um professor para trabalhar no U.S. Census Bureau e começou a pensar em como uma máquina poderia tabular dados da população. Sua ideia inicial era utilizar um cartão com orifícios padronizados e cada buraco significaria um traço diferente da pessoa. Em 1890, esses cartões seriam utilizados como arquivadores em um tabulador estatístico construído para acelerar o processamento de dados do censo estadunidense daquela década, visto que, em 1880, as informações recolhidas a mão e em papéis de jornais demoraram 7 anos para serem calculadas.³

Os cartões perfurados foram desenvolvidos pelo francês Joseph Marie Jacquard, em 1801 para fornecerem informações de tear às máquinas têxteis. Os buracos dos cartões mostravam o modelo que a máquina deveria seguir: qual e quando um fio deveria passar por baixo ou por cima, como repetir o processo em determinado momento... Por permitir mudar os tipos de teares sem alterar a estrutura da máquina, a invenção de Jacquard passou a ser utilizada na França e em 1812, o país possuía cerca de 11.000 destes (FILHO, 2007), e um aumento significativo da produção.

Em *An Electric Tabulating System* – um pequeno artigo de 1889 a partir de seu Ph. D. a respeito do censo nos EUA em desenvolvimento –, Hollerith retoma Jacquard e apresenta o funcionamento dos cartões perfurados e a leitura pela máquina, afirmando que este novo equipamento não apenas teria um custo menor, mas possuía uma maior precisão e os resultados errados aconteceriam apenas por falhas dos funcionários.

O desenvolvimento deste sistema foi pensado primeiro por meio de fitas de papel que possuíam campos e podiam ser perfuradas para assinalar uma das características. Cada espaço representava uma categoria, como masculino/feminino, branco/negro. Uma perfuração no campo masculino/feminino representava um homem, na ausência deste, seria uma mulher. Posteriormente, cada cartão seria lido por uma máquina.

²História da IBM. Disponível em: <http://www.ibm.com/br/ibm/history/>. Acesso em 25/04/2012.

³História da informática. Disponível em: <http://analgesi.co.cc/html/t705.html>. Acesso em 25/04/2012.

Para o censo de 1890 foram utilizados cartões para cada indivíduo. Possuíam o tamanho de uma nota de 1 dólar e eram furados pelas perfuradoras usadas por cobradores de ônibus e trens, que seriam logo substituídas por uma perfuradora especial que realizava buracos de menor raio, para, assim, acumular um número maior de informações em um só cartão.

Quando o *U. S. Bureau of Census*, em 1889, anunciou um concurso para escolha da máquina para a realização do recenseamento demográfico estadunidense no ano seguinte, a máquina de Hollerith foi a escolhida. Suas máquinas possuíam patentes de invenção e, por isso, foi cobrada a taxa de 65 centavos pelo processamento de cada conjunto de mil cartões perfurados. Os cartões estavam divididos em zonas que correspondiam a cada informação da população: idade, sexo, moradia, data de nascimento, nacionalidade. Após 3 anos, foram entregues os resultados de 62.622.250 pessoas,⁴ gerando uma renda, apenas da patente, de US\$40.704, 46.

⁴ Hollerith: Trampolim para o sucesso. Disponível em: http://www.di.ufpb.br/raimundo/Revolucao_dos_Computadores/Histpage5.htm. Acesso em 23/04/2011. No Arquivo Nacional dos EUA (<http://www.archives.gov/>) é possível ter acesso a artigos referentes a alguns usos dos cartões perfurados pelo governo estadunidense. No entanto, os microfilmes ainda não estão digitalizados e a maior parte desses arquivos foi perdida em 1921 em um incêndio no prédio do departamento de Comércio em Washington DC. Os arquivos referentes ao censo de 1890 que restaram foram:

1. Calendário do censo: mais de 6.160 pessoas estão nos cadastros salvos do censo, referentes a 10 estados e o distrito de Columbia;
2. Lista de veteranos da Guerra Civil e suas viúvas: constam nos microfilmes os nomes dos veteranos e seus registros militares;
3. Lista dos territórios de Oklahoma, em que eram traçadas as características do espaço (como nome de ruas e avenidas, número de habitações), e das pessoas (como nome, relação com o chefe de família, cor, gênero, idade, local de nascimento, anos em que estava nos Estados Unidos, tempo de residência em Oklahoma, se era naturalizado, no caso de soldados, qual era o regimento, se lia e se escrevia);
4. Lista dos afro-americanos de Delaware: uma lista de 454 afro-americanos;
5. Estatística das congregações luteranas: uma lista de cada organização por localidade, constando número de membros, valor da propriedade da igreja, número de assentos disponíveis no local;
6. Informações estatísticas referentes aos Estados Unidos: foram resgatados 34 relatórios de 1892 a 1897. (National Archives. *The 1890 census*. 2005. Disponível em: <http://www.archives.gov/research/census/1890/1890.html>. Acesso em 08/08/2012.)

Estes arquivos só estão disponíveis em microfilmes, o Arquivo Nacional estadunidense está em fase de digitalização de seus arquivos, os dados do censo de 1930 já podem ser visitados. Nessa empreitada de digitalização, em fevereiro de 2010, o *Flickr* anunciou em seu blog a inclusão de cerca de 3000 fotos do Arquivo Nacional dos Estados Unidos em 49 álbuns. O Arquivo Nacional também possui perfil no Facebook e no Twitter (www.facebook.com/usnationalarchives e twitter.com/archivesnews), além de estar hospedado no Wikispaces (<http://www.ourarchives.wikispaces.net/>), onde os usuários podem comentar sobre a história dos EUA e compartilhar métodos de pesquisa.

Michel Foucault (2005) mostrou como o saber estatístico é importante para controle da população. O saber estatístico articula-se à disciplina e tenta reger o conjunto de pessoas na medida em que este tem de ser vigiado, treinado, utilizado e, eventualmente, punido, em escala coletiva e individual.

Não é mais o exercício de um poder de confisco de bens, coisas e, no limite, da vida, que simbolizava o poder soberano. Não se trata mais do direito “de *causar* a morte ou *deixar* viver” condicionado à defesa e vontade-lei do soberano. Mas o poder desloca-se por dois pólos de desenvolvimento das técnicas de poder que não são antitéticos, mas são pólos interligados por relações: a administração dos corpos e a gestão calculista da vida, como demarcou Foucault em *Vigiar e Punir*. O direito de morte transmuta-se, preferencialmente, para um poder que gere a vida, e com isso eclodem técnicas variadas para obtenção da sujeição dos corpos e o controle das populações (FOUCAULT, 2009).

O primeiro pólo desenvolveu-se no século XVII e centrou-se no corpo humano como máquina, interessado no adestramento, na ampliação das aptidões, na extorsão de forças, tudo isso assegurado "por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano" (IDEM, 151). O segundo, que se formou por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e atrelado aos processos biológicos – proliferação, nascimento, mortalidade, nível de saúde, duração da vida – e com todas as condições que podem fazer estes alterarem-se; tais processos só são possíveis por meio de uma série de intervenções e controles reguladores da população. Uma era de biopolítica, como afirmou Foucault: a vida no domínio dos cálculos.

Portanto, uma tecnologia de dois pólos – anatômico e biológico, individualizante e especificante – que tem por função manter a vida. Não se trata mais da restrita questão jurídica da soberania, mas de uma outra, a questão biológica da população. Está em jogo a salvaguarda da sociedade, o exercício de um poder “de *causar* a vida ou *devolver* à morte”.

A biopolítica articula-se a processos de contagens e controle da população para se exercer. Refere-se, portanto, ao conjunto, ao saber estatístico, ao saber de governo, que compõem este controle. Neste período, os processos de natalidade, mortalidade e longevidade constituíram os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2005). Esse mapeamento de alguns momentos da vida da população não trata ainda de um problema de fecundidade, mas da morbidade, não mais referente às epidemias que se multiplicavam e ameaçavam a todos, mas de

endemias, ou seja, da forma, da duração, da intensidade das doenças reinantes na população (IDEM).

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é o indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles tem de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade (FOUCAULT, 2005, 293).

Portanto, a biopolítica tem como instrumento certas contagens para agir em acontecimentos aleatórios e reguladores que ocorrem em uma população. Entretanto, não é uma intervenção momentânea, mas trata-se também de buscar estabelecer um equilíbrio, manter uma média e otimizar um estado de vida. Não se trata tanto de um trabalho individual sobre o corpo, considerado no nível do detalhe para a maximização de forças, mas de obter estados gerais de equilíbrio. Não é somente o indivíduo-corpo, mas “é um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de população” (IDEM, 292).

A noção de população deslocou a estatística. A estatística até então havia funcionado no quadro administrativo da soberania e vai mostrar, pouco a pouco, que a população tem uma regularidade própria: número de mortos, doentes, natalidades... Mostra ainda que seus fenômenos são irredutíveis à família: grandes epidemias, mortalidade generalizada, etc., e que produz efeitos econômicos específicos (FOUCAULT, 1996).

O fenômeno da população está ligado, por volta do século XVIII, com a *arte de governar*, entendida como prática econômica de viabilizar a melhor forma de gerir a população e, assim, atingir o melhor governo possível. A arte de governar é indissociável da razão de Estado, racionalização de uma prática que se situa entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir, a ser edificado; governar, segundo esse princípio, é fazer com que o Estado possa se tornar sólido.

Foucault apresenta procedências da *arte de governar*, para isso analisa o livro de Guillaume de La Perrière do século XVI, um dos primeiros escritores anti-Maquiavel. Foucault – interessado não somente na função negativa da crítica, na censura, mas na positividade, nos conceitos e estratégias que elabora – aponta que a crítica a Maquiavel por La Perrière baseava-se em afirmar que esse faz um tratado de habilidade do príncipe,

que não teria nada a ver com a arte de governar. Para La Perrière, governante não é apenas o príncipe, pode ser o juiz, o monarca, o imperador, o magistrado e similares; salienta ainda que se governa uma casa, as almas, as crianças, uma província, um convento, uma família. Não se trata, portanto, aponta Foucault, do príncipe de Maquiavel que está em posição de exterioridade e transcendência aos súditos; nesta literatura as práticas de governo são múltiplas, muita gente pode governar: o pai de família, o padre, o professor.

A noção de governo para Foucault não é a noção conferida ao Estado como nas análises da teoria do poder, aqui se trata do *governo das coisas*:

Quando La Perrière diz que o governo governa “coisas”, o que ele quer dizer? Não creio que se trate de opor as coisas aos homens, mas antes de mostrar que aquilo com que o governo se relaciona não é, portanto, o território, mas uma espécie de complexo constituído pelos homens e pelas coisas. Quer dizer também que essas coisas de que o governo deve se encarregar, diz La Perrière, são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte (FOUCAULT, 2008, 128-129).

Outra obra que Foucault aponta, também procedente do XVI, é de La Mothe Le Vayer. Este distingue três formas de governo: governo de si, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; e a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política. Mesmo com as distinções, essas artes de governar apresentam uma continuidade: quem governa o Estado, governa a si; em um Estado bem governado, a família governa a casa e os indivíduos se comportam como devem.

Para Foucault, essa literatura introduz a economia na política.

Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família (FOUCAULT, 1996, 281)

O desenvolvimento da arte de governar só toma força, no século XVIII, com a expansão demográfica e o aumento da produção agrícola do século anterior. Portanto, a noção de população, bem como o exercício da biopolítica, é indissociável da emergência do liberalismo e da *autolimitação da razão governamental*. É neste século, aponta Foucault, que também há a instauração de mecanismos internos não somente

para assegurar o Estado e suas riquezas, mas a negação do exercício do poder de governar fundado na supressão, ou seja, uma razão de governo mínimo, com procedência em cálculos e estatísticas e aliada da economia política, uma razão governamental moderna com característica de busca da autolimitação. A arte de governar passa a ser uma ação mínima e utilitária.

"Autolimitação da razão governamental": o que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer "aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?" Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, "liberalismo". [...] Com a emergência da economia política, com a introdução do princípio limitativo na própria prática governamental, realiza-se uma substituição importante, ou melhor, uma duplicação, pois os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a soberania política aparecem como uma *população* que um governo deve administrar.

É aí que a linha da organização de uma 'biopolítica' entra seu ponto de partida. Mas quem não vê que isso é apenas uma parte de algo bem mais amplo, que é essa nova razão governamental?

Estudar o liberalismo como quadro geral da biopolítica (FOUCAULT, 2008, 28-30).

Assim, é neste momento também que a economia passa a designar não apenas uma forma de governo, mas um campo de intervenção.

O problema do desbloqueio da arte de governar está em conexão com a emergência do problema da população; trata-se de um processo sutil que, quando reconstituído no detalhe, mostra a ciência do governo, a centralização da economia em outra coisa que não a família e o problema da população estão ligados (IDEM).

Portanto, o foco da economia não está mais sobre a família, mas sobre a população. Não será mais o modelo da família para o governo, a família será elemento constitutivo do governo das populações.

A população aparecerá como o objetivo final do governo. [...] A população aparece, portanto, mais como um fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual - como consciência de cada indivíduo constituinte da população - e o interesse geral - como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem - constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento portanto de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (FOUCAULT, 1996, 281).

A estatística será um saber fundamental para este funcionamento. Revela que a população não está reduzida à família, possui seus próprios fenômenos. Entretanto, a economia é pensada a partir da família, mesmo a população sendo irredutível à família,

esta será não mais um modelo, mas um segmento. Um segmento privilegiado, afirma Foucault, porque é nele que se age para conseguir alguma coisa da população: comportamentos sexuais, demografia, consumo, etc.. Família, portanto, enquanto elemento para o governo da população e não mais um modelo do bom governo.

A população articula-se à disciplina. Essa é um campo de intervenção, um dado. É preciso gerir a população, não somente no que tange ao nível de seus resultados globais, mas minuciosamente, no detalhe.

O recolhimento de informações dessa população permite contabilizar mortes e natalidades. Não à toa, o sistema de cartões perfurados de Hollerith foi utilizado inicialmente pelo Conselho de Saúde de Nova Iorque para contabilizar as mortes na cidade. Para o registro de cada morte, várias categorias eram preenchidas para caracterizar o indivíduo: sexo, idade, raça, estado civil, ocupação, local de nascimento, onde ocorreu a morte, a subdivisão sanitária e qual era o local do acontecido (cortiço, hotel, instituição pública, residência), e, por fim, a causa da morte (HOLLERITH, 1889).⁵

IBM, mercado e lucros

Geoffrey Austrian (1982), um funcionário da IBM, interessou-se por Hollerith após uma pesquisa de preparação para o *IBM Day*, um evento de comemoração da empresa, em 1964. Conta em seu livro que, depois do sucesso na separação das informações para o censo, a máquina passou a ser comercializada, e pouco depois do censo de 1900 o Governo Federal constatou que havia ajudado a Companhia de Máquinas Tabuladoras de Hollerith a se tornar monopólio global. Neste mesmo período, a nova direção do U.S. Census Bureau detectou irregularidades nos contratos com as máquinas de cartões perfurados: royalties excessivos, máquinas fantasmas, etc.. Os

⁵ Vale ressaltar que a medicina passou a ter aspecto de uma certa tecnologia social a partir do século XVIII, também. Em uma conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1974, “Crise da medicina e da antimedicina” (2010), Michel Foucault mostrou que nessa passagem da clínica para a social, a medicina assumiu 4 aspectos: a emergência de uma autoridade médica social, que pode tomar decisões no nível de uma cidade, uma instituição, um regulamento; intervenção da medicina no ar, na água, nas construções, nos terrenos, nos esgotos, etc.; introdução do hospital, que até então não era uma instituição de medicalização, mas de assistências aos pobres que estavam para morrer; introdução da administração médica com registro de dados, comparação, estabelecimento de estatísticas, etc.. Assim, a medicina passou a assegurar uma vigilância e controle da população, pelo seu aspecto exterior por meio de uma prática corporal, uma higiene, que se consolidou no século XIX e que só foi possível com o conhecimento da população.

preços cobrados eram absurdos, outros clientes pagavam preços menores e o diretor do Census Bureau, Simeon North, suspeitava que até mesmo o czar havia pago menos (AUSTRIAN, 1982).

Quando as patentes de Hollerith venceram o concurso em 1906, o Census Bureau já havia produzido outras máquinas, quebrando o monopólio de Hollerith. A tabuladora que a substituiu foi a de James Powers, outro técnico do escritório. Essa era mais rápida e custava menos, o que permitiu o rompimento definitivo das relações entre o Census Bureau e a Companhia de Máquinas Tabuladoras de Hollerith (IDEM).

Com a quebra de contrato entre o governo estadunidense e a Companhia de Hollerith outros clientes também passaram a mudar de fornecedor. Os acordos estavam cada vez mais escassos e os acionistas da Companhia de Máquinas Tabuladoras passaram a pressionar Hollerith para se aposentar. Em 1910, o inventor começou a se desfazer de seus negócios (BLACK, 2001).

Na Alemanha foi o ponta pé inicial: Hollerith licenciou todas as suas patentes para um vendedor de calculadoras, Willy Heindiger, que viria a fundar a empresa *Deutsche Hollerith Maschinen Gesellschaft* (Companhia Máquina Hollerith Alemã), conhecida também por sua forma abreviada como Dehomag. A empresa estadunidense ficava com uma parcela das receitas da Dehomag e os royalties pelas patentes (IDEM).

Hollerith, enfim, vendeu a Companhia de Máquinas Tabuladoras ao liberal Charles Flint, negociador de commodities e de armas, por U\$ 1,21 milhão e assinou um contrato de consultoria por 10 anos a U\$20.000 por ano (IBIDEM).

Flint passou a ser conhecido como quem aperfeiçoou uma modalidade de negócio, o *truste* (IBIDEM). O *truste* se configura quando empresas se combinam ou fundem-se para assegurar o controle do mercado, estabelecendo preços elevados e garantindo-lhes alto lucro. Entretanto, no ano de 1890, os *trustes* espalhavam-se e os EUA promulgaram o Sherman Anti-Truste Act, do senador John Sherman, que se destinava a conter esses monopólios ao tornar ilegal os contratos e combinações monopolistas para o controle do comércio interno e externo (SANDRONI, 1985).

Flint também teve contatos com o Brasil. Durante a I Conferência Pan-Americana, em Washington, no ano de 1889, esteve presente para representar seu país. Partiu dele a ideia de criação de um “Bureau das Repúblicas Americanas”, que se transformaria na União Pan-Americana, e o pedido a Andrew Carnegie de doação de 750 mil dólares para a construção da sede da UPA, onde até hoje funciona, transformada em Organização dos Estados Americanos (OEA). A Conferência pretendia

unir os países do continente americano sob uma única moeda e incentivar as relações financeiras entre EUA e América-Latina. Durante a Conferência foi declarada a queda da Monarquia e estabeleceu-se a República no Brasil por Marechal Deodoro da Fonseca, que assumiu o cargo da presidência. Os EUA apoia a ação durante a conferência, e Flint seria importante para a manutenção da república (COSTA, 2001).

Em 1893, durante o que ficou conhecida como “Rebelião da Armada Brasileira” liderada pelo almirante Custódio de Melo, Flint foi contratado pelo governo de Floriano Peixoto – que havia fechado o congresso – para ajudar a combater os rebeldes. O governo brasileiro precisava de uma esquadra, e não adiantava comprar de outros governos: “navios de guerra pertencem a governos, não a indivíduos, e governos raramente os vendem, exceto como ferro-velho” (FLINT *apud* IDEM, 247). Construir também não era viável, “são necessários dois anos para um cruzador e nove meses para submarinos ou torpedeiros. Peixoto, para manter as províncias do Norte, precisava de uma esquadra imediatamente. Decidi enviar ao presidente brasileiro velocidade e dinamite” (IBIDEM). Aliado ao apoio de navios europeus, somou-se uma esquadra particular recrutada por Flint e composta por mercenários estadunidenses⁶. Este acordo rendeu muito a Flint, o lucro seria investido na compra de várias empresas, que levariam, mais tarde, à fundação da IBM (IBIDEM).

Antes da aquisição da Companhia de Máquinas Tabuladoras, Flint, em 1911, procurou os principais acionistas e administradores de outras três empresas industriais decadentes, sendo que a de Hollerith era o eixo central. As empresas eram a International Time Recording Co., de registradores mecânicos de tempo e relógio de ponto para o controle da jornada de trabalho; a Computing Scale Co., de instrumentos de aferição de peso; e a Bundy Manufacturing, que produzia relógios de ponto acionados por teclas. Flint propôs a fusão das quatro empresas, e foi criada a Computing-Tabulating-Recording Company, ou CTR.⁷ Hollerith assumiu o cargo de gerente atuante, mas logo se aposentou. Flint procurou um diretor para a nova

⁶ O diplomata brasileiro Salvador de Mendonça trabalhava na embaixada brasileira em Washington e, junto com Flint, organizou nos EUA uma nova esquadra para enfrentar a marinha. Essa teria se sustentado mais por sua fama, devido ao medo que implantou por conta de boatos sobre um novo canhão que disparava dinamites. Durante a Revolta Armada os EUA manteve um terço da frota da marinha na costa do Rio de Janeiro (GOMES, s/d; Folha de São Paulo. “Esquadra Flint”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1303201006.htm>. Acesso em 10/08/2012).

⁷ História da IBM. Disponível em: <http://www.ibm.com/br/ibm/history/>. Acesso em 24/01/2012.

companhia e escolheu um vendedor em ascensão nos Estados Unidos: Thomas J. Watson.

Watson trabalhava para a National Cash Register, a NCR, conhecida também como *The Cash*, de John Patterson, e vendia caixas registradoras para *saloons*. O vendedor da NCR obteve sucesso e ganhava comissões cada vez maiores. A NCR lançava mão de subornos, máquinas simples a preços elevados, quebra de vitrines de concorrentes, como a Hallwood Company, e ameaças de ações judiciais (CARROL, 1994).

Em fevereiro 1912, alguns executivos da NCR, incluindo Watson e Patterson, foram indiciados por conspiração criminosa para limitar a concorrência e construir um monopólio. Tratava-se de um processo antitruste. Ao final do julgamento, um ano depois, Watson foi considerado culpado e condenado a um ano de prisão.

Mas vieram as enchentes e, com elas, a redenção da NCR. Chuvas intensas inundaram a cidade de Dayton, em Ohio, e um tornado atingiu a cidade logo depois. A NCR possuía as poucas linhas telefônicas que não haviam sido destruídas; organizou-se um programa de emergência. A empresa fornecia água potável às pessoas e catres de feno para que pudessem dormir, e suas instalações foram convertidas em enfermarias; Watson, que estava em Nova York, organizou um trem de socorro com medicamentos e alimentos. Com esta ação, a NCR passou a ser uma heroína nacional (BLACK, 2001; CARROL, 1994).

O sentimento do público fez com que os promotores oferecessem alternativa de acordos judiciais em vez da pena de prisão. Muitos dos indiciados da NCR concordaram, mas Watson não. Os advogados entraram com recurso e desta vez Watson foi declarado inocente (BLACK, 2001) e o governo jamais recorreu da decisão.

Patterson Thomas J. Watson Jr., filho de Watson, conta em sua biografia, escrita junto com Peter Petre, que mesmo com o bom desempenho na NCR, o pai pediu demissão a Patterson em 1913, já que este passara a boicotá-lo em reuniões atravessado pela suspeita de que Watson tentava arregimentar vendedores entre os empregados da NCR (WATSON JR., 1990).

Watson conheceu Flint alguns meses depois e interessou-se pela produção das máquinas de tabular e dos relógios de ponto. Flint o contratou na esperança de salvar a CTR, que acumulava dívidas (IDEM).

Para expandir a empresa, Watson não teve dúvidas em aplicar muitas coisas que havia aprendido com Patterson, como criar slogans para a CTR, canções, jornal e uma

escola. Para Watson, estava em jogo como conseguir que os funcionários da CTR amassem seus empregos para atingir as metas: “papai sabia que a melhor maneira de conseguir a lealdade de um homem é fazer com que ele próprio se encare com mais respeito” (IBIDEM, 26).

Outra medida de Watson foi inserir os uniformes para os vendedores: todos deveriam trajar camisas brancas engomadas e ternos escuros. Nos corredores da empresa era estampada a palavra PENSE. A palavra havia sido usada por Watson em uma palestra na NCR, onde também havia sido afixada pelas paredes. Estava em jogo fazer os empregados cumprirem o que lhes tinha sido destinado não pelo medo, mas pela motivação (BLACK, 2001).

Nas palestras e conversas com os funcionários, Watson incentivava e chegou a receber uma canção para vangloriá-lo:

Mister Watson é o homem para quem trabalhamos
É o líder da CTR
É o homem mais justo e honesto que conhecemos;
Sincero e verdadeiro.
Ensinou-nos a jogar o jogo.
E a ganhar dinheiro (RODGERS, 1969, 76)

Watson estava incomodado com o nome CTR que, para ele não tinha impacto. O novo boletim da empresa chamava-se International Business Machines e Watson percebeu que este nome carregava o significado que havia empregado à CTR. Assim, emergia a IBM (BLACK, 2001).

Na década de 1930 a IBM passou a sentir os reflexos da crise de 1929. As ações caíram, mas os lucros da empresa se mantiveram estáveis. A resposta do governo estadunidense à crise, com o *New Deal* do presidente F. D. Roosevelt, fez a IBM crescer mais que o dobro. Isso se deu principalmente com o plano de recuperação nacional conhecido como National Recovery Act (1933), em que os comerciantes e industriais do EUA forneceram informações ao governo em relação à situação dos negócios. Assim, o governo também precisou se equipar para processar todos esses dados obtidos e foram encomendadas centenas de máquinas IBM (WATSON JR., 1990).

Os cartões perfurados foram usados como um meio de implementar políticas sociais e acompanhamentos de deduções de folha de pagamento e seguro desemprego (Arquivo Nacional dos EUA). A Previdência Social, implantada em 1935, tornou o governo dos EUA o maior cliente da IBM. A salvação da economia estadunidense apoiou-se no controle ampliado com uso de estatísticas e o recolhimento de informações

da população, e somente os cartões e as máquinas de perfuração podiam armazenar esses dados.

Com a emergência da Segunda Guerra Mundial, a IBM atingiu US\$40 milhões em vendas anuais. Mesmo durante a guerra, com o recrutamento dos jovens empregados para as Forças Armadas, a empresa teve apenas uma ligeira queda em seu crescimento, sua renda se mantinha com a destinação de dois terços de seu espaço fabril para a produção de metralhadoras e outras armas (CARROL, 1994).

Outra das fontes de renda para a IBM seria a exportação da tecnologia da produção e leitura de cartões perfurados para a Alemanha por meio de sua subsidiária Dehomag. Os cartões foram utilizados, primeiramente, na realização de censos após a ascensão do Terceiro Reich e teria seu uso intensificado antes e durante a guerra.

Identificando os impuros:

o uso dos cartões perfurados na Alemanha nazista

Edwin Black é filho de poloneses sobreviventes do Holocausto. No ano de 1993, em visita ao Museu do Holocausto em Washington, Estados Unidos, ficou curioso com a presença de uma máquina da IBM Hollerith D-11. No catálogo da exposição daquele ano havia a referência do uso do equipamento nos censos e a observação: “O mundo precisa saber”.

Black começou a reunir pesquisadores para estudar as relações das máquinas IBM com o nazismo. A equipe contou com mais de 100 pessoas, entre elas pesquisadores, tradutores, organizações de sobreviventes, arquivistas e historiadores. Entre 1998 e 2000, vasculharam bibliotecas, arquivos estadunidenses e alemães, jornais e recolheram relatos de sobreviventes. Em 2001, os resultados foram publicados no livro *IBM e o Holocausto: a aliança estratégica entre a Alemanha nazista e a mais poderosa empresa americana*.

Black faz um estudo minucioso dos acordos entre a empresa estadunidense de informática e a Alemanha nazista para a identificação de pessoas, bem como para localizar os *impuros*. Todos esses dados foram armazenados em cartões perfurados que eram lidos com máquinas que Black viu no museu. “O futuro estava nos cartões – um futuro de nomes, de arquivos policiais e de campos de concentração, de contas

bancárias e de transferências de ativos, de escritórios de guerra e de produção de armas, de infindáveis registros estatísticos e de trens” (BLACK, 2001, 97).

Após a publicação deste livro, foi lançado em inglês *The Nazi Census: Identification and Control in the Third Reich*, de Götz Aly e Karl Heinz Roth, com a abertura e tradução para o inglês por Black. O livro fora lançado na Alemanha, em 1984, sob o título *Die restlose Erfassung: Volkszählen, Identifizieren, Aussondern im Nationalsozialismus*, e publicado em 2004 nos Estados Unidos sem detalhar as relações da Alemanha com a IBM. Entretanto, demonstra o uso da estatística pelo nazismo tanto para a contabilização e identificação da população, como o seu uso na administração dos campos de concentração e extermínio.

Contudo, um dos efeitos imediatos do lançamento do livro de Black foi um processo contra a IBM por um grupo de sobreviventes do Holocausto em Nova York⁸. Em sua defesa, a IBM alegava que a empresa havia fornecido a tecnologia antes do nazismo, e que, com a ascensão de Hitler, a IBM não tinha qualquer controle sobre seu uso. No entanto, este processo não foi adiante. Devido à possibilidade de atrasar os pagamentos das indenizações a sobreviventes, o processo foi arquivado.⁹

A IBM já havia tentado refutar o uso de suas máquinas durante o nazismo em um artigo escrito por Friedrich Kistermann, engenheiro aposentado da IBM. O texto, “Hollerith pushed card system development”, foi publicado no *Annals of the History Computer*, do Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos. Ali, Kistermann faz uma história de como o sistema Hollerith se desenvolveu, prestando serviços para outros países. No caso da Alemanha, segundo Kistermann, a IBM não tinha mais controle nenhum sobre o uso da tecnologia (KISTERMANN, 1995).

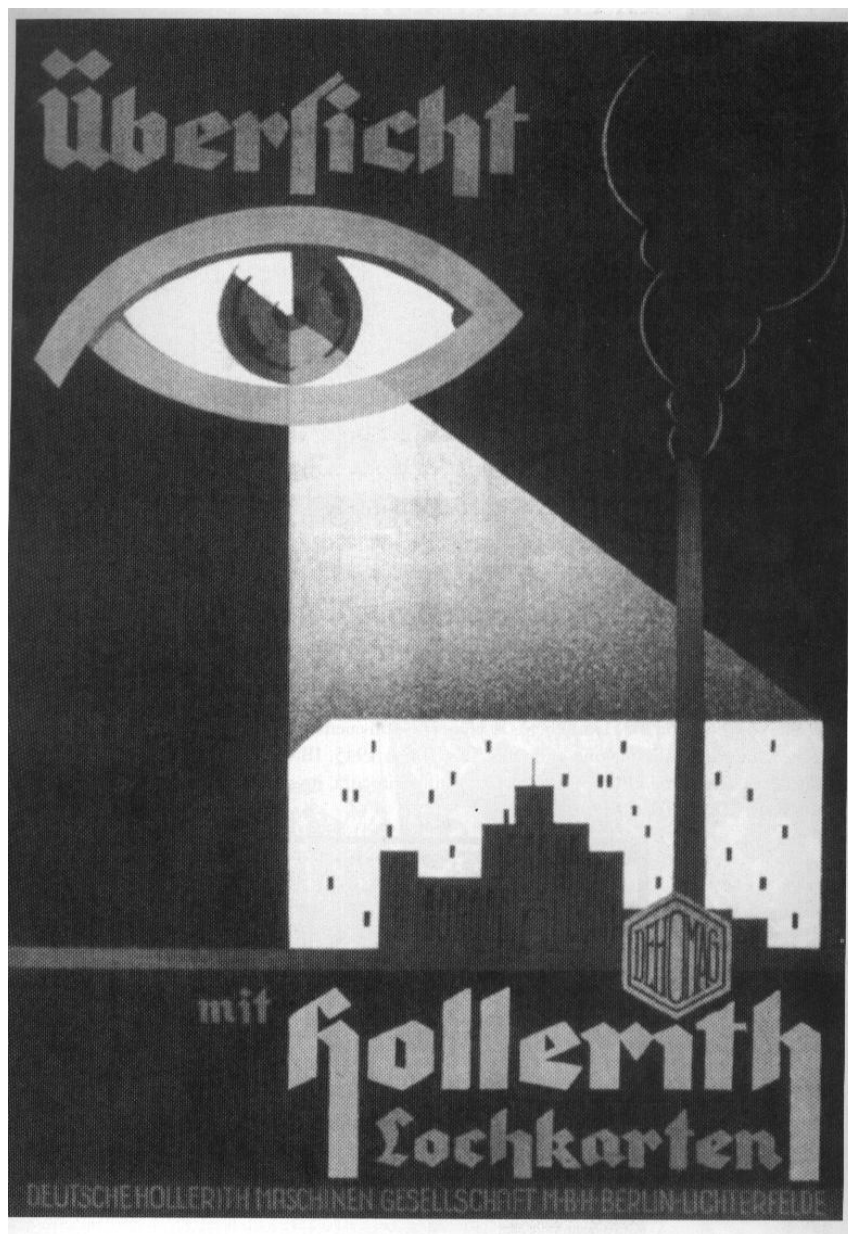
Este artigo era uma resposta a um texto publicado anteriormente por David Martin Luebke e Sybil Milton, “Locating the Victim: an Overview of Census-Taking Tabulation Technology”, em que destacava os dois censos realizados durante o Terceiro Reich, a construção de um banco de dados de localização de residências e o desenvolvimento de uma escala de raças, da impura à ariana. Apontava ainda que a *solução final* só foi possível com o uso das máquinas Hollerith (LUEBKE e SYBIL, 1994).

⁸ “Historiador de Aushwitz diz que o campo não usou sistema da IBM” Disponível em: <http://200.169.104.103/news/showNews/eno210220013.htm>. Acesso em 05/05/2012.

⁹ Advogados desistem de processo contra IBM por Holocausto. Disponível em: <http://origin.info.abril.com.br/aberto/infonews/032001/30032001-0.shl>. Acesso em 05/05/2012.

Negócios: a Dehomag

A empresa alemã que havia comprado as patentes de Hollerith, a Dehomag, encontrava-se em uma situação financeiramente frágil no começo da década de 1920. A moeda alemã estava desvalorizada, tornando impossível à Dehomag pagar royalties e outras dívidas à CTR de Watson.



Propaganda da Dehomag. Fonte: <http://www.tempt.ee/topic.php?topic=1571>. Acesso em 15/02/2012.

Watson fez uma viagem ao país para oferecer um acordo a Willy Heindinger, o proprietário. A proposta inicial era de que a CTR deteria 51% das ações da Dehomag, no entanto, quando a situação piorou, Watson fez uma nova proposta de 90%. Diante da pressão, Heindinger cedeu, restando-lhe 10% das ações, sendo, com isso, possível alegar a participação do capital alemão na Dehomag (BLACK, 2001).

A Alemanha adotou os cartões perfurados gerando lucros exorbitantes a Watson, sendo que, em 1933, apresentou um desempenho de 237% da cota (IDEM).

Neste mesmo ano o Terceiro Reich assumia na Alemanha. Uma de suas primeiras medidas foi realizar o censo, pois era preciso contar a população, principalmente devido ao fluxo imigratório iniciado desde a Grande Guerra. Em 12 de abril daquele ano foi anunciado o recenseamento de todos os alemães. Devido a imigração, principalmente de judeus oriundos da Polônia, os censos realizados anteriormente tornaram-se inúteis aos propósitos de governo, já que demoravam cerca de 5 anos para que seus resultados fossem apresentados. O objetivo do governo nazista era de que pelo menos a Prússia, o maior estado da Alemanha, conseguisse coletar os dados dos 41 milhões de alemães que ali viviam, apresentando os resultados em 4 meses (IBIDEM).

A empresa responsável por todo o projeto foi a Dehomag. Contratou novos empregados e os instruiu; ao governo, coube definir as categorias a serem coletadas sobre a população. Em 16 de junho de 1933, 500.000 recenseadores foram às ruas, acompanhados de oficiais da SS e de milicianos nazistas.

Quadros de milicianos nazistas e de oficiais da SS também se juntaram ao empreendimento constituindo um verdadeiro exército censitário. Em algumas localidades, quando o recrutamento se mostrava insatisfatório, as pessoas eram arregimentadas à força. As entrevistas abrangiam perguntas diretas sobre religião do chefe de família e se no caso o casamento era misto (IBIDEM, 62).

Os cartões eram constituídos de 60 colunas, com 10 linhas para cada uma destas, perfazendo 600 possibilidades de perfuração. Cada coluna interseccionada com um furo dizia respeito a um dado. Entre essas informações estavam: local de residência, comunidade, sexo, idade, religião, língua materna, quantidade de filhos, ocupação atual e, caso houvesse, o segundo emprego (IBIDEM).

Nr. 373/19 **PREUSS. STATIST. LANDESAMT**

VOLKS- UND BERUFSZÄHLUNG 1933

Kreis	Gemeinde	Kreis	Geburtsjahr	Arbeitsklasse	Fam.-Stand	Beruf	Mutter-sprache	Hauptberuf		Nebenberuf					Arbeitsamtsbezirk	Nummer	
								Be- ruf	Miscellaneous	Be- ruf	Be- ruf	Be- ruf	Be- ruf	Klasse		Teil	
1	000000	1	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000	000000
1	111111	1	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111	111111
2	222222	2	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222	222222
3	333333	3	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333	333333
4	444444	4	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444	444444
5	555555	5	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555	555555
6	666666	6	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666	666666
7	777777	7	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777	777777
8	888888	8	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888	888888
9	999999	9	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999	999999

Deutsche Hollerith Maschinen G.m.b.H., Berlin W 35, 4.9.33

Cartão perfurado utilizado no censo alemão em 1933. Fonte:

<http://digitalassets.ushmm.org/photoarchives/detail.aspx?id=1145190>. Acesso em 15/02/2012.

Entretanto, segundo Black, não foi possível identificar todos os judeus por meio do censo e só foram localizados os judeus praticantes. Por meio da análise dos dados estatísticos do Reich, concluiu-se que havia mais judeus de sangue, que haviam abandonado a prática religiosa. Um documento do departamento de estatística, em 1934,

apontou: “A infiltração judaica em nossa vida cultural provavelmente é muito maior do que indicam os números referentes aos judeus praticantes” (*DER DEUTSCHE* apud IBIDEM, 105). Passou-se, então, a rastrear os descendentes de judeus.

Assim, os dados sobre a população passaram a ser recolhidos não somente por meio do censo, mas foram coletadas informações em clínicas, hospitais, consultórios médicos e seguradoras do país, assim como eram aceitas cartas manuscritas e denúncias. As igrejas também eram alvos, tanto para apontar os judeus como para comprovação do cristianismo. Todos esses dados passaram a ser transcritos para cartões perfurados Hollerith (IBIDEM).

Os censos de 1933 e 1939 não foram os únicos registros do nazismo: “The Labor Book” – Livro do trabalho – (1935); “The Health Pedigree Book” – Livro da saúde da raça – (1936); “Duty to Register” – Dever de registrar – (1938); “Volkskarten” – registro da população – ¹⁰ (1939) e “The Personal Identification Number” – Número pessoas de identificação – (1944). Esses livros forneciam números e dados para a seleção das pessoas (ALY e ROTH, 2004).

Esses registros, junto com os dos censos, foram armazenados no Ministério de Saúde e da Previdência Social, que ficava sob direção da polícia. Essa catalogação das pessoas levou, em 1940, à criação de quatro categorias referentes ao sangue: qualidade superior; média; aceitável e de inferior ou baixa qualidade (IDEM).

Essa polícia tem como objeto a vida em sociedade e os indivíduos vivos. Foucault retoma J. H. Gottobs von Justi para mostrar esse papel da polícia, “a polícia, explica ele, é o que permite ao Estado aumentar seu poder e exercer sua potência em toda sua amplitude. Por outro lado, a polícia deve manter as pessoas felizes – a felicidade compreendida como uma sobrevivência, a vida e uma vida melhorada” (FOUCAULT, 2003, 383). Von Justi denomina essa tarefa, como mostra Foucault, de *Polizei*, distinta da *Die Politik* que é negativa e consiste, para o Estado, em se defrontar tanto com os inimigos internos como com os externos. A *Polizei*, portanto, é positiva, “ela consiste em favorecer ao mesmo tempo a vida dos cidadãos e o vigor do Estado” (IDEM).

A obra de von Justi, *Éléments de Police*, segundo Foucault, está dividida em 4 partes: na primeira, estuda o território do Estado, focalizando como este é povoado

¹⁰ O “Volkskarten” foi realizado a partir dos dados dos censos, entretanto, não possuía os dados de toda a população, mas apenas de não arianos. Entre as informações estavam: nome, data e local de nascimento, endereço, ocupação, e a porcentagem de *sangue misturado* (ALY e ROTH, 2004).

(cidades e campo); em seguida, quem são seus habitantes (número, crescimento); depois analisa os “bens e objetos de uso”, os produtos manufaturados, sua circulação e seu custo; a última e quarta parte é destinada à conduta dos habitantes deste território. Ao realizar este trabalho, von Justi estabelece o objetivo da arte de governar moderna: desenvolver os elementos constitutivos da vida dos indivíduos de tal maneira que seu desenvolvimento reforce também a potência do Estado (IBIDEM). Assim, as ações dessa *polícia* não são possíveis sem o saber específico de medição e levantamento de dados sobre a população em seu território: a estatística.

Por meio da estatística é possível saber qual é a população, quais são os recursos naturais, qual é a circulação monetária (FOUCAULT, 2006, 134). O nazismo articulou esse saber estatístico a essa polícia para esmiuçar a população enquanto uma identificação dos *impuros*. Essa identificação não era somente um grande negócio para empresa e Estado. A certificação da linhagem ariana só era possível por meio de um saber biológico, que posteriormente era catalogado nos cartões Hollerith¹¹. Os dados eram cruzados para não deixar escapar ninguém e os traços físicos também passaram a ser indicadores de raça (ALY e ROTH, 2004).

Michel Foucault pergunta-se como esse poder de aumentar a vida, que emerge no século XVIII, pode matar e pedir a morte. “Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” (FOUCAULT, 2005, 304). É aí que intervém o racismo, que não aparece neste momento, mas agora passa a funcionar nos mecanismos do Estado.

É a biopolítica que permite essa entrada do racismo, e a nova delimitação do que deve viver e do que deve morrer. Os estudos biológicos de desqualificação de raças vão defasar uma parcela da população em relação à outra. Essa fragmentação permite ao Estado tratar uma população também como uma mistura de raças, e definir que a raça inferior precisa ser exterminada por uma questão biológica. A morte do outro, da raça ruim, garantirá a outra espécie mais pura, mais sadia (IDEM). E para todo restante a confirmação dos cidadãos a serem privilegiados como expressão de maiorias.

¹¹ Vale ressaltar que, em 1935, após o 7º Congresso anual do Partido Nacional Socialista, são adotadas as Leis de Nuremberg. Estas leis de proteção ao sangue ariano previam a proibição de relações conjugais entre judeus e alemães; os judeus eram proibidos de terem como funcionários cidadãos alemães; os judeus eram proibidos de içar a bandeira do terceiro Reich. Aquele que infringisse essas leis era passível de condenação a multas, prisões e trabalhos forçados. (Ver: http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/docs/especiais/docs/nuremerg/tres_leis_de_nuremberg.pdf. Acesso em 05/04/2012).

A função assassina do Estado só pode ser garantida pela articulação da biopolítica ao racismo. A condição para poder matar exige a reativação do antigo poder soberano. Não se trata de só eliminar economicamente, com perda de privilégios, mas de matar.

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. [...] O racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano (IBIDEM, 309).

Os nazistas levaram ao limite esse racismo normalizador: a sociedade generaliza a biopolítica e, ao mesmo tempo, pede a acata o direito soberano de matar. Entretanto, Foucault destaca que esse poder de matar que perpassa as relações sociais, não é um poder de matar restrito somente ao Estado, mas é exercido por uma série de pessoas, tanto no alistamento a uma organização militar, como a SS, ou por meio do exercício da denúncia do vizinho, garantindo a colaboração entre sociedade civil e Estado.

Em meados de 1934 foram promulgadas duas leis na Alemanha: a Lei de Simplificação do Sistema de Saúde, pela qual os médicos e outros profissionais deveriam aplicar um questionário a seus pacientes sobre suas condições de saúde e ascendência genética; e a Lei para a Prevenção de Prole com Doenças Genéticas baseada nas teorias de eugenia alemã, que determinava quais linhagens deveriam ser liquidadas com base na probabilidade de serem portadores de genes defeituosos. Seus primeiros mapeamentos são de insanos, retardados, epiléticos e loucos (ALY e ROTH, 2004).

Outras leis referentes a genética dos não judeus seriam promulgadas em 1935, após as Leis de Nuremberg. A primeira foi A Lei de Proteção de Saúde Hereditária do Povo Alemão, que previa o registro das “raças estrangeiras”, ou de grupos “racialmente menos valiosos” e que obrigava a obtenção de uma licença de casamento, certificando que os parceiros eram “racialmente compatíveis para o casamento”. Na Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã proibia-se os alemães de casarem-se ou ter relações sexuais com pessoas de “sangue estrangeiro” além dos judeus, algum tempo depois, o Ministério do interior determinou quem seriam as pessoas de sangue estrangeiro: “os ciganos, os negros e seus bastardos” (FRIEDLÄNDER, 2012, 212).

Saul Friedländer afirma que para uma pessoa ser contratada no ano de 1935 era necessário que esta certificasse que não havia ascendência judia. Para isso, haviam

registro no Ministério do Trabalho e a este eram encaminhadas solicitações de verificação de ascendência. Caso ainda restassem dúvidas, os dados poderiam ser confirmados no Ministério do Interior, em que os especialistas em “pesquisa de linhagem” realizavam relatórios detalhados sobre a pessoa em questão.

As denúncias e pesquisas genéticas eram julgadas pelas Cortes de Saúde Genética, inauguradas em 1934. Todos os dados eram verificados nos cartões Hollerith. Os acusados eram pais que tiveram filhos com alguma característica que fugisse dos padrões de normalidade eugênicos, loucos, e qualquer suspeito de ser um risco à raça (MONTFORT, 2005).

Entretanto, mesmo com a ascensão do nazismo, Watson estreitava suas relações com o regime. Em 1937 ocorreu o congresso da Câmara de Comércio Internacional (CCI) em Berlim. A CCI era tida como um braço comercial da Liga das Nações¹², e seu slogan para aquele encontro era “A Paz Mundial através do Comércio”, criado por Watson.

Apesar das inúmeras publicações no *New York Times*, Watson Jr. em seu esforço de redimir o Watson pai, afirma que este não compreendia o que estava acontecendo na Alemanha, restringindo-se a possíveis bons negócios empresariais e bons lucros.

O otimismo de papai o impediu de ver com clareza o que se passava na Alemanha. Embora tivessem acolhido o congresso, os alemães não estavam interessados em estimular contatos comerciais entre as nações. A todo o momento ouviam-se comentários no sentido de que um comércio internacional intenso poderia comprometer a auto-suficiência da Alemanha, tão importante em caso de guerra. Mas meu pai acreditou em seus amigos, industriais e grandes comerciantes alemães, que garantiam ter pleno controle sobre os passos de Hitler. Um erro que muitos cometeram (WATSON JR., 1990, 62).

No encerramento do congresso, Watson foi condecorado com a Medalha da Águia Alemã, uma condecoração que homenageava personalidades estrangeiras que prestaram serviços ao Reich. A medalha era uma cruz branca, enquadrada em ouro e rodeada de suásticas.

¹² A Liga das Nações foi criada a partir do estímulo do presidente estadunidense Thomas Woodrow Wilson nas negociações de paz em Paris entre 1918 e 1919, sob efeito das disputas entre Estados na Primeira Guerra Mundial. Tinha como objetivo defender um projeto de organização política do mundo sob o princípio de cooperação dos Estados, reforço do direito internacional e a superação da prática da guerra pelo conceito de solução pacífica de controvérsias. Mostrou-se, também, como precursora da ONU e tanto esta como a própria Liga respondem às pacificações liberais da guerra em nome da paz e atualizou a literatura política internacional cuja a referência era o projeto de paz perpétua de Immanuel Kant (RODRIGUES, 2010).

Um ano após o congresso e a condecoração de Watson, a Áustria foi anexada ao terceiro Reich, formando a grande Alemanha. Novamente um censo foi realizado pela Dehomag, cobrindo 73 milhões de habitantes, e as igrejas entregaram os registros de batismos para que judeus não pudessem ocultar suas identidades por meio de conversões (BLACK, 2001).

A Tchecoslováquia foi o país seguinte. Após o Pacto de Munique (1938) – assinado pela Alemanha (Adolf Hitler), Itália (Benito Mussolini), França (Édouard Daladier) e Inglaterra (Neville Chamberlain) –, que garantia apenas que a região dos sudetas seria anexada à Alemanha e que após isto nenhum outro território europeu poderia ser invadido pela Alemanha, a Tchecoslováquia foi agregada em sua totalidade, tornando-se um país *protegido* pela Alemanha¹³.

A IBM já estava na Tchecoslováquia. Em 1935, mesmo ano em que são promulgadas as leis de Nuremberg, foi inaugurada a primeira escola para vendedores tchecos. Em 1939 foi construída a primeira fábrica de cartões em uma cidade próxima à Praga. Isso facilitaria o novo censo, com 750.000 recenseadores, em sua maior parte voluntários, e 22 milhões de domicílios, 3,5 milhões de imóveis rurais e 5,5 milhões de lojas e fábricas foram vasculhadas. Cerca de 80 milhões de pessoas seriam classificadas de acordo com sua ancestralidade (IDEM).

A Dehomag cumpriu o censo entre 17 de maio de 1939 e 10 de novembro de 1939. O resultado deste trabalho de 5 meses foi a localização de 330.539 “judeus raciais”, ou seja, tanto os residentes na Alemanha como os judeus residentes nos territórios ampliados do Reich. Era um resultado bem inferior aos 1,5 milhões de judeus localizados anteriormente, entretanto, já não estavam em território alemão 502.000 judeus devido a execução direta, emigração, morte em prisão, etc.. Cerca de 80 milhões de pessoas foram catalogadas, abrangendo as regiões da Alemanha, Áustria, região dos sudetos e Saar, todas seriam classificadas de acordo com sua ancestralidade (IBIDEM).

É neste período, especificamente em setembro de 1939, que a Polônia é invadida e eclode a Segunda Guerra Mundial, com a declaração da Inglaterra e da França de guerra à Alemanha. O Terceiro Reich também começava a se interessar não apenas em localizar judeus que estavam em seu território, mas em achar alemães imigrantes em outros países, que poderiam ser grandes aliados (IBIDEM).

¹³ Sobre o Pacto de Munique: [http://pt.worldwar-two.net/eventos/pacto de munique/](http://pt.worldwar-two.net/eventos/pacto_de_munique/). Acesso em 29/05/2012.

Negócios com gentes

Em 1933, em Dachau, foi construído o primeiro campo de concentração. Em abril daquele ano, 60.000 pessoas já estavam aprisionadas (BLACK, 2001). Os campos de concentração também usariam a tecnologia dos cartões perfurados:

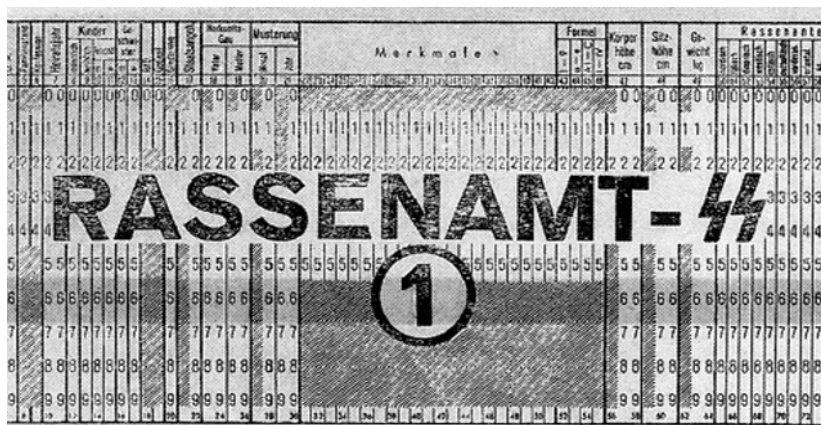
Os prisioneiros eram identificados por meio de cartões Hollerith descritivos, data de nascimento, estado civil, quantidade de filhos, motivo de encarceramento, características físicas e habilidades profissionais. As colunas três e quatro reuniam dezesseis categorias codificadas de prisioneiros, dependendo da posição dos orifícios: o orifício 3 significava homossexual; o orifício 9, antissocial; orifício 12, cigano. O orifício 8 designava judeu. Listas impressas com base nos cartões também relacionavam os prisioneiros por códigos numéricos pessoais.

A coluna 34 era rotulada “Razão de Partida”. Código 2 simplesmente significava transferido para outro campo a fim de prosseguir com o trabalho. Morte natural era código 3. Execução, código 4. Suicídio, código 5. O agourento código 6 designava “tratamento especial”, termo que em geral significava extermínio, seja em câmara de gás, seja por enforcamento ou fuzilamento.

À medida que os trens e caminhões chegavam da Bélgica, França e Holanda, milhares de cartões perfurados eram examinados, processados, e as informações neles contidas eram enviadas para o Departamento de Estatística, no Escritório Econômico da SS, em Oranienburg. [...]

Cheim observou com especial atenção o dia em que cinco mulheres fugiram de Bergen-Belsen. Os guardas da SS, furiosos, juraram que as recapturariam. E lamentaram relatar a partida das prisioneiras na coluna 34 dos formulários de cartão perfurado com o código 7 – fuga (IDEM, 15-16).

Praticamente em todos os campos de concentração havia um departamento de contagem de presos, que eram conhecidos como *Hollertih Abteilung*. Os principais campos recebiam códigos numéricos: Auschwitz 001; Buchenwald 002; Dachau 003; Flossenbürg 004; Gross-Rosen 005; Herzogenbush 006; Mautausen 007; Natzwiler 008; Neuengamme 009; Ravensbrück 010; Sachsenhausen 011; Stutthof 012. Todos os movimentos dos presos eram cadastrados nos cartões perfurados (IBIDEM).



Cartão perfurado usado para catalogar presos em campos de concentração pelo nazismo.
Fonte: <http://gizmodo.com/dehomag/>. Acesso em 15/02/2012.

Quando a Alemanha nazista invadiu a Polônia, as pessoas foram obrigadas a preencher formulários identificando suas ascendências, e em dois meses foram localizados 366.000 judeus. Esses formulários eram entregues em conselhos judaicos, os *Judenräte*. O funcionamento desse primeiro recenseamento em Varsóvia só foi possível com a participação dos próprios judeus.

Em Varsóvia, onde um terço dos mais de um milhão de residentes eram judeus, um engenheiro calvo chamado Adam Czerniakow foi nomeado, de uma hora para a outra, presidente do *Jurendat* local. [...] Czerniakow e seu conselho de 24 idosos cuidadosamente selecionados foram incumbidos do gerenciamento de todos os assuntos civis da população judaica encurralada. Era atribuição do Conselho assegurar a rigorosa observância da torrente de medidas opressivas decretadas pelos nazistas, à medida que o Reich rapidamente desmantelava a outrora florescente comunidade dos mais ou menos 375.000 judeus de Varsóvia. No cumprimento de sua missão impossível, todas as iniciativas do *Jurendat* eram rigidamente controladas pela Gestapo, SS, *Einsatzgruppen* e outras entidades nazistas. Oficiais nazistas por vezes ficavam à espreita, apenas a poucos metros da janela, enquanto Czerniakow trabalhava no escritório (IBIDEM, 233).

No campo de concentração de Dachau, um cabo apresentou grande facilidade em lidar com os dados de prisioneiros no recém-inaugurado campo de concentração de Dachau. Era Adolf Eichmann (IBIDEM).

Em seu julgamento, que culminaria na execução da pena de morte, realizado em Israel, Eichmann foi considerado como uma pessoa “normal”: “Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado sua ‘normalidade’ [...] Sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, ‘não apenas normal, mas inteiramente desejável’” (ARENDRT, 1999, 37). Para Hannah Arendt, mesmo a partir deste diagnóstico Eichmann foi capaz de participar do holocausto: “O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais [...] Essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que [...] esse era um novo tipo de criminoso [...] que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado” (IDEM, 299). O conceito de *banalidade do mal*, como expressa o juízo de Hannah Arendt, portanto, seria a indiferença de pessoas tidas como normais diante das atrocidades do regime nazista, tanto oficiais como do povo alemão e que os levam a tomar decisões desprovidas do sentimento pela humanidade e pela moral.

A partir dos apontamentos de Foucault, entende-se que a execução de Adolf Eichmann trata-se de uma produção de verdade e normalização biopolítica segundo a

época. Nestes termos, não houve *banalização do mal*, como define Hannah Arendt, apenas a versão da tecnologia de poder biopolítica, paradoxalmente justificada como exercício de soberania. Desta maneira, a biopolítica exerce o que lhe compete como controle e a defesa da população, independentemente do regime político: trata-se de uma tecnologia de governo de Estado com a anuência da própria população como maioria beneficiada.

A *banalização do mal* é uma leitura negativa do poder diante da positividade do Estado. O regime nazista não ascendeu de forma ditatorial, mas democraticamente por meio de eleições. Foucault mostrou que esta é uma sociedade previdenciária, seguradora, regulamentadora e disciplinar, e que ao mesmo tempo reativa o velho poder soberano de matar. Entretanto, esse poder de matar perpassa todo o corpo social da sociedade nazista, e o poder de vida e morte não está presente apenas no Estado, mas em toda uma série de indivíduos. No limite, todos têm o direito de vida e morte sobre o seu vizinho, seja por meio da denúncia ou do alistamento a organizações paramilitares nazistas (FOUCAULT, 1999).

O consentimento ditatorial não se dá por golpe, mas por normalização biopolítica traduzida em efeito de soberania. O Estado nazista tornou-se coextensivo no campo de uma vida que ele “organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja” (IDEM, 311).

A divulgação do que acontecia nos campos de concentração pressionava Watson. No encontro do ICC, em 1940, ele discursou sobre a necessidade da paz e que era preciso terminar com a guerra e seus horrores. Convocou a imprensa e devolveu a Hitler a medalha que havia recebido. Entretanto, suas relações econômicas com o terceiro Reich não foram abaladas, a IBM era a única que podia fornecer os cartões perfurados e a manutenção das máquinas Hollerith (BLACK, 2001).

A IBM não trabalhou apenas para os nazistas; nos Estados Unidos, sua subsidiária, a *Munitions Manufacturing Corporation*, produzia armas, máscaras contra gases, miras para bombardeios, entre outros artefatos bélicos. Os cartões perfurados também eram usados para catalogar inimigos capturados, para recrutar pessoas ou localizá-las, para identificar onde estava um soldado (IDEM)

Em maio de 1942, a subsidiária estadunidense da IBM forneceu funcionários ao serviço de criptografia dos EUA. As partes e as mensagens decifradas eram tabuladas em uma série de cartões perfurados. Livros de códigos capturados eram perfurados em

cartões, estes eram classificados e cada palavra decifrada era utilizada para descobrir outra, até aproximar-se a mensagem de um contexto legível (IBIDEM).

A IBM atuou, portanto, como uma aliada em negócios tanto dos EUA como da Alemanha. Esse duplo favorecimento só terminaria em 1944, após milhares de pessoas já terem sido assassinadas. É quando a IBM declara apoio aos aliados e entrega seus documentos ao governo estadunidense. Após uma década de catalogação das pessoas e com a Alemanha nazista e suas câmaras de gás funcionando, Watson declarou seu patriotismo à bandeira estadunidense (IBIDEM).

O uso dos cartões perfurados, entretanto, não para por aqui. Atravessa a história dos computadores, anunciando o que viria a tornar-se o banco de dados, décadas mais tarde, e que estará presente em cada *computador pessoal*.

Entretanto, não se trata de uma politização de tecnologias. Tecnologias não se politizam, elas estão relacionadas a uma forma de produzir no próprio funcionamento da política. Richard Sennett, em *O Artífice*, caracteriza o medo da invenção de materiais de autodestruição – câmaras de gás e bombas atômicas – como o mito grego da caixa de Pandora, e as invenções seriam a abertura da caixa espalhando dores e males entre os homens. Sennett alerta que abrir essa caixa não é um ato neutro, a tecnologia trata de uma produção histórica e não de um procedimento maquinal (SENNETT, 2012).

No caso do uso dos cartões perfurados na Alemanha nazista, o aperfeiçoamento desta tecnologia tinha um objetivo, contar pessoas para poder administrá-las, contabilizá-las e separá-las. Por outro lado, há as regulares encenações políticas, como a devolução da medalha de Watson a Hitler, mesmo sem a IBM deixar de manter seus negócios.

Procedências do Vale do Silício

Em 13 de junho de 1971, o jornal *The New York Times* publicou algumas partes de documentos secretos do governo dos Estados Unidos sobre a Guerra no Vietnã. Foram reveladas 7.000 páginas de documentos encomendados pelo Secretário de Defesa Robert S. McNamara e que cobriram a ação estadunidense no sudeste da Ásia pós-Segunda Guerra Mundial. Os documentos referiam-se a meados de 1968, quando o então presidente Lyndon Baines Johnson, que assumiu após o assassinato de John

Kennedy em 1963, iniciou uma conversa de paz em Paris e afirmou que haveria outros compromissos militares¹⁴.

A publicação destes documentos levou Errol Morris, diretor de cinema estadunidense, em 2003, a realizar *Sob a névoa da Guerra: onze lições da vida de Robert S. McNamara*, um documentário marcado pela troca do barril de pólvora pela bomba nuclear, em que também mostra ações no Japão na Segunda Guerra Mundial ao Vietnã.

O filme apresenta 11 lições de McNamara sobre a guerra e é atravessado pelo seu lema: “Tente aprender, entender o que aconteceu. Tire as lições e passe-as adiante” (MORRIS, 2003). McNamara participou da Segunda Guerra ensinando em Harvard, onde também realizou sua MBA sobre abordagens estratégicas na Força Aérea estadunidense. Depois, foi convidado a integrá-la em 1943 e fez uma seleção de homens para a criação de uma escola da Força Aérea chamada Controle Estatístico. Ali foram usados os cartões IBM para identificar e selecionar características de cada um dos concorrentes, e interessava os que tivessem capacidade de liderança.

O filme ainda redime McNamara ao apresentar seus esforços para evitar uma guerra nuclear durante a ofensiva ao Vietnã, quando saiu do governo Johnson e se posicionou contra a guerra.

O título do documentário faz referência ao conceito de *névoa da guerra* do general prussiano Carl von Clausewitz, demonstrado no livro *Da Guerra*, de 1832. Ali, o general apresenta o conceito de névoa da guerra em relação ao momento em que não se sabe o que o inimigo irá fazer, ou ao momento em que as tropas interpretam errado uma ordem. Clausewitz também é conhecido por compreender que a guerra também é a continuação da política.

Michel Foucault, no curso *Em defesa da sociedade* (1999), ao se afastar de uma análise econômica ou contratual do poder, entende-o como uma relação de forças e que existe em ato. Assim, inverte a proposição de Clausewitz de que a “guerra é a política continuada por outros meios” para afirmar que a “política é a guerra continuada por outros meios”. A paz que as guerras fazem reinar não suspende os efeitos da guerra, não neutraliza nenhum desequilíbrio, mas reinsere uma relação de força, nas instituições, na linguagem, nas desigualdades econômicas, até nos corpos de uns e de outros (IDEM). A

¹⁴ As matérias estão disponíveis no arquivo do jornal *The New York Times*: <http://www.nytimes.com/books/97/04/13/reviews/papers-overview.html>. Acesso em 22/05/2012.

política enquanto guerra continuada por outros meios é a recondução do desequilíbrio de forças despontados na guerra.

Assim, o poder é uma relação de força, se exerce. Não é simplesmente o que reprime a natureza, a classe, os indivíduos. Foucault expõe uma análise que escapa aos mecanismos de repressão, “em vez de conceber um privilégio à lei como manifestação de poder, é preferível tentar localizar as diferentes técnicas de coerção por eles empregadas” (IBIDEM, 320).

Pierre-Joseph Proudhon também realizou uma análise da guerra, cerca de um século antes de Michel Foucault, e apontou que paz e guerra não são excludentes, mas correlativas. Estes dois termos se evocam, a “paz demonstra e confirma a guerra; a guerra por sua vez é uma reivindicação da paz” (PROUDHON, 2011, 24).

Proudhon, apartado da superação da guerra com a prevalência da paz, apontou a política como uma *pequena guerra* enquanto uma situação do homem e, portanto, insuperável pela política. Essa *pequena guerra* é um embate entre vivos que jamais deixaria de existir, infundável e cotidiana, e não teria a ver com a guerra conduzida pelo Estado que gera mortes e miséria (RODRIGUES, 2011). A guerra seria o meio de efetivação do *direito da força* de onde partem todos os outros direitos e a sua primeira ramificação seria o direito da guerra, ou seja, Proudhon inverte os autores que caracteriza de metafísicos ao colocar o direito pessoal que derivaria no direito civil (PROUDHON, 2011).

A vitória, afirma Proudhon, prova que o ganhador é digno de um direito que requisitava. Portanto, Proudhon aponta a violência enquanto fundadora do Estado e a guerra como produtora e aplicadora do direito. Esse direito só poderá ser mantido pelo exercício dessa violência fundadora, que também é a mantenedora do Estado. Não se trata de análise contratualista, como o mostrou Rodrigues, em que se renuncia às vontades e impulsos individuais para a manutenção da paz, mas de uma violência “amparada cotidianamente [...], numa tensão sem fim, necessária para que o Estado se mantenha uno, para que o soberano se mantenha príncipe, para que o proprietário preserve suas posses” (RODRIGUES, 2010, 209).

A publicação no *The New York Times* a respeito dos documentos secretos do governo intensificou protestos antiguerra que ocorriam pelas universidades estadunidenses. A Universidade de Berkeley, na década de 1960, foi revirada por jovens estadunidenses em protestos contra a guerra do Vietnã e antimilitaristas. Um de seus alvos era McNamara, que era secretário de Defesa.

Entretanto, nas universidades estadunidenses também havia jovens apartados dessas movimentações. Em Berkeley, Steve Wozniak, um estudante de engenharia, e Steve Jobs, que ainda cursava o ensino médio, mas frequentava o *campus*, interessavam-se somente por tecnologia, mesmo tendo tomado contato com essas movimentações. Wozniak e Jobs viriam anos mais tarde a fundar a empresa de computadores Apple.

A exposição dos referidos arquivos pelo *The New York Times*, em 1971, foi importante para que Steve Wozniak, aos 19 anos, deslocasse sua visão sobre o governo estadunidense. Wozniak aprendera com seu pai, engenheiro que trabalhou no final da década de 1950 e início da de 1960 em um programa de mísseis na Lockheed, uma companhia estadunidense aeroespacial, não apenas a manejar eletrônicos, mas a amar incondicionalmente o governo dos EUA.

Não fui criado para acreditar que uma democracia como a nossa espalharia esse tipo de mentiras. Por que o governo dos EUA tratava o povo americano e o enganava propositadamente? Eu não via sentido nisso.

Depois desse episódio, o pior, para mim, não foi a Guerra do Vietnã em si, mas a dor e o sofrimento que ela causou às pessoas. É por isso que enquanto me tornava adulto, comecei a adquirir uma nova ética: uma profunda preocupação com a felicidade e o bem-estar das pessoas. Eu estava apenas começando a entender que o segredo da vida – e isso ainda é verdade para mim – reside em encontrar uma maneira de ser feliz e de se sentir satisfeito com a própria vida, e também de fazer as outras pessoas felizes e satisfeitas com a vida delas (WOZNIAK, 2011, 59-60).

Apesar de seu posicionamento contra a Guerra, Wozniak nunca tomou parte do movimento *hippie*, mas tentou se entrosar, com uma faixa indígena na cabeça e com o cabelo e a barba enormes. Afirma que, mesmo acreditando na mesma coisa que os *hippies*, um “mundo sem estruturas, leis, organização ou política” (IDEM, 64), não o aceitavam por não usar drogas.

Os jovens *hippies* se recusavam ao alistamento e preocupavam-se com experimentações pacifistas, desde a vida em comunidades apartadas das cidades em busca do equilíbrio com a natureza a manifestações antiguerra.

Para Michel Foucault (1996), 1968 possibilitou analisar a mecânica do poder que até então havia se restringido a uma instância econômica. Ali foram escancaradas as lutas cotidianas nas malhas mais finas do exercício do poder em internamento psiquiátrico, instituições penais, escolas...

Edson Passetti apontou que a primeira grande resistência planetária à sociedade de controle veio de 68, com a reintrodução das práticas libertárias e a invenção de

liberações. Até 68 as práticas de liberdade se davam por posicionamentos e contraposicionamentos. Entretanto, essas liberações conheceriam seu reverso e ficariam à espera de regulamentações de direitos, o contraposicionamento acabou capturado pelo pluralismo, multiculturalismo e convocação à participação (PASSETTI, 2008).

Não havia por que crer, assim pensavam os jovens ativistas, em socialismo como ultrapassagem do capitalismo ou meio para o comunismo ou sociedade igualitária. Tudo fora de ordem e de lugar. Era o espaço da rua, da universidade, escola, fábrica, prisões para fazer liberdades alheias ao mercado de consumo ou ao centro geofísico da consciência. O Estado não tardou em responder em nome da restauração da liberdade. Qual liberdade? Decerto no Ocidente, uma tal e qual a imitar Roma fizesse germinar ditaduras capazes de substituir *ditaduras ideológicas* para fincar as bases da democracia, a preparação da república democrática (PASSETTI, 2003, 46-47).

Beatriz Carneiro retoma suas experiências em 1968, nos EUA, e mostra como os jornais, revistas, rádio, televisão, exposições de arte e cinema daquele ano vibraram para retirá-la de uma infância tediosa e repercutem até hoje, “o mundo estava lá fora, estava fora dos muros da escola e da família”. Aponta ainda que a explosão rebelde nos EUA foi desencadeada com a Guerra do Vietnã, o alistamento obrigatório atirou jovens da classe média em um matadouro.

Nos EUA, entre outros grupos atuantes, *hippies* pacifistas desacreditaram os militares, a polícia, as escolas, os empregos. A onda *hippie* se ampliava pelas ruas, pela mídia, entrando nos lares, abalando os ‘clean-cults’ (‘enquadrados’) envolvendo até jovens dos estados americanos mais conservadores que escapavam de seus ranchos e subúrbios para os grandes centros em que tudo acontecia. Lá ficavam na rua, em albergues, em acampamentos. Sem contar os grandes shows de rock e os grandes conjuntos que se formaram, fornecendo a trilha sonora das andanças pelas ruas (CARNEIRO, 2008, 21-2).

Mesmo afetado pela Guerra do Vietnã, Wozniak distanciava-se desses jovens que Carneiro mostra, não se permitia experimentar um estilo de vida *hippie*, mesmo tendo várias vezes se deparado com ele. Wozniak, em sua biografia, faz questão de deixar claro que nunca fez uso de drogas e que para ele estava em jogo ser bem-sucedido na vida apenas por ele mesmo e por sua mente. Em relação ao alistamento militar, Wozniak não o recusou e relata, com muito alívio, que após ficar dois anos na lista, não foi recrutado.

Primeiras conexões

No ano de 1969 – quando os Estados Unidos acirraram a disputa com a URSS pela ocupação do espaço sideral levando, a bordo da nave Columbia, Neil Armstrong e Buzz Aldrin a pisarem na lua –, começava a ser desenvolvido no Departamento de Defesa dos Estados Unidos um sistema de comunicação entre computadores que pudesse resistir a bombardeios.

O projeto foi realizado pelo departamento Information Processing Techniques Office (IPTO), vinculado à Advanced Research Projects Agency (Arpa) – órgão responsável pelas pesquisas tecnológicas para fins militares do governo estadunidense – que também foi a financiadora do projeto. O sistema foi nomeado de Arpanet.

Entretanto, sua realização só seria possível três anos depois, quando o IPTO passou a utilizar o sistema de computação desenvolvido pelo estadunidense Paul Baran e pelo inglês Donald Davies¹⁵. Este sistema foi apresentado ao Departamento de Defesa estadunidense para a construção de uma conexão entre computadores que resistisse a ataques nucleares. O IPTO "cortava" uma mensagem em várias partes; ela não circulava inteira, entretanto todos os pedaços possuíam um computador de destino. Quando as partes chegavam, o computador receptor a remontava (Breve história da internet, s/d).

A conexão funcionou pela primeira vez, interligando quatro computadores em diferentes locais por meio de cabos subterrâneos de telecomunicação. As máquinas estavam em universidades que realizavam pesquisas científicas com objetivos militares, e localizavam-se na costa oeste dos Estados Unidos: Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), de onde saiu a mensagem inicial transmitida aos outros computadores; Instituto de Pesquisa de Stanford; Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e Universidade de Utah, em Nevada (VIEIRA, 2003).

O sucesso da Arpanet ocorreu quando esta foi apresentada, por Robert Kahn, na *International Conference on Computer Communication*, realizada em Washington, no ano de 1972 e que contou com a presença de representantes do Japão, Canadá, França, Noruega, Suécia, Reino Unido e EUA (UFPA, 2011).

A conexão se expandiu e interconectou outras universidades. Operava como protocolo¹⁶ NCP (*Network Control Protocol*), que designava uma série de regras de

¹⁵ Paul Baran trabalhava na Rand Corporation, um centro de pesquisas localizado na Califórnia e que prestava serviços ao Pentágono. Donald Davies trabalhava no British National Physical Laboratory.

¹⁶ Para definir o que é protocolo, utiliza-se a definição de Alexander Galloway: “Um protocolo de computador é um conjunto de recomendações e regras que descrevem normas técnicas específicas. Os

linguagem para que as informações fossem trocadas entre computadores (IDEM). Entretanto, a NCP começou a apresentar problemas com esse crescimento da rede. Assim, o protocolo foi reformulado e lançado um novo: o TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*). No ano de 1975, a Arpanet passou ao controle da *Defense Communication Agency* (DCA), que tinha como objetivo disponibilizar a comunicação para diferentes campos das forças armadas e era administrada pelo programador Robert Kahn. Alguns anos mais tarde, o Departamento de Defesa, preocupado com possíveis ataques ao sistema, o dividiu em duas partes: a Milnet (para comunicação militar) e a Arpanet (para o uso em pesquisas) (PACITTI, 2000).

Gustavo Steinberg (2004) faz uma analogia entre o TCP, que divide uma informação em várias partes para que possam ser transmitidas e remontadas quando chegam ao computador destinatário, e a adoção de containeres na marinha mercante. Anteriormente, os navios precisavam ser adequados a um tipo de específico de carga; com os containeres, não interessa mais o conteúdo. Na lógica do TCP todas as informações repartidas em várias partes são como containeres em que não importa o que cada parte carrega, mas que a informação seja dividida em partes iguais para que possa ser transmitida. Entretanto, o uso do IP possibilita que essas informações sejam mapeadas e se saiba geograficamente de onde saiu e qual o seu destino.

A popularização da internet, entretanto, só foi possível por meio da *World Wide Web* (WWW), criada pelo físico inglês Tim Berns-Lee no Laboratório Europeu de Partículas Físicas. A Web era apenas um espaço de armazenamento de informações que estavam em todos os computadores que compunham a internet e este material podia ser acessado por qualquer um, por conta do uso de hipertexto, ou seja, blocos de textos que se ligavam a outros textos¹⁷. Cada um desses documentos que estavam ligados entre si, recebeu um endereço denominado *Uniform Transfer Protocol* ou URL (*Uniform Resource Lacator*), composto por um identificador de hipertextos, o HTTP (*Hypertext*

protocolos que regem grande parte da Internet estão contidos nos chamados documentos RFC (Request for Comments). Conhecidos como a ‘documentação primária da Internet’, estes memorandos técnicos detalham a grande maioria das normas e protocolos que regem a Internet hoje. [...] [Os] regulamentos sempre funcionam no nível da codificação – codificam pacotes de dados para que possam ser transportados; codificam documentos para que possam ser analisados; codificam a comunicação para que dispositivos locais possam comunicar-se com dispositivos externos. Protocolos são altamente formais, isto é, eles envolvem a informação dentro de um invólucro técnico, mantendo-se relativamente indiferente ao conteúdo da informação. Visto como um todo, o protocolo é um sistema de gestão distribuída que permite o controle de um meio material heterogêneo. [...] O protocolo é como o controle tecnológico existe depois da descentralização” (GALLOWAY, 2004, 6-8).

¹⁷ O termo hipertexto foi criado por Theodor H. Nelson na década de 1960, referia-se a ligação de um texto a outro texto.

Transfer Protocol) e, a partir daí, passou-se a investir na visualização desses arquivos, já que antes era apenas uma tela preta com letras verdes (VIEIRA, 2003).

No Brasil, a internet chegou por volta de 1988. Um ano antes, Edmundo Albuquerque de Souza e Silva¹⁸ e Paulo Henrique Aguiar Rodrigues¹⁹ estudaram na UCLA e conseguiram autorização da NSF (*National Science Foundation*) para que universidades brasileiras pudessem se conectar à NSF-NET, que era uma variação da Arpanet, sem acesso à Milnet (PACITTI, 2000).

Entretanto, o NCE-UFRJ (Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde o projeto passou a ser desenvolvido, optou por iniciar a conexão com a Bitnet (*Because It's Time Network*), rede que interligava universidades dos Estados Unidos, Canadá e Europa e que utilizava linguagem de programação desenvolvida pela IBM. Essa era uma alternativa para as instituições de ensino e pesquisa que não tinham contratos com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (IDEM).

Para que a conexão fosse realizada, foi necessária a criação de uma rede acadêmica, a ANSP (Academic Network de São Paulo). O órgão fundador e mantenedor desta rede foi a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que, por meio da ANSP, pretendia suprir a comunicação eletrônica entre as principais instituições de ensino e pesquisa paulistas (OLIVEIRA, 2011).

A ANSP operava com a rede Decnet e, por meio de *softwares* de conversão, fazia uma máquina se comunicar com a outra. Com o crescimento das redes no meio acadêmico, a FERMILAB (Fermi National Accelerator Laboratory)²⁰ passou a integrar essas conexões. Em 1994, quando a internet passou a ter um uso comercial no país, a FERMILAB provia as conexões do Brasil com o exterior (IDEM; VIEIRA, 2003).

¹⁸ Graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1975, mestre em Engenharia Elétrica pela mesma universidade em 1978 e doutorado em Ciência da Computação pela UCLA em 1984. Realizou pós-doutorado pela Watson Research Center e pela UCLA. Hoje é professor na UFRJ. (ver: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=H2329>. Acesso em 16/05/2012).

¹⁹ Graduado em Engenharia Eletrônica pelo ITA, mestre em Sistemas e Ciência da Computação pela Coppe/UFRJ, e doutor e pós-doutor em Ciência da Computação pela UCLA. Atualmente é professor do departamento de computação da UFRJ. (ver: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=S18867>. Acesso em 16/05/2012).

²⁰ Laboratório de física de altas energias especializado no estudo de partículas atômicas, com sede na cidade de Batavia, Illinois, nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2011). Foi fundado em 1967 e hoje é conhecido por seu acelerador de partículas Tevatron, o segundo maior do planeta.

Fluxos de inteligências e o *American way of life*

Quando Wozniak decidiu procurar um emprego em que pudesse se dedicar à programação de computadores, foi à Telenet, uma pequena empresa de informática, junto com seu amigo Allen Baum. Ali programavam pela linguagem FORTRAN, a primeira linguagem de programação desenvolvida pela IBM em 1950 e que recebia informações por cartões perfurados.

Um executivo da Telenet conseguiu para Wozniak peças de amostras para que este pudesse montar sua própria máquina. O Computador Cream Soda foi construído na garagem de Baum, contendo apenas 20 chips, quando na época eram usados centenas para uma máquina normal. Durante sua montagem, Wozniak bebeu muito refrigerante Cream Soda, daí o seu nome. No entanto, só rodava programas a partir de informações de cartões perfurados e emitia um bit a cada segundo, ao piscar as luzes do painel frontal.

No entanto, o Cream Soda não teve longa duração: um repórter do jornal Península Times foi até a casa de Wozniak para realizar uma reportagem sobre o computador e acabou tropeçando em um cabo de fornecimento de energia, explodindo a máquina. Entretanto, o artigo mesmo assim foi publicado (BURKE, 1999).

O Cream Soda rendeu a Wozniak não apenas uma matéria em um jornal local, mas foi por meio deste que seu amigo Bill Fernandez o apresentou a um jovem do primeiro ano do colegial e que também gostava de computação: era Steve Paul Jobs. A partir de uma conversa sobre suas invenções eletrônicas, começava uma aliança.

Jobs morava a cerca de dois quilômetros de Wozniak, e quando foi apresentado ao Cream Soda (antes da explosão), ficou impressionado e conseguiu compreender rapidamente seu funcionamento. Ao som de *Rubber Soul* dos Beatles e de Bob Dylan, os dois rapazes passaram a se encontrar com frequência para conversar “Nós, os dois Steves, tínhamos muito em comum. Falávamos sobre eletrônica, das músicas de que gostávamos, e trocávamos histórias sobre as brincadeiras que aprontávamos. (...) Nunca esquecemos da primeira vez que nos conhecemos, e dali em diante, Steve e eu estivemos realmente ligados. Ligados para sempre” (WOZNIAK, 2011, 71; 74).

Esses jovens descontraídos interessados em fundar uma nova empresa anunciavam um movimento que ficaria conhecido na década de 1980: os *yuppies*. Estes

fariam fortunas nas próximas décadas com o desenvolvimento de *softwares* e sistemas operacionais.

Revolvendo os acontecimentos, após uma luta encarniçada contra o Estado e as forças conservadoras estadunidenses que desembocou nas mortes de Martin Luther King, Malcon X e no encarceramento de ativistas dos *Panteras Negras*, concomitantes ao desaparecimento de figuras simbólicas da contracultura como Jim Morrison, Janis Joplin e Jimi Hendrix, a contracultura *hippie* sobre um refluxo do qual não consegue escapar (SILVA, 2006, 161).

Esse refluxo a que se refere Silva é marcado por jovens que se deslocaram do *hippie* para formarem uma nova categoria de profissionais jovens e urbanos (*Young urban professionals – YUP*). O *Yuppie Handbook* (1984) apontou que o trabalho para esses jovens era emocionalmente satisfatório e um meio de se expressar enquanto uma ascensão para o sucesso profissional, sendo eles ainda partidários de um estilo de vida pautado em elevados padrões de consumo, exaltação do seu sucesso e de viagens a países *exóticos*. Os jovens Jobs e Wozniak anunciavam esse *American way of life* e, apesar da descontração, interessavam-se em desenvolver produtos para o mercado.

Modificações no espaço: ainda Santa Clara, Palo Alto...

O Vale de Santa Clara, na Califórnia, encontra-se entre as planícies de São José e São Francisco. Ali estão as cidades de Los Gatos, Santa Clara, Sunnyvale, Mountain View, Los Altos, Palo Alto, Menlo Park, Redwood City, Hiollsborough, Burlingame e South San Francisco.

A cidade de South San Francisco orgulhava-se de seu conjunto de siderúrgicas, fundições, refinarias e fábricas de madeira, vangloriava-se com o slogan “South San Francisco, a cidade industrial” (MORITZ, 2011).

Para Sturgeon, pesquisador do MIT, o investimento no então Vale de Santa Clara possui procedências já na Primeira Guerra Mundial, por volta de 1906, com o advento do rádio. A região da baía de São Francisco era estratégica por sua proximidade ao Oceano Pacífico.

A primeira estação de rádio com programação regular foi fundada em San Jose, por Charles David, em 1909. Nesse período e na mesma cidade, também fundou a College of Enginnering and Wireless que, durante a guerra, treinou mais de 1000 operadores de telefonia móvel (STURGEON, 2000).

Os investimentos na região se deram principalmente por contratos com projetos da marinha estadunidense, que se mantiveram após a guerra. O Vale também seria alvo de investimentos de empresas de tecnologia, principalmente com o lançamento do Sputnik, em 1957, pela ex-URSS. Como a Shocley, de William Shocley, que ganhou o Nobel em 1956 pela invenção do transistor²¹; a Hewllet Packard (HP), que começou em uma garagem, já estava em Palo Alto desde 1939, quando vendeu equipamentos de engenharia eletrônica até para a Walt Disney Studios para a realização do filme *Fantasia*.

Nesse período de investimentos no Vale, chegou também a Lockheed, onde trabalhou o pai de Wozniak, implantada em Sunnyvale. Máquinas de asfalto começavam a cortar a cidade, os folhetos de Sunnyvale a caracterizavam como “a cidade com o futuro embutido” (IDEM).

Jerry Wozniak foi transferido para lá ao final da década de 1950. Do outro lado da península, Paul e Clara Jobs haviam adotado Steve Jobs e passeavam com seu filho pelos trilhos de bonde que ainda restavam no Sunset District de San Francisco (Wozniak, 2011).

Essas modificações no espaço demarcam a emergência de um investimento na região que viria a ficar conhecida como Vale do Silício. Não é um investimento ao acaso, expressa relações de forças e demarca mutações no capitalismo. Essa transformação, em uma análise histórico-política, apresenta modificações no discurso e de relações de poder. “A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados” (FOUCAULT, 1996, 159).

A análise das relações de poder em termos de táticas e estratégias apresenta os recortes, as distribuições e os controles no espaço também. Foucault utiliza termos espaciais como território, campo e posição não enquanto metáfora, mas para apresentar essas modificações e relações de poder que se inserem em um espaço e o modificam; a implantação de um saber que tem sua expressão no espaço, nas relações. É na “demarcação das implementações, das delimitações, dos recortes dos objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se faziam aflorar era processos – históricos certamente – de poder” (IDEM).

²¹ Este componente eletrônico, de silício e germânio, é uma das procedências do microchip e passou a ser mais usado neste período como amplificador e interruptor de sinais elétricos, apesar de sua invenção datar do final da década de 1940. Foi inventado nos laboratórios da Bell Telephone com o objetivo de baratear as válvulas usadas nos sistemas telefônicos da época.

Assim, o investimento no *vale-tecnologia* não era uma mutação do espaço físico, simplesmente; não dissociava-se de uma nova educação. As crianças entravam em contato com *kits* de eletrônica para montar brinquedos logo cedo, como Wozniak, que projetou um jogo da velha a partir desse *kits* quando estava no ensino fundamental²².

Steve Jobs, que se matriculou em uma classe de eletrônica popular da *Homestead High Scholl*, ganhou de seu pai um *Heathkits*, kits populares usados para construir aparelhos eletrônicos como rádios e amplificadores e, assim, passou a entender o funcionamento interno dos equipamentos: “Aquelas coisas não eram mais misteriosas [...] Ficou muito mais óbvio que eram os resultados da criação humana, e não algum tipo de magia” (JOBS *apud* KAHNEY, 2008, 8).

O Vale do Silício ganharia esse nome com o desenvolvimento pela Intel, em 1971, do microchip. Este possui uma vantagem sobre o transistor: as correntes elétricas são conduzidas com mais velocidade de um bit para o outro, o que possibilita isso é o silício.

A Intel foi fundada em 1968, e trouxe não apenas o silício, mas o estilo de trabalho no Vale. Todos os funcionários eram chamados pelo primeiro nome e não existiam vagas de estacionamento reservadas, portas entre salas ou um escritório exclusivo para o chefe. Apenas cubículos de divisórias para cada grupo de pessoas (*Triunfo dos Nerds 1*, 1996).

Ao adotar uma distribuição horizontal do espaço, substituindo as grandes paredes por divisórias, a Intel não abre mão da hierarquia. Redimensionada, ainda há a repartição do chefe e dos funcionários. Não se trata de um contrapositionamento: “mas, o que me interessa são, entre todos esses posicionamentos, alguns dentre deles que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas” (FOUCAULT, 2006, 414). Busca-se nessa organização aumentar a produtividade e estimular a criação de novos

²² Vale destacar, ainda, que neste período, nas televisões estadunidenses, era possível assistir aos episódios de *Star Trek* e aos filmes de *Star Wars*. O primeiro apresentava, no século XXIII, as aventuras do Capitão James Tiberius Kirk (humano) e do Comandante Spock (metade humano e metade vulcano; também ficou conhecido pela saudação “vida longa e próspera”) a bordo da U.S.S. Enterprise. Em suas viagens, providos de tecnologia de ponta e de supercomputadores, patrulhavam os planetas para garantir a paz na galáxia. Os filmes de *Star Wars* apresentavam as tentativas do Império, liderado por Lord Darth Vader, de sufocar os rebeldes republicanos, que tinham apoio dos Jedis – que se cumprimentavam com “que a força esteja com você”. Estes últimos queriam restabelecer a república com um senado interplanetário. Tanto a série de televisão quanto o filme faziam referência ao contexto da Guerra Fria e da disputa entre URSS e EUA.

produtos, não mais como no passado quando um funcionário-padrão criava um equipamento mais produtivo. Não se trata mais da iniciativa individual, mas de provocar em grupos as possibilidades de criações produtivas em grande escala para produção e não mais para uma específica indústria. Agora é a empresa que substitui a fábrica.

Gilles Deleuze, em seus apontamentos sobre a sociedade de controle, mostrou que não se trata mais do confinamento, como na sociedade disciplinar, mas “numa sociedade de controle a empresa substitui a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos” (DELEUZE, 2010, 225).

Steve Wozniak, em entrevista ao documentário *Triunfo dos Nerds*, afirmou: “Eu sentava no chão do meu quarto, cercado de folhas por todos os lados enquanto desenvolvia o meu computador. E tudo que pude perceber é que já era tarde da noite e eu tinha bebido um montão de coca-cola. É assim mesmo... Faz parte desse tipo de vida...”. Não está mais em jogo cumprir uma jornada de trabalho, mas alcançar o melhor desempenho e realizar um objetivo. No mesmo documentário, Doug Muisse, um jovem desenvolvedor de softwares, detalhou um pouco mais desse tipo de vida mencionado por Wozniak: “Comer, sair, ter uma namorada, ter uma vida social, é uma coisa que acontece acidentalmente, ou somente quando dá... Nosso objetivo primordial é com a programação. Qualquer coisa que venha interromper isso pode ser considerada desperdício...” (*Triunfo dos Nerds 1*, 1996).

Richard Sennett, em *A corrosão do caráter* (2010), aponta que nessas novas empresas não se trata mais da hierarquia apresentada por Max Weber, mas em um *capitalismo flexível*, como denomina o autor, pede-se que trabalhador seja ágil, esteja aberto à modificações e se desvencilhe de procedimentos formais.

Os procedimentos formais delimitados por uma série de regras estáveis precisa ser *superado* para que o trabalhador seja modular e não cause entraves diante de modificações ou imprevistos. Assim, os procedimentos formais dão lugar aos protocolos, um trabalhador precisa seguir os protocolos, mais flexíveis. Os protocolos trabalham com possibilidades que determinam um trajeto e novas possibilidades podem ser incorporadas, os procedimentos formais delimitam um caminho apenas.

Sennett entrevistou funcionários da IBM que acreditavam na hierarquia da empresa e que teriam uma longa carreira nesta. Na administração de Thomas Watson, exercia-se um “capitalismo paternal com força total” (SENNETT, 2010, 146), como era expresso em músicas cantadas para vangloriar Watson, como foi mostrado anteriormente. Mesmo quando Thomas Watson Jr. assumiu o cargo de seu pai, a IBM mantinha seu padrão, com empregos vitalícios, seguro social e benefícios de aposentadoria. E isso era possível por ter um monopólio do mercado de computação.

Entretanto, na emergência desse novo estilo de vida dos jovens do Vale do Silício e a não adaptação da IBM, causariam rombos financeiros na empresa. “Em 1992, a empresa sofreu uma enorme perda (6,6 bilhões de dólares), quando oito meses antes amealhara o maior lucro empresarial americano já registrado. Uma complexa burocracia interna revelou-se paralisante quando a empresa foi driblada pela Microsoft de Bill Gates” (IDEM, 147).

As entrevistas de Sennett mostraram que os funcionários da IBM passaram a se sentir traídos, como se tivessem sido passados para trás. Aqueles que permaneciam nos empregos sentiam-se como se estivessem lá por empréstimo.

- Há muita tensão, violência doméstica e necessidade de assistência psiquiátrica... diretamente ligadas às demissões. Mesmo dentro da IBM, o ambiente mudou radicalmente: há muito nervosismo, sem a segurança. [...]
- Que respeito? ... A IBM é uma empresa muito incoerente, fazendo declarações bombásticas sobre respeito, sinceridade e sensibilidade, e praticando ao mesmo tempo uma administração opressiva e discriminatória num nível mais baixo.
- A lealdade à empresa morreu – declarou sem rodeios um consulto administrativo (IBIDEM, 149-150).

A IBM voltaria a ser uma máquina empresarial competitiva apenas quando Louis Gerstner assumiu a presidência, após a queda de vários outros presidentes. Gerstner substituiu as estruturas hierárquicas por formas flexíveis de organização, orientadas pela rapidez e introdução de produtos no mercado (IBIDEM).

Uma comparação dessa nova lógica, afirmaria Sennett em *A cultura do novo capitalismo* (2006), seria com o tocador MP3. O aparelho – que lê músicas transformadas em bits e comprimidas no formato MP3 – possui um centro de processamento que orienta o funcionamento do objeto, é possível acessar o material aleatoriamente, “a flexibilidade de reprodução só é possível porque a unidade central de processamento controla o conjunto” (SENNETT, 2006, 52). É como uma empresa de organização flexível, “o desenvolvimento linear é substituído por uma predisposição

mental capaz de permitir a livre circulação [...]. A unidade central de processamento da instituição estabelece as tarefas, avalia os resultados, promove a expansão ou o encolhimento da empresa” (IDEM, 50;52).

Este novo tipo de vida, atravessado pela obsessão em produzir o computador ou o software mais avançado, transpõe a organização da fábrica e os lugares delimitados presentes nela para que um programador crie a todo momento; crie não como uma obrigação ou somente por uma premiação, mas também como uma meta pessoal que o satisfaz e, como mostrou Sennett, há sempre um centro de comando. Trata-se de absorver esses jovens obcecados por tecnologia e seus jogos para lançar rapidamente novos produtos no mercado.

Gilles Deleuze afirma que, na sociedade de controle, as empresas introduziram um tempo de rivalidade, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um.

Atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobreprodução. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa (DELEUZE, 2010, 227-8).

Foucault, ao analisar a racionalidade neoliberal estadunidense em *O nascimento da biopolítica*, mostrou a incursão das análises econômicas num campo restrito apenas à quantidade, o trabalho. Não se trata mais, como nos economistas clássicos, de entender os processos do capital, do investimento, da máquina e do produto, mas de não ver mais o trabalho de maneira abstrata.

Ao conceber a economia como uma ciência do comportamento humano, os neoliberais estão diante da programação estratégica da atividade dos indivíduos. A partir desse deslocamento, interessa saber como quem trabalha utiliza os recursos que dispõe. O trabalhador é um sujeito econômico ativo e possui uma prática, uma conduta econômica racionalizada.

Theodore Schultz e Gary Becker, ao responderem a um momento histórico estadunidense, as soluções dadas à crise da década de 1920 e seus desdobramentos, desenvolveram a teoria do capital humano entre as décadas de 1950 e 1960. Para estes, o trabalhador é portador de um capital, uma aptidão. Sendo assim, há um investimento

em cada um para melhorar seu capital, composto tanto por fatores inatos, como a genética, como adquiridos com educação e especializações. Assim, aponta Foucault, não se trata de uma concepção de força de trabalho, mas de capital-competência, que será remunerada de acordo com uma série de variáveis de que o sujeito é portador, “é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (FOUCAULT, 2008, 310).

Não se está mais diante da separação entre trabalho manual e intelectual como na sociedade disciplinar, em que o trabalho intelectual era exercido por alguém em uma posição superior na hierarquia da fábrica e o trabalho manual destinado para os inferiores. Mas agora são fluxos de inteligências em que cada acoplamento de instruções e melhoras em uma pessoa, compõe o capital humano desta. “Não está mais em jogo como conter energias políticas de um corpo útil exaurido pela mecânica, mas como expandir suas energias inteligentes dedicadas a provocar inventividades pragmáticas” (PASSETTI, 2011, 133)

Os jovens do Vale do Silício nas décadas de 1970 e 1980, obcecados em novas tecnologias, misturavam diversão e descobertas como investimento em seu próprio conhecimento para desenvolver um *hardware* ou um *software* mais eficiente. Captaram rapidamente que tal atividade responderia a um mercado e buscaram fundar suas empresas, com uma estrutura horizontal que não abre mão de uma hierarquia que não fosse marcada pelos moldes anteriores.

Portanto, para as novas empresas, trata-se de atrelar o tipo de vida desses jovens interessados em tecnologia computo-informacional com produção e investimento no estudo para desenvolvimento de outros produtos. Absorve-se uma habilidade desenvolvida desde criança, como Wozniak que, quando pequeno, já tinha interesse no funcionamento de eletrônicos, para ser parte constituinte de um capital que qualifica a pessoa para exercer uma certa função. Interessam jovens dispostos a investimentos pessoais para um futuro próspero individual e da empresa.

A caixa azul e alguns livros subversivos

Quando, em 1971, Wozniak leu um artigo na revista *Esquire*, intitulado "Secrets of the Blue Box" (“Segredos da Caixa Azul”) de Ron Roseblum, entrou em contato, pela primeira vez, com os *hackers* de telefone.

A Caixa Azul podia fazer ligações gratuitas para qualquer lugar. Para isso, a pessoa precisava discar qualquer número de ligação grátis (0800) e depois emitir um tom de assobio que controlasse o *tandem*, uma peça do circuito telefônico que, a partir de determinados tons, direciona as chamadas telefônicas, assim era possível usar a linha sem pagar. Essa descoberta está associada a John Draper, que utilizou um apito que vinha de brinde no cereal *Cap'n Crunch* e podia emitir o tom certo, por isso, Draper passou a ser conhecido como Capitão Crunch.

Em junho de 2011 o Capitão Crunch esteve presente na Campus Party²³, realizada em Bogotá, Colômbia. Ali, falou para jovens programadores²⁴ e obcecados por tecnologia sobre o uso do apito para controlar a linha telefônica e pediu aos seus ouvintes para o reinventarem no meio digital, com o objetivo de descobrir falhas, não mais enquanto subversão, e sim, como reparo eficiente para aperfeiçoar as ferramentas.²⁵

No entanto, a descoberta dos comandos telefônicos por meio de tons já havia sido realizada, no final da década de 1950, por um garoto de 8 anos, Joe Engressia, que havia nascido cego e que gostava de fazer ligações para qualquer número para escutar mensagens de erro²⁶. Enquanto fazia uma dessas ligações, começou a assoviar e sua

²³ A Campus Party é realizada desde 1997. Sua primeira edição foi na Espanha e depois ocorreu no Brasil, Colômbia e México. Neste evento, jovens programadores e internautas acampam por uma semana em algum prédio alugado pela organização e desfrutam de conexões velozes (na última edição foram 20GB. Atualmente os planos de banda larga oferecem velocidade mínima de 1MB e máxima de 100MB, sendo uma conexão de 20GB 20000 vezes mais veloz que a velocidade mínima e 200 vezes mais que a máxima). Ali também assistem a palestras de grandes nomes da informática do planeta inteiro. Ao Brasil já vieram John Maddog Hall, um dos primeiros defensores do *software livre*; Tim Berners Lee, um dos pioneiros da internet; Marcos Galperin, fundador do site MercadoLivre.com; Scott Goodstein, realizador da campanha de Barack Obama na internet; Marcos Ponte, o primeiro astronauta brasileiro; entre outros. O evento é patrocinado pela empresa espanhola Telefônica, atual Vivo. A empresa tem um espaço próprio no evento, em que promove o Educaparty, onde realiza palestras e discussões a respeito de *participação social* na internet, abordando temas como governo eletrônico e a chamada *inclusão digital* por meio de planos populares de conexão.

²⁴ Neste trabalho entende-se por *programador* aquele que desenvolve um software e realiza suas atualizações, é conhecido também como desenvolvedor de *softwares*. Desenvolvedores de *hardwares*, são próximos aos técnicos, que não precisam estar em constante atualização de seus currículos, mas a estrutura física permanece semelhante. Os *programadores* são *modulares*, precisam estar em constante atualização enquanto *empreendedorismo de si*, já os desenvolvedores de *hardwares* são mais *mecânicos*, realizam um trabalho manual de concertos e montagens e, por vezes, de aumento de memória.

²⁵ *CPCO4 – Momento Telefônica: John Draper, 'Captain Crunch'*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BLOnLqb9Akk&feature=related>. Acesso em 20/07/2011.

²⁶ Vale destacar que a invenção do telefone data de 10 de março de 1876, pelo escocês Gaham Bell. Este conviveu com surdos, inclusive, foi casado com uma.

chamada foi desligada. Ao telefonar para a companhia telefônica, o explicaram que o tom que ele havia atingido desligava a ligação (ROBSON, 2004).

Engressia começou a explorar os tons e seus comandos. No artigo da revista *Esquire*, o mesmo que Wozniak leu, há destaque para a história de Engressia, apontando sua descoberta a partir de um dom desenvolvido por conta da cegueira e ressaltando que seu sonho era trabalhar para a companhia telefônica. Entretanto, quando seu invento foi descoberto, sua casa foi invadida por policiais e estes levaram todo seu equipamento. Entretanto, já havia apresentado a Caixa Azul a outras pessoas que a transmitiram a outras, como Ron Roseblum, que era seu conhecido (ROSEBLUM, 1971).

As Caixas Azuis, como conta Michael Moritz ao escrever a biografia de Jobs, não tinha tantos ruídos como os telefones disponibilizados pela companhia telefônica. Aqueles que burlavam a telefonia com o uso dessas caixas, passaram a ser conhecidos como *phreaks* (Phone+Freak).

Moritz ainda afirma que “A história, publicada em outubro de 1971, com certeza estimularia qualquer um com gosto pelo fantástico” (MORITZ, 2011, 78). No entanto, não menciona a vontade de alguns daqueles que burlavam o sistema da companhia eletrônica em ter um emprego. Engressia afirma em uma entrevista para a elaboração do mesmo artigo da *Esquire*: “Eu quero trabalhar para a Ma Bell. Eu não a odeio, como alguns *phreaks*. Eu não quero arruinar a Ma Bell. Para mim, é o puro prazer do conhecimento. Há algo de belo quando você conhece intimamente o sistema, como eu faço” (ENGRESSIA *apud* ROBSON, 2004).

Esta publicação ainda obteve outras repercussões: Engressia e Draper, que eram citados, foram investigados e levados a julgamento. O primeiro recebeu a proibição de estudar os sistemas de telefonia e de adquirir uma linha telefônica, bem como lhe foi recusado o desejado emprego na companhia. Draper foi condenado pela primeira vez à prisão (ROBSON, 2004).

Outro ataque à AT&T (American Telephone and Telegraph – empresa de telecomunicações estadunidense) foi na década de 1980, desta vez pelo Capitão Zap, codinome de Ian Murphy. Seu alvo foi o sistema de cobranças computadorizado da companhia. Para recolher conhecimento para esta atividade, Zap procurou um meio de entrar no sistema telefônico. Precisava ter acesso aos manuais da telefonia e, para isso, vasculhou o lixo da companhia.

Seu acesso se deu pelo portal de manutenção, que não tinha proteção: as respostas eram automáticas, sem a necessidade de confirmação de senhas.

Zap se definia como o Robin Hood moderno. Mudou os relógios do sistema de telefonia para 12 horas de diferença, assim, nos horários mais caros, as ligações ficavam menos caras. A ação só foi descoberta no fechamento das contas. Começou a perseguição a Zap, que só foi encontrado 18 meses depois.

Capitão Zap abandonou suas ações de Robin Hood e desvencilhou-se de seu codinome. Ian Murphy, após ser preso e condenado a dois anos e meio de prisão, virou consultor de segurança de internet. Hoje, em livros de banca de jornais, como o *Escola Hacker*, sua história é destacada mostrando como um *hacker* pode ser bom e trabalhar como segurança de computadores (*Escola Hacker*, 2008).

A companhia telefônica estadunidense, após a publicação do artigo na *Esquire*, ainda pediu às bibliotecas que removessem manuais técnicos de telefone de suas prateleiras (MORITZ, 2011). Isso dificultou o acesso a livros referentes ao tema quando Wozniak convidou Jobs para fazerem sua própria Caixa Azul.

Wozniak e Jobs vasculharam a biblioteca do centro do Acelerador Linear de Stanford, que possuía vários livros sobre informática e tecnologia. No entanto, os manuais como *The Bell System Telephone Journal* e o *The Bell Laboratories Record* também haviam sido recolhidos. Encontraram, porém, o pequeno livro *CCITT Masterdata*, contendo uma lista completa de frequências dos números dos telefones. Assim que saíram da biblioteca, os jovens empreendedores compraram os equipamentos necessários para construir o aparelho (WOZNIAK, 2011).

Outra importante leitura para que Wozniak montasse o seu projeto para a Caixa Azul foi *Steal this book (Roube este livro)* de Abbie Hoffman (IDEM). O livro é vinculado à contracultura escrito na década de 1960, e lançado em 1971, quando o autor estava preso. Hoffman expunha um estilo de vida subversivo, separado em três capítulos: “Sobreviva!”, “Lute!”, “Liberte!”. O primeiro mostra como sobreviver na *sociedade-prisão*, como caracteriza os EUA, por meio de invenções em que não se depende de alguém para lhe fornecer algo, como plantar maconha em casa, construir meios de comunicação sem depender da companhia telefônica, fazer sua própria roupa, viajar de graça com caronas, etc.. Em “Lute!”, seção vinculada à anterior, apresenta formas de confrontos com autoridades, onde a luta aparece como necessária para a vida. Aqui são apresentadas receitas de bombas e armas, bem como técnicas de roubo. A última seção, “Liberte!”, destina-se às quatro cidades, Chicago, Nova Iorque, Los Angeles e São Francisco, onde o autor acredita que há um potencial de revolta que pode se espalhar para outros lugares. Neste sentido, apresenta como reconhecer um agente

policial nestes locais, como roubar um carro, como conduzir seu julgamento sem a presença de um advogado, etc.. (HOFFMAN, 1971).

Entretanto, Wozniak não estava interessado neste estilo de vida, mas em uma pequena receita que ali se encontrava: a de uma Caixa Preta em que, quando o telefone recebia uma ligação de longa distância, um botão era acionado e informava à companhia telefônica local que a chamada havia sido atendida. No entanto, como não havia resposta nos dois segundos seguintes, assim, a companhia telefônica não enviava o sinal de cobrança, mas a pessoa permanecia na linha, sem que ninguém percebesse a conexão (WOZNIAK, 2011; HOFFMAN, 1971).

No mesmo ano de lançamento de *Steal This Book*, 1971, também foi lançado o *Anarchist Cookbook (Livro de receitas anarquistas)* de William Powell, um jovem ativista antiguerra e contra a Guerra do Vietnã, que mostrava como fazer bombas e drogas com ingredientes que as pessoas possuíssem em casa.

O material para o desenvolvimento do livro foi adquirido por meio de uma pesquisa desde compêndios militares a manuais de guerrilha. Eliane Knorr, em sua resenha do *Anarchist Cookbook*, afirma que Powell, diante da batalha disposta aos seus olhos, “assume o contrataque violento como única saída possível” (KNORR, 2012, 415). Knorr ainda retoma as práticas radicais de anarquistas no final do século XIX que lançaram bombas em meios burgueses. Os ataques de Vaillant, Ravachol e Émile Henry recusavam a representação de tribunais, sujeições e a exploração. Afirmaram a prática anarquista por meio de bombas e de invenção de novos costumes. Essas práticas não devem ser confundidas com “o terror com as armas e as bombas empregadas para conter, submeter, conformar, pacificar, sufocar”, os anarquistas no XIX “inventaram e saborearam, sob riscos e dores, um modo de fazer liberdade” (IDEM, 419).

Hoje, cópias deste também circulam pela internet à disposição de qualquer um. É possível encontrar tanto a versão original como as atualizadas por grupos anarquistas, como o *Anarchist Cookbook 2000*, de Jolly Roger²⁷, que contém mais de 219 receitas de explosivos.

Em *The Anarchist Cookbook*, também se encontra receitas de como realizar ligações de graça, entretanto, foi o *Steal This Book* que circulou nas mãos dos jovens que viriam a fundar a Apple. Na primeira construção da Caixa Azul, Wozniak não

²⁷ É possível fazer o download em: <http://www.freeinfosociety.com/pdfs/misc/anarchistcookbook2000.pdf>. Acesso em 23/10/2011.

obteve sucesso. Após armazenar os tons em um gravador que a Caixa reproduzia, não conseguiu com que as ligações fossem completadas. Enquanto isso, as caixas eram fabricadas por outras pessoas, havia uma competição entre os *phreaks* para construir caixas mais compactas e de fácil funcionamento (MORITZ, 2011).

Assim, Wozniak fez um projeto para uma caixa digital. Cada botão da Caixa emitia um som claro e limpo, a caixa também não possuía botão de ligar, e ao apertar um botão a máquina já estava funcionando.

Wozniak entrou em contato com o Capitão Crunch após um amigo da época do colégio ter dito que ele trabalhava em uma estação de rádio. Wozniak ligou na estação e deixou um recado pedindo para que Crunch retornasse, o que veio a acontecer.

Crunch foi ao seu dormitório em Berkeley e Wozniak lhe apresentou à Caixa Azul digital. Além dos dois, também estavam presentes Jobs e um amigo de Wozniak. Os futuros fundadores da Apple aprenderam como realizar ligações para qualquer lugar do continente americano e terminá-las como se fosse uma chamada local.

Como lembrou o Capitão Crunch na palestra da Campus Party, foi nesse encontro que Wozniak teve a ideia de ligar para o Vaticano. Identificaram-se como Henry Kissinger, secretário de Estado estadunidense que serviu na Segunda Guerra e que ganhou o Nobel da Paz pelo acordo de cessar fogo com o Vietnã; afirmaram que era em nome do presidente Nixon e que havia urgência de falar com o Papa para uma confissão. No entanto, o Papa estava dormindo e quem atendeu não o acordou.

Wozniak e Jobs passaram a vender as Caixas Azuis e adotaram codinomes: Berkeley Blue e OafTobark. O custo era de 40 dólares e era comercializada a 150.

A perseguição aos *phreaks* continuava. Com o artigo da *Esquire*, Crunch passou a ser investigado, algumas de suas ligações foram rastreadas pela empresa telefônica e uma lista de números com a identificação de quem era o usuário foi entregue ao FBI. Nesta, constava Steve Jobs. Capitão Crunch foi preso pela primeira vez em 1972 e, após o julgamento, foi condenado a 5 anos de liberdade condicional e multado em mil dólares (BUTCHER, 1993).

Diante disto, Jobs resolveu abandonar o negócio. Wozniak ainda continuou por mais um ano e dividia seu lucro com Jobs, mesmo com este não participando mais. No entanto, as cartas do diretor de Berkeley sobre seu mau rendimento na Universidade o levaram a deixar as Caixas Azuis de lado (MORITZ, 2011).

Jobs estava mais interessado em outras experimentações e em seu namoro com Nancy Rogers. Passavam as tardes bebendo e conversando. Com ela, Jobs experimentou

pela primeira vez LSD, em um campo de trigo. “Foi demais. Eu estava ouvindo muito Bach. De repente, o campo de trigo estava tocando Bach. Foi a experiência maravilhosa da minha vida até o momento. Eu me senti como o maestro dessa sinfonia de Bach que saía do campo de trigo” (JOBS *apud* MORITZ, 2011, 75).

Jobs nunca escondeu suas experimentações com estados alterados. Albert Hoffman, o inventor do LSD, chegou a escrever para Jobs em 2007, aos 101 anos para pedir doações para pesquisas do MAPS (Associação Multidisciplinar para Estudos Psicodélicos), entidade de estudos dos benefícios médicos e psiquiátricos do uso de substâncias alucinógenas.

Steve Jobs,

Eu tomei conhecimento por relatos da mídia que você considera que o LSD te ajudou criativamente no desenvolvimento dos computadores da Apple e em tua busca espiritual. Estou interessado em saber mais sobre como o LSD foi útil para você.

Estou escrevendo agora, logo após meu 101º aniversário, para solicitar que você apoie o estudo proposto pelo psiquiatra suíço Dr. Peter Gasser para uma psicoterapia com participação do LSD em pessoas com ansiedade associada a doenças mortais. Este será o primeiro estudo para uma psicoterapia com LSD depois de mais de 35 anos.

Espero que você ajude na transformação de minha “criança problema” em uma criança prodígio.

Sinceramente,

A. Hofmann (HOFMANN, 2007a).

Hoffman foi amigo de Rick Doblin, o fundador da instituição, para quem escreveu relatando o envio desta carta e afirmando ter seguido as recomendações de escrever a mão.

Querido Rick,

Obrigado por tudo o que você tem feito pela minha criança problema. Acrescento com prazer o que puder fazer de minha parte.

Aprendi muito com a sua grandiosa carta, a agir depois de esperar pelo momento certo, o quão hábil e cuidadoso você organiza e faz o seu trabalho. Espero que minha carta a Steve Jobs corresponda a suas expectativas, especialmente no que diz respeito à escolha do papel escrito. Acredito que eu tenha seguido sua prescrição.

Espero que o Dr. Gasser obtenha sucesso com a sua solicitação.

Cordialmente -

Albert (HOFFMAN: 2007b).

A carta foi entregue por Doblin ao repórter Ryan Grim, que a publicou no livro *This is Your Country on Drugs: the Secret History of Getting High on America (Este é seu país sobre drogas: a história secreta de ficar chapado na América)* (2009).

Posteriormente, relata Grim, Doblin e Jobs se encontraram e se reuniram por 30 minutos e Jobs afirmou que ainda estava pensando e silenciou.

Com as experimentações de LSD e haxixe e o amor por Nancy Rogers, Jobs tomou a decisão de morar durante o verão com ela. Assim que concluiu o ensino médio, alugou um quarto em uma pequena cabana nas montanhas com vista para Cupertino e Los Altos.

Após o verão, Jobs decidiu entrar para a Universidade. Não optou por Berkeley, que, para ele, era uma fábrica de diplomas, nem por Stanford, que achava muito careta, mas pelo Reed College, em Portland. Devido à alta mensalidade da universidade, Jobs vendia máquinas de escrever da IBM e latinhas para reciclagem. Em uma dessas vendas conheceu Robert Friedland, um jovem que usava túnicas indianas e que já ficara preso por fabricar e vender LSD. Em seu julgamento, disse ao Juiz que este deveria experimentar o LSD antes de julgá-lo, no entanto, o juiz recusou a sugestão de Friedland, afirmou que não precisava expandir sua mente para definir a punição e o condenou a dois anos (BUTCHER, 1993).

Foi com este amigo que Jobs iniciou sua busca espiritual, fez experimentações com alimentação, como comer apenas frutas para purificar o corpo e assim não precisar mais tomar banho, o que não teve muito sucesso (MOISESCOT, 2010).

No semestre seguinte, Jobs não se matriculou. Em uma palestra à turma de formandos de Stanford, a universidade que achava careta, em 2005, ano de lançamento do Ipod Nano²⁸, apresentou um pouco deste itinerário e mostrou aos jovens a importância de descobrir o que realmente os agrada e de realizar tudo com a maior perfeição possível, como se fosse o último dia de vida, para ser bem sucedido na área dos negócios.

Após seis meses, eu não via valor naquilo. Eu não tinha ideia do que fazer da minha vida e como a universidade poderia me ajudar a descobrir. E eu estava lá, gastando todo o dinheiro que meus pais tinham juntado a vida inteira. Então eu decidi sair e confiar que tudo daria certo. Naquela época, foi muito assustador, mas olhando para trás, foi uma das melhores decisões que já tomei. No momento em que sai, pude parar de assistir às aulas obrigatórias que não me interessavam e comecei a assistir as que pareciam interessantes. Não foi tudo romântico. Eu não tinha um dormitório, então eu dormia no chão de quarto de amigos, devolvia garrafas de coca-cola para ganhar 5 centavos para poder comprar comida e andava 7 km pela cidade aos domingos à noite para ter uma boa refeição no templo Hare Krishna. Eu adorei (Jobs, 2005).

²⁸ Aparelho de escutar músicas desenvolvido pela Apple.

Mesmo não tendo se formado, Jobs consta nas propagandas do Reed College. Segundo o site da universidade,; sua experiência ali foi importante para se tornar um programador.²⁹

Enquanto isso, Wozniak estava entretido com seu novo emprego na HP, onde trabalhava em circuitos de calculadoras. Cada vez mais os computadores ficavam distantes e ficou ali por quatro anos.

Jobs, ao voltar para Califórnia, em 1974, estava disposto a juntar dinheiro para uma viagem à Índia e, para tal, conseguiu um emprego em uma empresa que tinha acabado de ser fundada em Sunnyvale, a Atari.

A Atari (termo do jogo Go, quando o oponente não tem opções de movimentos) fora criada por Nolan Bushnell, que também residia no vale de Santa Clara, em 1972. O primeiro jogo desenvolvido era baseado na simulação de uma nave espacial em que dois jogadores podiam disparar mísseis um contra o outro, chamado de Computer Space.

Jobs convidou Wozniak para trabalhar na Atari e, convenceu Bushnell de que, com a ajuda do amigo, seria possível desenvolver jogos que utilizassem menos chips. Ali, os dois desenvolveram o jogo *Breakout*³⁰, projetado por Wozniak, como afirma em sua biografia, enquanto Jobs apenas conectava os chips. Ao final, Jobs afirmou ao amigo que tinha recebido a quantia de 700 dólares, dando-lhe a metade do valor. No entanto, o enganou, pois recebeu 7000 dólares (BUTCHER, 1993).

Ele recebeu uma quantia mas me disse que recebeu outra. Steve não foi honesto comigo e isso me feriu. Mas não fiz grande alarde a respeito. [...] Ainda não entendo por que ele recebeu determinado valor e me disse ter recebido outro. Mas as pessoas são diferentes. De forma alguma me arrependo da experiência na Atari com Steve Jobs. Ele era meu melhor amigo e ainda me sinto extremamente ligado a ele. Desejo tudo de bom para Steve (WOZNIAK, 2011, 120).

Vale do Silício: programações, proprietários e programadores

Enquanto Wozniak trabalhava na Atari, recebeu uma ligação de seu amigo dos tempos de colégio, Allen Baum, com o convite para participar do clube Homebrew,

²⁹ Ver: Reed College. Admission: Life after Reed. Disponível em: http://www.reed.edu/apply/about_reed/life_after_reed.html. Acesso em 28/07/2011.

³⁰ É possível jogá-lo online em: http://www.atari2600.com.br/Jogos/Atari/2600/01Kj/Super_Breakout. Acesso em 1º/08/2011.

formado por pessoas, em sua maioria jovens, interessadas em tecnologia e computadores.

As reuniões ocorriam na casa de um engenheiro desempregado chamado Gordon French, e tinham como objetivo discussões sobre como tornar a informática acessível a qualquer pessoa. Na primeira reunião do grupo, Wozniak, que a definiu como “a noite mais importante da minha vida” (WOZNIAK, 2011, 126), começou a pensar em como projetar um computador pessoal, que viria a ser o Apple 1.

Nesta noite, cerca de 30 pessoas estavam presentes, e o alvo da discussão era uma matéria da revista *Popular Electronics* que trazia um computador em sua capa. Era o Altair 8800, que tinha sido desenvolvido por uma empresa do Novo México chamada MITS (Micro Instrumentation and Telemetry Systems).

A MITS era presidida por Henry Edward Roberts, um ex-oficial da Força Aérea estadunidense. A empresa estava estabelecida na garagem de Roberts em Albuquerque, Novo México, onde eram vendidos transmissores de rádios e equipamentos para foguetes de aerodelismo. Quando a Intel lançou o microprocessador de 8 bit, o Intel 8008, em 1972, e depois um mais potente, o 8080, algumas pessoas começaram a projetar kits para microcomputadores. Foi o caso não somente de Roberts, mas também de Jonathan Titus.

Titus desenvolveu o Mark-8, baseado no 8008, que foi anunciado na revista *Radio-Eletronics* em 1974. No entanto, mesmo tendo sido o primeiro computador a aparecer na capa de uma revista popular e introduzido como um “*build yourself*”, ou seja, a partir das instruções poderia ser construído em casa, não foi um sucesso, já que era preciso buscar uma peça de cada vez na editora (BRYAN, s/d).

A concorrente da *Radio-Eletronics* optou, então, por disponibilizar um computador que as pessoas realmente pudessem montar em casa a partir da leitura da revista, sendo necessária apenas a aquisição do chip. A montagem do computador saía por volta de US\$ 500,00, enquanto máquinas como o PDP-11 custavam US\$15.000,00.

O Altair foi um sucesso, vendendo 4.000 cópias. O *kit* possuía um teclado numérico, sem terminal de vídeo, além do processador. A saída de dados e programas deveriam ser providenciados pelos usuários, muitas vezes adquiridos de segunda mão em feiras de computadores (PACITTI, 2000).

No ano do lançamento do Altair, 1975, mesmo com o desinteresse de algumas empresas em investir no mercado de computadores, várias revistas sobre o tema foram lançadas, entre elas: *Byte*, *Creative Computing Magazine*, *ROM Magazine*, *Kilobaud*

Microcomputing Magazine, *SCCS Interface Magazine*, *Computer Notes Magazine*, *MicroTrek*, *Dr. Dobb's Magazine*, *Family Computing Magazine* e *On Computing*. Essas revistas hoje estão disponíveis na internet. Elas instruíam e apontavam o desenvolvimento dos computadores pelos EUA, ensinando muitos garotos a mexer nas peças de computadores e como fazer o seu próprio computador.

Wozniak, ao estudar um folheto com especificações técnicas de um microprocessador, percebeu que o funcionamento o Altair era “exatamente igual ao Computador Cream Soda que havia projetado cinco anos antes! Quase igual” (WOZNIAK, 2011, 127).

Os microchips também são conhecidos como microprocessadores. O primeiro microprocessador foi lançado pela Intel para atender a um fabricante japonês de calculadoras (Museu do Computador, s/d). O processador 8800 da Intel ficou famoso pelo seu uso no Altair, possuía 16 bits e tinha a capacidade de memória de 64 kbytes. A diferença entre o Cream Soda e o Altair se dava no microprocessador, ou seja, uma CPU armazenada dentro de um único chip, e não em vários chips como no projeto de Wozniak.

Com o contato com o Homebrew e o funcionamento do Altair, Wozniak passou a elaborar um computador que usaria apenas alguns chips, e que fosse eficiente e acessível usando a menor quantidade de componentes. Ele mostrou aos membros do clube seus diagramas esquemáticos em que já pensava como ligar uma TV e um teclado. Tratava-se da construção de um terminal que possibilitasse digitar palavras e enviá-las para o computador remoto. Não seria mais apenas um microprocessador que brilhava e cujos códigos precisavam ser decifrados pelas pessoas como no Altair, mas de combinar um terminal com o computador.

Trata-se das primeiras elaborações do Apple 1, que ficaria marcado na história da informática como o primeiro computador pessoal e de fácil uso. A vontade de popularizar o uso dos computadores apareceu para Wozniak quando ainda era criança. Após ler uma antiga revista de engenharia de seu pai sobre computadores, e como funcionavam, percebeu como estes se encontravam em um estágio inicial e passou a sonhar com quando qualquer pessoa poderia colocá-los em casa e aprender a utilizá-los sozinha.

Até então, nenhum computador utilizava teclado. Após o Apple 1, lançado em 1976, todos o usariam. No entanto, essa ideia possui procedências na experiência de Wozniak com as calculadoras da HP. Estas o colocaram em contato com a memória

ROM (Read-only memory – memória apenas para leitura), que mantém as informações inseridas nela mesma quando o equipamento é desligado. Assim, mantinham-se dados que eram exibidos na tela ao computador ser ligado e também eram reconhecidos aparelhos conectados a este.

Os chips ROM eram usados nas calculadoras HP para que fossem registradas configurações que não pudessem ser modificadas posteriormente. Assim, eram gravadas as instruções para que, quando se digitasse uma tecla, o microprocessador recebesse as informações e as transmitisse para a pequena tela. Isso permitiu que um computador fosse ligado mais rápido que o Altair (que demorava meia hora para carregar um programa). Desta maneira, o programa já estaria carregado e não seria perdido com o desligamento da máquina.

Wozniak passou a estudar chips, como o Motorola 6800, o primeiro microprocessador da Motorola que custava cerca de 40 dólares³¹. A Motorola é uma empresa estadunidense fundada em 1928, sob o nome Galvin Manufacturing Corporation. A mudança da razão social ocorreu em 1947, apesar de ser conhecida desde a década de 30 pelo atual nome. O fundador, Paul Wault Galvin, introduziu o nome Motorola quando a empresa se lançou à produção de rádios para carro a partir da junção do prefixo “moto” como o sufixo “ola”, que era usado em vários equipamentos de áudio, a exemplo: vitrola e radiola.

Wozniak, em seus estudos de processadores, foi ao lançamento do 6502 da MOS Technology na feira de informática e eletrônica Wescon, em São Francisco. Os criadores do chip estavam mais interessados, afirma Moritz, em fornecer microprocessadores para mercados de copiadoras, sinalização de trânsito e máquinas de *pinball*, mas não no recente mercado de computadores. No entanto, Wozniak notou que este chip era compatível com o da Motorola. Desta maneira, era só realizar a troca das peças e nada seria perdido: foi a criação do processador do Apple 1 (WOZNIAK, 2011).

Assim, após a escolha do processador, foi necessário o desenvolvimento de uma linguagem de programação BASIC para o 6502 (inexistente até então) e a elaboração de um programa monitor para o computador que pudesse usar um teclado e não um painel frontal com luzes piscando – para a memória ROM de 256 bytes (hoje, esse tamanho

³¹ O Motorola 6800 foi importante não somente nas primeiras montagens do Apple 1, mas estava presente em sistemas de jogos, como do Sega Mega Drive, Sega Mega CD e o Neo-Geo. Em 2011, a Motorola foi vendida à Google por 12,5 bilhões de dólares.

corresponde a uma frase digitada em programas como Word). Era o primeiro programa que Wozniak desenvolvia com o 6502.

As instruções do programa não foram armazenadas em cartões perfurados, mas em um pequeno cartão binário que possuía dois algarismos, 1 e 0, para os vários comandos que uma pessoa necessitasse.

No entanto, ainda era necessária uma memória RAM para que as instruções rodassem, pois os computadores realizavam os cálculos a partir das informações da memória ROM. Após conseguir chips de memória RAM, com seu amigo Myron Tuttle, que também trabalhava na HP, agora necessitava ligar a energia e ver se o computador funcionaria.

No entanto, vários *bugs*³² apareceram em relação à transmissão de energia: os interruptores não funcionavam. Foi apenas com a redução da memória ROM que Wozniak conseguiu ver as primeiras letras que digitava no teclado serem transmitidas para a tela. Era um domingo, 29 de junho de 1975, quando uma pessoa digitou um caractere no teclado e o viu ser projetado em uma tela.

Wozniak apresentou seu projeto para o clube Homebrew e afirmou que seu desejo era que todos ali pudessem montar seus próprios computadores, fornecendo-lhes estes as informações que utilizou para a sua realização. No entanto, conta Moritz, muitos integrantes do grupo não demonstraram interesse em conhecer a máquina. Em outubro de 1975, dentre os 38 computadores em posse das pessoas do clube, 25 eram Altair ou baseados no microprocessador 8080 e apenas um usava o 6502, quando Wozniak conectou o computador a uma TV preto e branca e mostrou seu funcionamento. Quase não obteve atenção pela desconsideração ao 6502.

O computador também chegou a ser apresentado à HP, caso ela tivesse interesse em fabricá-lo, no entanto, lembra Tuttle, o amigo de Wozniak que o ajudou com os chips para a elaboração do projeto: “Era uma daquelas reuniões informais. Não era um grande evento. A gente só pediu cinco minutos para mostrar a placa de Woz. Eles disseram: ‘a HP não pretende entrar nesse tipo de mercado’” (TUTTLE *apud* MORITZ, 2010, 137).

Wozniak apresentou seu computador a Steve Jobs, que o ajudava a levar o equipamento para o Homebrew nas reuniões às quartas. Após alguns reparos na máquina, com a ajuda de Jobs, ele mesmo percebeu que muitos dos integrantes não

³² São erros na operacionalização de um *software* que impedem o seu funcionamento.

tinham habilidade e tempo para montar os computadores descritos em diagramas esquemáticos. Assim, sugeriu que os dois vendessem placas de circuito, onde as pessoas teriam apenas que soldar os chips e, com isso, a parte mais difícil do trabalho já estaria pronta (WOZNIAK, 2011).

No entanto, tal procedimento sairia caro, seriam necessários cerca de mil dólares para que uma empresa de computadores imprimisse as placas para vendê-las a 40 dólares para 50 pessoas e obter retorno do dinheiro. Mesmo o clube Homebrew já contando com 500 membros, como vimos, a maior parte deles eram admiradores do Altair.

Jobs conseguiu convencer Wozniak a abrir uma empresa:

Estávamos no carro dele e ele disse – e posso me lembrar dele dizendo como se fosse ontem: ‘Bem, mesmo que percamos nosso dinheiro, teremos uma empresa. Pelo menos uma vez em nossas vidas teremos uma empresa’.
Pelo menos uma vez em nossas vidas teríamos uma empresa. Aquilo me convenceu. Fiquei muito animado em pensar sobre nós daquela forma: dois grandes amigos começando uma empresa. Soube naquele momento que faria isso. Como poderia não fazer? (IDEM, 144).

Jobs, lembrando de suas experiências em um pomar do templo Hare Krishna que frequentava, no estado de Oregon, sugeriu o nome Apple Computer para a empresa (MORITZ, 2010; BUTCHER, 1993). Como os dois não conseguiram pensar outro nome ficou este mesmo, apesar do receio que a Apple Records, gravadora do Beatles, os acusasse de plágio, o que não aconteceu.

Para conseguir o dinheiro, Wozniak vendeu sua calculadora da HP por 500 dólares e Jobs sua Kombi por 1,5 mil.

Enquanto Steve adotava o BASIC para o 6502, um jovem chamado Bill Gates realizava o mesmo para o Altair. Bill Gates também era membro do clube Homebrew, e em 31 de janeiro de 1976, escreveu uma carta aberta aos integrantes:

Para mim a coisa mais crítica no mercado pessoal no momento é a falta de bons cursos sobre software, livros e softwares em si.
Sem bons softwares e um proprietário que entenda sobre programação um computador pessoal é desperdiçado.
Softwares de qualidade serão escritos para o mercado pessoal?
As respostas que nós tivemos de centenas de pessoas que disseram estar usando BASIC foram todas positivas.
Duas coisas surpreendentes são aparentes, contudo.
1 - A maioria desses usuários nunca compraram BASIC, e
2 - A quantia que recebemos de vendas para o mercado pessoal faz o tempo gasto na produção do Altair BASIC custar menos de 2 dólares a hora.
Porque isso?
Como a maioria dos usuários deve saber, a maioria de vocês rouba softwares que usam.

Hardware precisa ser comprado, mas software é algo a compartilhar.
 Quem liga se as pessoas que trabalharam nele foram pagos?
 Isto é justo?
 Uma coisa que vocês não fazem roubando software é voltar ao MITS por causa de algum problema que vocês podem ter tido.
 MITS não ganha dinheiro vendendo software.
 Uma coisa que vocês fazem é impedir bons softwares de serem escritos.
 Quem pode se dar ao luxo de fazer um trabalho profissional por nada?
 Que entusiasta pode colocar 3 homens anos na programação, achando todos os bugs, documentando seu produto e distribuí-lo de graça?
 O fato é, ninguém além de nós investiu muito dinheiro em software pessoal.
 E os que revendem o Altair BASIC?
 Eles não estão ganhando dinheiro com software pessoal?
 Sim, mas aqueles que forem relatados a nós poderão perder no final. Eles são os que dão má fama aos entusiastas, e deveriam ser banidos de qualquer reunião de clubes que eles aparecerem.
 Eu gostaria de cartas de qualquer um que queira pagar, ou tenha uma sugestão ou comentário.
 Assinado Bill Gates, Sócio-proprietário, Microsoft (GATES, 1976).

Gates interessava-se no desenvolvimento de softwares que rodassem nos computadores e suas estruturas físicas (hardwares) e em sua comercialização. Também alertava para algo que ficaria famoso nos anos 1980, a briga do *software* proprietário com o chamado *software* livre.

Em 1979, a Apple se interessou pelo projeto de Jef Raskin, especialista na criação de interfaces homem-máquina, que visava à criação de um microcomputador simples e acessível ao grande público. John Draper também participou do projeto no desenvolvimento de uma interface telefônica para a máquina. Este seria o Macintosh, lançado em 1984, com uma propaganda inspirada no livro de George Orwell, na qual a heroína destruía a imagem do Big Brother, em alusão à concorrência entre a Apple e a IBM³³. Diante dos produtos da empresa que desenvolvera as primeiras máquinas, voltadas para fins estratégicos de guerra, nota-se que a aposta da empresa dos jovens Jobs e Wozniak era de trazer pessoalidade a seu uso.

Mas, em 1980, quando a IBM entrou também para o mercado de micro-computação, com máquinas muito mais baratas e com a intenção de derrubar o Apple 2, se tornava necessário o desenvolvimento de um equipamento mais competitivo em

³³ O vídeo, lançado durante o intervalo da Super Bowl XVIII, está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=OYecfV3ubP8>. Acesso em 28/05/2011.

termos de mercado.³⁴ A IBM criou o hardware do computador, os circuitos lógicos, porém havia o impasse no desenvolvimento do sistema operacional, que faria com que as outras partes funcionassem.

O desenvolvimento do sistema operacional da IBM só foi possível quando esta fechou contrato com uma empresa que tinha acabado de ser formada: a Microsoft. Bill Gates comprou o sistema operacional QDOS (Quick and Dirty Operating System) de Tim Paterson por 50 mil dólares, mas que não tinha um alto alcance de processamento nem muita memória, reformou-o e vendeu à IBM por 8 milhões de dólares. Este passaria a ser conhecido como MS DOS (Microsoft Disk Operating System). Assim, foi lançado em agosto de 1981, o IBM PC.

Em 1982, a revista *Time* anunciou em sua capa a pessoa do ano: era um computador, o recém-lançado IBM PC. Os editores apontaram a proliferação de computadores pessoais e o acesso a qualquer um que pudesse pagar, entretanto, isso não era somente um avanço para a indústria, afirmaram:

Há ocasiões em que a força mais significativa no noticiário anual não é apenas um indivíduo, mas um processo. O ‘Homem do Ano’ da Time para 1982, a maior influência para o bem ou para o mal, não é um homem de forma alguma. Trata-se de uma máquina, o computador. O PC, ‘Personal Computer’, de cor branca cremosa, lançado em agosto de 1981, determinou um padrão de excelência para a indústria (PIPORO, 2012).

A resposta da Apple ao IBM PC foi o Lisa (*Piratas do vale do silício*, 1999), que apresentava uma interface gráfica e o revolucionário mouse, que rolava sobre a mesa e movia o cursor da tela em que se podia selecionar o que ver. O mouse foi um projeto copiado pela Apple da Xerox. Em uma visita à empresa, Jef Raskin e Steve Jobs viram o projeto de computador da Xerox, que apresentava o mouse. Sobre o roubo, Jobs afirmou mais tarde: “Picasso tinha um ditado que afirmava: ‘Artistas bons copiam, grandes artistas roubam’. E nós nunca sentimos vergonha de roubar grandes ideias” (JOBS *apud* BURKE, 1999).

Influenciado pelo lançamento do Lisa, com a presença do mouse e com uma interface gráfica, Bill Gates começou a desenvolver o sistema operacional Windows, em que seria possível, com o mouse, abrir vários programas em janelas distintas na tela. Esta ideia foi roubada de Jobs em uma visita de Gates à Apple (DEM). Gates não

³⁴ *Piratas do Vale do Silício*. Produção de Martyn Burke. EUA: 1999. Disponível em: <http://depositfiles.com/pt/files/6rmerqpi4>. Acesso em 03/03/2011.

comenta isto, mas mostra o diferencial com a Apple ao liberar o software de um hardware, ou seja, até então um software vinha acoplado ao hardware e só rodava nele. A Microsoft, que não fabricava computadores, era apenas uma parceira da IBM, *democratizaria* um software que pudesse rodar em várias máquinas, como afirma Gates. “O Macintosh tinha um *software* básico excelente, mas a Apple não permitia que qualquer outra empresa fabricasse *hardware* capaz de executá-lo. Essa era a filosofia tradicional das empresas de *hardware*. Se você quisesse o *software*, teria de comprar os computadores da Apple” (GATES, 1995).

Em agosto de 2011, mesmo mês em que a Apple chegou a valer o equivalente a 32 bancos da zona do euro (US\$340 bilhões), Steve Jobs renunciou seu posto de presidente-executivo da Apple por questões de saúde:

Ao Conselho Diretor da Apple e à Comunidade Apple:

Eu sempre disse que, se houvesse um dia em que eu não pudesse mais cumprir meus deveres e atender às expectativas como presidente-executivo da Apple, eu seria o primeiro a informá-lo. Infelizmente, esse dia chegou.

Por meio desta, renuncio do cargo de presidente-executivo da Apple. Gostaria de servir, caso o Conselho o aprove, como presidente do Conselho da Apple, diretor e funcionário da Apple.

Quanto ao meu sucessor, recomendo fortemente que executemos nosso plano de sucessão com a nomeação de Tim Cook como presidente-executivo da Apple.

Acredito que a Apple está à frente de seus dias mais brilhantes e inovadores. E estou ansioso para observar e contribuir para seu sucesso no meu novo posto.

Fiz alguns dos melhores amigos da minha vida na Apple, e agradeço a todos vocês pelos muitos anos nos quais pude trabalhar ao seu lado (JOBS, 2011).

Jobs foi tema dos maiores jornais estadunidenses. A CNN realizou uma entrevista com Wozniak em que o tema era como foi crescer com Jobs; a Forbes também fez o mesmo, mas interessada no futuro da Apple; a TechCrunch – uma revista digital de tecnologia que foi vendida pela AOL que, por sua vez, foi vendida para a Google – comentou sobre Jobs ter deixado o cargo, com uma breve linha histórica da Apple e com a reprodução de sua carta.

Em 25 de agosto de 2011, o site da Apple já tinha sido atualizado, a página referente à diretoria não conta mais com a fotografia de Jobs. Tim Cook, o substituto, é a figura principal. Na página, ficou só o nome de Jobs como presidente do conselho de diretores da empresa.

No entanto, esta atualização não permaneceu muito tempo. no dia 5 de outubro, Steve Jobs morreu. No dia anterior, seu substituto havia apresentado o iPhone 4S, e viu as ações da Apple caírem, já que o público esperava pelo iPhone 5, e não a versão 4 melhorada.

A morte de Jobs repercutiu em vendas de blusas gola role (Estado de São Paulo, 6/10/2011), modelo que usava quando ia apresentar novos produtos, como também interferiu novamente nas ações da empresa, agora, elevando-as. Pessoas por todo planeta prestaram suas homenagens nas lojas da Apple, acendendo velas por meio de aplicativos em seus iPads e iPhones, deixando recados em post-its colados nas paredes ou maçãs mordidas (o símbolo da empresa). O lançamento de sua biografia autorizada e escrita por Walter Isaacson, foi antecipado, chegaria às lojas no final de novembro de 2011, mas foi lançada em 24 de outubro³⁵.

Diante da morte de Steve Jobs, a Google inseriu em pequenas letras uma homenagem ao empresário com um “Steve Jobs 1955-2011”. O presidente Barack Obama postou por meio do *twitter* oficial da Casa Branca um agradecimento a Jobs por tornar seu trabalho possível todos os dias e desejou que descansasse em paz. Bill Gates, seu antigo rival, lançou uma nota afirmando o impacto dos produtos de Jobs e que estes efeitos ainda atravessarão as próximas gerações.

Os livros sobre Jobs também ganharam as prateleiras das livrarias, com destaque para aqueles que apresentavam suas técnicas de oratória e como um empresário pode ser bem sucedido como ele. Destacam-se nesta literatura suas experiências com o budismo, fundamentais para que possa se manter o equilíbrio em momentos de decisões, como falar em público, produzir as propagandas, enfim, como ser bem sucedido e como deixar a marca do produto famosa.

Assim, a briga entre a Apple e a Microsoft pela maior fatia do mercado da informática desconhece autoria. Trata-se de se apropriar de uma ideia e aperfeiçoá-la para lançá-la o mais rápido possível no mercado. Essas empresas, ainda, trazem não somente os computadores para as casas de cada um, mas inserem um novo tipo de organização empresarial que se fortalece na sociedade de controle, e seus proprietários passam a ser *gurus* dos quais recomenda-se seguir os passos para obter o mesmo

³⁵ Em São Paulo, na Livraria Cultura, cerca de 30 pessoas compareceram no lançamento que foi à meia noite do dia 23 para o 24 de outubro, ali estavam tanto admiradores dos produtos da Apple como empresários interessados nas táticas de Jobs.

sucesso. Não se trata mais de escritórios apartados de horários fechados e de um vigia que verifica se o trabalho está ou não sendo realizado.

Aos jovens hoje, que não podem seguir os passos de Jobs, Gates e casos mais recentes como de Mark Zuckerberg e o Facebook, há a possibilidade de abrir uma *startup*, uma pequena empresa que pode desenvolver, por exemplo, aplicativos para computadores, redes sociais, iPads, iPhones e smartphones.³⁶ Como a *startup* paulista Doubleleft, conhecida pelo *empreendedorismo criativo*, e que desenvolveu um aplicativo em que o usuário pode localizar o táxi mais próximo. A *startup* foi uma das premiadas no festival *The next Web latin american* destinado a divulgar aplicativos inventivos, patrocinado por empresas como a Microsoft que futuramente podem ser um dos compradores ou investidores de um aplicativo que prometa sucesso.

Estes jovens, que amam servir a estas empresas, são obcecados em construir o novo algoritmo que será utilizado no novo *software*, no novo *app* a ser lançado e estão preocupados em acumular, crescer e melhorar seu capital humano. Não dispensam chefes e lucros.

Software livre: colaborações e procedências das licenças flexíveis

Richard Stallman, em 1971, era um jovem cabeludo e programador que trabalhava no MIT, no Laboratório de Inteligência Artificial, onde ficou até 1984. Neste laboratório, os pesquisadores trocavam informações referentes à programação dos *softwares*. Sua saída de lá ocorreu por não concordar com o fechamento de códigos desses *softwares*: o que até o momento era trocado entre programadores, passaria a ser propriedade de empresas.

Esse embate ficou escancarado para Stallman quando o MIT comprou uma impressora a laser da Xerox que quebrou na impressão da 51ª página. Era um problema no *driver* da impressora, ou seja, no programa que faz a impressora funcionar atrelada ao computador. Após inúmeras tentativas de tentar consertar, Stallman resolveu ligar

³⁶ As *startups* ficaram mais conhecidas durante a *Bolha da internet*, quando muitas empresas *pointcom* foram fundadas. São empresas de pequeno porte, que possuem ideia *inovadoras*, implantariam novas ideias no mercado. (Companhia Startup. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_start-up. Acesso em 10/12/2012).

para a Xerox, pedir o código fonte³⁷ da máquina. A Xerox forneceu, as modificações na impressora foram realizadas e seu funcionamento voltou ao normal.

Entretanto, um ano depois, o MIT resolveu trocar novamente suas impressoras e dessa vez, o mesmo problema foi apresentado, só que em uma máquina diferente e com um código-fonte diferente. Stallman ligou para a Xerox novamente, mas dessa vez, ao pedir o código, recebeu uma resposta negativa. A empresa só forneceria mediante pagamento e com a assinatura de um contrato em que Stallman garantiria que não mostraria a ninguém o código (WILLIAMS, 2002).

Ele não assinou o contrato, optou por largar seu emprego e desenvolver códigos-fonte para que todos pudessem ter acesso e atualizar os softwares sem ficar à espera das empresas. O evento com a Xerox não seria exclusivo, mas várias empresas começavam bloquear seus códigos-fonte e cobrar assinaturas de contratos de sigilo.

Isto significava que o primeiro passo para usar um computador era prometer que não ajudaria seu vizinho. Proibiu-se a existência de uma comunidade cooperativa. A regra feita pelos donos de *software* proprietário era ‘se você compartilhar com o seu vizinho, você é um pirata. Se você quiser alguma mudança, peça-nos de forma que nós a façamos’ (STALLMAN, 2000, 3).

Essa “comunidade cooperativa” que Stallman afirma faz referência ao grupo em que trabalhou no MIT. Ali, utilizavam o sistema operacional UNIX que permitia a troca de informações entre os programadores. Assim, após acompanhar o endurecimento das patentes e dos softwares proprietários e pedir demissão do MIT, decidiu fazer um sistema compatível com o UNIX, para que seus usuários pudessem migrar e o utilizassem com certa facilidade.

O UNIX começou a ser desenvolvido, em 1969, por Ken Thompson, Dennis Ritchie, Douglas Mclroy e Teper Weiner, quando eram funcionários da AT&T e trabalhavam no projeto de um sistema operacional chamado Multics (Multiplexed Information and Computing Service).

Esse sistema era gerenciado por vários programadores. Entretanto, saía muito caro à AT&T manter o projeto que tinha sido iniciado em parceria com o MIT e a General Electric. Em 1965, Fernando Corbató (MIT) e Victor Vyssotsky (AT&T) escreveram um artigo em que afirmavam que o sistema evoluiria com as influências dos

³⁷ Instruções que são passadas ao computador para realização alguma ação. Para o funcionamento de um *software*, o código fonte é convertido em linguagem de máquina. Quando se compra um programa, se compra esta linguagem. Com um código-fonte em mãos, um programador pode alterar um programa, adicionando recursos ou retirando-os para ajustar o *software* de acordo com suas necessidades (*Folha Online*. “Entenda o que é um código fonte de um programa”. 20/08/2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/informatica/ult124u7618.shtml>. Acesso em 10/08/2012).

utilizadores e o uso que fizessem, sugerindo mudanças, procedimentos e edições ao sistema. O Multics pretendia ser utilizado não apenas na engenharia ou nas ciências exatas, mas também atingir outras áreas, como comércio e educação.

Corbató e Vyssotsky, assim, apontam para aquilo que fará famoso o GNU (*GNU is not a UNIX*), ou seja, a ação dos utilizadores daria retornos para que o sistema fosse aprimorado. Entretanto, também anunciam aquilo que tomaria corpo nos anos 1980 com os computadores-pessoas: o computador não deveria mais ser restrito apenas a programadores, matemáticos ou engenheiros de computação, e sim, invadir outras áreas. O que Corbató e Vyssotsky queriam, independente do sucesso que obtiveram no momento, era realizar um sistema que pudesse armazenar dados de várias áreas e que atendesse a várias pessoas. Preocupavam-se com algo que só foi possível décadas depois: pagar contas por meio do computador (CORBATÓ; VYSSOTSKY, 1965).

Quando Ken Thompson, Dennis Ritchie, Douglas Mcllroy e Teper Weiner, começaram a trabalhar no Multics, constataram que não era possível rodar alguns programas, e assim sendo, simplificaram o sistema operacional, que chamaram de UNICS – e o tornaram portátil (roda em vários computadores) – e mais tarde passou a ser chamado de UNIX. Entretanto, ainda era muito caro mantê-lo, e a AT&T abandonou o projeto, que passou a ser utilizado apenas nos laboratórios do MIT (*Geek2Geek*, 2009).

O UNIX passou a ser comercializado: as empresas de *softwares* faziam pequenas modificações nele para que rodasse apenas em suas máquinas e o vendiam com o código fechado (PRIETO, s/d).

Assim, Stallman desenvolveu o GNU, um sistema operacional em que o código não era fechado e onde seus companheiros pudessem mexer e adaptar às funções que gostariam de exercer. Como era baseado no UNIX, os programadores tinham facilidade em lidar com ele e fazer as modificações.

O lançamento do GNU foi acompanhado do *Manifesto GNU*, que pedia participação das pessoas e ajuda. Sobre esse auxílio, constava no manifesto:

Eu encontrei muitos outros programadores que estão excitados quanto ao GNU e querem ajudar.

Muitos programadores estão descontentes quanto à comercialização de software de sistema. Ela pode trazê-los dinheiro, mas ela requer que eles se considerem em conflito com outros programadores de maneira geral em vez de considerá-los como camaradas. O ato fundamental da amizade entre programadores é o compartilhamento de programas; acordos comerciais usados hoje em dia tipicamente proíbem programadores de se tratarem uns aos outros como amigos. O comprador de software tem que escolher entre a amizade ou obedecer à lei. Naturalmente, muitos decidem que a amizade é mais importante. Mas aqueles que acreditam na lei frequentemente não se

sentem à vontade com nenhuma das escolhas. Eles se tornam cínicos e passam a considerar que a programação é apenas uma maneira de ganhar dinheiro.

Trabalhando com e usando o GNU em vez de programas proprietários, nós podemos ser hospitaleiros para todos e obedecer à lei. Além disso, GNU serve como um exemplo para inspirar e um chamariz para trazer outros para se juntarem a nós e compartilhar programas. Isto pode nos dar um sentimento de harmonia que é impossível se nós usarmos software que não seja livre. Para aproximadamente metade dos programadores com quem eu falo, esta é uma importante alegria que dinheiro não pode substituir (STALLMAN, 1985).

O GNU pretende ser hospitaleiro ao aceitar que qualquer programador modifique um *software*, não restringindo seu uso a apenas aqueles que podem pagar para adquiri-lo. Kant, em *A paz perpétua*, preocupado em como estabelecer a circulação de cidadãos e mercadorias em seu projeto de paz cosmopolita, aponta que a hospitalidade é o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude da sua vinda ao território de outro. Enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente, este não deve ser confrontado com hostilidade. Isso se daria em virtude do direito da propriedade comum da terra que, “enquanto superfície esférica, os homens não podem estender-se até ao infinito, mas devem finalmente suportar-se um aos outros” (KANT, 2004, 137). A hospitalidade de Kant encontra-se com o GNU enquanto um comportamento que esta em vigor desde que as leis sejam seguidas, nesse caso, para a melhora de um *software*.

Portanto, não se trata de uma desobediência, mas de conciliar negócios com lucro. O negócio que os une, refere-se somente a desenvolver um *software* ou *hardware* juntos e não vender depois sem que a pessoa que desenvolveu junto saiba. Mas Stallman alerta que é possível ganhar dinheiro com o GNU, o dinheiro que os programadores ganham não advém apenas de um *software* proprietário:

O motivo pelo qual os programadores não irão morrer de fome é que ainda será possível para eles serem pagos para programar; somente não tão bem pagos como o são hoje.

Restringir a cópia não é a única base para negócios com software. Ela é a mais comum porque é a que traz mais dinheiro. Se ela fosse proibida, ou rejeitada pelos consumidores, as empresas de software iriam mover suas bases para outras formas de organização que hoje são utilizadas menos frequentemente. Existem várias formas de se organizar qualquer tipo de negócios.

Provavelmente a programação não será tão lucrativa nas novas bases como ela é agora. Mas este não é um argumento contra a mudança. Não é considerado uma injustiça que caixas de lojas tenham os salários que eles tem hoje. Se com os programadores acontecer o mesmo, também não será uma injustiça. (Na prática eles ainda ganhariam consideravelmente mais do que os caixas.) (Idem).

Esse manifesto ainda foi acompanhado da criação da FSF (*Free Software Foundation*), uma fundação sem fins lucrativos com o objetivo de propagar o uso do *software* livre. Para um *software* ser livre, é necessário:

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade nº 0);
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade nº 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade nº 2);
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade nº 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade (BR-Linux, s/d).

Para garantir, de forma legal, que não aconteceria ao GNU o mesmo que aconteceu ao UNIX, ou seja, vários programadores fizeram algumas modificações no sistema e o venderam como o *software* proprietário, Stallman lançou a licença GPL (General Public License) que está integrada ao GNU da FSF.

Quando um *software* é lançado, é necessário que as pessoas o comprem e concordem com as regras de uso. A GPL faz a mesma coisa. A diferença é a proibição de relicenciar o *software*, ou seja, após o lançamento, mesmo que alguém faça alterações, não poderá relançar o *software*. Isso é uma forma de garantir que empresas não mexam nele e o vendam (STALLMAN, 2000).

Essa ação de tentar evitar que um *software* vire proprietário foi denominada *copyleft*, em oposição ao *copyright*. Uma vez, Stallman recebeu uma carta de um amigo em que escrevia “*copyleft* – todos os direitos invertidos” para denominar o que Stallman começava a fazer com a GPL (IDEM).

Outra referência a essa licença é a “licença viral”. Isto porque permite que o *software* seja retransmitido sem ter de pagar uma taxa e cada pessoa pode modificá-lo como quiser. Assim, é uma licença para disseminar o uso do *software* livre e incentivar a *comunidade* de programadores a aperfeiçoar programas.

No documentário *Revolution OS*, Bruce Perens, programador e fundador do Open Source³⁸, afirma sobre a licença GPL:

³⁸ O Open Source (OS) tem sua tradução como código-aberto e segue os quatro mandamentos para que um *software* possa ser categorizado como livre. Hoje, o Open Source pretende responder não somente à produção de *softwares*, mas a qualquer produto que tenha sido realizado de forma colaborativa.

Bem, a licença que eu uso é a Licença Pública Geral GNU. É a que Richard Stallman escreveu. E eu acho que é uma contribuição admirável. É uma das poucas licenças de software que foram escritas do ponto de vista da comunidade ao invés do ponto de vista de proteger uma companhia [...]. Não é apenas uma licença. É toda uma filosofia que, eu acho, motivou a definição do Open Source (código aberto) (PERENS *apud* MOORE, 2001).

O desenvolvimento da noção de *software* livre, portanto, está vinculado ao pertencimento a uma comunidade de programadores que travam uma disputa com as grandes empresas que bloqueiam os códigos-fonte de seus sistemas. No entanto são complementares, ela compete de maneira legal, tomando forma como *copyleft* pela proteção e expansão desta comunidade.

Outro entrevistado neste documentário é Michael Tiemann. O fundador da Cygnus Solution³⁹ afirma o caráter financeiro do Manifesto GNU e da Licença GPL: “Bem, eu gastei muito tempo trabalhando em como nós iríamos ganhar dinheiro e no manifesto do GNU original [...] Stallman propôs algumas possíveis maneiras diferentes de ganhar dinheiro” (TIEMANN *apud* MOORE, 2001). Essas maneiras de lucrar com o GNU estavam relacionados a prestar suporte, não seria mais preciso depender do fabricante de *softwares* para solicitar serviços, em alguns casos de péssima qualidade. Como não havia uma empresa proprietária dos *softwares*, vários programadores poderiam prestar esse serviço e modificar um *software* para que ele se adequasse ao que o cliente desejasse, ou seja, a venda de um programa individual de acordo com as necessidades de alguém.

Algumas análises sobre o *copyleft* afirmam a liberdade individual garantida por uma licença de compartilhar e a necessidade do uso da GPL para não correr o risco de criar uma nova licença em que seja possível a uma empresa absorver o que o programador fez (SANCHES, 2007; CABRAL, s/d).

Entretanto, o Open Source não se interessa apenas em licenciar *softwares*, mas também em textos que estão disponíveis na internet. A licença GPL, derivou em outras licenças, como a *creative commons*, que permite a distribuição e modificações do conteúdo sem a necessidade de contatar ou pagar ao autor. Ao assinar a licença *creative commons*, o autor permite que qualquer um possa usar o que disponibilizou, como no uso da licença GPL, qualquer um pode alterar e dar o uso que quiser, desde que não seja para fins comerciais.

³⁹ Fundada em 1989, provia suporte técnico a *softwares* livre.

A *creative commons* é mantida pela fundação *Open Society* (OSF)⁴⁰ e nos termos da licença qualquer um pode copiar e distribuir amplamente sem propósitos comerciais e que se cite a fonte.

A licença GPL não se distancia da propriedade, trata de como proteger o que alguns programadores fazem para que outros não possam copiar, mesmo tendo acesso aos dados principais e podendo modificá-los. Esta licença é utilizada pela Wikipédia para licenciar o *software* que administra seu conteúdo, que está sob outra licença, a *creative commons*.

Outra repercussão do GNU é o Linux, criado por um jovem finlandês, no ano de 1991. Linus Torvalds apresentou sua intenção de desenvolver um sistema operacional gratuito a partir do *kernel*⁴¹. Para a divulgação de suas ideias, usou o Usenet⁴², convidando as pessoas a fazerem sugestões sobre um sistema operacional em que se basearia para construir o seu.⁴³

Alguns meses depois de Torvalds pedir sugestões ao grupo de usuários na Usenet, lançou a primeira versão do Linux aberto a novas sugestões. O Linux não possui uma versão final, mas está em constante atualização até hoje. As pessoas fazem as sugestões a Torvalds, que as aceita ou recusa para que o sistema seja lançado.

O Linux passou a usar a licença GPL e logo recebeu um convite da GNU para que se juntasse à construção de um sistema operacional completo, no ano de 1992. Assim, foi criada a GNU/Linux.

A emergência da sociedade de controle aponta para o investimento na extração de energias inteligentes, não mais como na sociedade disciplinar em que interessava a docilidade e utilidade dos corpos.

⁴⁰ Segundo a Pública – Agência de jornalismo investigativo –, que é financiada pela fundação, a OSF “é uma organização que trabalha para fortalecer democracias. Para tanto, ela busca moldar políticas públicas que garantam maior justiça na política, nos assuntos legais, no sistema econômico e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. [Disponível em: <http://www.apublica.org/parceiros/apoio/open-society-foundations/>. Acesso em 03/03/2013].

⁴¹ O *kernel* é uma das partes do sistema operacional, seria o centro. Possui a função de garantir a comunicação entre o *hardware* e os aplicativos do computador.

⁴² A Usenet (Unix User Network), de 1979, é onde usuários postam artigos sobre determinado assunto, que são agrupados por tema. É uma das procedências de uma rede social ou de um fórum. Ver: <http://communication.ucsd.edu/bjones/Usenet.Hist/Nethist/index.html>. Acesso em 30/05/2012.

⁴³ Para ver a mensagem: <http://groups.google.com/group/comp.os.minix/msg/b813d52cbc5a044b?pli=1>. Acesso em 12/05/2012.

Essa nova configuração já apresenta-se no investimento em educação de jovens no Vale do Silício, em que essa nova educação ultrapassa os muros das escolas e não é finalizada. Acompanha o *programador* por toda a sua vida produtiva. Uma educação modular em que o *divíduo* atualiza-se constantemente e precisa estar inserido nela desde criança. O *divíduo* empreendedor de si no neoliberalismo não deixa de renovar suas apitidões, é como uma empresa que não pode ficar obsoleta e precisa lançar o novo produto no mercado.

Os jovens do Vale do Silício realizaram suas *pequenas guerras* ao confrontarem-se com o monopólio de produção de computadores da IBM e o uso militar que se realizava até então de uma rede de comunicação entre computadores que viria a se tornar a internet. É nesse sentido que empresas como a Apple ganharam notoriedade ao lançarem os computadores não apenas para uso militar ou para pesquisas científicas, mas investiram na sua expansão por meio do computador pessoal.

Apesar do controle ser de curto prazo e de rotação rápida, ele também é contínuo e ilimitado. Esses jovens que realizavam pequenas subversões como os *phreakers* logo foram assimilados para a atualização de empresas de telecomunicações e dispuseram-se ao controle fundando suas próprias empresas.

Essas *pequenas guerras*, com procedências na contracultura estadunidense, ergueram uma das primeiras bandeiras dos hackers que é a do conhecimento livre, por meio da reivindicação dos códigos abertos. O *software livre* ainda trouxe uma novidade que eram as comunidades colaborativas para a construção de um novo software em confronto com o software proprietário.

Uma *pequena guerra* na configuração do fluxo computo-informacional se dá em uma tensão que pode obstruir esse fluxo. Entretanto, o controle é modular, e esses empecilhos passam a serem absorvidos em seu funcionamento em nome de uma atualização, um aperfeiçoamento. A *pequena guerra* tanto pode expandir experimentações de liberdade, como também manter um funcionamento.

A tensão característica dos homens apontada por Proudhon, também mantém o regime da propriedade. A propriedade tanto estatal, privada ou comunal é um *roubo*. A propriedade fortifica-se, expande-se com as licenças flexíveis.

A novidade do software livre não pretendia derrubar empresas, mas lutar por novas licenças, modulando protocolos. O software livre é uma procedência importante para uma característica que a internet viria a assumir: uma construção colaborativa de conteúdo.

Segundo capítulo

Wikis:

fluxos, adesões e participações

O auge da disciplina, a sociedade nazista, avançou no desenvolvimento de contabilização de dados e em seu armazenamento, sendo uma das importantes procedências para que os computadores fossem desenvolvidos; bem como todo o investimento posterior pelo governo dos Estados Unidos em transmissão de dados foi importante para ao desenvolvimento da internet.

As procedências do processamento de dados apresentados no capítulo anterior situam um novo investimento tanto no uso dos computadores, como em uma nova tecnologia-política não mais disciplinar.

Gilles Deleuze demarcou que a sociedade de controle emerge no pós-guerra. Portanto, é após o ápice da disciplina que uma nova configuração de forças se apresenta e o desenvolvimento dos computadores demarca um momento importante dessa transmutação. Mas, não se trata de uma superação, mas de superposições e justaposições:

a sociedade disciplinar convive, briga, afasta-se e resiste à sociedade de controle, como duas séries antagônicas e complementares. O corpo deixou de ser investimento de Estado. Nela o interesse do Estado é pelo corpo na série: vivo, produtivo e são. É preciso controle contínuo e não mais confinamento para extração de energias econômicas (PASSETTI, 2005, 44).

Na sociedade disciplinar o poder se exercia em rede como demarcou Michel Foucault. Essa rede tenciona os indivíduos, que estão sob uma vigilância panóptica e são marcados por instituições disciplinares do decorrer de suas vida: escola, fábrica, hospital, prisão...

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1996, 183).

Agora, não somente a rede, mas o poder se exerce em fluxo. Não se trata mais de extrair docilidade e utilidade de um corpo, mas este é atravessado por fluxos em que extraem-se inteligências por meio de participação (PASSETTI, 2003).

A *pequena guerra* diante da sociedade de controle não deixa de estar atenta à pacificações. Diante do fluxo de participação não busca ou reivindica um direito estabelecido pelo mais forte, ou um governo. “O papel do Estado ou governo é, por excelência, um papel de legislação, instituição, criação, inauguração, instalação. [...] O Estado, seja quando edita, supervisiona ou age, é o gerador e supremo diretor do movimento” (PROUDHON, 1986, 148).

Não se trata, portanto, da naturalização dos fluxos, de reivindicar mais participação, mas de mostrar como estes atravessam. Na perspectiva da *pequena guerra*, mostra-se confrontos sem cristalizar participações e colaborações. “Atiça combates que fazem vibrar o que parece decantado e inerte, mas que é cristalização de anos de batalha, naturalizações, dominações e resistências” (RODRIGUES, 2011, 22)

Mesmo com as redes de conexão, redes sociais, redes de contatos e emaranhados de fios, os fluxos atravessam com informações, velocidades e protocolos onde se é constantemente convocado a participar.

A sociedade de controle não abdica de práticas disciplinares, dos funcionamentos por simultaneidade, justaposição, dispersão, proximidade e distância formando redes. Elas, agora, são redimensionadas segundo fluxos, abolindo as fronteiras conhecidas, pela desterritorialização constante, liberando o trabalhador do confinamento territorial rígido (PASSETTI, 2004, 153).

Nessa convocação constante à participação, proliferam-se sites em que é preciso atualizar seu status, postar a mais nova notícia, curtir a nova foto. Neste capítulo destaca-se um destes, a Wikipédia.

Na página inicial da Wikipédia, atenta-se para essa convocação a participar ali, lê-se: *Bem vindo(a) à Wikipédia, a enciclopédia livre que todos podem editar*. Na lateral esquerda, uma lista resumida das línguas em que está disponível – ao todo são mais de 270 versões. Em inglês, possui mais de 4 milhões de verbetes; em português são 757.535.

Segundo o índice da Alexa, empresa que analisa o tráfego na internet, a Wikipédia é o sexto site mais visitado no planeta¹, bem como na lista da Google, onde também aparece em sexto, e o único que aparece entre os 10 primeiros que não possui propagandas.²

O que mantém a Wikipédia com esse índice de acesso são seus verbetes em constante atualização e que transpõem a enciclopédia por meio de links externos, tornando-a tanto um depósito de definições, como uma direcionadora para outros sites sobre os assuntos definidos.

Neste capítulo, interessa mostrar como a Wikipédia foi possível, porque passou a ser conhecida como a *enciclopédia livre*, como é seu funcionamento e como ocorre esse processo de edição.

¹ Alexa. <http://www.alexa.com/>. Acesso em 22/10/2012.

² Google AdPlanner Static. <http://www.google.com/adplanner/static/top1000/>. Acesso em 22/10/2012.

Inteligências: os *design patterns*, *wiki*, hipertextos e o problema do acúmulo universal

Ward Cunningham é um programador estadunidense, famoso pelo desenvolvimento do software *wiki*, mas que esteve envolvido com alguns trabalhos de programação antes do *wiki*. Em 1987, Cunningham trabalhava com *padrão de projeto de software*, os *design patterns*, em inglês. Um *desing pattern* funciona por meio de um *padrão*, relacionado a um contexto de programação, que possui um problema de funcionamento. Esse *padrão* tem de ser adaptável e customizável a vários contextos, ou seja, tem de solucionar um mesmo problema que esteja em qualquer contexto. Portanto, um padrão está relacionado a um contexto, um problema e uma solução (FERREIRA, 2012).

Cunningham desenvolveu com Kent Beck os primeiros *design patterns* da área da computação. Em um trabalho para a segunda conferência *Object-Oriented Programming, Systems, Languages, and Applications* (OOPSLA)³, Cunningham e Beck apresentaram alguns *padrões* para a construção de janelas⁴ na linguagem *Smalltalk*⁵. O *design pattern*, com o uso da linguagem *Smalltalk*, conseguiu realizar aquilo que pretende: a comunicação entre diferentes *softwares* para a solução de um mesmo problema. Apesar de ser um *padrão*, há a modulação de dados a partir de vários cruzamentos de diferentes funções para solucionar algo (IDEM).

Outra característica que o *design pattern* apresenta é um *vocabulário compartilhado* (FREEMAN; FREEMAN, 2004). Esse vocabulário é composto por vários códigos para solucionar o problema e deve ser compartilhado com outros desenvolvedores para que o *design pattern* possa funcionar em vários softwares. Segundo Eric Freeman e Elisabeth Freeman (2004) o vocabulário compartilhado incentivaria tanto a comunicação entre desenvolvedores como também seria acrescido

³ A OOPSLA é uma conferência sobre sistemas de programação. Ocorre desde 1986 e foi organizada por quatro programadores: Adele Goldberg, Tom Love, David Smith e Allen Wirfs-Brock na cidade de Portland, Oregon, EUA.

⁴ As janelas são áreas visuais de um software. É uma interface gráfica, normalmente bidimensional e retangular, que possibilita ao usuário utilizar o software.

⁵ Essa linguagem é orientada a objetos. Objetos são estruturas de dados especiais organizados e que possuem uma descrição para a associação destes dados com funções e métodos para o seu funcionamento. A *Smalltalk* não é apenas uma série de códigos de comando que o computador deve seguir, mas, a partir destes diferentes dados cruzados com várias funções e métodos, os códigos são reutilizáveis e assumem várias características. (Introdução ao Smalltalk. Disponível em: <http://www.smalltalk.com.br/blogs/st/2005/09/05/introducao-ao-smalltalk/>. Acesso em 23/09/2012).

de outros termos com o decorrer do tempo; somado a isso, com a contribuição de várias pessoas, seria possível construir uma comunidade de desenvolvedores.

O trabalho com o *desing pattern* apresenta algumas características que também estarão presentes no software *wiki*. Destacam-se a construção de um banco de dados com várias ligações entre si (os *padrões* possuem vários códigos que se interligam) e a necessidade de uma comunidade que trabalhe em conjunto para acrescentar novos termos.

A importância de uma comunidade para o *wiki* também ocorre por sua procedência no *software livre*⁶. O desenvolvimento de um *software livre* está atrelado a uma comunidade que faz sugestões, realiza modificações e dá a um software diferentes usos.

O *wiki* foi criado por Cunningham sete anos após este ter começado a trabalhar com o *desing patterns*, em 1994. O objetivo de Cunningham era utilizar o *wiki* para gerenciar o conteúdo do seu site Portland Pattern Repository (<http://c2.com/>), um depósito de *padrões* destinado a programadores. Com o uso do software *wiki* era possível o diálogo entre vários programadores, a troca de sugestões para a construção de *padrões* e a publicação destes sem a necessidade da autorização prévia de Cunningham para disponibilizar cada informação no site.

O termo *wiki* não foi escolhido ao acaso para nomear o software: significa rápido, veloz, em havaiano. A rapidez faz referência ao modo que uma informação pode ser publicada, sem a necessidade de autorizações ou confirmações. Nesse sentido, é mais veloz do que sites em que é preciso esperar pela autorização do administrador e, caso haja algum erro, qualquer usuário pode corrigi-lo. Na página inicial do site de Cunningham o *wiki* é convidativo e apresentado da seguinte maneira:

A ideia de um "Wiki" pode parecer estranha à primeira vista, mas mergulhe nele, explore as suas ligações e logo vai parecer familiar. "Wiki" é um sistema de composição, é um meio de discussão, é um repositório, é um sistema de correio, é uma ferramenta de colaboração. Não sabemos bem o que é, mas sabemos que é uma maneira divertida de comunicar de forma assíncrona por meio da rede.

⁶ Como mostrado no capítulo anterior, o *software livre* foi desenvolvido a partir das comunidades de hackers principalmente nos laboratórios do MIT, tendo seu principal nome o Richard Stallman, que a nomeava de *comunidade cooperativa*. Nessas comunidades vários programadores faziam sugestões para o aperfeiçoamento de um software. No decorrer deste capítulo serão traçadas as proximidades do *wiki* com o *software livre*.

Apesar do conteúdo do site de Cunningham ser destinado a desenvolvedores e programadores, o uso do software para publicações não é difícil, sendo necessária apenas a apreensão de alguns códigos de formatação. Assim, o *wiki* poderia ser utilizado em outros sites, e qualquer pessoa conectada à internet que tenha interesse em modificar o conteúdo de um site que use o software pode realizá-lo.

Cunningham, junto com Bo Leuf⁷, escreveu o livro *The Wiki Way: quick collaboration on the web* (2001), no qual destaca o uso do software *wiki* não apenas em site de programadores, mas para qualquer usuário: “[O uso do *wiki*] permite todos os dias aos usuários criar e editar qualquer página em um site na Web, é excitante na medida em que estimula o uso democrático da Web e promove a construção de conteúdos por usuários não-técnicos” (CUNNINGHAM; BO LEUF, 2001, 15).

Esse estímulo ao uso democrático da Web seria proporcionado pela possibilidade de edição de conteúdos. É uma oposição ao modo de funcionamento do HTML, já que pretende ter códigos mais simples sem a necessidade do usuário ter um domínio extenso da linguagem e por não ser necessário ser o proprietário do site para atualizações imediatas no conteúdo.

O *wiki* distancia-se do HTML (*Hypertext markup language* – Linguagem de marcação de hipertexto) também em relação à apresentação do conteúdo, e *layouts*. O *wiki* não possibilita grandes modificações, já que

a ênfase do *wiki* é no conteúdo, não na apresentação. As regras de marcação são simples e fazem as pessoas se concentrarem em expressar suas ideias, não em torná-las bonitas. Algumas pessoas descobriram que trabalhar nesse mínimo melhora a escrita.⁸

Com o objetivo de conter o maior número de informações e ideias expressas de uma forma simples, o *wiki* é também um grande banco de dados de URLs (*Uniform Resource locator* – localizador padrão de recursos)⁹ externas ao site em que é utilizado. Esses links podem ser retirados ou acrescentados ao site por qualquer usuário. É possível, também, criar novas páginas e ligá-las a outras páginas por meio dos hipertextos. Portanto, o *wiki*, é um *software* que gerencia hipertextos em um site e

⁷ Também escreveu o livro *Peer to peer – P2P* (2002). O P2P é uma arquitetura de rede que seria descentralizada, ou seja, sem um computador central.

⁸ “Why doesn’t wiki do html”. Disponível em: <http://c2.com/cgi/wiki?WhyDoesntWikiDoHtml>. Acesso em 18/09/2012.

⁹ URL, como apresentado no capítulo anterior, é o endereço de um arquivo, ou um site dentro de uma conexão. Dentro de um site, uma das possíveis linguagens de programação de páginas na internet que funciona por marcações de links.⁴

possibilita qualquer pessoa a modificar o conteúdo disponível. Diferente do HTML, em que apenas os gerenciadores podem realizar modificações.

O HTML pretendia ser uma linguagem para a construção de páginas na internet para que informações não fossem perdidas (BERNES-LEE, 1989), já o *wiki* objetiva tanto a construção de uma mesma página na internet por várias pessoas por tempo indeterminado, como a vinculação desta a várias outras páginas. Seu uso também seria mais fácil que o HTML, que possui uma série de códigos e, por conseguinte, exige o domínio de grande parte deles para modificar uma página. Não se trata mais, como no HTML, na década de 1990, de dar leitura a um documento disponível na internet ou de arquivá-lo, mas de permitir a qualquer usuário depositar novos hipertextos e conteúdos.

O livro de Cunningham e Bo Leuf ainda destaca alguns aspectos técnicos do software para programadores. Apesar do *wiki* possibilitar a qualquer um editar o conteúdo dos sites em que este é usado, não é qualquer um que consegue modificar seu código ou montar um site utilizando-o. Assim, os autores destacam o uso do software enquanto uma contribuição para a colaboração e atualização de conteúdos. O *wiki*, portanto, não seria de fácil programação para qualquer um, mas seria de fácil uso: “Guardadas as proporções, o *wiki* é similar ao conceito de andar de bicicleta: simples e natural para alguém que sabe, e um útil meio de transporte – ainda que pareça absurdo para alguém que nunca a experimentou” (LEUF; CUNNINGHAM, 2001, 13). Para os autores, isso tornaria possível o uso por qualquer pessoa do *software* e a colaboração na edição de conteúdos online.

Para Bo Leuf e Cunningham há vários tipos de colaboração: acesso ao e-mail, acesso compartilhado e páginas interativas. O primeiro requer apenas que as pessoas tenham acesso ao e-mail, sua forma de colaboração seria por listas, onde todos de uma mesma lista recebem a mensagem, sem que o seu conteúdo possa ser editado. O acesso compartilhado possibilita que várias pessoas acessem diretamente um arquivo em um depositador online, sem que se possa editar ou atualizar o arquivo. Nas páginas interativas, entretanto, as pessoas podem editar o conteúdo e o *wiki* corresponde a este terceiro tipo, ou seja, é participação conjunta (IDEM).

Dan Gillmor, diretor do Centro Knight para o Empreendedorismo de Mídia Digital (Universidade do Arizona), sublinha que a principal característica do *wiki* é a de qualquer um poder editar o conteúdo que está disponível, e a qualquer um é possível acompanhar as modificações, “todo *wiki* é um trabalho em andamento” (GILLMOR, 2004, 32). O funcionamento do *wiki*, portanto, depende de cada usuário de um site que

forneça conteúdos, atualizações e edições para a construção de um grande banco de dados sobre determinado assunto. Como o *design patterns*, depende do cruzamento de vários dados. O cruzamento dos dados dos *padrões* do *design patterns* com outros *padrões* eram apresentados em grandes listas que explicavam cada um e suas ligações. O *wiki*, entretanto, alia-se a outra tecnologia para realizar esses cruzamentos, que são os hipertextos. Os hipertextos, os *links*, ligam páginas a outras páginas, que são vinculadas a outras, e assim por diante, sendo sempre possível agregar mais. “Um *wiki* é uma expansão livre de links de páginas da web, um sistema de hipertexto para armazenar e modificar informações – um banco de dados, onde cada página é facilmente editada por qualquer usuário” (IDEM, 14).

O software *wiki* trabalha sobre um inacabado. Diante da ampliação de páginas na internet e de links entre estas, o *wiki* possibilita àquele que o utiliza atualizar constantemente seu site.

Mesmo que a lógica de sites seja estar em constante atualização para atrair mais pessoas, o *wiki* diferencia-se ao possibilitar que qualquer um atualize, que não se fique à espera do administrador. Portanto, já não se trata, aqui, do uso de computadores para a vigilância de cada um¹⁰, ou de um panóptico eletrônico¹¹. Não se trata apenas de saber

¹⁰Como mostrado no primeiro capítulo ao apresentar uma das procedências dos computadores com o nazismo, o ápice da sociedade disciplinar, como apontou Michel Foucault.

¹¹ Um panóptico eletrônico estaria pautado no projeto arquitetônico de Jeremy Bentham. Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1997), mostrou o exercício da tecnologia-política do panoptismo na sociedade disciplinar. O Panóptico – o projeto arquitetônico para uma prisão celular com uma torre ao centro em que o vigia poderia observar todas as celas sem ser visto pelos prisioneiros – é apresentado por Foucault não somente enquanto um projeto do jurista inglês Jeremy Bentham, mas enquanto a expansão desse modelo nas instituições disciplinares. O panóptico é uma tecnologia da sociedade disciplinar.

“O Panóptico [...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens. Bentham sem dúvida o apresenta como uma instituição particular, bem fechada em si mesma. Muitas vezes se fez dele uma utopia do encarceramento perfeito. Diante das prisões arruinadas, fervilhantes, e povoadas de suplícios gravadas por Piranese, o Panóptico aparece como jaula cruel e sábia. [...] Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico.

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado. [...]

das movimentações de cada um, mas de como extrair “fluxos de inteligência” economicamente e politicamente eficientes. Qualquer um pode e deve editar e inserir conteúdos para um site mais eficiente e que inclua mais informações e inclusões nos fluxos. Todas essas movimentações são regidas por protocolos e interfaces de controle e orientadas pelo inacabado com a convocação de todos a participar:

No interior da sociedade de controles contínuos, os lugares são definidos por fluxos. O investimento não é mais no corpo propriamente dito; o que interessa agora é extrair o máximo de energias inteligentes, fazer participar, criar condições para cada um se sentir atuando e decidindo no interior de políticas de governos, em organizações não-governamentais e na construção de uma economia eletrônica [...]. A sociedade eletrônica, pautada em fluxos que se atualizam, confirma a desterritorialização não só do capital, já sobejamente conhecida, mas também dos trabalhadores, ou parte deles, libertando do confinamento que impunha o Estado-nação até a fase do imperialismo. Ela traz para dentro de si todas as formas possíveis dos saberes, cujas verdades se refazem por meio da confiança nos protocolos (PASSETTI, 2003, 30-1).

Assim, o *wiki* é um gerenciador de um banco de dados que depende da adesão dos usuários para que funcione. Seus dados são, em grande parte, hipertextos que podem ser ligados a outras páginas do *wiki*, ou a páginas de qualquer outro site, e qualquer hipertexto pode ser acrescentado ou extraído por um usuário. No *wiki* não se termina nada, a edição de um texto e a alimentação de um banco de dados tem de ser contínua.

O termo *hipertexto* foi criado por Theodor Nelson (Ted Nelson) na década de 1960, que o definia como uma escrita não-sequencial, ou seja, seria possível pular de uma ideia para outra que não estariam presas a uma hierarquia da disposição do texto¹².

Em uma entrevista a Jim Whitehead¹³, Ted Nelson contou como foi o desenvolvimento do hipertexto e seus objetivos:

O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada. A cidade pestilenta dava um modelo disciplinar excepcional: perfeito mas absolutamente violento; à doença que trazia a morte, o poder opunha sua perpétua ameaça de morte; a vida nela se reduzia a sua expressão mais simples; era contra o poder da morte o exercício minucioso do direito de gládio. O Panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais — aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar” (FOUCAULT, 1997, 169-172).

¹² Google. *Ted Nelson*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/historiasobreossitesdebusca/ted-nelson>. Acesso em 06/07/2012.

¹³ Professor e pesquisador do desenvolvimento de hipertextos no departamento de Ciência da Computação da Universidade da Califórnia.

Bem, eu estava sempre, como um garoto, lidando com escrita, leitura, literatura e filmes, basicamente, como muita gente. Havia escrito bastante coisa, enquanto jovem, e reescrito. A dificuldade de pegar ideias e frases e tentar arrumá-las em estruturas de pensamento coerentes e sensatas me tocou por ser uma tarefa particularmente difícil e complexa. Preocupava-me, em especial, pegar pensamentos que não eram intrinsecamente sequenciais e, de alguma forma, colocá-los em uma ordem, porque impressos ou escritos à mão, eles têm uma sequência. Havia sempre algo de errado com isso porque você estava tentando pegar esses pensamentos que tinham uma estrutura, podemos dizer, uma estrutura espacial própria, e colocá-los em uma forma linear. Assim, o leitor teria que pegar essa estrutura linear e reconstruir sua imagem do conteúdo global, mais uma vez localizado nessa estrutura não sequencial. Você parecia ter dois – e agora eu estou reconstruindo porque eu não sei como pensei isso explicitamente quando jovem –, você tinha que dar mais esses dois passos para desconstruir alguns pensamentos em uma sequência linear e depois reconstruí-los. Por que não poderia tudo aquilo ser contornado por uma estrutura não sequencial de pensamento que você apresenta diretamente? Essa foi a hipótese – bem, hipótese mesmo – do hipertexto; que você pudesse economizar tanto do escritor quanto do leitor, o tempo e o esforço gastos para unir e entender o que estava sendo apresentado.¹⁴

O hipertexto possibilita uma escrita não linear na medida em que diferentes assuntos são vinculados entre si e o leitor tem a possibilidade de escoar sua leitura para algum ponto que lhe interessou mais. Entretanto, Ted Nelson, declarou em seu site (<http://ted.hyperland.com>), no ano de 2005, que a internet hoje não se configura como uma rede hipertextual, já que sua concepção de hipertextos pautava-se em *links* bidirecionais, ao contrário do que acontece hoje. Quando clicamos em um link, seremos direcionados para um único site, seguimos um caminho pré-determinado.

A web não é um hipertexto, são diretórios decorados. [...] Há uma alternativa. As marcações não devem ser incorporadas. Hierarquias e arquivos não devem fazer parte da estrutura dos documentos. Os links devem ir em ambos os caminhos. Todos esses erros fundamentais na web devem ser reparados. [...] (NELSON, 2005).

Mas o software *wiki* permite ao hipertexto ter uma função um pouco mais semelhante ao sonho de Ted Nelson. O *wiki* possibilita que vários links estejam armazenados em um mesmo banco de dados. Blocos de textos e imagens depositadas ali podem se ramificar em outros *links*; qualquer artigo ali publicado também pode apresentar mais detalhes, de acordo com a escolha do usuário. Nelson ainda afirma que os hipertextos têm de ser de fácil uso, o que o *wiki* também seria.

¹⁴ “Orality and hypertext: an interview with Ted Nelson”. Disponível em: http://www.ics.uci.edu/~ejw/csr/nelson_pg.html. Acesso em 05/10/2012.

O hipertexto, portanto, articulado com o software *wiki*, reúne uma seleção de links, mas não há a pretensão de fazer a ligação com todas as páginas da internet sobre um determinado assunto, e sim às mais precisas e úteis de acordo com o tema abordado. No site de Cunningham, o Portland Pattern Repository, citado anteriormente, são vinculadas páginas referentes à programação de altíssimo nível. O *wiki* permite, ainda, que os hipertextos sejam adicionados por qualquer pessoa.

Entretanto, essa noção de hipertexto não deve ser associada com o que Michel Foucault, em *A arqueologia do saber* (2008), expôs sobre os textos e livros, ao mostrar como suas margens não são bem definidas. Para tal afirmação, Foucault apresenta como a literatura não é uma unidade, não é uma alma ou uma sensibilidade de uma época, mas possui rupturas

E, assim, o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a [...] análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (FOUCAULT, 2008, 6).

Enquanto a literatura parece multiplicar as rupturas, a história propriamente dita parece apagar a irrupção dos acontecimentos em benefício das estruturas fixas. Essa história contínua, no século XIX, é a busca por um fundamento originário, um refúgio privilegiado para a soberania da consciência:

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência (IDEM, 14).

Diante dessa análise histórica, um livro ou um texto está vinculado a outros. A obra não é considerada como uma unidade homogênea, também não se trata de reconstruí-la ou buscar a sua verdadeira constituição. Sacudir esse sistema de pensamento, sacudir a unidade de um livro que só se constrói a partir de um campo de

discursos. Não se trata de ligar um livro a outros livros de diferentes temas, como pretende o hipertexto, mas analisar historicamente a produção de um discurso.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (IBIDEM, 28).

O hipertexto reúne em um texto várias ligações enquanto desdobramentos de um tema. O leitor poderia fazer uma leitura não sequencial e vazar para outros assuntos. Não se trata de sacudir a *poeira dos livros*, mas, aproxima-se do que Gustavo Steinberg apontou enquanto um acúmulo de uma quantidade enorme de textos e palavras e de seu acesso universal.

Gustavo Steinberg retoma a biblioteca de Alexandria (III a. C.), onde apenas os bibliotecários, seus discípulos e membros do Museu¹⁵ tinham acesso aos livros, e eram os únicos que podiam dividir, separar e achar os textos. Ao retomar algumas referências em relação à localização e descrição da biblioteca que jamais foi encontrada, Steinberg mostra que há indicações textuais ao prédio do *Museum*, mas raramente à visão da biblioteca, as próprias referências à existência da biblioteca são vagas e contraditórias. A partir da não descoberta da localização da biblioteca, Steinberg sugere: "Perceber a biblioteca de Alexandria não mais como um espaço concreto, mas como uma forma de disposição dos textos, permite estabelecer já aí uma tecnologia de acesso não linear e, portanto, de velocidade de acesso aos saberes" (STEINBERG, 2004, 63).

Uma das invenções que sustenta o mito do acesso total de forma não linear, já presente em Alexandria, seria o catálogo. O bibliotecário deveria conhecer os livros e seus títulos, além de examiná-los com frequência para verificar qualquer dano ou deterioração. Não está em questão a dúvida da existência ou não de um prédio como em Alexandria, mas se trata da existência de um catálogo que passa a representar a capacidade de acessar os textos (IDEM).

Para Steinberg, o sonho presente na biblioteca de Alexandria do acesso universal aos textos originais foi atualizado. Na biblioteca do futuro (internet), a reconstrução desse sonho se dá por meio do acesso aos originais na forma de arquivos. Entretanto "mais do que falar da internet inteira como uma grande biblioteca, parece que estamos

¹⁵ O nome do prédio em que supostamente estava a biblioteca. *Museum* como templo das Musas (deusas das artes) (IDEM).

falando de uma nova combinação de catálogos e índices, possível graças às novas implementações numa rede material já existente" (IBIDEM, 73-74).

Edson Passetti (2013) apresenta como as bibliotecas e os arquivos nos séculos XVII e XVIII eram expressões de escolha individual, mas, a partir daí, passaram a ter uma característica de um espaço para acumulação constante de materiais sobre o tempo histórico a ser completado. Por meio das bibliotecas e arquivos procura-se acumular diversos materiais, procura-se acumular o máximo “do possível da humanidade, do planeta, do espaço sideral, dos povos, enfim, tudo que pode ser arquivado a partir da construção do Estado nacional” (PASSETTI, 2013, 1). Assim, Passetti comenta a Biblioteca do Congresso dos EUA, uma das pioneiras em acumular a produção da humanidade e que tenta dar conta do arquivamento das variadas produções no planeta.

Uma biblioteca e um arquivo, hoje, abrangem tanto livros, documentos, imagens, áudios, mas não apenas físicos, digitais também. É nesse sentido que a Biblioteca do Congresso dos EUA possui um acordo com o *Twitter*, em que a empresa fornece todos os *tweets* (mensagens) para Biblioteca, os *tweets* entre 2006-2010 foram armazenados para a disponibilização ao público, e ao todos são mais de 170 bilhões de mensagens.¹⁶

Assim, o arquivamento da Biblioteca Nacional dos EUA, por exemplo, funciona como um *banco de dados*, não somente por armazenar outros bancos de dados, como o *Twitter*. Os arquivos e bibliotecas passaram a ser bancos de dados, como bancos de dados digitais de teses em universidades e bancos de dados de publicações indexadas. Bancos de dados com informações intermináveis e gerenciadas.

O software *wiki* também é efeito desse novo armazenamento, mas, diferente das bibliotecas e dos arquivos em que se faz necessário seguir uma certa burocracia para os dados serem inseridos no banco, o *wiki* possibilita que cada um agregue *links* ao seu catálogo. Proporcionando um acúmulo de arquivos que não está mais registrado na memória do bibliotecário, mas em bancos de dados armazenados em grandes HDs e organizadas por um servidor central.

Porém, o software *wiki* pode esbarrar na dúvida de sua credibilidade ao ser questionado sobre a relevância de um assunto disponível em relação ao que se procura. É com esse intuito, enquanto um acúmulo universal e de qualidade, que o software foi utilizado por um empresário estadunidense na criação de uma enciclopédia virtual em

¹⁶ Biblioteca do congresso dos EUA arquivava 170 bilhões de tweets. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/biblioteca-do-congresso-dos-eua-arquiva-170-bilhoes-de-tweets-7210767>. Acesso em 10/04/2013.

que a adesão de cada usuário formaria categorias de relevância de artigos e a apresentação de uma série de *links* selecionados em relação a um tema.

Hoje, trata-se de um armazenamento orientado pelo banco de dados, ou seja, o acúmulo maior de informações sobre um determinado assunto ou pessoa que possa ser facilmente localizado a partir de um código. Dados que se cruzam e se entrecruzam em pequenas unidades de bytes, reunidos a proporções de yottabytes¹⁷ e que pretendem conter todas as informações de um determinado assunto ou pessoa.

Enciclopédias digitais colaborativas e o *wiki*

O *software wiki* ficaria famoso a partir de seu uso pela Wikipédia, desenvolvida pelo empresário estadunidense Jimmy Wales.

Wales já era um empreendedor na internet. Antes de iniciar o projeto da Wikipédia, lançou o site *Bomis*, definido pela revista *The Atlantic* como “A *playboy* da internet” (KEEN, 2009). Seu conteúdo referia-se a esportes e a imagens de mulheres famosas, como a atriz canadense Pamela Anderson e a tenista russa Anna Kournikova.

O *Bomis* também prestava serviços de propaganda e de programação na internet. Para o lançamento da Wikipédia, o *Bomis* forneceu suporte técnico para que fosse possível seu funcionamento, como afirma Larry Sanger (2005), convidado a trabalhar com Wales quando este pensou a Nupédia.

A Nupédia foi fundada em 2000, e tinha o mesmo propósito da Wikipédia: o de ser uma “enciclopédia livre”. Porém, mesmo permitindo a qualquer pessoa enviar artigos, possuía um processo de publicação lento, conteúdo só era publicado após a autorização de uma equipe que o revisava e o aprovava. O site não era eficiente e tornou-se pouco acessado. Encerrou suas atividades no final de 2003, com apenas 24 artigos prontos e 74 ainda em revisão (TAPSCOTT e WILLIAMS, 2007).

Jennifer Joline Anderson destaca a importância da Nupédia por ser uma enciclopédia disponível online e gratuita, como o fazia a Enciclopédia *Britannica*, digitalizada em 1994.

a primeira enciclopédia disponível somente no formato eletrônico deveria ser livre para qualquer um com conexão à internet. Deveria ser criada inteiramente por escritores e editores voluntários. A Nupédia não deve pertencer a ninguém, mas deve estar disponível ao público para copiá-la e

¹⁷ 1 yottabyte = $1.20892582 \times 10^{24}$.

reutilizá-la. E, como uma referência eletrônica, não há limite para o seu crescimento. A Nupédia revolucionará as Enciclopédias (ANDERSON, 2011, 7).

Entretanto, uma enciclopédia online já havia sido sinalizada por Rick Gates, em outubro de 1993¹⁸, ou seja, três anos depois de Tim Berns-Lee ter pensado o uso dos hipertextos. Em uma discussão sobre o tema *Internet as Encyclopedia*, no fórum *Public-Access Computer Systems*, Gates lançou o desafio de organizar uma enciclopédia, para a qual seria necessário desenvolver um *software* de busca e contar com *contribuintes* para a realização de artigos, assim a enciclopédia facilitaria às pessoas encontrarem algo na internet¹⁹.

E sobre a tecnologia para montar uma enciclopédia. Hmm... Eu tenho uma enciclopédia em casa em um CD-ROM completo com os sinos e assobios multimídia. Então, nós estamos falando de menos da metade de um gigabyte. [...] parece que não há nada tecnologicamente desafiante sobre este projeto hipotético. Ou melhor, isso se torna uma proposição barata! Eu pensei sobre isso um pouco mais... Ahh... mas o que dizer dos contribuintes... onde você vai encontrar os autores para escrever os artigos curtos que você precisa? Bem, primeiramente tem de encontrar alguma maneira de se comunicar com um conjunto extremamente diversificado de pessoas... todos, desde linguistas, a biólogos moleculares, de ativistas de direitos animais para *zymurgists*, e de geógrafos a *chromotographers* de gás. Adivinha o que? :-)
A internet fornece tal arena! Eu pensei sobre isso um pouco mais... (GATES, 1993).

Uma das respostas a Gates foi a de Douglas Wilson, que afirmou que a internet era muito desorganizada desde que muitas pessoas passaram a ter acesso com a popularização dos computadores²⁰. Wilson ainda apontou que a internet, por ser

¹⁸ Rick Gates trabalha com desenvolvimento de *softwares* para construção de sites. Na década de 1990, Gates lançava competições com questões sobre programação que poderiam ser respondidas por meio de pesquisas realizadas na internet. Era preciso apresentar tanto as respostas como o método de busca utilizado. Esta competição ficou conhecida como *Internet Hunt* (Caça na internet) e foi realizada entre os anos de 1992-1995 (BRUCKMAN, 1994). Essa competição não é apenas uma das procedências da Wikipédia, mas também do site de pesquisa Google, fundado pelos doutorandos na Universidade de Stanford Larry Page e Sergey Brin, em 1998. O Google pretende abranger e catalogar todo o conteúdo disponível na internet.

¹⁹ Vale ressaltar que é neste ano também que passam a ser desenvolvidos mecanismos de buscas, como o Excite.com. Entretanto, ainda não possuíam um software capaz de indexar um grande número de páginas. Isso só será possível com a Google. Assim, para Gates estava em jogo possibilitar, por meio de uma enciclopédia, que as pessoas achassem conteúdos que lhes interessassem. A enciclopédia indexaria apenas o seu conteúdo, sem a pretensão de abranger todos os sites disponíveis.

²⁰ A partir dessa afirmação, é possível aproximar Gates de Ted Nelson, o desenvolvedor dos hipertextos. Para ambos há a preocupação com a organização da internet. Enquanto para Gates a popularização teria prejudicado a organização do conteúdo, para Nelson a popularização é fundamental para uma nova organização, que ocorreria por meio dos hipertextos e com o aumento do conhecimento das pessoas em relação aos computadores (NELSON, 2003).

internacional, exigiria uma enciclopédia digital contendo várias traduções. Ao mesmo tempo, sinalizou para a necessidade de uma comissão para aprovação dos artigos.

É importante ter artigos corretos para as pessoas que apenas desejam informações precisas em um formato compacto e tradicional como qualquer enciclopédia comum. É para isso que os artigos são construídos. Artigos padrão são selecionados por algum tipo de processo de votação pela comissão [...]. Ao invés de discutir uma enciclopédia da Internet, talvez o que realmente deve ser discutido é a Internet como uma enciclopédia (WILSON, 1993).

Richard Stallman, o ativista do *software livre*, também propôs uma enciclopédia na internet em seu escrito *The Free Universal Encyclopedia and Learning Resource* (1999). Para Stallman, uma enciclopédia na internet poderia ser universal e abranger todas as áreas do conhecimento, configurando uma grande biblioteca. Nomeia essa enciclopédia de Enciclopédia Livre, associando-a ao uso do *software livre* e sem restrição de acessos:

A web tem o potencial de se transformar em uma enciclopédia universal abrangendo todas as áreas de conhecimento como uma biblioteca completa de cursos de instrução. Este resultado pode ser obtido sem nenhum esforço em especial, se nada o interferir. Mas as empresas estão se mobilizando para dirigir o futuro em outro sentido – um sentido em que elas controlam e restringem o acesso aos materiais de aprendizagem para extrair dinheiro das pessoas que querem aprender.

Para assegurarmos uma web que se desenvolva em direção ao melhor e mais natural resultado, que se torne uma enciclopédia livre, devemos realizar um esforço consciente para evitar o sequestro deliberado da informação educacional e enciclopédica da rede. Não podemos evitar as restrições às informações; o que podemos fazer é uma alternativa. Devemos lançar um movimento para desenvolver uma enciclopédia universal gratuita como ocorreu com o movimento do *software livre*, que nos deu o sistema operacional livre GNU/Linux. A enciclopédia livre será uma alternativa às restrições escritas pelas empresas (IDEM).

A restrição de acesso às informações a qual se refere Stallman corresponde ao período da *bolha da internet* nos EUA, que abrangeu aproximadamente o os anos de 1995-2000. Neste período, a Nasdaq viu a rápida ascensão do preço de ações de empresas na internet e muitas empresas foram fundadas, como Amazon.com (1994), Yahoo! (1995), Ebay (1995) e Napster (1998). Entre 1990 e meados de 2000, mais de 4700 empresas *pontocom* estrearam nas bolsas estadunidenses²¹. Durante este momento, a Nasdaq conheceu seu recorde de 5.132 pontos, patamar nunca visto e nunca

²¹ Nem todas as empresas fundadas neste período abriram seu capital, o que pode ter sido definitivo para o seu posterior sucesso. A Google foi uma das primeiras empresas a crescer após o estouro da bolha, e abriu seu capital apenas em 2004.

retomado²². Algumas empresas conheceriam seu fim em meados de 1999, com o aumento das taxas de juros e a perda de velocidade da economia.

Estas empresas tanto realizavam pequenas vendas/compras por meio da internet, como também passavam a cobrar pela disponibilização de certos conteúdos, por isso a preocupação de Stallman em garantir uma alternativa a este *boom* de novas empresas na internet.

A proposta de Stallman começaria a tomar forma com a GNUpédia, conhecida também como GNE²³. A GNE entrou no ar em 17 de janeiro de 2001, dois dias após o lançamento da Wikipédia, e era moderada por um ativista argentino do software *livre*:

Antes de tudo, vou me apresentar: meu nome é Héctor Facundo Arena e eu sou moderador deste projeto.

Muito obrigado pelas 100 inscrições em um dia na lista de discussão.

Eu vi que vocês falavam sobre sistemas de bancos de dados de armazenamento e catalogação de informações. Por favor, lembrem-se disso, é preciso começar o projeto rapidamente. A primeira coisa que precisamos fazer é fornecer uma ferramenta para as pessoas enviarem os artigos para a Enciclopédia.

A Enciclopédia será um índice HTML. Por exemplo, se alguém procurar a palavra "cão", a enciclopédia apresentará dois tipos de resultados: artigos e links para outras páginas [...]. Acho que temos de discutir isso primeiro. Como podemos obter os artigos?²⁴

Arena destaca a dificuldade em encontrar um meio que facilitasse o envio dos artigos. Entretanto, GNE também foi responsável por travar um primeiro contato entre Stallman e Jimmy Wales, como consta no site do projeto GNE:

Quando estávamos começando um projeto, GNUpédia, para desenvolver uma enciclopédia livre, a Nupédia adotou a GNU Free Documentation License e assim se tornou um projeto não-comercial. Então decidimos fundir a GNUpédia com a Nupédia. Agora, o projeto da Wikipédia adotou a filosofia da Nupédia e o levou adiante. Nós te encorajamos a visitar e a contribuir com este site.²⁵

²² “Internet enfrenta novo risco de bolha”. Disponível em: http://observatorioidaimprensa.com.br/news/view/internet_enfrenta_novo_risco_de_bolha. Acesso em 22/09/2012.

²³ Abreviação de *GNE is not an Encyclopedia*, apesar da citação dessa abreviação é possível encontrar a descrições do GNE enquanto uma enciclopédia. O uso da abreviação passou a ser utilizado no lugar de GNUpédia em 2 de fevereiro de 2001, ou seja, menos de um mês após seu lançamento. No site da GNE é possível ler a seguinte descrição: "GNE não é uma enciclopédia! GNE é uma biblioteca de opiniões, uma tentativa de construir uma documentação completa de todo o pensamento humano [...]. É onde ideias controversas ou menores podem ser publicadas juntamente com linhas de pensamento aceitos. GNE é apenas este lugar".

²⁴ “[Bug-gnupedia] Hello, this is the project”. Postado em 17 de Janeiro de 2001. Disponível em: <http://lists.gnu.org/archive/html/bug-gne/2001-01/msg00012.html>. Acesso em 22/09/2012.

²⁵ “The Free Encyclopedia Project”. Disponível em: <ftp://ftp.heanet.ie/disk1/www.gnu.org/encyclopedia/index.html>. Acesso em 25/09/2012.

O diferencial da Wikipédia em relação à Nupédia e à GNE estaria no o uso do *software wiki*, possibilitando a qualquer usuário publicar ou editar um artigo sem a necessidade de enviá-lo a alguém que definiria se seria publicado – como ocorria nas citadas anteriormente –, mas com a visualização imediata do conteúdo modificado.

A Wikipédia foi inaugurada pós-estouro da *bolha da internet*, em 15 de janeiro de 2001, e o termo descritivo – abaixo de seu logo: *Enciclopédia Livre* – refere-se tanto ao uso do *software* livre, como ao uso de uma *licença livre*²⁶. A Wikipédia só seria possível após Larry Sanger, um amigo de Wales que havia fundado o *Bomis* com ele, apresentá-lo ao *wiki*²⁷. No primeiro mês, na versão em inglês, foram publicados 200 artigos e, ao final do ano, já eram 18 mil. O primeiro domínio em outra língua da Wikipédia, foi a *deutsche.wikipedia.com*, em 16 de março de 2001, seguida pela versão em espanhol, alguns minutos depois, e alguns dias depois, pela versão em francês. Após dois meses, em maio, foram lançadas outras versões em holandês, esperanto, italiano, japonês, russo, sueco e português²⁸.

Tanto na correção de artigos como na criação de novos ou no desenvolvimento de aplicativos para a melhor edição do material, a Wikipédia é constantemente atualizada, e encontra-se disponível em 272 línguas. Ao todo, são mais de 15 milhões de artigos: em inglês possui mais de 4 milhões de verbetes e a versão em português

²⁶ Uma licença livre é aquela que permite ao usuário fazer vários usos de um software, como copiar, distribuir e modificar sem ter de pedir autorização ao autor.

²⁷ Em 2 de janeiro de 2001, Sanger encontrou-se com um amigo programador, Ben Kovitz, com quem discutiu alguns problemas sobre a Nupédia. Ben Kovitz já conhecia o site de Cunningham o WikiWikiWeb, onde provavelmente consultava dicas de programação (ANDERSON, 2011). Sanger concordou com seu amigo que o WikiWikiWeb poderia ser um modelo para a Nupédia e, após consultar Wales, contou para a equipe da Nupédia no grupo de e-mail com o tema: "Vamos fazer um Wiki": "Não, esta não é uma proposta indecente. É uma ideia para adicionar recursos à Nupédia. Jimmy Walles acredita que muitos irão censurar a ideia, mas eu não. ...o wiki significa uma série de páginas na web MUITO aberta, MUITO editável publicamente. Por exemplo, eu posso começar uma página chamada *Epistemic Circularity* e escrever qualquer coisa que eu queira. Qualquer um (sim, absolutamente qualquer um) pode acessar e fazer qualquer alteração que desejar. (A interface de edição é muito simples, qualquer pessoa suficientemente inteligente capaz de editar ou escrever um artigo na Nupédia será capaz de descobrir isso sem nenhum problema.) Na página que eu criei, eu posso ligá-la a outras páginas e, claro, qualquer um também pode vinculá-la a outras [...]. O conceito parece realmente funcionar, como vocês podem ver no *wiki* original: <http://c2.com>. [...]" (SANGER *apud* LIH, 2009, 63).

²⁸ Wikimedia. "History of Wikipédia". Disponível em: http://meta.wikimedia.org/wiki/History_of_Wikipedia. Acesso em 30/04/2012.

comporta mais de 700.000.²⁹É o sexto site mais visitado no planeta, e conta com mais de 100.000 voluntários.

Portanto, “Enciclopédia Livre” não diz respeito à escrita ou à edição do conteúdo. Para cumprir estas atividades é preciso seguir os 5 princípios fundadores da Wikipédia: enciclopedismo, ou seja, não conter informação desqualificada sobre o assunto, nem expressar opiniões, mas ser geral e rigoroso nas informações; aderir à neutralidade do ponto de vista; aceitar a licença livre, pois qualquer artigo pode ser modificado; compartilhar a convivência comunitária de forma "civilizada"; aceitar a liberalidade nas regras não fixas, mas seguindo os princípios.³⁰

A Wikipédia: produção de consensos e definição de posições, de hierarquias e de rastreamentos

Um bom artigo para a Wikipédia não possui respaldo de renomados cientistas, mas é construído pela colaboração de seus usuários. A enciclopédia busca atingir esse artigo perfeito a partir da soma de conhecimentos *imparciais* de seus usuários. Por meio da afinidade de cada usuário a um tema, a *informação perfeita* poderia ser transmitida.

A *informação perfeita*, objetivo da Wikipédia e de outros sites como o Google em seus resultados de pesquisa, é um conceito matemático desenvolvido na *teoria dos jogos*. Um exemplo de informação perfeita é o xadrez ou o jogo da velha, ou seja, quando todos os participantes sabem as jogadas já efetuadas. Esta informação é importante na *teoria dos jogos*, onde procura-se estabelecer uma estratégia com fim a um resultado que leva em conta as movimentações de outros componentes.

A teoria dos jogos passou a ser atrelada ao comportamento humano nos estudos de Johannes von Neuman e Oscar Morgenstern em *Theory of games and economic behavior* (1944). Em jogos com mais de duas pessoas – onde o que um perde não é necessariamente o que o outro ganha, como em jogos de duas pessoas –, o resultado pode ser influenciado pela formação de alianças, até que o jogo seja reduzido a dois participantes. Isso aconteceria na economia quando empresas fazem acordos com a

²⁹ WIKIPÉDIA. “Wikipédia”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia>. Acesso em 11/09/2012.

³⁰ “Wikipédia: Cinco Pilares”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Cinco_pilares. Acesso 12/09/2012.

finalidade de retirar outros concorrentes do mercado (SANDRONI, 1985).³¹ Assim, a informação perfeita é um termo de mercado e é a partir dela que os indivíduos determinarão seu comportamento.

Contudo, neste capítulo não se trata de fazer uma discussão quanto à construção de um bom artigo, mas de mostrar como funciona o software *wiki* na produção descentralizada de conhecimento na sociedade de controle a partir da colaboração dos usuários, ou seja, como se produz verdades que estejam conectadas a consensos.

Jimmy Walles afirma que o consenso na Wikipédia é indispensável:

Eu sou a favor da Wikipédia executada para o benefício da comunidade de autores, o que significa que devemos trabalhar de uma forma amigável para chegar a um consenso sobre para onde queremos ir, e como queremos controlar a comunidade a longo prazo.³²

A busca pelo consenso é fundamental para o funcionamento da enciclopédia, tanto para definir e seguir as regras, como para publicação de um artigo polêmico.

Nas páginas de recomendação³³ da Wikipédia, o consenso é destacado como a base das decisões da enciclopédia. Essa decisão ocorre quando alguém edita uma página e depois, todos que a lerem decidem deixá-la como está ou alterá-la. Esse movimento pode produzir consensos momentâneos, já que a enciclopédia não para de ser atualizada; cada edição que permanece na página seria de aprovação unânime da comunidade, portanto, um consenso. A máxima deste consenso é o ditado "Quem cala consente" e este seria um produto natural do processo de edição.³⁴

³¹ Vale lembrar que Johannes von Neuman não se dedicou a apenas estudos econômicos durante o período da Guerra, mas pesquisava física nuclear relacionada a reações termonucleares e à bomba de hidrogênio. Também participou do Projeto Manhattan, que desenvolveu as primeiras bombas atômicas e culminou com os ataques a Hiroshima e Nagasaki.

³² Wales, Jimmy. Wikipédia-l. Disponível em: <http://lists.wikimedia.org/pipermail/wikipedia-l/2001-June/000187.html>. Acesso em 22/09/2012.

³³ São páginas elaboradas por usuários mais experientes e pretendem ser manuais para evitar grandes discussões em torno de um tema. Segundo a descrição, "auxiliam no crescimento e na prosperidade do projeto, tentando evitar atritos desnecessários que poderiam ser ocasionados por uma possível falta de apoio ou base. Essas recomendações merecem uma atenção especial e vale a pena compreendê-las e segui-las" ("Lista de recomendações". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Lista_de_recomenda%C3%A7%C3%B5es. Acesso em 23/09/2012). Essas recomendações são diferentes das Políticas oficiais, que são regras que nem todos podem editar e definem políticas de exclusão, de bloqueio, de verificabilidade das fontes, de imparcialidade, de edição, etc. ("Políticas oficiais". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Lista_de_pol%C3%ADticas. Acesso em 23/09/2012).

³⁴ Wikipédia. "Consenso". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Consenso>. Acesso em 15/10/2012.

O consenso é sempre o objetivo nas discussões. Em caso de discordâncias estas "são resolvidas através de discussões educadas e negociações nas páginas de discussão"³⁵. Caso nada disso adiante, parte-se para uma outra negociação chamada de resolução de disputas, que possui três caminhos: mediação, café dos mediadores, conselho de arbitragem.

A mediação é realizada quando qualquer pessoa, independente de estar presente na discussão, insere um código na discussão da página (*{{subst:NovaMediação}}*). Como não há uma lista oficial de mediadores, qualquer usuário pode mediar a discussão. Mas há uma lista de usuários interessados em mediar casos, podendo, quando acionada a mediação, o usuário recorrer a esta lista e convocar um mediador.³⁶

O café dos mediadores é a página em que um usuário pode recorrer para nomear um mediador para uma discussão. A mediação, entretanto, não ocorre ali, mas em sua respectiva página, citada anteriormente.³⁷

O conselho de arbitragem é o último órgão no processo de resolução de disputas e é composto por alguns usuários. Envolve-se em casos em que a "comunidade julgue não ter capacidade para resolver, pela complexidade dos mesmos ou por não haver mecanismos já instituídos que os possam solucionar"³⁸. Entretanto, seus integrantes não são escolhidos por consenso, mas por votação.

É preciso candidatar-se a árbitro para fazer parte deste conselho, que é composto por 5 titulares e 2 suplentes, sendo as posições renováveis anualmente³⁹. Um candidato, quando eleito, tem de fornecer algum documento que contenha foto e data de

³⁵ Wikipédia. “Consenso”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Consenso>. Acesso em 12/09/2012. Página de discussão é uma página especial da Wikipédia que contém o conteúdo de um discussão de uma outra página. Para ter acesso a essa página basta clicar em *discussão* na barra de opções que se encontra acima do campo de visualização de um artigo. (“Página de discussão”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página_de_discussão. Acesso em 12/09/2012).

³⁶ Wikipédia. “Mediação”. Disponível em : <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Media%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 19/09/2012.

³⁷ Wikipédia. “Café dos mediadores”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Caf%C3%A9_dos_mediadores#footer. Acesso em 22/09/2012.

³⁸ Wikipédia. “Conselho de arbitragem”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Conselho_de_arbitragem. Acesso em 22/09/2012.

³⁹ A eleição ocorre de ano em ano. Contém um período prévio para apresentação de candidaturas de 15 dias. Caso não haja um mínimo de 10 inscrições, o período de apresentação de candidaturas deverá ser prolongado por períodos de 7 dias, até que o número de 10 candidatos seja atingido. O candidato deve ter no mínimo um ano de uso da Wikipédia, contabilizado a partir de sua primeira edição e ter no mínimo 2000 edições válidas. A votação ocorre durante 15 dias e são eleitos por quantidade de votos os 7 primeiros (5 titulares e 2 suplentes).

nascimento. Esse seria um meio de fornecer uma identificação mais satisfatória à Wikipédia.⁴⁰

Com árbitros e mediadores, a Wikipédia lança mão de um julgamento para definir se uma edição deve permanecer no ar ou não, podendo levar à punição de um usuário com a suspensão do cadastro e do IP por um determinado período.

Estabelece-se uma hierarquia que não é cristalizada mais como aquela da disciplina, mas é modular na medida em que são desenvolvidas várias instâncias de alta rotatividade de usuários para administrar os conteúdos. São mediações que monitoram os movimentos, demarcando uma transição da disciplina para o controle, simultaneamente o exercício de modulações de conteúdos que podem ser modificados para serem considerados com qualidade.

Assim, são hierarquias flexíveis que se apoiam em arbitragens que mediam discordâncias que devem seguir as regras da enciclopédia colaborativa, e de um juízo que vai determinar o que é correto e o que é incorreto, este último passível de uma vingança que toma forma em uma série de medidas punitivas que vão de uma suspensão do usuário à sua exclusão.

A Wikipédia ainda destaca três princípios que devem servir de base de orientação para aqueles que a editam: o princípio da imparcialidade; o princípio de nada de pesquisa inédita e o princípio da verificabilidade. Este, conhecido também como NPOV (abreviação do inglês de *neutral point of view*, e em português seria ponto de vista neutro), demarca que um artigo deve apresentar todos os pontos de vista possíveis sobre um mesmo assunto.

Entretanto, no verbete *princípio de imparcialidade* está prescrito que não se deve dar tanta atenção aos *pontos de vista minoritários* o que interessa. Por exemplo, em um verbete sobre a Terra não há problema em não mencionar teorias que defendem que a Terra seja plana, o que seria um *ponto de vista minoritário* e ultrapassado.

Em artigos especificamente sobre pontos de vista minoritários, é permitido que tais visões recebam mais atenção e espaço, porém, em tais páginas, embora o ponto de vista minoritário pode (e normalmente deve) ser descrito, possivelmente de forma mais detalhada, o artigo deve fazer referência adequada para a visão majoritária sempre que pertinente, e não deve refletir uma tentativa de reescrever os conteúdos da visão majoritária estritamente sob a perspectiva da visão minoritária. Especificamente, ele deve ser sempre

⁴⁰ Wikipédia. “Check User/Identificação”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:CheckUser/Identifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 22/09/2012.

claro que partes do texto descrevem a visão minoritária (e que é, na verdade, a visão minoritária).⁴¹

O que está em jogo é a vontade de maioria, em que um *ponto de vista minoritário* é um entrave ao consenso da qual se deve ser desvencilhado. *Pontos de vista minoritários* só podem ser expostos em relação ao *majoritário*, logo, sempre em busca de renovar o consenso.

Mesmo abordando os nomeados *pontos de vista minoritários*, a Wikipédia recomenda que não sejam publicadas pesquisas inéditas, como orienta o seu segundo princípio. Esta é uma política que é identificada pela sigla NOR (do inglês, *No Original Search*, e em português seria Nada de Pesquisa Inédita). Os artigos não devem conter dados ou teorias que não tenham sido publicadas em veículos acadêmicos anteriormente. Os artigos também não podem conter análises sobre um tema, já que isso seria uma visão sobre o assunto, ferindo o princípio de imparcialidade.

a Wikipédia não é lugar para hospedar e lançar pesquisas inéditas. Citar fontes e evitar a publicação de pesquisas inéditas são atividades indissociáveis, pois a única forma de demonstrar que não se está criando um artigo com pesquisa inédita é citar fontes fiáveis que ofereçam informações que são diretamente relacionadas com o tema tratado no artigo e que este possa sustentar-se no que as fontes indicam.⁴²

O outro princípio, o da verificabilidade, significa que qualquer material deve ter advindo de uma fonte fiável, já que a Wikipédia não publica pesquisas inéditas. A política deste princípio prevê três itens a serem seguidos: os artigos deverão conter somente material que tenha sido publicado em fonte reputada; os usuários que adicionem novo material deverão citar uma fonte reputada, caso isso não ocorra, qualquer editor pode retirar o material; a obrigação de providenciar uma fonte reputada cabe ao editor que deseja introduzir novo material e não aos editores que desejam remover esse mesmo material.⁴³

⁴¹ Wikipédia. “Princípio da Imparcialidade”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Princ%C3%ADpio_da_imparcialidade. Acesso em 18/09/2012.

⁴² Wikipédia. “Nada de pesquisa inédita”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Nada_de_pesquisa_in%C3%A9dita. Acesso em 18/09/2012.

⁴³ Wikipédia. “Verificabilidade”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Verificabilidade>. Acesso em 18/09/2012.

Estes três princípios são diretrizes fundamentais para a criação e edição de artigos. Não são negociáveis e não podem ser modificados por recomendações, votações ou consensos na comunidade de editores.

Para que estes princípios sejam postos em prática, há um *Livro de Estilos* para que os usuários sigam o padrão deste na hora de realizar uma edição. No livro, apresenta-se como deve ser escrito o primeiro parágrafo de cada verbete; como devem ser feitas as citações; como utilizar imagens; quando abreviar termos; quais regras de ortografia e pontuação devem ser seguidas; como mencionar números e medidas; como fazer referência a termos em outras línguas... Todas essas prescrições são apresentadas com exemplos e pretende uniformizar a estrutura dos artigos da Wikipédia por meio de regras não obrigatórias, ou seja, é possível que algo seja feito de uma forma diferente, mas há a recomendação de que seja mantido um padrão na enciclopédia.

A redação clara, informativa e imparcial é sempre mais importante que a forma. Não se requer que os autores sigam todas ou alguma destas regras: a graça da edição *wiki* é que não se requer perfeição.⁴⁴

Jutta Haider e Olof Sundin (2010) afirmam que essa graça da edição diferente funciona até certo ponto. Dependendo do que é realizado, o usuário que fez alguma coisa não prescrita no livro de estilos pode ter a sua modificação desfeita e até ser bloqueado da enciclopédia por um período.

A wikipédia é bastante robusta. Isto é uma consequência de uma tecnologia utilizada junto com normas e valores que guiam seus editores, ou Wikipedistas, como são chamados [...]. As normas e valores [...], apesar de serem abertos para interpretação – pelo menos até certo ponto –, quando ultrapassados podem bloquear um usuário por um curto ou longo período. As regras são expressas na forma de um conjunto de políticas fundamentais com as quais a comunidade está comprometida (HAIDER; SUNDIN, 2010).

Para a reversão de uma modificação que não deveria ter sido realizada, é preciso que haja uma fiscalização dos artigos. Isso cabe a cada usuário da enciclopédia realizar. Haider e Sundin citam apenas a suspensão do usuário, entretanto, um artigo já iniciado pode sofrer a *lei do martelo*. Quando aplicada, esta lei envia o artigo para a sessão de *páginas para eliminar*, onde os usuários votam pela eliminação ou não do artigo, todos os votos são justificados. O artigo pode ser eliminado, mantido ou ainda fundido com

⁴⁴ Wikipédia. “Livro de estilo”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Livro_de_estilo. Acesso em 18/09/2012.

outro. Uma página eliminada não desaparece, não será possível mais visualizá-la, mas um administrador ou o eliminador em questão podem resgatá-la e recriá-la.⁴⁵

Mas nada disso ocorrerá, segundo a Wikipédia, se o usuário *presumir a boa fé*:

Presumir a boa-fé é sobre *intenções*, não sobre *ações*. Pessoas bem-intencionadas cometem erros, e você deve corrigi-las quando o fizerem. O que não se deve fazer é agir como se o seu erro fosse deliberado. Corrija-o, mas não o castigue. Haverá pessoas na Wikipédia com as quais não concordará. Mesmo que estas estejam erradas, isso não significa que elas estejam a tentar estragar o projeto. Haverá ainda pessoas com as quais achará que é difícil de trabalhar. Isso pode significar apenas que ela não tem determinada afinidade contigo. Não é necessário que atribuamos a um editor ações por má-fé, mesmo que essa má-fé seja (aparentemente) óbvia. Todas as nossas contramedidas (por exemplo: reverter, bloquear) podem ser realizadas na base do comportamento e não das intenções.⁴⁶

Assim, para a construção de um único artigo deve-se estar de acordo e seguir estes princípios. Ainda é preciso que, quando finalizado, o artigo conte com a aprovação das comunidades da Wikipédia. Os usuários da Wikipédia não acessam todas as publicações e edições diárias da enciclopédia, mas cada um edita uma parte e fiscaliza outra, gerando o movimento necessário para que o site seja constantemente atualizado, discutido e verificado,. Por esse motivo também é importante um maior número de usuários.

Em uma discussão a respeito de um verbete sobre Jim Parsons, comediante estadunidense famoso pela série *The Big Bang Theory* realizada pela Warner Channel, um usuário, Chico, discute com outro, Coltsfan, sobre a fiabilidade de uma das fontes referente aos hobbies do ator. A discussão iniciou-se no dia 02 de fevereiro de 2012 e contou com mais de 20 postagens de Chico argumentando com Coltsfan sobre a não-fiabilidade do site sobre celebridade *poptower.com*. Chico afirmava que isso comprometeria a qualidade do artigo e seria uma atitude anti-enciclopédica.

Chico: Poptower não me parece fonte fiável porque é um site de rumores sobre celebridades que não parece apresentar o controle editorial exigido pela política pertinente. Se tem provas do contrário apresente-as. [...] 05h28min de 4 de fevereiro de 2012.

Coltsfan: Bem eu identifiquei o Poptower como sendo usado como fonte em pelo menos três outros artigos. Ele não é necessariamente um site de fofocas e rumores. Ele também contém biografias e filmografia de artistas. Eles têm, ainda que não muito sustentada, uma boa verificabilidade das informações.

⁴⁵ Wikipédia. “Lei do martelo”. http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Lei_do_Martelo; “Páginas para eliminar”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:PE>. Acessos em 18/09/2012.

⁴⁶Wikipédia. “Presumir a boa fé”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:ABF>. Acesso em 18/09/2012.

Na wikipédia em inglês, por exemplo, eu identifiquei este site como fonte em mais de 50 artigos (no mínimo) e lá as políticas de verificabilidade das fontes é quase que rigorosamente as mesmas daqui. A informação não é especulativa e o site é de confiança. Não acho necessário remover a informação, que é sim pertinente a sua biografia. 12h50min de 4 de fevereiro de 2012.

Chico: Não é esse o critério da política. Não é medindo quantas vezes ele é usado como fonte aqui ou em outra wiki. [...] A política fala que deve haver um controle editorial e veículos de fofoca não possuem esse controle. Se não tens provas do contrário (e o ônus é de quem afirma a fiabilidade da fonte) devemos retirar a fonte. [...] 18h58min de 4 de fevereiro de 2012.

Coltsfan: Se a fonte é considerada válida em outros artigos, por que aqui seria diferente? E não, se a ação de remover foi questionada e é no mínimo controversa deve manter a versão estável do artigo e procurar um consenso. Ou no mínimo remover a fonte e usar a predefinição. Se você acha a informação irrelevante para a biografia da pessoa, então ai voltamos a questão de buscar o consenso em material controverso. E o Poptower não é um site de fofocas, mas sim de informações. [...] no trecho destacado é uma biografia do artista e não uma fofoca a respeito dele.⁴⁷

A discussão contou com a presença de apenas mais um usuário, Raimundo57Br, que defendia a fonte junto com Coltsfan. Entretanto, para encerrar a discussão e as longas postagens, Chico solicitou mediação na madrugada do dia 5 de fevereiro, e seu pedido de retirar a fonte e os dados que ela trazia foi aceito; não há registro do motivo pelo qual o mediador ter concordado com a sugestão de Chico.

Hoje, na página sobre Jim Parsons⁴⁸ não constam mais seus hobbies de tocar piano e assistir a esportes. Nas discussões por um artigo exato é possível ver a luta travada para atingir um artigo correto, onde não se dispensa a diplomacia.

São a essas pequenas participações que os usuários da Wikipédia são convocados. Pequenas, no entanto, inúmeras, visto pela quantidade de postagens que o usuário Chico se dispôs a fazer e que estão disponíveis para qualquer um ler. Realiza-se um duplo interessante na sociedade de controle: participação e transparência.

A edição em equipe na Wikipédia registra cada modificação de cada usuário, identificando-o pelo nome ou pelo registro de IP. Uma participação contínua que se desdobra em um controle contínuo.

Na sociedade de controle a participação está registrada em um banco de dados, como mostrou Deleuze (2010), não se trata mais da localização na massa. Não se está mais diante do par massa/indivíduo, de um poder disciplinar massificante e ao mesmo

⁴⁷“Discussão: Jim Parsons”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Jim_Parsons. Acesso em 22/09/2012.

⁴⁸ Jim Parsons. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jim_Parsons. Acesso em 22/09/2012.

tempo individualizante que age sobre cada um, mas de *divíduos*, indivíduos divisíveis, imersos em bancos de dados e identificáveis por uma cifra que é a senha (IDEM). Na Wikipédia, depende-se da participação de cada um, que é tanto o consumidor da informação como a fonte desta.⁴⁹

Esses *divíduos*, simultaneamente à edição da Wikipédia, realizam outras atividades,: fazem compras na internet, participam da nova vaquinha online, fazem uma doação para alguma fundação ou ONG, realizam transações bancárias... Cada um desses acessos é identificado por um nome de usuário e uma senha. Não se trata mais de um número de registro geral que identificava o indivíduo na massa, mas vários usuários, várias assinaturas para cada transação.

Assim, na sociedade de controle, os editores de uma enciclopédia colaborativa respeitam hierarquias e regras, estas são flexíveis, modulam-se de acordo com novas reivindicações ou situações que precisam ser regulamentadas. Simultaneamente, não dispensam punições e julgamentos de seus usuários por meio de mediações, não de confrontos diretos.

A Wikipédia, com suas regras e seus usuários, atualiza-se constantemente para não deixar que nada escape, tanto em seu conteúdo como em sua organização demarcada por uma hierarquia e acessos.

Comunidade e coletivismo

O programador Jaron Lanier possui uma visão crítica em relação ao *coletivismo online*, como ele chama. Lanier ataca o incentivo a qualquer um poder editar uma enciclopédia, e não se atém a seus métodos, regulamentos e hierarquias:

A leitura da Wikipédia é como ler uma bíblia de perto. Há traços de vários autores e editores anônimos, embora seja impossível ter certeza. [...] A forma como a Wikipédia vem sendo considerada e utilizada a elevou a uma

⁴⁹Em 2006, a revista *Time* fez a sua clássica eleição da “Pessoa do Ano”, e dessa vez era “VOCÊ! O consumidor como criador” (YOU – Yes, you – Are TIME’s Person of the year. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1570810,00.html#ixzz29qmNXo78>. Acesso em 10/09/2012): “Você – ou melhor, a inteligência colaborativa de dezenas de milhões de pessoas, você interconectado – cria e filtra continuamente novas formas de conteúdo, consagrando o útil, o relevante e o divertido e rejeitando o resto... Em todos os casos, você se tornou uma parte essencial da ação como um membro da audiência agregada e interativa, que se auto-organiza e se auto-entretém” (TIME *apud* KEEN, 2011, 31). A revista *Time*, em 1982, já havia eleito a pessoa do ano como o Computador, o primeiro não-humano a ganhar o prêmio. A *Time* anunciava o computador pessoal e já sinalizava para um investimento não mais em extração de energia e investimento em docilidade política e utilidade econômica, como ocorria na sociedade disciplinar, mas no investimento em inteligência de cada um.

importância rapidamente. E isto é parte de um novo coletivismo online que não é nada mais que o ressurgimento da ideia de um coletivo todo sábio [...]. Esta ideia teve consequências terríveis quando nos foi imposta pela extrema direita ou pela extrema esquerda em vários períodos da história. O fato é que agora ela está sendo reintroduzida por técnicos proeminentes e futuristas, pessoas que, em muitos casos, eu conheço e gosto, não fazem nada para deixar isso menos perigoso. [...] A Wikipédia está longe de ser o único site deste coletivismo. Há uma corrida frenética para tornar-se o site mais agregador (LANIER, 2006).

A afirmação de Lanier, mesmo partidário de uma internet transparente e participativa, atenta para o ideal democrático com um novo coletivismo sugerido pela Wikipédia e seus riscos.

Proudhon, por meio da análise serial, descreve práticas de governo e atenta para o exercício democrático sem tomá-lo como uma essência, mas a partir de suas tensões. No método serial não se trata de uma análise, como em Hegel, com tese-antítese-síntese, mas da tensão e da luta entre duas partes ou mais, sem que haja busca pelo resultado final, pela síntese. Uma análise serial “não prejudica e não exclui nada, acolhe os fatos e os nomeia sem temor de ser desmentida por nenhum; ela não pretende de modo algum produzir por si mesma o conhecimento e não se antecipa à observação” (PROUDHON, 1986, 45), não se trata de melhorar ou aprimorar o funcionamento, mas refletir como este acontece.

Essa análise serial afasta-se de teorias para mostrar duas séries de práticas de governo: autoridade e liberdade. Na série liberdade está a democracia, em relação oposta ao comunismo, regime da série autoridade (PASSETTI, 2003).

Deleuze, em seu “*post-scriptum* sobre a sociedade de controle”, analisa a emergência destas sociedades, onde a democracia é a atuação política, e afirma que não se trata de se perguntar qual o regime mais duro, ou o mais tolerável, mas enfrentar em cada um deles as liberações e as sujeições. Na democracia é possível experimentar novas formas de liberdade, entretanto, em Proudhon, como se trata de uma análise serial, a democracia também possui seus exercícios de autoridade, como os retomados por Lanier e a função daquilo que nomeou de coletivismo.

As posições de cada um nesse coletivismo também são delimitadas. Na Wikipédia, cada usuário exerce uma função de acordo com o número de edições e tempo de atividade; dependendo desses números, é possível subir em uma escala hierárquica. Para fazer parte da comunidade da Wikipédia é necessário um cadastro, que deve indicar um e-mail, um nome de usuário e a respectiva senha. No caso do usuário

não ter cadastro, ainda assim será possível editar alguns verbetes, e cada modificação realizada será identificada pelo seu número de IP (*Internet Protocol*)⁵⁰.

Os usuários⁵¹ identificados somente pelo IP podem editar apenas algumas páginas, e não têm acesso às chamadas de *Páginas Protegidas*. Uma página protegida é criada por meio do pedido de algum usuário cadastrado em um *Registro de Proteção*. Essa proteção possui uma escala: a *Página Protegida* pode ser editada apenas por administradores; a *Página semiprotetida*, pode ser editada apenas por usuários *autoconfirmados*, ou seja, aqueles com 4 dias de registro e 10 edições; a *Página protegida contra recriação*, não pode ser editada por usuários sem cadastro ou por usuários que sejam apenas cadastrados, eles precisam ter alguma função como *burocratas*; a *Página protegida contra movimentação*, não pode ser vinculada a outra página da Wikipédia; a *Página protegida em cascata* pode ser editada apenas por administradores (a diferença para a *Página Protegida* é que as outras páginas que estão vinculadas a esta também viram *Páginas protegidas em cascata*).⁵²

Os usuários cadastrados na Wikipédia são divididos em uma classificação: na primeira escala estariam os burocratas, responsáveis pela nomenclatura e estrutura das categorias da Wikipédia e que também nomeiam os administradores; na segunda escala, os administradores, editores há algum tempo da enciclopédia (seis meses de registro e 2000 edições) e eleitos por outros usuários⁵³, podem eliminar páginas ou restringir a uma certa categoria de usuários a sua edição; na terceira escala estariam os mediadores e eliminadores, os primeiros regulam discussões sobre um verbete (quando solicitado por um dos usuários envolvidos na construção dele), os seguintes são editores que têm acesso à eliminação e à restauração de páginas (a diferença destes com os burocratas é que eles não podem restringir a um grupo de usuários a edição de algo); na quarta escala,

⁵⁰ É possível descobrir o IP por meio de sites como o Meu IP <http://meuip.datahouse.com.br/> e sua localização em <http://www.ip2location.com/>. (Acessos em 02/03/2012).

⁵¹ Um usuário da Wikipédia é aquele que modifica artigos. Aqueles que apenas leem os artigos são utilizadores da Wikipédia. (Wikipédia. “Usuário”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Usu%C3%A1rios>. Acesso em 25/07/2012).

⁵² Wikipédia. “Página Protegida”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_protegida. Última modificação em: 12/03/2012. Acesso em 22/04/2012.

⁵³ O processo de eleição para administradores se dá durante um período mínimo de 7 dias. As eleições são anunciadas na Wikipédia para os usuários cadastrados. Os usuários que podem votar são os cadastrados e que realizaram a primeira contribuição a mais de 90 dias, ou com mais de 300 edições (Wikipédia. “Direito ao voto”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Direito_ao_voto. Acesso em 25/07/2012).

os tradutores, que traduzem verbetes disponíveis em outras Wikipédias para o português; e, na base, e os que mais modificam a Wikipédia, os novatos, que são os recém-cadastrados.

Outra variação dos usuários cadastrados são os agentes OTRS (*Open-source ticket request system*) e os stewards. Os primeiros possuem acesso aos e-mails enviados à Wikimedia Foundation (gerenciadora da Wikipédia). O OTRS é um sistema desenvolvido pela fundação em que dúvidas e reclamações são enviadas em forma de tíquetes⁵⁴, e os agentes os respondem ou os destinam para a categoria de usuário cadastrado que possa solucionar. Os stewards possuem acesso irrestrito à interface da Wikipédia e nos *wikis*, da Wikimedia Foundation, podem retirar um usuário da categoria a que este pertence por meio de uma denúncia ou quando há um ato de vandalismo⁵⁵.

Como afirma Shirky (2012), esses usuários invertem a velha ordem da organização "reúna, depois compartilhe", para o "compartilhe, depois reúna", ou seja, as pessoas são capazes de se relacionar após compartilharem algo e descobrirem uma às outras. Se, antes, quanto maior o número de pessoas em uma organização, mais difícil era o seu gerenciamento, desenvolvendo-se uma série de hierarquias para garantir seu funcionamento, agora a internet está conseguindo diminuir esses entraves. Antes estava posto como aumentar essa estrutura gerencial, coisa que a internet realiza por não precisar tanto da gerência, já que as pessoas fazem por elas mesmas. Por exemplo, para a construção de uma enciclopédia não é mais necessário que a Britannica dirija, mas a organização vem da plataforma e é projetada sobre o site. Assim, pode-se realizar algo de maneira mais eficaz que a instituição, que estaria no campo da coordenação. "Agora é possível obter coordenação em grande escala a baixo custo, uma terceira categoria

⁵⁴ Esse sistema também é conhecido como Sistema de Rastreamento de Incidentes e funciona como um gerenciador de uma lista de reclamações. Os tíquetes funcionam como registros de reclamações. O sistema gerencia a criação, atualização e resolução de um incidente. Assim, cada problema é localizado em uma determinada categoria de acordo com o avanço ou não no sentido de sua resolução. Este sistema é usado, também, em *call centers* (Wikipédia. "Sistema de gerenciamento de incidentes". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_gerenciamento_de_incidentes. Acesso em 25/07/2012).

⁵⁵ O vandalismo na Wikipédia é caracterizado como qualquer adição, remoção ou modificação que possa comprometer a integridade da enciclopédia. Ou seja, quando uma alteração é realizada para agredir outro usuário ou para denegrir um artigo. O julgamento de uma alteração como sendo apenas um equívoco ou um vandalismo é realizado por estes stewards, que recorrem aos administradores ou burocratas para demarcar qual será a penalidade ao usuário, podendo ser desde um bloqueio temporário ou o bloqueio permanente do usuário em questão. A Wikipédia, para combater essas ações, possui um projeto nomeado de Antivandalismo, que registra em uma lista as últimas alterações para que qualquer usuário possa monitorar e, caso encontre um ato de vandalismo, o reporte às autoridades competes: os stewards e burocratas.

emergiu: trabalho sério e complexo empreendido sem direção institucional" (SHIRKY, 2012, 44).

A análise de Shirky vai de encontro com aquilo que Shayne Bowman e Chris Willis (2003) apontam sobre o gerenciamento da informação. Ao estudarem novas formas de jornalismo, eles afirmam que, antes do modelo colaborativo, era preciso *filtrar para publicar*, agora é *publicar para filtrar*. Essa filtragem ocorre nas comunidades e todos os integrantes podem ver, enquanto que, nos moldes anteriores, a discussão não era aberta.

Tanto Shirky, como Bowman e Chris estão interessados em observar como se forma essa comunidade colaborativa⁵⁶ e o que a tornou possível, e em mostrar como ela é uma alternativa à ação institucional.

O custo de todo tipo de atividade grupal – compartilhamento, cooperação e ação coletiva – caiu tanto e tão depressa que atividades até então escondidas debaixo daquele piso estão vindo à luz. Não percebíamos quantas coisas estavam sob aquele piso porque, antes da era atual, a alternativa à ação institucional normalmente era nenhuma ação. As ferramentas sociais fornecem uma terceira alternativa: ação por grupos de estrutura frouxa, operando sem direção gerencial e sem o motivo do lucro (SHIRKY, 2012, 44).

São novas formas de ação coletiva, que permitem a criação de grupos colaborativos maiores e mais distribuídos. Não se está mais à espera de um representante para fazer manifestar algo ou de alguém habilitado para publicar algo. É uma facilidade de reunião, como afirma Shirky, onde as novas ferramentas de comunicação corresponderiam melhor aos nossos desejos e talentos inatos para o esforço em grupo. Assim, são novas *formas coletivas*, que não se restringem em fôrmas, mas são moduláveis a partir da criatividade empreendedora de cada um, seguem um protocolo e o refazem por meio da participação e adesão contínuas.

Assim, quem está autorizado a publicar e editar na Wikipédia não precisa de respaldo intelectual comprovado em diplomas e titulações. Michel Foucault em

⁵⁶ O termo comunidade passou a ser utilizado na informática para referir-se ao grupo que desenvolviam *softwares* de licença livre ainda na década de 1980, como Richard Stallman, apresentado no primeiro capítulo. O primeiro estudo sobre comunidades virtuais foi realizado por Howard Rheingold (1993), sendo estas caracterizadas pela atuação de seus participantes que compartilham metas, valores e interesses. Seu estudo ainda aponta que realizar uma comunidade virtual não seria de alto custo, já que as pessoas não precisam nem sair de casa para participar. Entretanto, Rheingold apontou que naquele momento a internet ainda não era alvo de investimentos de empresas e, por isso, estava fora de controle. Ao desconsiderar o desenvolvimento da internet e o controle militar estatal estadunidense, o autor afirma que é preciso usar a internet ao máximo naquele momento, para aproveitar enquanto as grandes empresas ainda não a aproveitam, a censuram, a medem e a vendem de volta (RHEINGOLD, 1993).

entrevista com Gilles Deleuze apontou que a politização de um intelectual se dava por duas variáveis: sua posição intelectual na sociedade e a verdade que trazia à luz em seu discurso. Dizia a verdade em nome daqueles que não podiam dizê-la, como no caso do intelectual que fala em nome do proletário. Esses seriam os intelectuais universais, ao qual Foucault opõe com os intelectuais específicos, que emergiram no pós-Guerra e atende a problemas específicos. O intelectual na sociedade de controle, entretanto, é outro, tem de ser modular, estar em constante formação e responder quando solicitado.

Nesta sociedade de controles, com costumes modificáveis e austeros, o intelectual exercita práticas de direito, programações, monitoramentos de condutas como o asturto favorecedor de novas mentalidades relativas ao incessante aperfeiçoamento democrático. [...] Perpassando os diversos planos dessas *nova* consolidação, o intelectual especialista ganhou inúmeros perfis ajustados e variáveis que o situaram, agora, entre diversos fluxos velozes e modificáveis, como um intelectual *modulador* (PASSETTI, 2011, 126).

Esse intelectual pode tanto dar aula em universidades, trabalhar em ONGs, desenvolver projetos e pareceres, como editar um verbete na Wikipédia, para a qual independe a formação acadêmica de seu usuário.

Essa dinâmica de edição da Wikipédia e a reunião de usuários em comunidades são caracterizadas por alguns autores como uma expressão da *Web 2.0* (O'REILLY, 2005; TANCER, 2009; KEEN, 2009). O termo foi criado em 2004 por Tim O'Reilly, que fundou a O'Reilly Media, uma editora de livros sobre informática. A *Web 2.0* seria a segunda geração da internet, onde cada pessoa conectada não é apenas um receptor de informação, mas também é ativa e pode modificar conteúdos e criar novos aplicativos (O'REILLY, 2005).

Algumas análises, como a de Bill Tancer (empresário da Hitwise, que realiza pesquisas de mercado na internet), afirmam que a *Web 2.0* seria um avanço, já que possibilita a qualquer um comunicar outros usuários por meio de blogs e redes sociais. Não se trata mais da recepção da informação por meio de páginas estáticas, como era da *Web 1.0*: agora há redes sociais, que são constantemente atualizadas, e as mídias são geradas pelos usuários/consumidores. A *Web 2.0* levou-nos "de um meio estático a um universo que encoraja a todos a participar" (TANCER, 2009, 178).

Outra análise é a de Andrew Keen (2009), que trabalhou no Vale do Silício e contribuiu para o desenvolvimento da internet, mas depois se distanciou. Ele afirma que a *Web 2.0* está destruindo valores ao disseminar qualquer conteúdo. A Google, por exemplo, teria um algoritmo que se modula a cada pergunta para trazer as respostas,

mostrando apenas o que já sabemos; a Wikipédia não teria nenhum critério ou exame quanto ao que é publicado e qualquer um pode ser esconder no anonimato, o que é diferente do que ocorre na Britannica. Em seu livro, Keen tenta estabelecer critérios para que uma autoridade possa dizer quais informações podem ser divulgadas.

Esse grupo de usuários apresentados por Shirky, Keen, Tancer e O'Reilly também está engajado na Wikipédia, formando uma comunidade, como esses mesmos se nomeiam. Proudhon analisa a comunidade e aponta como esta é a desigualdade. Não é preciso chegar à Wikipédia para se lançar mão desta análise, no capítulo anterior, foi apresentado como a procedência do computador pessoal ocorre em uma desigualdade, onde alguns pesquisadores – sob tutela do Departamento de Defesa estadunidense – foram os responsáveis não somente pelo computador, mas pelo posterior desenvolvimento da internet.

Para Proudhon, há uma tensão entre os membros de uma comunidade, uma pequena guerra cotidiana. A comunidade nada tem de próprio,

mas a comunidade é proprietária, e proprietária não somente dos bens, mas das pessoas e das vontades. É segundo esse princípio de propriedade soberana que, em toda comunidade, o trabalho, que só deve ser para o homem uma condição imposta pela natureza, se torna um comando humano, por isso mesmo detestável. Que a obediência passiva, inconciliável com uma vontade reflexiva, é rigorosamente prescrita; que a fidelidade aos regulamentos, sempre defeituosos, por mais sábios que apreçam, não sofre nenhuma reclamação; que a vida, o talento, todas as faculdades do homem são propriedades do Estado, que tem o direito de delas fazer, para o interesse geral, o uso que lhe aprouver; que as sociedades particulares devem ser severamente proibidas, apesar de todas as simpatias e antipatias de talentos e caracteres, porque tolerá-las seria introduzir pequenas comunidades na grande, e, por consequência, propriedades; que o forte deve fazer a tarefa do fraco, ainda que esse dever seja de generosidade, não de obrigação, de conselho, não de preceito; o diligente, a do preguiçoso, ainda que isso seja injusto; o hábil, a do idiota, ainda que isso seja absurdo: que o homem, enfim despojando seu *eu*, sua espontaneidade, seu gênio, suas afeições deve se exterminar humildemente diante da majestade e inflexibilidade da comuna (PROUDHON, 1986, 56-57).

Na Wikipédia, a comunidade trava essa disputa em nome do verbete correto, como mostrado anteriormente, dos postos que cada um deve ocupar, segue um regulamento que busca sempre a utopia da perfeição. Seus membros negociam diplomaticamente e todos os usuários devem fiscalizar os artigos para que não haja imperfeição, sempre sobre o receio de perda de credibilidade da enciclopédia ou de uma frase escrita que não esteja pautada na *imparcialidade*.

O exercício da *neutralidade* na Wikipédia só pode ser exercido por meio da desclassificação dos *pontos de vista minoritários*, as pretensões à neutralidade e à imparcialidade pautam-se na lógica do juízo e da arbitragem, que deve conter disputas ao se movimentar por meio delas e localizar aquele que deve ser punido caso obstrua o equilíbrio modular do *consenso*.

[Ctrl+c]+[Ctrl+v]+Web2.0 = edições, *remixagens*, licenças flexíveis

Para publicar ou editar qualquer conteúdo na Wikipédia é preciso estar de acordo com seus termos. O conteúdo da Wikipédia, desde 2009, está sob a licença da *Creative Commons Attribution-ShareAlike* (CC-by-SA) 3.0, uma licença que autoriza qualquer um a criar, copiar, modificar e distribuir os artigos, mas sem deixar de creditar os autores originais, e não pode ter pretensões comerciais.

A *Creative Commons* (cc), conhecida como ‘a licença flexível’, foi desenvolvida pelo advogado e professor de Harvard, Lawrence Lessig, em 2001. Uma de suas procedências é o *copyleft*, vinculado ao *software livre*.⁵⁷ Lessig desenvolveu esta licença para o licenciamento de documentação de *software livre*, assim as pessoas poderiam modificar um documento sem ter de pedir autorização ao autor, permitindo maior circulação das informações. No entanto, a cc não objetiva confrontar os direitos autorais, mas complementá-los; trata-se de um instrumento que pretende regulamentar o conteúdo da internet, reformando os direitos autorais para facilitar a distribuição de dados para fins não comerciais.⁵⁸

Segundo Andrew Laurent (2004), embora a cc não tenha sido desenvolvida para o licenciamento de *softwares*, agora, proporciona uma base sólida para o licenciamento

⁵⁷ A cc está presente em mais de 40 países. O Brasil foi o terceiro país a integrar o projeto, logo após a Finlândia e o Japão (LEMOS, 2005); aqui, o projeto é coordenado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e funciona em parceria com o Ministério da Cultura.. A cc possui como objetivo "expandir a quantidade de obras criativas disponíveis ao público, permitindo criar outras obras sobre elas, compartilhando-as. Isso é feito através do desenvolvimento e disponibilização de licenças jurídicas que permitem o acesso às obras pelo público, sob condições mais flexíveis do que as tradicionais licenças de Direito Autoral. O Centro de Tecnologia e Sociedade trabalha na adaptação das licenças do *Creative Commons* para o ordenamento jurídico brasileiro" (Grupo de pesquisa *creative commons*. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0004601EQ07HDN>. Acesso em 26/09/2012).

⁵⁸ Creative Commons. <http://www.creativecommons.org.br/>. Acesso em 11/10/2012.

de textos, músicas, sites e filmes; também fornece um modelo para qualquer um que queira redigir uma licença *copyleft*.

Sérgio Vieira Branco Jr. (2006) complementa que o diferencial da cc é a garantia de que toda a sociedade poderá usar uma obra dentro dos termos da licença. Assim, permite, por meio de um instrumento juridicamente válido, o acesso a qualquer interessado à obra.

O *creative commons* busca efetivar a vontade de disseminação dos trabalhos dos mais diversos tipos de artistas, criadores e detentores de direitos. Por esse motivo, um determinado autor pode optar por licenciar seu trabalho sob uma licença específica, que atenda melhor a seus interesses, podendo escolher entre as diversas opções existentes (BRANCO; LEMOS, s/d, 15).

A licença cc não é usada apenas pela Wikipédia, mas passou também a licenciar o *remix*. O termo, advindo de edições de músicas, refere-se à modificação de conteúdos disponíveis na internet sem consulta prévia ao autor. Lessig lançou, em 2008, o livro *Remix: making art and commerce thrive in the hybrid economy*. Nele, propõe a revisão dos conceitos de *copyright* e de propriedade intelectual a partir da cultura do *remix*⁵⁹.

A cultura do *remix* é produzida por muitos. Envolve compartilhamentos, *fan-fiction* e *samplers*.⁶⁰ A possibilidade e a propagação dessa cultura só seria possível com o uso da internet e de softwares que permitem realizar novas distribuições e edições em um conteúdo – um exemplo desses softwares seria o próprio *wiki*.

A tecnologia pode tornar possível a toda uma geração criar – filmes remixados, novas formas de música, arte digital, uma nova maneira de contar histórias, escrever, uma nova tecnologia para a poesia, a crítica e o ativismo político – e então, por meio da internet, compartilhar esta criatividade com os outros (LESSIG, 2002, 9).

⁵⁹ O *remix* também autoriza uso arbitrários de invenções na internet. O boletim eletrônico do Nu-Sol, Hypomnemata 134, expôs um roubo a uma invenção libertária, os antiprogramas *ágora, agora* – avesso às programações da sociedade de controle, produzidos de maneira autogestionária no Nu-Sol, apresentado no canal universitário/TV-PUC e lançado em DVDs. Foi *remixado* em *Agora, ágora – criação e transgressão em rede*, um projeto de exposições com o uso da internet. Sem abrir a conversações e seguindo protocolos, o projeto segue financiado por banco e licenciado pela cc, não furam o regime da propriedade, mas modulam-se seguindo programas e protocolos [Nu-Sol. *Hypomnemata 134*. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=161>. Acesso em 15/03/2013].

⁶⁰ O termo compartilhamento popularizou-se com o botão disponível nas páginas do Facebook, quando acionado, uma pessoa republica algo já publicado em outras páginas, marcando este registro em sua página pessoal; o Youtube também é um exemplo de compartilhamento, quando alguém publica um vídeo no depositador. O fan-fiction é a modificação de uma história já publicada, um exemplo é a fan-fiction dos livros da série *O Senhor dos Anéis*, onde fãs publicam em blogs outros rumos para a saga do hobbit Frodo Bolseiro para a destruição do anel que não pode retornar ao seu criador Sauron, o Senhor do Escuro. Samplers é a utilização de uma parte de uma música de um autor em outra canção.

Portanto, seria uma forma de produção do século XXI, como afirma Ronaldo Lemos, onde a disseminação de conteúdos não está mais restrita a uma estrutura centralizada. Agora, o conteúdo pode ser publicado e estar disponível para ser remixado e transformado em algo diferente.

Para Andrew Keen, o *remix* é um roubo e seria necessário redefinir a propriedade. Vive-se a *utopia de uma comunidade hiperlinkada coletiva* (KEEN, 2009, 28), onde se vive uma falsa democracia que distorce a verdade sobre a política e os políticos. Para o autor, seria preciso alcançar essa democracia verdadeira, reconstruindo, assim uma nova utopia.

Recortar e colar, é claro, é uma brincadeira de criança na *Web 2.0*, tornando possível uma nova geração de cleptomaníacos intelectuais, que pensam que sua capacidade de recortar e colar uma opinião ou um pensamento bem formulados os transforma em seus. Tecnologias originais de compartilhamento de arquivos como Napster e Kazaa, que atraíram tanta atenção durante o primeiro boom da web, empalidecem em comparação com a “remixagem” de conteúdo e a “mashing up” de softwares e música mais recentes. Numa espécie distorcida de lógica de Alice no País das Maravilhas no interior da toca de coelho, visionários do Vale do Silício, como Lawrence Lessig, professor de direito em Stanford e fundador do Creative Commons, e William Gibson, o autor ciberpunk, enaltecem a apropriação da propriedade intelectual (IDEM, 26-27).

Helena Klang⁶¹ (2011) afirma que o *remix* é uma revolta contra as leis de direitos autorais. Quanto mais a prática do *remix* se dissemina, torna-se necessário uma reformulação da autoria. A legislação autoral teria perdido sentido com o aumento das mídias digitais e do acesso à internet. A tecnologia digital, segundo Klang, potencializou a criação cultural, transformando-a em um processo participativo.

A geração atual de legisladores ainda não sabe como lidar com a internet, apoiando-se em uma legislação analógica, não digital. Os jovens de hoje não dariam a mínima para o direito autoral e não o seguem. As empresas, em resposta, exigem uma regulamentação mais abrangente. A revolta, para Klang, estaria aí, nos jovens que não seguem direitos autorais e realizam seus *remix* e cópias. Entretanto, para a autora, essa revolta desdobra-se em uma busca por consenso, com a criação de novos espaços de discussão que busquem o equilíbrio entre o compartilhamento cultural e a proteção autoral para, assim, criar uma nova ordem.

⁶¹Mestre em comunicação pela UERJ e pesquisadora no setor de Pesquisa de Políticas e Culturas Comparadas da Fundação Casa de Rui Barbosa, vinculado ao Ministério da Cultura.

Albert Camus, em seu escrito *O homem revoltado*, mostra como a revolta não é negociação para uma outra ordem, o que estaria no âmbito da revolução. Camus pergunta-se, “Que é um homem revoltado?” e responde, “Um homem que diz não. Mas, se ele recusa, não renuncia: é também um homem que diz sim, desde o seu primeiro movimento. [...] É alguém que se rebela. Caminhava sob o chicote do senhor; agora o enfrenta. Contrapõe o que é preferível com o que não é” (CAMUS, 2008, 25-26).

O *remix* encontra-se com a reformulação da autoria por meio da flexível licença cc. Não é um enfrentamento, mas uma negociação, em busca de um consenso, de como lidar com a internet e a disseminação de conteúdos que podem ser visualizados e copiados por qualquer um.

Para Camus, a revolta é ação, é existir, não é consentimento:

A revolta, na verdade, lhe diz e irá dizer-lhe cada vez mais alto que é preciso tentar agir, não para começar um dia a existir, aos olhos de um mundo reduzido ao consentimento, mas em função dessa existência obscura que já se manifesta no movimento de insurreição. (IDEM, 288).

Outra leitura do *remix* é de Eduardo Navas, pesquisador sobre mídia e arte, que o identifica enquanto um vírus. Navas elabora a *teoria do remix* em seu livro *Remix Theory: the aesthetics of sampling* e faz uma trajetória a partir das procedências musicais do termo, que seria uma reinterpretação de uma música com recortes e colagens. Retoma os *remix* da década de 1970 realizados por DJs em Nova Iorque, Chicago e na costa leste dos Estados Unidos, e como estes adequavam a música de acordo com o retorno que recebiam da pista de dança, prolongado-a, lançando mão de alguns ruídos ou encurtando-a. A atividade desses DJs, conta Eduardo Navas, também incorporou o *sampling*, onde realizava-se o corte, cópia e colagem nas músicas, lançando uma nova música, com uma composição feita de vários pedaços.

Com o desenvolvimento dos computadores e da internet, esse método será utilizado no desenvolvimento de softwares e as operações *ctrl+c ctrl+v* ficam cada vez mais comuns.

Cortar/copiar e colar é uma característica comum encontrada em todas as aplicações de software de computador, e, atualmente, é a forma mais popular de amostragem praticado por qualquer pessoa que tenha acesso a um computador (NAVAS, 2012, 4).

Quando a internet assume uma característica de mídia, para Navas, o *remix* passa a ser uma linguagem relacionada a essa nova mídia. O *remix* seria caracterizado como um vírus, um parasita da linguagem.

Remix, em si, não tem forma, mas é rápido para assumir qualquer característica. Ele precisa de valor cultural para estar em jogo, neste sentido o Remix é parasitário (IDEM).

Para tal afirmação, Navas toma como base a afirmação de Burroughs "a linguagem é um vírus" do escrito de 1973, *Eletronic Revolution*. Burroughs afirmou que a palavra é um instrumento de controle, um vírus que até agora não foi reconhecido como tal, "pois atingiu um estado estável de simbiose com o hospedeiro" (BURROUGHS, 2011, 138).

Burroughs preocupa-se em como romper essa palavra-vírus que "delimita o pensamento, a emoção e as impressões sensoriais do ser humano que a hospeda" (BURROUGHS, 1961). A partir do caso de Watergate⁶², Burroughs mostra outras articulações possíveis com esse vírus, ao associá-lo ao áudio das escutas e fotografias:

A operação básica de gravação, fotografias, mais fotografias, e reproduções pode ser realizada por qualquer um com um gravador e uma câmera. Qualquer um pode reproduzir. Milhões de pessoas realizando essa operação básica podem invalidar o sistema de controle que os que estão por trás de Watergate e Nixon tentam impor. Como todos os sistemas de controle, ele depende da manutenção da posição de monopólio (BURROUGHS, 2011, 148).

Entretanto, para Burroughs o vírus não aparece enquanto uma resistência, mas é uma reprodução, por isso a linguagem é um vírus. Para Burroughs é preciso romper a própria palavra:

O passo seguinte precisa ser realizado em silêncio. Após nos desligarmos das formas das palavras. [...] Passos a frente são realizados ao abrimos mão de antigas armaduras, porque as palavras são criadas dentro de você – nós não percebemos a armadura palavra que carregamos, suavemente digitadas no nosso ventre (BURROUGHS in COHN, 2010, 115).

O *remix* não é uma interrupção ou congestionamento de um sistema de controle. Ao estar pautado sob a licença cc, também não pretende travar um combate aos direitos autorais, mas complementá-los. Não se trata da espontaneidade de DJs da década de 1970, mas de como licenciar qualquer criação possível, uma modulação de controles.

Deleuze expõe as sociedades de controle a partir da utilização do termo controle por Burroughs. Em seu "*post-scriptum: sobre as sociedades de controle*", afirma que é preciso atualizar a sabotagem, perigo para a sociedade disciplinar, e que o risco ativo na

⁶² Em 18 de junho de 1972, o jornal *Washington Post* publicou na sua primeira página uma tentativa de assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, no Complexo Watergate, em Washington. Tal tentativa pretendia fotografar documentos e instalar escutas no escritório do Partido Democrata. Nixon havia acabado de se reeleger mas, durante as investigações de Watergate, verificou-se que o presidente tinha conhecimento das operações contra a oposição. Em agosto daquele ano, Nixon renunciou.

sociedade de controle seria o vírus – entretanto, o vírus aqui é diferente do uso em Burroughs, nesse caso o vírus é uma resistência, em Burroughs o vírus é a própria linguagem, é a reprodução. Deleuze ainda afirma que nas recentes sociedades de controle já não se trata mais dos moldes da sociedade disciplinar, mas de uma moldagem autodeformante, que se modifica continuamente e absorve o que em um primeiro momento estava fora de seu alcance.

Não à toa, Lev Manovich, professor no MIT e orientador de Eduardo Navas, afirma que as novas mídias digitais seguem o princípio da *modularidade*. Os produtos hoje, apesar de serem percebidos enquanto uma unidade, são compostos por números, pixels e scripts, e por meio dessa organização é possível a edição do produto digital.⁶³

Essa *modularidade* seria uma característica da Web, um meio aberto e incompleto que cresce sem parar. Afirma Manovich:

um novo produto da mídia digital é composto de partes independentes as quais, por sua vez, constituem-se de pequenas peças independentes, e assim por diante até o nível dos menores "átomos", como pixels, pontos 3D ou caracteres.

A Web é totalmente modular (MANOVICH, s/d, 52).

A *modularidade* das mídias digitais consistiria nas recombinações de seus pequenos pixels, formando a cada momento um novo produto, vinculado ao anterior, mas caracterizado por alguma novidade. Assim, surgem inúmeras possibilidades de criar a partir da união de diferentes partes de variados produtos. A *modularidade* não é modulação, refere-se como uma característica incompleta, a modulação também não conhece seu fim, mas também diz respeito à absorção de práticas na internet em protocolos, atualizando-os e não apenas a somatória de novos produtos.

A cc intervém para possibilitar tudo isso legalmente. Esta não é uma ofensa ao capitalismo, mas trata da criação de novos produtos. Lessig, em entrevista à sessão Link do jornal *O Estado de São Paulo*, afirmou:

Uma implementação equilibrada dos direitos autorais encoraja modelos de negócios mais vigorosos e lucrativos. O movimento da cultura livre não está em conflito com tecnologias de sucesso na web. Na verdade, é incentivado por elas.

⁶³Lev Manovich ainda elenca outros 4 princípios: representação numérica, automação, variabilidade e transcodificação. O primeiro é que qualquer produto das novas mídias pode ser descrito numericamente, afinal, seu funcionamento está vinculado a um algoritmo. O princípio seguinte, de automação, a codificação numérica e a estrutura modular possibilitam a automação de várias operações, assim, parte da intencionalidade humana é removida do processo. A variabilidade diz respeito às inúmeras versões que um produto poder ter. O último princípio, a transcodificação, é a possibilidade de transformar uma mídia em vários outros formatos para poder modificá-la.

Quando questionado sobre como ficaria a indústria audiovisual, respondeu:

Ela precisa aprender rápido, e existem incentivos para que evolua rapidamente. Ela tem de reconhecer que o maior desafio na era da internet é encontrar um meio de trazer a audiência para o palco, para fazer com que ela se engaje.⁶⁴

Lessig compreende a internet não apenas enquanto uma conectividade, mas se interessa por seus efeitos. Em *Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade* (2005), afirmou que os efeitos da internet não se restringem ao momento em que as pessoas estão com os computadores ligados e conectados. Não há botão que isole as pessoas dos efeitos da internet (LESSIG, 2005).

É nesse sentido que, para o autor, está em jogo como construir uma *cultura livre*, pautada no cc, e seus desdobramentos em *remix*.

nós viemos de uma tradição de cultura livre – não “liberada”[...] –, mas livre como em “liberdade de expressão”, “mercados livres”, “livre comércio”, “livre iniciativa”, “livre arbítrio” e “eleições livres”. Uma cultura livre apoia e protege criadores e inovadores. Faz isso diretamente, garantindo direitos de propriedade intelectual. Mas também faz isso indiretamente, limitando o alcance desses direitos, para garantir que os criadores e inovadores subsequentes permaneçam tão livres quanto possível do controle do passado. Uma cultura livre não é uma cultura sem propriedade, da mesma forma que um mercado livre não é um mercado onde tudo é grátis. O oposto de uma cultura livre é uma “cultura da permissão”, na qual os criadores só criam com a permissão dos poderosos ou dos criadores do passado (IDEM, 26).

Este livro de Lessig foi publicado nos EUA no ano de 2004, um ano depois foi traduzido para português e lançado sob a licença cc. A apresentação do livro foi escrita por Ronaldo Lemos⁶⁵ e vincula a cc ao acesso ao conhecimento, sendo uma produção descentralizada de uma *cultura livre* fundamental para o desenvolvimento econômico.

não estamos interessados apenas em falar sobre domínio público, ou em pedir a ajuda dos legisladores para construir um domínio público. Nosso objetivo é construir um movimento de consumidores e produtores de conteúdo [...] que ajudem a construir o domínio público e, através de seu trabalho, demonstrem a importância do domínio público para outras manifestações criativas. O objetivo não é lutar contra a turma do “todos os direitos reservados”. O objetivo é complementá-los. (LESSIG, 2005, 276).

⁶⁴ “Lawrence Lessig e o remix”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/renato-cruz/lawrence-lessig-e-o-remix/>. Acesso em 16/09/2012.

⁶⁵ Mestre em Direito pela Universidade de Harvard, doutor em Direito pela USP, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da FGV no Rio de Janeiro e coordenador do projeto Creative Commons no Brasil.

Portanto, uma complementação aos direitos autorais que incentive o desenvolvimento de um novo mercado. Esse novo mercado interessa a algumas empresas. A principal patrocinadora para a publicação do livro de Lessig no Brasil foi a gravadora Trama, que possui um site para a divulgação de artistas independentes e realizou o livro por meio do projeto Trama Universitário. Tal projeto funcionou entre os anos 2004 e 2007, e pretendia atingir o público universitário para criar uma comunicação entre os estudantes, as universidades e o site.

A chamada *cultura livre* está conectada à propriedade, é *livre* com propriedade, com reformas em licenças. Uma *cultura livre* permitida pela cc que diante de fluxo de inteligências precisa permitir que os vários conteúdos dispostos na internet possam ser reutilizados arbitrariamente para o lançamento de um produto novo, de um edital novo, é uma cultura que tem sua liberdade pautada pela liberdade de mercado. Portanto nem cultura livre nem cultura libertária.

Como afirma Deleuze, "não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo" (DELEUZE, 2010, 227). As mutações no capitalismo apontam para uma reforma no direito autoral, onde a cc é a pioneira. Não se trata mais apenas de licenciar um produto, mas de poder utilizá-lo, recortá-lo, colá-lo para criar outro produto. Agora, todos podem produzir a todo momento⁶⁶, não se está mais diante da fábrica que se responde a um patrão.

Atualmente o capitalismo não é mais dirigido para produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobreprodução. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa (IDEM, 227-228).

A conduta *wiki* e a educação colaborativa: Wikimedia Foundation e a Wikimania

A *creative commons*, entretanto, não lançou apenas uma variação de uma licença, mas também derivou um conceito, apresentado primeiramente por Lessig e

⁶⁶Maria Cristina Franco Ferraz em *Homo deletabilis* (2010) atém-se à pressão por produtividade na sociedade de controle. Trata-se de uma lógica da descartabilidade, tanto nas relações de trabalho como nas ligações pessoais, o que produz couraças que impedem a circulação dos afetos dos corpos. Segundo Ferraz, com essa solicitação à imediatez produtiva e circulação de informação, tendemos a ser tragados pelo esquecimento, abrindo espaços brancos na memória.

desenvolvido pela liberal Yochai Benkler, o *commons*. Esta categoria não teria um controle exclusivo dos conteúdos, mas sim, a *comunidade* que exerceria este controle e é a definidora de regras, como é o caso da Wikipédia. O *commons*, segundo Benkler, ainda seria uma característica contemporânea, não sendo mais a produção restrita apenas a grandes indústrias. Essa nova economia de informação estaria, portanto, em conflito com um modelo antigo de produção⁶⁷.

Benkler, junto com Helen Nissebaum⁶⁸ (2006), ainda desdobrou, a partir do *commons*, o conceito de *commons-based peer production* (base comum de produção de pares). Este conceito afirma que a produção de energia criativa de um grande número de pessoas, catalisada via internet, desdobra-se em um tipo de produção não hierárquico.⁶⁹

Para o funcionamento do *commons* é indispensável a comunidade enquanto uma mobilização para a "construção de um ambiente em que os indivíduos e grupos são capazes de produzir informação e cultura por contra própria. Isso cria condições para um papel substancialmente maior tanto para a produção fora do mercado quanto para a produção radicalmente descentralizada" (BENKLER, 2007,16).

Entretanto, a construção do *commons* não se trata somente, como afirmam Benkler e Nissebaum, de uma participação mecânica entre os participantes da comunidade. Ao usarem a Wikipédia como exemplo, afirmam que também é preciso corroborar as regras da comunidade⁷⁰; e ainda mostram como essa produção descentralizada de conhecimento está apartada da mera manifestação de opiniões:

⁶⁷ Um exemplo desse conflito seria a disputa entre *software proprietário* e *software livre*. Sendo o primeiro caracterizado por esses grandes monopólios de produção, e o segundo marcado por essa produção descentralizada.

⁶⁸ Professora na Universidade de Nova Iorque de Cultura e Comunicação.

⁶⁹ Outra crítica ao modelo antigo de produção esta presente em Don Tapscott e Anthony Williams (2007); estes autores não usam a palavra *commons*, mas sim o conceito de *wikinomics* – utilizam o prefixo *wiki* por conta de uma produção conjunta e colaborativa. Este seria um novo modelo neoliberal de organizar empresas com a diluição das linhas de autoridade hierárquicas na organização de empresas. Para estes autores, a Wikipédia ou o *software livre* não seriam um ataque ao lucro, mas um meio de fazer com que vários indivíduos possam colaborar com inovações, e esse é o novo lucro. O *wikinomics* não seria mais a rivalidade de empresas, mas a sua *hiperconexão*. Pensar maneiras diferentes de produzir, concorrer e lucrar e dar um funcionamento a este conceito (IDEM).

⁷⁰ Mesmo com a constatação de Benkler e Nissebaum a respeito das regras para se gerir uma comunidade, Mayo Fuster Morell, em sua tese de Ph. D, *Governance of online creation communities provision of infrastructure for the building of digital commons* (2010), desconsidera tal afirmação. Para ela, as comunidades online estariam em uma lógica que não se encaixariam na hierarquia burocrática, mas conseguiriam alastrar-se de maneira horizontal e híbrida mantendo os princípios democráticos. Segundo a autora, a criação de conteúdos se daria por meio da ação coletiva exercida nessas comunidades, que aumenta tanto a participação quanto a complexidade dessas.

[a Wikipédia] exige um compromisso com uma abordagem específica para conceber uma tarefa, e um estilo de escrever e descrever conceitos, que estão longe de ser intuitivo ou natural. Ele requer autodisciplina. Ela reforça o comportamento exigido para concretizar o empreendimento comum em que os participantes estão envolvidos; juntamente com uma plataforma completamente transparente, que registra fielmente todas as intervenções individuais no projeto e facilita o discurso entre os participantes sobre como fazer suas contribuições ou não (BENKLER; NISSEBAUM, 2006, 398).

Assim, *commons* não trata apenas de uma licença de conteúdos, mas de como disponibilizar informações que possam ser editadas e complementadas por outras pessoas de uma comunidade.

Lawrence Lessig não está interessado somente em uma disputa com o *copyright* por meio do *remix*, da *cc*, ou do *commons*, mas também em como é possível construir um nova base de aprendizado. Este tema já havia sido abordado por Lessig em *Cultura livre*, ao mostrar um caso de dois diretores do Instituto para Alfabetização Multimídia do Centro Annenberg que utilizaram mídias de edição em uma escola pobre:

Era uma escola muito pobre no centro de Los Angeles. De acordo com todas as medidas tradicionais de sucesso, a escola era um fracasso. Mas Daley e Barish criaram um projeto que deu aos jovens a oportunidade de se expressarem, por meio de vídeos, sobre algo que eles conheciam bem – a violência armada. A aula acontecia nas tardes de sexta-feira e criou um problema novo para a escola. Enquanto na maior parte das disciplinas o desafio era fazer com que os jovens aparecessem nas aulas, a dificuldade nessa disciplina era fazer os jovens irem embora. “Eles estavam chegando às seis da manhã e indo embora às cinco da tarde”, conta Barish. Os alunos trabalhavam com mais empenho do que em qualquer outra disciplina, para fazer o que a educação supostamente deveria ensinar – aprender a se expressarem. Usando “qualquer coisa grátis que achassem na web”, e ferramentas relativamente simples que permitissem aos jovens misturar “imagens, sons e textos”, Barish conta que a turma produziu uma série de projetos que mostravam algo sobre a violência armada que poucas pessoas captariam por outros meios (LESSIG, 2005, 59-60).

O *remix*, utilizado no trabalho com esses alunos, seria uma parte da cultura livre, como afirma Lessig. E a base para essa cultura livre é a licença *cc*. Não é uma ofensa ao *copyright*, como mostrado anteriormente, mas uma complementação. Entretanto, a *cc* não se restringe apenas a questões jurídicas, é também um instrumento para a uma nova educação, pautada na remixagem, como mostrado no exemplo de Lessig, e que também estará preocupada com a colaboração.

Uma *educação colaborativa* cruza os conceitos de *commons* e de *remixagem*. Trata-se de uma educação colaborativa exercida por meios colaborativos.

O investimento da Wikipédia em uma *educação colaborativa* se dá enquanto uma produção colaborativa do conhecimento. Uma educação que não está restrita aos

muros da escola, mas que invade outros espaços e não está mais circunscrita a apenas um período da vida das pessoas, se prolonga por ser inacabada.

Maria Conceição Lima (2009), professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, afirmou que o *wiki* corresponde a uma nova forma de aprendizagem, em que o aluno aprende a *compartimentalizar* e a encarar a realidade como um sistema de causas e consequências. Assim, o aluno conseguiria ter uma visão do todo, aprendendo não somente a solucionar problemas, mas também a examinar a causa deste ter surgido e como está conectado a outros. Esse processo de ensino só seria possível pelo desenvolvimento de um projeto colaborativo, por exemplo, alimentar artigos na Wikipédia. Este ensino também se estende a casas, empresas e outros lugares (LIMA, 2009).

Está em jogo educar para a colaboração, para o emprego na empresa, em que o *divíduo* não deixa de ser obediente, mas permanece produzindo a todo momento, não mais restrito a grade horária da fábrica.

Assim, a Wikipédia, hoje, já não é mais restrita apenas a seu site. Poucos anos após o seu lançamento, em 2001, a Wikipédia passou a ser gerenciada pela Wikimedia Foundation, criada em 2003 e que trouxe novos projetos vinculados a uma educação colaborativa.

A Wikimedia Foundation, portanto, não transpõe a escola, mas interessa-se por uma educação colaborativa atrelada a esta. Trata-se de uma educação complementar que mostre aos alunos como utilizarem a Wikipédia para que possam interagir com a enciclopédia e trocar seus conhecimentos⁷¹.

A divulgação da Wikimedia Foundation acontece por meio das conferências Wikimania. Realizadas anualmente desde 2005, permitem “à comunidade e ao público em geral aprender a compartilhar suas experiências com iniciativas de conhecimento livre em todo mundo”⁷².

A Wikimania possui atualmente como parceiros a *tech@state*, um site do governo estadunidense que conecta pessoas interessadas em tecnologia e diplomacia preocupadas em ajudar governantes na melhora da educação, saúde e bem-estar do

⁷¹ INFO. "Wikipédia deve ser usada na escola, diz Wales". Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/blogs/infoovivo/trends/wikipedia-deve-ser-usada-na-escola-diz-wales/>. Acesso em 25/07/2012

⁷² Wikimania. Disponível em: http://wikimania2012.wikimedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em 1/10/2012.

planeta no século XXI⁷³; a Biblioteca do Congresso estadunidense, que interessa-se pelo armazenamento de discussões digitais⁷⁴; a Broadcasting Board of Governors, uma agência do governo dos EUA responsável por toda transmissão internacional não-militar do governo estadunidense; o Arquivo Nacional estadunidense; a organização sem fins lucrativos Opentach, que dedica-se ao uso de software livre na educação.

Os patrocinadores do evento são a Google, empresa estadunidense que desenvolve uma série de serviços na internet para localização de pessoas, sites e lugares; a Ask.com, empresa de buscas na internet; a Wikia, empresa de Jimmy Wales que mantém um site de hospedagem gratuita de *wikis*; a saylor.org, uma fundação que disponibiliza gratuitamente cursos de nível universitário em seu site; a WikiHow, um banco de dados *wiki* que disponibiliza vários guias para fazer diversas coisas; a Fundação Richard Lounsbery, que apoia pesquisas de Ciência e Tecnologia que tenham como componente principal o governo dos EUA, e a educação; a EOL (Encyclopedia of Life), site de pesquisa sobre a vida biológica na terra; a Zoomph, empresa voltada para consultoria de mídia social.

Por meio da Wikimania, a Wikimedia Foundation pretende expandir o uso do *wiki* em seus variados projetos: Wikcionário – um projeto para construção de um dicionário colaborativo no ar desde maio de 2004, com 172.264 acessos à versão em português; Wikilivros – disponibiliza livros, apostilas, manuais e textos didáticos licenciados pela *creative commons*; Wikinotícias – os usuários postam as últimas notícias que são disponibilizadas em portais referentes a cada continente do planeta; Wikiquote – possui citações de vários autores; Wikispecies – reúne dados sobre espécies animais, em mais de 266.000 artigos; Wikisource – contém documentos e livros originais de domínio público; Wikiversidade – a universidade *wiki*, onde são disponibilizados livros de domínio público para aprendizagem; Meta-wiki – coordena todos os projetos da Wikimedia Foundation.

⁷³tech@state. Disponível em: <http://tech.state.gov/>. Acesso em 10/10/2012.

⁷⁴Desde 2007 a Biblioteca do Congresso arquiva todos os *tweets* (mensagens de até 140 caracteres publicadas no Twitter) eletronicamente para futuras pesquisas. Biblioteca do congresso dos EUA adquire todos os arquivos do Twitter. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/biblioteca-do-congresso-dos-eua-adquire-todos-os-arquivos-do-twitter-3023628>. Acesso em 10/10/2012.

A Wikiversidade é um projeto que ganhou repercussão no último ano no Brasil. Atualmente está disponível em apenas 10 línguas⁷⁵. Na página da Wikiversidade em português é possível ler a seguinte descrição:

Convidamos estudantes e professores, tanto autônomos como em instituições, a utilizarem este ambiente para seus estudos e pesquisas, onde todos podem participar no processo educativo, criando, aprimorando e aprendendo com seus conteúdos e comunidade.

A organização da Wikiversidade é muito simples. O módulo básico são as *aulas*, essas podem estar reunidas em *curros*, e ambos aparecem reunidos em *portais*. Os portais podem agregar conteúdos de uma área do conhecimento, atividades de um grupo de estudo, ou informações sobre uma instituição.⁷⁶

Atualmente, a Wikiversidade fornece cursos de linguagem de programação em que as aulas são oferecidas em páginas do site, basta ler; há outros cursos em que há o requisito da presença física em algum local. Um exemplo são os cursos sobre *o futuro da informação*, que são organizados pelo Laboratório Escola Imre Simon, e ocorrem no Centro Cultural São Paulo, que também apoia o projeto. As aulas presenciais contam com discussões sobre um determinado tema vinculado ao curso.

A Wikiversidade ganhou destaque no Brasil nem tanto por aumento de acessos ao seu site, mas por ter se desdobrado em outro projeto que é o Programa Wikipédia na Universidade, liderado por Oona Castro. A jornalista de 32 anos foi contratada pela Wikimedia para ampliar a presença da fundação no país; Castro também trabalhou na FGV, mesma instituição que desenvolve pesquisas sobre *creative commons*.⁷⁷

A contratação da jornalista faz parte de uma estratégia que envolve a criação de um escritório da Wikimedia no Brasil. Ainda não há local definido, a dúvida esta entre a cidade de São Paulo ou Rio de Janeiro, esta última seria interessante por conta dos investimentos advindos da futura realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Castro apresentou as pretensões de se ter um escritório no país:

O escritório pode potencializar o crescimento da Wikimedia Brasil nos próximos dois, três anos. Cabe a nós questionar como a Wikipedia e outros projetos da Wikimedia Foundation podem contribuir para a formação dos

⁷⁵Português, inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, tcheco, grego, japonês e uma versão multilíngue que abriga 39 idiomas.

⁷⁶ Wikiversidade. Disponível em: http://pt.wikiversity.org/wiki/P%C3%A1gina_principal. Acesso em 10/10/2012.

⁷⁷Oona foi também coordenadora do projeto Modelos de Negócios Abertos no Centro de Tecnologia e Sociedade, da FGV do Rio de Janeiro.

estudantes e das pessoas no Brasil e como a formação dessas pessoas pode contribuir para melhorar a Wikipedia em português.

É muito importante que os projetos da Wikimedia Foundation sejam entendidos como recursos educacionais, acessíveis a todos e abertos à contribuição de qualquer pessoa. Queremos fazer parcerias com Ipea, institutos de física, química, Inmetro, Minc, etc. A cultura brasileira pode enriquecer o conteúdo global, pois existem voluntários que traduzem verbetes para outras línguas.⁷⁸

O contato da Wikimedia com o Brasil não é recente. Em uma visita à então ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e ao então ministro da Educação, Fernando Haddad, no início de 2011, o diretor gerente da Wikimedia Foundation, Kul Wadhwa, apresentou a intenção de ampliar a presença da Wikimedia no país. Segundo ele, a colaboração dos usuários à enciclopédia é pequena, estaria muito abaixo da média planetária (Link, 09/02/2012).

Pautados no funcionamento da Wikipédia, os projetos da Wikimedia Foundation dependem da participação de seus usuários. Para que esse fluxo de participação não seja interrompido, a Wikimedia Foundation promove uma série de estímulos, tanto com o apoio a políticas de governo que aumentem o número de pessoas com acesso à internet, como a realização de campanhas de divulgação de seus projetos, especialmente da Wikipédia⁷⁹.

Em sua palestra na *Campus Party* de 2012, Wadhwa, interessado nessa *educação colaborativa*, destacou um projeto em fase de pré-lançamento criado por ele, o *Collabkit*. Um kit digital de educação bem diferente daqueles que os jovens do Vale do Silício ganhavam de seus pais na década de 1960. Não se trata mais de como montar um computador, mas de como utilizar a internet de forma colaborativa. Nestes dois casos, no entanto, o interesse não está mais sobre como extrair docilidade e utilidade da criança, como realizavam as escolas na sociedade disciplinar, mas em como extrair inteligências. Não se trata mais de confinar por um período de tempo, mas a todo o momento convocar para novas colaborações.

⁷⁸A nova cara da Wikipédia no Brasil. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/a-nova-cara-da-wikipedia-no-brasil-4382172>. Acesso em 10/10/2012.

⁷⁹A Wikipédia atualiza um *banner* de chamada para quem a acessa. No ano de 2012 foram 11 banners, entre eles: “Já editou a Wikipédia hoje? É simples, importante para o mundo e você vai gostar”; “Procura um meio de ajudar pessoas no mundo todo sem sair de casa? Seja um voluntário da Wikipédia”; “A Wikipédia é escrita por pessoas como você, saiba como participar, crie uma conta e colabore”.

O *Collabkit* é uma plataforma de educação colaborativa e destinada a crianças de diferentes faixas etárias, o seu conteúdo é gerenciado por adultos e professores. O objetivo é reunir textos e vídeos resultantes de pesquisas realizadas no Google e na Wikipédia, destacando o que seria mais relevante.⁸⁰ Trata-se de como realizar uma busca que leve a resultados mais precisos. Outro projeto apresentado, e que já está em funcionamento, foi a rede social *Ayoudo*. Wadhwa o caracterizou como um site para mobilizar as pessoas para ajudarem outras. Ali, os usuários podem oferecer ou solicitar ajuda para a realização de qualquer trabalho, como construir uma parede em sua casa. Wadhwa acredita que por meio deste site seja possível aumentar a boa vontade nas pessoas.⁸¹ Assim, segundo Kul, a Wikipédia seria uma fornecedora de conhecimento, o *Collabkit*, um meio de ensinar, e o *Ayoudo* levaria à ação.

Esse é um dos efeitos daquilo que Luc Ferry (2012) apontou como a encarnação de um novo valor, o da humanidade. Sendo, agora, o homem e seu próximo o sagrado. O prazer de dar, a lógica da fraternidade e da ajuda mútua, apresentam esse novo humanismo preocupado com as futuras gerações. A preocupação com o futuro é a preocupação com as próximas gerações, de como criar os filhos para que *vençam na vida*, na política, na economia, e na cultura.

A educação colaborativa também está presente em grandes colégios particulares da cidade de São Paulo com parcerias com a Wikipédia. Os estudantes trabalham na construção de verbetes para que possam associar os conceitos vistos em um ano letivo,; trata-se da construção de referências de estudos e de compará-las com anotações produzidas em outras escolas. Um exemplo é como o Colégio Pio XII que, por meio do Moon Project⁸², compara observações da lua feitas em São Paulo com anotações de crianças no Texas. Está em jogo como interagir com o conteúdo em que o estudante é o produtor.

No Colégio Pio XII, os alunos da 2ª série do ensino médio também desenvolvem um dicionário colaborativo vinculando os termos a vídeos, fotografias e ilustrações. Essa seria uma forma de enriquecer o conteúdo e de atualizar a educação por meio de uma habilidade dos estudantes. A Assessora de tecnologia do Pio XII declarou para o *Jornal da Tarde*: “Os alunos estão muito habituados a isso. Costumam usar as redes

⁸⁰Collabkit. Disponível em: <http://collabkit.org>. Acesso em 05/10/2012.

⁸¹Ayoudo. Disponível em: <http://ayoudo.com/>. Acesso em 10/10/2012.

⁸²Moon Project. Disponível em: <http://www.worldmoonproject.org/>. Acesso em 10/10/2012.

sociais e a internet para trocar informações. [...] Linkar os temas dá um contexto maior para aquele conceito”⁸³.

Assim, uma educação colaborativa também pretende, por meio de links e hipertextos, ampliar conceitos. É o investimento em jovens, futuros cidadãos colaboradores que, quando adultos, poderão rapidamente realizar outros links.

Pereira e Amaral, pesquisadores interessados em como o software wiki pode ser aplicado nas escolas, apresentam o wiki articulado com a ação do professor para o desenvolvimento de um projeto pedagógico colaborativo. Nessa leitura, o *wiki* é a ferramenta colaborativa mais atual e é indispensável para uma educação colaborativa que não dispensa o professor para coordenar:

Para que haja êxito na criação do projeto político pedagógico da escola é preciso haver coordenação dos trabalhos realizados com a ferramenta Wikis, para que não exista nenhum tipo de abuso ou que um usuário distorça as informações adicionadas, como já foi observada na Wikipédia. Apesar desta necessidade de coordenação, os benefícios em se utilizar essa ferramenta são inegáveis no quesito colaboração. Então para educadores, ao aplicar esta ferramenta em seu respectivo ambiente, os participantes estarão em contato com o que há de mais atual em termos de colaboração (PEREIRA; AMARAL, 2009,124).

Komosinski aponta que não basta apenas o acesso aos computadores em escolas para uma melhoria da educação, mas é preciso modificar a noção de ensinar/aprender. O professor não deve apenas saber manejar a tecnologia, mas também deve ter outras habilidades como autonomia, liderança, iniciativa, cooperação, criatividade e senso crítico.

Essas habilidades que Komosinski destaca são constitutivas de uma subjetividade dividida e modelar. Um fator importante é a resiliência.

Resiliência, palavra que se pretende inovadora, também designa voltar atrás, num vaivém entre estados que preservam e conservam. Não como equivalência, mas como complementaridade que inclui e apazigua o confronto de forças no redimensionamento de conflitos negociados e punições revivificadas (OLIVEIRA, 2011, 90).

São jovens resilientes que agem em nome de uma educação colaborativa. Trabalham em conjunto para a construção de um verbete que será modificado. Essa modificação será absorvida após negociações. Entre edições e ajustes, permanece a dinâmica do software wiki, ou seja, incentivo à colaboração e o exercício da diplomacia para controlar conflitos.

⁸³“Wikipédia ganha as salas de aula em São Paulo”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/wikipedia-salas-de-aula/>. Acesso em 10/10/2012.

As práticas colaborativas, em nome do conhecimento livre, dimensionam a convocação à participação para novas edições e trocas de conhecimento. Shirky mostra como a TV absorveu o tempo livre das pessoas, sendo uma atividade em que o espectador é apenas receptivo. O que a internet e a participação possibilitaram, para Shirky, é um tempo livre coletivo, um excedente cognitivo.

Algo que torna a era atual notável é que podemos tratar o tempo livre como um bem social geral que pode ser aplicado a grandes projetos criados coletivamente, em vez de um conjunto de minutos individuais a serem aproveitados por uma pessoa de cada vez (SHIRKY, 2011, 15).

Os lucros de uma edição não vão para o usuário, criadores de conteúdo não ganham, financeiramente, nada. O valor gerado ali é destinado às plataformas que possibilitam o compartilhamento.

Gilles Deleuze (2010), ao mostrar a crise dos confinamentos disciplinares e a sobreposição dispersa de mecanismos de controle, sinalizou como os jovens hoje exigem serem “motivados” e como a educação passa a ser contínua e não mais restrita apenas ao espaço disciplinar da escola. A Wikipédia é efeito dessa educação e convoca seus usuários e utilizadores a participarem de edições para a construção de um bom artigo.

Nessa sobreposição dispersa da sociedade de controle, não está mais em jogo extrair docilidade política e utilidade econômica, mas sim, extrair o máximo de energias inteligentes (PASSETTI, 2003). Não se trata mais do trabalho manual comandado pelo trabalho intelectual, como nas fábricas da sociedade disciplinar. Agora, a força intelectual passa a ser o novo alvo. O indivíduo precisa ser convocado constantemente para atualizações, em que é indispensável a sua adesão (IDEM).

Enquanto a disciplina é “de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 2010, 227) e onde não se para de recomeçar do zero – “primeiro a família, depois a escola [...], depois a caserna [...], depois a fábrica, de vez em quando a o hospital, eventualmente a prisão” (IDEM, 223) –, o controle é “de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado” (IBIDEM, 228).

Entretanto, o controle não se trata de uma evolução tecnológica simplesmente, mas uma mutação do capitalismo, um capitalismo de sobreprodução, no qual a empresa tende a se impor como uma alma, um gás (DELEUZE, 2010).

Uma educação colaborativa está conectada ao *empreendedorismo de si*, que está no curso da vida do indivíduo enquanto um *investimento educacional*. Este está vinculado, no neoliberalismo, à constituição do capital humano de cada um

(FOUCAULT, 2008). Esse elemento será constituído por uma educação colaborativa para um indivíduo modulável, ou dividuo como caracterizou Deleuze. Assim, o tempo destinado a uma educação colaborativa e os meios passam a ser eixos de investimento para constituir este capital humano. Portanto, uma educação em que uma forma de vida e uma relação colaborativa vai se firmar enquanto um investimento na criança portadora de capital humano.

Editores *motivados*: dos hikikomoris à dieta da informação

Andrew Lih, em *The Wikipedia Revolution*, conta que foi um editor da Wikipédia – ou, como se autorrefere, wikipedista – por 5 anos: “Eu considero um privilégio ter conhecido e interagido com o conjunto revolucionário de indivíduos que compõem a comunidade Wikipédia” (LIH, 2009, 217).

No decorrer de seu livro, preocupa-se com o futuro da Wikipédia e mostra como o número de editores aumentou, apesar de ser necessário que haja novos voluntários para expandir os outros projetos da Wikimedia Foundation. “É um momento muito especial na história do conhecimento humano e da Wikipédia” (IDEM, 219).

A Wikipédia pretende promover não somente a própria enciclopédia a partir do aumento do volume do seu conteúdo, mas que seja expandido o uso do *wiki* e que seus usuários se encontrem para realizar conferências em prol de uma educação colaborativa, como mostrado anteriormente.

Esses editores da Wikipédia diferenciam-se de *hikikomoris*. Hikikomori, cuja a tradução literal do japonês é recluso, designa jovens que passam horas trancados em seus quartos e dormem, jogam e *navegam* na internet. Jovens que se isolam por não aguentar a cobrança da escola e da tradicional família japonesa.

Os Hikikomoris passaram a designar não apenas os jovens da sociedade japonesa, mas expandiu-se para estudos da psiquiatria, associando-os ao vício em internet. Atualizam e vão além do *nerd*, termo utilizado pela revista *Newsweek* em 1951 para designar jovens que estudavam muito e que antes eram chamados de *quadrados* (conservadores). Mas, esses *nerds* ficariam conhecidos mais tarde, entre as décadas de 1970 e 1980 com o computador pessoal e seriam relacionados à obsessão pelo desenvolvimento de *softwares* e *hardwares*.

Os Hikikomoris referem-se à internet, não são apenas jovens que gostam de jogar, mas também podem ser grandes desenvolvedores de sites. Entretanto, não fazem um uso *social* da internet, mas o usam como meio para a reclusão.

No Brasil, o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas possui um programa de tratamento para viciados em internet⁸⁴. Um dos coordenadores, Cristiano Nabuco de Abreu, contou em uma matéria ao Portal da UOL, em 2007: “Tem um cliente meu que entrou para a sessão e não quis desligar o computador porque estava acompanhando as cotações da Bolsa. Fiz que ele apagasse aquela porcaria”⁸⁵.

Outro paciente de Nabuco de Abreu era um jovem que ficou dois anos sem sair de casa jogando videogames e *navegando* em sites de relacionamento da internet. Deixou de frequentar a escola e ganhava dinheiro montando sites na internet que eram muito visitados e premiados. A mãe resolveu levar o jovem de 16 anos ao consultório de Nabuco de Abreu quando passou a ter problemas com o condomínio: não saía da frente do computador por nada e jogava cuecas sujas pela janela que caíam no estacionamento do prédio. “Ele perdeu totalmente a capacidade de se relacionar com as pessoas aos nove anos, quando os pais se separaram e ele se refugiou no computador. [...] Ele chegou branco ao consultório. Não via a luz do sol. Hoje está internado em um hospital psiquiátrico”⁸⁶.

⁸⁴O Instituto possui um site: www.dependenciadeinternet.com.br/. Neste também é possível fazer um breve teste de 20 perguntas para saber se você sofre de vício de internet. Realizei o teste e em uma escala de 0 a 100 pontos, obtive 85 pontos, e me foi estampado o seguinte texto: “O uso que você faz da Internet está provocando problemas significativos em sua vida. Você deve avaliar o impacto da Internet em sua vida e abordar os problemas causados diretamente por seu uso da Internet”. Este texto é apresentado para aqueles que estão na faixa da pontuação máxima.

⁸⁵“Viciados em internet buscam ajuda em hospital e nos jogadores anônimos”. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/brasil/2007/11/23/ult2041u308.jhtm>. Acesso em 10/10/2012.

⁸⁶IDEM. Outros casos também foram noticiados, como de um sul-coreano de 38 anos que, em dezembro de 2005, passou 10 dias jogando na internet em uma lan-house e morreu quando iniciava uma nova partida (<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI621895-EI12884,00-Sulcoreano+morre+depois+de+jogar+horas+no+PC.html>). Em 2008, um jovem estadunidense de 17 anos matou a mãe e feriu o pai por estes terem proibido que jogasse Halo 3 (<http://colunistas.ig.com.br/obutecodanet/2008/12/18/adolescente-de-17-anos-mata-a-mae-e-deixa-o-pai-ferido-depois-de-ser-proibido-de-jogar-videogame/>). Em janeiro de 2012, um jovem de 23 anos foi encontrado morto em uma lan-house na China, ele teria jogado League of Legends durante 23 horas seguidas. Após 9 horas uma garçonete se deu conta que o rapaz não se movimentava mais (vídeo da imprensa chinesa: <http://www.youtube.com/watch?v=gM3MYcMcpLI&feature=youtu.be>). Em julho de 2012, um jovem twaianês de 18 anos desmaiou e morreu após passar cerca de 40 horas jogando ininterruptamente Diablo 3, em uma sala privada de um cybercafé (<http://www.techtudo.com.br/jogos/noticia/2012/07/jovem-morre-apos-jogar-diablo-3-durante-40-horas-seguidas.html>).

Nabuco de Abreu e outros pesquisadores apontam que o vício na internet é acompanhado de outros transtornos, como TDAH, depressão, fobia social e transtorno obsessivo-compulsivo:

Os impactos psicossociais correlacionados ao uso excessivo de Internet referem-se à depressão, problemas nas relações interpessoais, diminuição nas atividades e na comunicação social e solidão. O sentimento de segurança proporcionado pelo anonimato da Internet parece oferecer aos indivíduos possibilidades menos arriscadas de envolver-se em uma relação virtual. Essa estratégia pode parecer, inicialmente, um método bastante eficaz de socialização, mas com o decorrer do tempo e o uso excessivo da rede, essa forma de comunicação e de estabelecimento de amizades pode resultar em um declínio da vida social e tornar-se um terreno fértil para manifestação de outras patologias (NABUCO DE ABREU; KARAM; GÓES; SPRITZER, 2008, 162).

A Sociedade Australiana de Psicologia sugeriu a inclusão do vício em internet no DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais), da *American Psychiatric Association*.⁸⁷

David Greenfield afirma que ainda não há um termo consensual para designar os *viciados em internet*. Sugere os termos *comportamento compulsivo possibilitado pela internet* ou *compulsão de mídia digital*, visto que muitos comportamentos que antes eram associados apenas à internet, foram agora incorporados a outros aparelhos digitais, como iPhones, Blackberrys, Smartphones, iPads, tablets... entretanto, Greenfield adota o termo *dependência de internet* para incluir qualquer uso da internet em abuso nessa categoria.

Greenfield atenta para o tratamento da *dependência de internet*, como ele deve ser realizado, e como a *dependência* pode ser evitada

Os objetivos do tratamento, então, passam a ser a educação e a prevenção, para ajudar a restabelecer (dentro de limites razoáveis) um padrão de uso moderado. O uso consciente e a autoconsciência são o processo crítico pelo qual essa mudança acontece. Tais mudanças comportamentais não são obtidas facilmente [...].

Algumas precauções referentes ao uso dessas tecnologias podem ajudar a evitar esses problemas. Quanto menos percebermos o poder que as tecnologias de internet passaram a ter na nossa vida, menos teremos consciência do impacto negativo que seu uso e abuso podem trazer. A nossa capacidade de reconhecer seu possível impacto positivo e negativo é o que nos permitirá lidar com elas de maneira mais positiva e consciente. No final das contas, precisamos aprender a viver a nossa vida usando o computador de forma consciente, e integrar todas as nossas tecnologias de mídia digital de forma mais equilibrada. Temos de controlar a nossa tecnologia para que

⁸⁷ “Vício em internet pode ser incluído em guia médico internacional de transtornos mentais”. Disponível em: <http://www.overtectno.com.br/vicio-em-internet-pode-ser-incluido-em-guia-medico-internacional-de-transtornos-mentais/>. Acesso em 10/10/2012.

ela não nos controle (GREENFIELD in YOUNG; NABUCO DE ABREU, 2011, 173-174; 187).

Na Coreia do Sul⁸⁸ e na China, os jovens *viciados em internet* são levados pelos seus próprios familiares para “acampamentos de reabilitação”. Os acampamentos sul coreanos são estatais e contam com sessões de terapia em grupo, trabalhos com artes plásticas e exercícios em trilhas com obstáculos. Na China, os intervalos comerciais da televisão são propagandas de acampamentos para *viciados em internet* acompanhados da exaltação da disciplina militar exercida nestes lugares. As recorrentes mortes de jovens pelo tratamento oferecido, por espancamento ou pela exaustão de exercícios físicos, fez com que o Ministério da Saúde chinês proibisse o uso de eletrochoques em *viciados em internet*.⁸⁹

Esses Hikikomoris e *viciados em internet* não tangenciam o que Enzensberg apontou como o *ganhador radical*, aquele que superou em poder e riqueza todos os seus antecessores, apesar de por vezes sentir-se ameaçado por questões de segurança ou incompreendido. Em alguns casos, os Hikikomoris são *bem-sucedidos*, desenvolvem sites ou softwares para empresas. Entretanto, o Hikikomori opta pela total reclusão.

⁸⁸ A Coreia do Sul possui a conexão mais veloz do planeta, são 15,7 Mbps (megabits por segundo). A média planetária é de 2,6 Mbps, e a velocidade no Brasil é de 1,8 Mbps (“Coreia do Sul continua oferecendo a internet mais rápida do mundo”. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/internet/28166-coreia-do-sul-continua-oferecendo-a-internet-mais-rapida-do-mundo.htm>. Acesso em 10/10/2012). A Coreia do Sul já tomou algumas medidas para monitorar o tempo que os jovens ficam conectados; em novembro de 2011, o governo sul-coreano aprovou a lei Cinderela, que proíbe menores de 16 anos de jogarem em computadores ou videogames depois da meia-noite, podendo retornar após às 6hs. Isso só se tornou possível com o apoio das empresas Sony (PlayStation e PSP) e Microsoft (Xbox) que configuraram seus servidores para impedir o acesso daqueles que ainda não completaram 16 anos na faixa de horário. A lei afeta apenas jogos online, videogames antigos sem conexão não tem como ser controlados (“Coreia do Sul proíbe videogame de madrugada. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/coreia-do-sul-proibe-videogame-de-madrugada/>. Acesso em 10/10/2012.)

⁸⁹ A proibição do uso de eletrochoques em *viciados em internet* ocorreu após a imprensa chinesa divulgar o nome de um psiquiatra que aplicou tal procedimento em mais de 3000 jovens. Yang Yongxin, conhecido como Tio Yang, liderava o Centro de Tratamento do Vício da Internet de Linyi, na Província de Shandong (<http://exameinformatica.sapo.pt/noticias/mercados/2009/07/14/china-baniu-choques-electricos-para-ciberviciados>). Em agosto de 2011, um mês após o Ministério da Saúde chinês proibir o uso de eletrochoques somente em *viciados em internet*, um jovem de 15 anos foi espancado em um acampamento e morreu a caminho do hospital (http://www.gaz.com.br/noticia/61249-adolescente_chins_morre_durante_tratamento_para_vcio_em_internet.html). No mesmo mês, um jovem de 14 anos foi espancado em um desses acampamentos e foi levado ao hospital com água nos pulmões e falha nos rins (<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1273190-6174,00-JOVEM+CHINES+E+ESPANCADO+EM+CENTRO+DE+TRATAMENTO+PARA+VICIADOS+EM+WEB.html>). Em junho de 2010, 14 jovens chineses, entre 15 e 22 anos, fugiram de um acampamento. Prenderam e amarraram seu instrutor e foram atrás de um táxi. O taxista cagueta os denunciou à polícia que os levou de volta ao acampamento. Apenas 1 casal de pais resolveu libertar o filho do acampamento (<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/chineses-viciados-em-internet-fazem-rebeliao-em-centro-de-tratamento-20100608.html>).

Aproxima-se também do *perdedor radial*, caracterizado pelos estudantes do *Massacre de Columbine* (1999) e do *Massacre de Virginia Tech* (2007), entretanto, os Hikikomoris não chegam a cometer o ato final.

Aquilo que obsessivamente ocupa o perdedor é uma comparação que a cada momento se efetua em seu desfavor. Dado que o desejo de ser reconhecido não conhece, em princípio, nenhuns limites, o limiar da dor desce inevitavelmente e as ofensas tornam-se cada vez mais insuportáveis. A irritabilidade do perdedor aumenta com cada melhoria de que se dá conta nos outros. A bitola nunca é fornecida por aquele que está pior do que ele. Aos seus olhos, não são eles que continuamente são ofendidos, humilhados e diminuídos, mas sempre só ele, o perdedor radical. A pergunta “porque é assim” contribui para os seus sofrimentos. Pois que de modo nenhum pode ter que ver com ele próprio. Isso é impensável. Por isso tem de encontrar culpados que sejam responsáveis pela sua má sorte. [...] “Eu sou o responsável.” “Os outros são culpados.” Ambos argumentos não se excluem. [...] A única saída do dilema é a fusão da destruição com a autodestruição, da agressão com a autoagressão. Por um lado, o perdedor experimenta no momento da sua explosão uma plenitude única de poder. O seu ato permite-lhe triunfar sobre os outros, aniquilando-os. Por outro, dá-se conta do reverso dessa plenitude de poder, da ideia de que a sua existência podia não ter valor, pela ação de lhe por fim. (ENZENSBERG, 2008, 22; 26-27).

Portanto, estes jovens estão na tensão do *ganhador radical* e do *perdedor radical*. Ao mesmo tempo em que são exímios desenvolvedores de softwares, sites e hardwares, e estão carregados de capital humano, vivem reclusos em seus quartos e podem explodir a qualquer momento. A fusão se concretiza com a agressão e autoagressão, mas, é possível escapar dela e ser bem-sucedido a partir de terapias e o consumo não abusivo da internet.

Para evitar o aumento de Hikikomoris, como Greenfield já havia anunciado, é preciso aprender a utilizar sem abusos o computador. É nesse sentido que Clay A. Johnson propôs *A Dieta da Informação* (2012), preocupado tanto com um consumo consciente de informação, como também em evitar ser um *viciado em internet*. Para isso, baseia-se em sua experiência de dieta alimentar para sugerir uma dieta da informação delimitada por um limite de tempo em que se pode ficar conectado e quanto tempo deve ser direcionado a redes sociais, jogos, notícias...

Um boa dieta da informação é indissociável de um bom relacionamento com as pessoas, é preciso saber lidar com a quantidade de estímulos que recebe-se diariamente e não cair em um *loop* de dopamina⁹⁰:

⁹⁰ Johnson caracteriza esse *loop* de dopamina como uma situação em que o cérebro se encontra, como um loop descontrolado, em que a pessoa não é capaz de se concentrar em outra tarefa, nem de escapar desse loop. A dopamina é um neurotransmissor vinculado à sensação de prazer e seria determinante para o desenvolvimento de distúrbios. Para Greenfield, a dopamina é um dos componentes para a *dependência*

Exatamente como uma dieta física saudável e exercício podem ajudá-lo a viver uma vida mais longa e feliz, uma dieta da informação pode contribuir do mesmo modo, assim como o ajudar a desenvolver relacionamentos mais significativos e próximos com as pessoas que ama (IDEM, 99).

Assumir uma dieta da informação saudável não é somente uma questão de saúde, mas também de sobrevivência, para Johnson. O excesso de informação pode debilitar alguém, a pessoa pode ater-se àquilo que não é importante, como ficar verificando horas o e-mail e não responder uma correspondência importante porque sempre haverá *novos e-mails* para ler. Essas são apenas distrações.

É preciso estar apto para lidar com as informações na internet para inserir-se no mercado, essa é a grande questão para Johnson. Estar vivo é também estar no mercado, estar produzindo, não apenas em uma relação de consumo. Assim, usuários da Wikipédia não seriam obesos da informação, não são apenas consumidores, mas também produtores, na medida em que constroem e editam verbetes.

Uma dieta da informação saudável significa evitar informações superprocessadas, ou seja, deve-se restringir-se a informações locais, consumir localmente ou trabalhar constantemente para eliminar a distância, a pessoa e o objeto de investigação. Este é o mesmo propósito de funcionamento da Wikipédia: vários usuários editam sobre os assuntos que são mais próximos a cada um para construir um grande projeto que pretende acumular inacabadamente todo o conhecimento humano.

Uma dieta da informação não é algo apenas bom para você. Uma dieta adequada é uma causa social que produz uma melhor ecologia da mente – uma que é mais imune ao descaso e ao ódio, assim como às consequências trágicas daquilo que essas emoções originam (JOHNSON, 2012, 154).

A *dieta da informação* para evitar os hikikomoris situa o controle dos comportamentos acoplados aos *regimes dos transtornos*, termo proposto por Edson Passetti (2012) quando ele introduz a noção de normalização do normal, ao referir-se ao deslocamento das normalizações das condutas diante do que é impossível de ser contido, não mais enquanto um possível louco, mas um portador de transtornos. A *dieta da*

de internet: "Em essência, nos tornamos dependentes do intermitente e imprevisível fluxo de dopamina que passa a ser classicamente associado à substância ou comportamento que utilizamos. É aqui que a internet se encaixa. [...] Com relação à internet, há dois componentes intoxicantes. O primeiro é a elevação da dopamina ou *actual hit*, e o segundo é a intoxicação, na forma do desequilíbrio ou evitação no restante da vida da pessoa. Isso se manifestaria como um impacto em uma ou mais esferas importantes da vida (relacionamentos, trabalho, desempenho acadêmico, saúde, finanças ou situação legal)" (GREENFIELD, 2011, 170-172).

informação objetiva o auto-controle desse indivíduo inserido nos fluxos, para que não ultrapasse um limite *saudável* de uso da internet.

Divisão do conhecimento: os portais na Wikipédia

A Wikipédia ainda é dividida em portais segundo os chamados grandes temas. São eles: *Referência Geral*; *Cultura e as artes*; *Geografia e Lugares*; *Saúde e aptidão*; *História e eventos*; *Matemática e lógica*; *Ciências naturais e físicas*; *Pessoas e si mesmo*; *Filosofia e pensamento*; *Religião e sistema de crenças*; *Sociedade e ciências sociais*; *Tecnologia e ciências aplicadas*. Cada um desses temas reúne uma série de portais, todos criados e designados por qualquer usuário cadastrado. *Geografia e lugares*, por exemplo, reúne portais de vários países, onde é possível encontrar verbetes a eles vinculados.

O objetivo dos portais é proporcionar ao leitor e ao editor o acesso à Wikipédia por meio de áreas temáticas. Atualmente, na Wikipédia em português, são listados 204 portais, todos relacionados no diretório de portais⁹¹. Para incentivar a categorização dos artigos em portais e para que estes estejam em constante atualização, há uma votação para a escolha do melhor portal do mês.

Após a eleição, o portal vencedor ganha o título de portal destacado, atualmente, são 80 dos 240. Para um portal concorrer, ele precisa estar de acordo com os seguintes atributos: utilidade – não deve ser um portal pequeno, mas abrangente, seu tema deve ser vasto e interessante; atratividade – o layout do portal deve ser atrativo, não confrontar com o layout da enciclopédia e não ter erros de formatação; ergonomia – deve ser construído de forma coerente e chamar a atenção para o convite a novos editores; manutenção constante – deve ser atualizado para mostrar diferentes verbetes do portal; inclusão de links da Wikimedia Foundation; seguir as normas da Wikipédia e o princípio de imparcialidade.⁹²

⁹¹ Wikipédia. “Portal/Diretório”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Portal/Diret%C3%B3rio>. Acesso em 10/10/2012.

⁹² Wikipédia. “O que é um portal em destaque?”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:O_que_%C3%A9_um_portal_em_destaque%3F. Acesso em 10/10/2012.

Assim, as grandes áreas dividem os verbetes em portais. No tema *Filosofia e pensamento*, na subárea *Filosofias e ideologias*, encontra-se o Portal da Anarquia, 4º ganhador do título *portal destacado* (dezembro de 2009).⁹³

Os artigos do Portal da Anarquia ainda seguem uma escala de importância, que também é aplicada a toda Wikipédia. São duas variáveis, a escala de importância e a escala de avaliação.

Na escala de importância, são 4 variações: a número 4 aponta que o artigo é de extrema importância para o portal; 3, é importante e cobre uma área geral do tema pretendido; 2, de importância relativa, sobre uma área de conhecimento mais específica; 1, quase sem nenhuma importância, cobre algo muito específico e geralmente não é conhecido por pessoas que não sejam especialistas da área. Há ainda a variação “?”, para os verbetes ainda não avaliados.⁹⁴

Na escala de avaliação, são 6 categorias. A primeira é designada por um *, que significa que o verbete é completo, com imagens, conteúdo abrangente e bem formatado; a seguinte é a 5, para os artigos estáveis, ou seja, aqueles que têm várias referências que podem gerar confiabilidade nas informações disponibilizadas; a 4 designa os verbetes categorizados com um relativo grau de plenitude, ou seja, ainda precisam ser ampliados, mas contêm informações precisas; a 3, é preciso melhorar o artigo, carece de fontes e referências; 2, são os verbetes incompletos, em que é preciso uma edição substancial ainda; 1, tem baixo nível de pesquisa e necessita de uma revisão imediata. Há ainda os artigos que não foram avaliados e não entram em nenhuma dessas categorias.

A Wikipédia cobra que em seus portais exista conhecimento superficial de vários temas, para que esses possam ser divididos e catalogados. Essas categorias de avaliação, discriminadas pelos próprios editores da Wikipédia, ainda apresentam para o usuário qual artigo ele deve editar imediatamente.

⁹³Outros portais são vinculados ao tema *Filosofia e ideologias*, como o marxismo. Não há descrição desse tema, entretanto, a Wikipédia define ideologia como “sinônimo ao termo ideário, contendo o sentido neutro de conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas ou de visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ideologia>. Acesso em 11/08/2012). Assim, a Wikipédia simplifica em uma categoria diferentes perspectivas e posicionamentos apenas enquanto teorias de orientação dispensando as experiências históricas.

⁹⁴ “Predefinição: Escala de importância”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Predefini%C3%A7%C3%A3o:Escala_de_import%C3%A2ncia. Acesso em 10/10/2012.

O Portal da Anarquia composto por verbetes que são regradados pelo corte da ideologia poderia ser o portal de qualquer outro tema, o que importa aqui é a divisão do conhecimento e a abrangência dos mais variados assuntos.

Vertente anarquismo segundo Portal da Anarquia x ligações com verbetes

Verbetes	Ligações com outros verbetes
Anarquismo budista	Anarquismo e religião
	anarquismo cristão
	Anarquismo espírita (não há verbete)
Anarquismo cristão	
Anarcomunismo	
Criptoanarquismo	Infoanarquismo
	Sociedade da informação
	Cyberespaço
	Bitcoin
Anarcafeminismo	Mulher na história
	Feminismo Radical
Anarquismo filosófico	
Anarquismo especificista	
Anarcoilegalismo	Arroja La Bomba
	Anarquismo individualista
	Internacional Negra
	Ação direta
	Giovanni Passannante
	Bomba de Orsini
Infoanarquismo	Wikileaks
	Anticopyright
	Hakim Bey
	Centro de Mídia Independente
	Coletivo Sabotagem
	P2P Anônimo
Anarquismo Individualista	Anarquismo
	Individualismo
	Mutualismo (política)
	Anarco-capitalismo
	Agorismo
Anarquismo insurrecionário	Anarquismo na Grécia
	Alfredo Bonanno
	Feral Faun (não há verbete)
	Ilegalismo
	Propaganda pelo ato

Magonismo	Zapatismo
	Comunismo Libertário
	Indigenismo
	Plotino Rhodakanaty
Anarcopacifismo	
Plataformismo	Revolução Ucrâniana
Pós-anarquismo	Anarquia pós-esquerdismo
	Anarcossindicalismo
	Anarcoprimitivismo
Anarquismo pós-esquerdismo	Ilegalismo
	Anarquismo insurrecionário
	Pós-estruturalismo
	Internacional Situacionista
Anarcoprimitivismo	Antimodernismo (não há verbete)
	Eco-anarquismo
	Anarquismo verde
	Neotribalismo
	John Zerzan
	Unabomber
Anarcopunk	Lista de bandas anarcopunk
	Anarquismo
	Punk
Anarco-queer	Sexismo
	Homofobia
	Anarcossindicalismo
	Michel Foucault
Anarquismo sem adjetivos	Anarchism.net (não há verbete)
Anarcossindicalismo	Democracia direta
	Conselhos operários
	Revolução Espanhola
	Anarquismo
	Confederação operária brasileira
Anarquismo social	Anarquismo individualista
Anarquismo verde	Anarcoprimitivismo
	Eco-sabotagem
	Freeganismo
	Luddismo
Yamaguishismo	Anarquismo budista
	Comunalismo experimental (não há verbete)

Dos 383 verbetes publicados no Portal da Anarquia, apenas 4 conquistaram a avaliação máxima, ou seja, 4 na variável importância e * na avaliação. Todos são biografias de anarquistas do final do século XIX e início do XX: Edgar Leuenroth; Emma Goldman; Louise Michel e Ricardo Magón.

Avaliação dos verbetes pelos usuários do Portal da Anarquia

Qualidade	Importância					Total
	4	3	2	1	?	
1	20	29	80	29	15	173
2	17	25	42	16	14	114
3	17	25	25	5	0	72
4	6	3	2	1	1	13
5	3	2	0	0	0	5
*	4	1	1	0	0	6
Por avaliar	0	0	0	0	0	0
total	3	85	150	51	30	383

O Portal da Anarquia ainda elenca várias vertentes do anarquismo, são elas: budistas; cristão; comunista; cripto; feminista; especificista; ilegalista; info; individualista; insurrecionário; magonista; pacifista; plataformista; pós-anarquismo; pós-esquerdista; primitivista; punk; queer; sem adjetivos; sindicalista; social; verde e Yamaquishista. Ao Portal da Anarquia, interessa descrever essas vertentes enquanto variação de uma ideologia.

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções (FOUCAULT, 1997, 7).

Foucault aponta que os discursos são produzidos historicamente e produzem efeitos de verdade. A ideologia estaria em oposição a uma cientificidade, e Foucault preocupa-se com a ideologia enquanto uma prática discursiva.

Na segunda aula do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault mostra que em uma sociedade há várias relações de poder que perpassam o corpo social, elas funcionam a partir de uma produção, acumulação e circulação do discurso verdadeiro: "Não há exercício do poder sem uma certa economia do discurso de verdade que funciona nesse poder, a partir e através dele" (FOUCAULT, 1999, 28).

Portanto, a produção de verdades está vinculada ao poder, e só é possível exercê-lo por meio dessa produção. Foucault ao questionar-se do *como do poder*, – ou seja, ao tentar apreender os mecanismos de poder por meio de dois limites de referência: de um lado as regras de direito que o delimitam formalmente e de outros os efeitos de verdade que esse poder produz – aponta as relações de poder com a imagem de um triângulo, sendo suas vértices: mecanismos de poder, regras de direito e efeitos verdade. Somos forçados a produzir verdades pelo poder que exige e necessita desta para funcionar, ele não para de questionar, inquirir, registrar e institucionalizá-la. Por outro lado, somos submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma, "somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder" (IDEM, 29).

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a 'consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade (FOUCAULT, 1997, 14).

Para tal percurso investigativo, Foucault apontou algumas precauções de métodos que foram necessárias: a primeira é que não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro, mas de apreender o poder em suas extremidades, em sua capilaridade, em seus último lineamentos. A segunda é analisar o poder não enquanto uma substância ou massa que alguém detém e utiliza com alguma intenção ou decisão, mas estudá-lo em suas práticas reais e efetivas, estudar os corpos periféricos e múltiplos constituídos pelos efeitos de poder. A terceira é não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo, mas como algo que circula; não são somente os indivíduos que circulam, mas estes estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo, o poder transita pelo indivíduo que ele constitui. A quarta precaução metodológica é realizar uma análise ascendente do poder, por meio dos mecanismos infinitesimais, como nos níveis mais

baixos, os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atual; ver historicamente como os mecanismos de poder puderam intervir, como, em dado momento, diante de um certo número de transformações, tornaram-se economicamente lucrativos e politicamente úteis. E, a última precaução, aponta que os grandes mecanismos de poder talvez tenham sido acompanhados de produções ideológicas, houve uma ideologia da educação, por exemplo, mas no ponto em que determinam as relações de poder não são mais ideologias, formam instrumentos efetivos de constituição e acumulação do saber, métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa (IBIDEM).

Assim, uma ideologia opõe-se a uma cientificidade mas, a partir de uma constituição de forças, as produções ideológicas tomam estatuto de verdade. E essa verdade está ligada a um exercício de poder que a produz e a apoia, ao mesmo tempo, efeitos de poder que ela reproduz e induz (FOUCAULT, 1997).

O método genealógico utilizado por Foucault, portanto, não está em uma discussão entre ciência/ideologia, mas desloca-se para a relação verdade/poder. E este exercício do poder, em sua minúcia, não pode ocorrer sem a formação, a organização e circulação de um saber, "aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos" (FOUCAULT, 1999, 40).

Entretanto, Foucault irá se deslocar dessa análise saber-poder – no curso *Do governo dos vivos*, proferido em 1980 – para instaurar a noção de governo dos homens pela verdade:

Nenhum poder é evidente ou inevitável; nenhum poder merece ser aceito no jogo por si só. Não há legitimidade intrínseca do poder. E a partir dessa posição, a atitude consiste em se perguntar: o que é feito do sujeito e das relações de conhecimento no momento em que qualquer poder não está fundado nem no direito e nem na necessidade? (FOUCAULT, 2007, 293).

Por meio *anarqueologia dos saberes*⁹⁵, uma atitude analítica diante do poder, Foucault detém-se nas práticas de governo. O governo aqui é entendido não no sentido

⁹⁵ “Trata-se de colocar o não poder ou a não aceitabilidade do poder, não em termos de empreendimento, mas ao contrário, no início do trabalho, relacionado às formas de problematizar os modos pelos quais efetivamente se aceita o poder. [...] Entre o que se chama, grosseiramente, a anarquia, o anarquismo e o método que eu emprego, existe certamente qualquer coisa como uma relação, mas as diferenças são igualmente claras. Em outras palavras, a posição que eu assumo não exclui a anarquia. [...] Trata-se de uma atitude teórica-prática concernente à não necessidade do poder, e para distinguir essa posição teórica-prática acerca da não necessidade do poder como princípio de inteligibilidade de um saber, melhor que empregar a palavra anarquia, anarquismo que não conviria, gostaria de jogar com as palavras porque jogar com as palavras não está muito em voga, atualmente, porque provoca problemas; portanto, estejamos ainda um pouco na contracorrente e façamos um jogo de palavras; então, eu diria que isso que proponho é um tipo de *anarqueologia*” (FOUCAULT, 2007, 294-295).

administrativo estatal, mas em sentido amplo de mecanismos e de procedimentos destinados a conduzir os homens e dirigir suas condutas.

Edson Passetti afirma que o humano na sociedade de controle firma-se na programação, funciona “reiterando ou modificando o regime político pelas variadas maneiras de conectar” (PASSETTI, 2011, 136). Conectar exige ligar uma coisa à outra, fazer combinações que toma forma enquanto convocação à participação, manifestando uma nova verdade.

Essa relação entre o exercício do poder e a manifestação da verdade mostra como não é possível dirigir os homens sem fazer operações da ordem da verdade. A manifestação da verdade é sempre requerida, implicada ou ligada a uma atividade de governar e de exercer o poder.

Anarcopédia

A Anarcopédia foi lançada em setembro de 2004 pelo anarquista e programador sérvio Milos Rancic⁹⁶. Está disponibilizada em 31 línguas, contendo a versão na língua inglesa com mais artigos (5.735), seguida pela italiana (1.474), a francesa (1.404) e a espanhola (1210); a versão em língua portuguesa possui 133 artigos. Na página principal da Anarcopédia é possível ver os links para as enciclopédias em outras línguas, abaixo do link, há uma breve descrição (igual para todas as versões): “Anarcopédia em português: Um projeto cooperativo para a criação de um portal de conhecimento aberto e comunidade *online* anarquista”.⁹⁷

Na página da Anarcopédia em português, a enciclopédia é definida nos seguintes termos:

Anarcopédia (em inglês Anarchopedia) descreve a si mesma como "*a primeira enciclopédia wiki anarquista*". É uma enciclopédia wiki multilíngue inaugurada em setembro de 2004, semelhante à Wikipédia mas com enfoque nos temas anarquistas englobando as diversas posições existentes dentro do anarquismo.

Incorpora artigos e ensaios sobre o que quer que seja considerado libertário, antiestatal em particular ou antiautoritário em geral. Como todas as wikis, permite a participação de quaisquer pessoas interessadas em criar novos artigos ou em melhorar os já existentes.⁹⁸

⁹⁶ Milos Rancic. <https://www.facebook.com/milosh>. Acesso em: 25/09/2012.

⁹⁷ Anarchopedia. Disponível em: http://www.anarchopedia.org/Main_Page. Acesso em 25/02/2013.

⁹⁸ Anarcopédia. Disponível em: <http://por.anarchopedia.org/Anarcop%C3%A9dia>. Acesso em 10/10/2012.

A estrutura do layout do site da Anarcopédia assemelha-se ao da Wikipédia e seus artigos, como na Wikipédia, admitem links internos e até mesmo links externos – sejam fontes de onde as informações foram retiradas ou sites selecionados que possam remeter ao assunto. Entretanto, o site não é feito apenas de artigos, e comporta uma sessão, *Eventos Atuais*, em que divulga os últimos acontecimentos relacionados aos anarquismos. Porém, o site não é atualizado desde novembro de 2011, como consta em seu histórico de modificações⁹⁹.

A Anarcopédia, como a Wikipédia, também deveria pautar-se em algumas regras. Estas não chegaram a ser definidas mas, em seu histórico de discussões é possível ver que se pretendia a construção de uma *política de privacidade*¹⁰⁰. Ali, Milos Rancic afirma que a Anarcopédia é um projeto multilíngue, não restrito apenas a anarquistas, mas a qualquer um que queira obter informações sobre os anarquismos. O projeto da Anarcopédia ainda previa que fossem disponibilizados no site jornais e livros digitalizados para a consulta de qualquer um, entretanto, o projeto jamais foi realizado, por conta da intersecção ao Portal da Anarquia na Wikipédia e o abandono dessa discussão.¹⁰¹

Essas discussões sobre o funcionamento da Anarcopédia foram realizadas em Assembleias Gerais, envolvendo todas as línguas. Ocorreram 3 edições em 2006, quando foram definidos os termos de uso. Estes afirmam que qualquer pessoa pode ter acesso à Anarcopédia, entretanto, o seu conteúdo só pode ser divulgado por anarquistas: “Se você não é anarquista ou de uma organização anarquista, então você não deve distribuir o conteúdo”¹⁰². Segundo os termos, esta seria uma medida para evitar que autoritários e fascistas utilizassem o conteúdo. Ali também são apontados os fins não-comerciais da enciclopédia, que se volta à divulgação dos anarquismos.

Apesar da proposta da Anarcopédia ter seu conteúdo divulgado apenas por anarquistas, não houve nenhuma sugestão de como isso poderia ser realizado. Esta é uma recomendação ética para os utilizadores da Anarcopédia.

⁹⁹ A Anarcopédia foi integrada ao Portal da Anarquia na Wikipédia no ano de 2008.

¹⁰⁰ Anarcopédia. *Ideas for the 4th general meeting*. Disponível em: http://meta.anarchopedia.org/Ideas_for_the_4th_General_Meeting. Acesso em 25/07/2012.

¹⁰¹ Anarcopédia. http://meta.anarchopedia.org/Ideas_for_the_4th_General_Meeting#Technical_issues. Acesso em: 20/04/2012.

¹⁰² Anarcopédia. *Terms of use*. Disponível em: <http://meta.anarchopedia.org/License>. Acesso em 24/03/2012.

Agora, está previsto o quarto encontro, desde julho de 2007, quando sugestões para o encontro foram postadas e, como dito anteriormente, deveria ser redigida a política de privacidade. A última atualização das sugestões ocorreu em setembro de 2009 e não foi marcada qualquer data para a realização do encontro.

O diferencial da Anarcopédia é que nesta é possível bloquear IPs e usuários registrados em caso de vandalismo e sabotagem, sem a necessidade de qualquer verificação sobre o ato. Em caso de outros impasses, a solução adotada é o diálogo.

Os termos de uso da Anarcopédia, apesar da restrição quanto à sua divulgação, utilizavam a licença GNU, do *software livre*, a mesma utilizada pela Wikipédia.

Nas discussões no Portal da Anarquia ou na Anarcopédia, não houve nenhuma manifestação contrária à união da Anarcopédia ao Portal. O funcionamento das duas era parecido: a Anarcopédia não abria mão de cadastro de usuários, ou da identificação pelo IP. Somado a isso, Milos Rancic enfrentava problemas físicos para o armazenamento do conteúdo em HDs¹⁰³. O ponto que distinguia as duas enciclopédias, de só poder ser divulgada por anarquistas, foi retirado, e o conteúdo foi padronizado à Wikipédia e suas normas.

Entretanto, não foi apenas a Anarcopédia que foi agregada à Wikipédia,; hoje, Milos Rancic também é funcionário desta e seu representante na Sérvia, desde abril de 2010.¹⁰⁴

A Anarcopédia, entretanto, reuniu alguns outros projetos que emergiam na internet. A iniciativa de Rancic, posteriormente, trouxe outros sites semelhantes, mas que não utilizavam o *wiki*. É o caso do projeto *encyclopédie.zaup.org*, em francês, inaugurado em 2004, que viria a se fundir com a Anarcopédia em 12 de março de 2005.

O servidor *zaup.org* da enciclopédia ainda continua na ativa e foi inventado enquanto uma Zona Autônoma Permanente, termo com procedências na Zona Autônoma Temporária de Hakim Bey.

Na década de 1990, Hakim Bey escreveu o ensaio *TAZ: Zona Autônoma Temporária* (2004), onde aponta a TAZ enquanto uma crítica à noção de revolução e uma análise do levante. Pautando-se nas revoluções com seus caminhos pré-traçados, Bey aponta que um levante traz inúmeras possibilidades. Outro elemento que o levou à

¹⁰³ Anarcopédia. http://meta.anarchopedia.org/Ideas_for_the_4th_General_Meeting#Technical_issues. Acesso em: 20/04/2012.

¹⁰⁴O presidente na Wikimedia na Sérvia é Ivan Nador, e o secretário-geral, Milos Rancic.

invenção do termo foi o *fechamento do mapa*, ou seja, todos os espaços do planeta foram demarcados por um Estado, não há terra, mar ou planetas incógnitos¹⁰⁵.

Essa é a apoteose do ‘gangsterismo territorial’. Nenhum centímetro quadrado da Terra está livre da polícia ou dos impostos... em teoria. O ‘mapa’ é uma malha política abstrata, uma *proibição* gigantesca imposta pela cenoura/cassetete condicionante do Estado ‘Especializado’, até que para a maioria de nós o mapa se *torne* território – não mais a ‘Ilha da Tartaruga’, mas os ‘Estados Unidos’. E ainda assim o mapa continua sendo uma abstração, porque não pode cobrir a Terra com a precisão 1:1. Dentro das complexidades fractais da geografia atual, o mapa pode detectar apenas malhas dimensionais. Imensidões embutidas e escondidas escapam da fita métrica. O mapa não é exato, o mapa *não pode* ser exato (BEY, 2004, 21-22).

Diante deste mapa fechado Bey opõe a TAZ, que está aberta. Esta se desdobra em dimensões invisíveis ao controle, são espaços geográficos, sociais, culturais e imaginários que fogem a este mapeamento, que são negligenciados pelo Estado ou que passam despercebidos. A TAZ, enquanto um levante, entretanto, é positiva, tem um propósito (IDEM).

A TAZ não é regida pela família nuclear, mas é um *bando*, nômade.

Se a família nuclear é gerada pela escassez (e resulta em avareza), o bando é gerado pela abundância (e produz prodigalidade). A família é fechada, geneticamente, pela *posse* masculina sobre as mulheres e crianças, pela totalidade hierárquica da sociedade agrícola/industrial. Por outro lado, o bando é *aberto* – não para todos, é claro, mas para um grupo que divide afinidades, os iniciados que juram sobre um laço de amor. O bando não pertence a uma hierarquia maior, ele é parte de um padrão horizontalizado de costumes, parentescos, contratos e alianças, afinidades espirituais, etc.. [...] Cada vez mais fica evidente que a família nuclear se torna uma *armadilha*, um ralo cultural, uma secreta implosão neurótica de átomos rompidos. E a contra-estratégia óbvia emerge de forma espontânea na quase inconsciente redescoberta da possibilidade – mais arcaica e, no entanto, mais pós-industrial – do bando (IBIDEM, 23-24).

A TAZ é um *festival*, um *jantar* anarquista em que um grupo de pessoas “coloca seus esforços em sinergia para realizar desejos mútuos, seja por boa comida e alegria, por dança e conversa, pelas artes da vida” (IBIDEM, 26).

Bey ainda aponta as “utopias piratas” com uma TAZ. Os piratas do século XVIII estabeleceram uma rede de informação que se estendia sobre o planeta. A rede possuía como nós as ilhas e esconderijos onde os navios poderiam ser abastecidos com água e

¹⁰⁵Hakim Bey publicou seu ensaio em 1991, antes mesmo de tecnologias como o GPS (1995), o Google Earth (2007) e o Google Maps (2005), em que é possível a qualquer um ter acesso visual a qualquer parte do planeta por meio de registros via satélite, mapas e fotos. Hoje, também é possível acessar o Google Sky (2008), que não se detém somente ao planeta, mas pelo universo; o Google Moon (2005), em que é possível passear pela Lua; e o Google Mars (2009), para passear por Marte.

comida, algumas dessas ilhas abrigavam pequenos grupos de pessoas que viviam fora da lei e estavam determinadas a permanecerem assim “ainda que por uma temporada curta, mas alegre” (IBIDEM, 11).

As redes de informação das utopias piratas seriam caracterizadas por não serem hierárquicas e por funcionarem. Essas redes seriam possíveis hoje não somente pela internet, mas no boca-a-boca, correios e rede marginal de zines:

Acredito que, dando consequência ao que aprendemos com histórias sobre “ilhas na rede”, tanto do passado quanto do futuro, possamos coletar evidências suficientes para sugerir que um certo tipo de “enclave livre” não é apenas possível nos dias de hoje, mas é também real (IBIDEM, 14).

Entretanto, a TAZ tangencia os anarquismos do século XIX, como do coletivista Mikhail Bakunin ao propor a autonomia do indivíduo e a busca pela liberdade:

[A] emancipação só pode ser *liberdade*, não essa liberdade política, burguesa, [...]mas a *grande liberdade humana* que, destruindo todas as correntes dogmáticas, metafísicas, políticas e jurídicas pelas quais todo mundo se encontra hoje oprimido, devolverá a todos, coletividades tanto quanto indivíduos, a plena autonomia de seus movimentos e de seu desenvolvimento, libertos, de uma vez por todas, de todos os inspetores, diretores e tutores (BAKUNIN, 2001, 15).

A busca pela autonomia nos anarquistas, um resquício do iluminismo, entretanto, não permanece à espera da revolução para atingir à liberdade, mas a busca em suas práticas diárias em associações, organizações e sindicatos em que o anarquista modifica-se, como modifica a realidade ao seu redor. A autonomia também está presente no anarquismo individualista de Émile Armand, como mostra seu escrito na primeira metade do século XX:

O anarquista-individualista nunca é escravo de uma fórmula-tipo ou de um texto consagrado. Ele só aceita opiniões. Propõe apenas teses. Ele não se impõe um ponto de chegada. Caso adote um método de vida quanto a um ponto determinado, é para que este lhe garanta mais liberdade, mais felicidade, mais bem-estar, e não sacrifícios. E ele o modifica e transforma quando percebe que continuar sendo-lhe fiel diminuiria sua autonomia (ARMAND, 2007, 127-128).

A autonomia nos anarquistas apresenta-se enquanto um objetivo a ser alcançado, mas que não está pré-traçada por um caminho, orienta-se também em uma crítica a qualquer vanguarda que queira orientar movimentos. A autonomia individual é uma peça chave para a autonomia coletiva e para alcançar a liberdade, como expunha Bakunin.

Max Stirner, “um anarquista nos anarquismos” (PASSETTI, 2003, 25), em *O único e sua propriedade*, apresenta a *liberdade* enquanto uma ideia-fixa, enquanto um transcendental. Para Stirner, a liberdade é uma luta, uma prática, não uma essência:

Não posso verdadeiramente *querer* ser livre porque isso não é coisa que possa fazer ou criar: só posso desejar-lo e... aspirar a isso, porque se trata de um ideal, de um fantasma. Os grilhões da realidade deixam a cada momento marcas profundas em minha carne. Mas eu continuo a ser *meu*.

Em Stirner, a liberdade não está acima do eu, não é uma bandeira a ser conquistada:

Todavia, se a “liberdade” é de fato a finalidade de vossos esforços, então esgotai até o limite suas exigências. Quem deve, então, ser libertado? Tu, eu, nós. E libertado de quê? De tudo aquilo que não seja tu, eu, nós. [...] Se a liberdade se busca por amor do eu, por que é que não elegemos logo o eu como começo, meio e fim? Não valho mais do que a liberdade? Não sou eu que liberto, não sou eu o primeiro? Mesmo escravizado, mesmo amarrado a mil grilhões eu existo, e não existo apenas como algo futuro e que está presente como esperança, como a liberdade, mas existo e estou ainda que sendo o mais miserável dos escravos (IDEM, 211).

Stirner, sem abrir qualquer concessão, tem como alvo transcendentais, agitando os anarquismos. A luta pela *liberdade* enquanto ideia, em Stirner, está atravessada pelo estabelecimento de uma nova *dominação*, estabelecer uma nova moral, sem deslocar-se de um absoluto: a *sociedade*. Stirner não pretende um absoluto, nem salvar ninguém, desvencilha-se de certezas e do lugar seguro que elas podem proporcionar.

Asseguro a minha liberdade em relação ao mundo na medida em que me apropriado do mundo, isto é, o “conquisto e dele tomo posse”, fazendo valer qualquer poder: o da persuasão, o do pedido, o da exigência categórica, até mesmo o da hipocrisia, do engano etc.; porque os meios que para tal uso se orientam por aquilo que eu sou. [...]

A singularidade-do-próprio também não conhece medida estranha a si, e não é uma *ideia*, como a liberdade, a moralidade, a humanidade etc.: é apenas uma descrição de quem é... o *eu-proprietário* (IBIDEM, 221).

O *eu-proprietário*, no entanto, não diz respeito a ter uma propriedade, mas daquilo que lhe é próprio enquanto singularidade, afastado de transcendentais.

Entretanto, a potência da TAZ está em abrir um espaço em um mapa sólido. Um bando nômade reúne-se dispensando o território – não é uma utopia e já está acontecendo. Entretanto, Hakim Bey também se refere à internet, como disse-se anteriormente, a TAZ não é apenas física. Sobre a internet, Bey afirma seu caráter de ser um espaço que possibilita invenções. A TAZ possui uma localização temporária e este local pode ser na internet. Esta possibilita “um acampamento nômade [...], canções, genealogias e lendas da tribo. Ela fornece as trilhas de assalto e as rotas secretar que compõem o fluxo da economia tribal. Ela até mesmo *contém* alguns dos caminhos que as tribos seguirão só no futuro, alguns dos sonhos que eles viverão como sinas e presságio” (IBIDEM, 33-34).

Porém, Hakim Bey não entende a internet como uma TAZ. Em uma entrevista à revista *High Times*, após a *Times* ter citado Bey em uma matéria sobre a internet, este afirmou:

A revista *Time* fez uma matéria sobre o ciberespaço que me citou erroneamente - o que me deixou particularmente feliz. Se a *Time* entendesse o que eu estava falando, eu seria forçado a reestruturar toda minha filosofia, ou talvez desaparecer pra sempre em desgraça. [...]

A única coisa que a Internet ou o ciberespaço podem ter com relação à Zona Autônoma Temporária é que eles são instrumentos ou "armamento" para alcançar a liberdade. Então é importante trabalhar para proteger as liberdades de expressão e comunicação que estão abertas neste exato momento pela Internet contra o FBI e Clinton e a "Infobahn" (um bom termo em alemão para designar a autoestrada da informação). Cuidado para não ser atropelado na Infobahn! Comunicando-se por uma BBS, um grupo pode planejar um festival de maneira muito mais eficaz, alguma coisa como um Rainbow Gathering, estruturado nas chances para maximizar o potencial para o surgimento de uma TAZ real. A Internet também pode ser usada para montar uma rede econômica alternativa genuína. Trocas e permutas trilhadas na Internet em comunicações privilegiadas.¹⁰⁶

A internet, portanto, é um instrumento estratégico para uma TAZ. A TAZ não depende dela para existir. Assim, uma Zona Autônoma Permanente (ZAP), como diz o próprio nome, seria permanente, como comunidades, grupos e okupas. Hakim Bey alerta para os perigos desta ser tragada por efeitos midiáticos:

Na atualidade, a ZAP dá um ótimo alvo, fácil para essa bomba inteligente midiática. Assediado dentro de seu "composto", o grupo auto-organizado só pode sucumbir a algum tipo de martírio barato predeterminado. Seria presumível que este papel atraia somente aos masoquistas neuróticos??? [...] Um pouco de paranoia natural pode ser útil, contanto que não se converta em um fim em si mesma. A gente deve ser astuto para evitar ser apanhado. Um toque de camuflagem, uma aptidão para a invisibilidade, um sentido de tato como tática... poderiam ser tão úteis para uma ZAP como o são para uma TAZ. Humildes sugestões: use somente "mídias íntimas" (zines, rodas de telefones, BBSs, rádios livres e mini-FM, TV a cabo de acesso público, etc.); evite atitudes confrontacionistas de macho fanfarrão – você não precisa de cinco segundos no telejornal diário ("Polícia derruba Seita") para dar sentido a sua existência. Nosso slogan poderia ser: "Busque a vida, não um estilo de vida". [...]

As pessoas provavelmente deveriam escolher as pessoas com quem querem viver. As comunas de "participação aberta" acabam invariavelmente atoladas com aproveitadores e patéticos abobados sedentos por sexo. As ZAPs devem eleger mutuamente seus próprios membros – isto não tem nada que ver com "elitismo". A ZAP pode exercer uma função temporalmente aberta – como abrigar festivais ou compartilhar comida gratuita –, mas não precisa estar

¹⁰⁶ BEY, Hakim. "Entrevista de Hakim Bey à High Times". Disponível em: http://www.arteeanarquia.xpg.com.br/entrevista_hakim_bey.htm. Acesso em 13/01/2013.

permanentemente aberta a qualquer autoproclamado simpatizante que apareça.¹⁰⁷

O servidor zaup.org, que afirma-se como uma ZAP, foi inaugurado em dezembro de 2001 e pretendia hospedar sites gratuitamente na internet sem nenhum uso de propagandas. Todos os sites que eram hospedados ali tinha de ser “relacionados a temas ‘alternativos’: ecologia, problemas sociais, etc..” O servidor parou de funcionar em 2008, mas sua página ainda permanece no ar, sendo possível ler as recomendações de seu diretor:

Em poucas palavras, quero dizer que a ZAP chega para seguir os seguintes objetivos:

Desapego de qualquer conceito de lucro. Os custos operacionais são os mínimos e eu assumo a total responsabilidade;

Gestão de recursos verdes. Tanto o servidor, como os sites hospedados utilizam os recursos que possuem.

1+1=3. Isto simboliza a adição da ZAP de permanecer pequena e de não desejar crescer a qualquer custo; a força encontra-se na união de pequenas formigas, mais do que na fragilidade de um paquiderme. Os recursos são limitados, obviamente, estão disponíveis apenas a um pequeno número de pessoas.

Entretanto, a enciclopédia que estava disponível neste servidor não está mais no ar desde 2005, quando foi integrada à Anarcopédia. A importância deste servidor e da enciclopédia se dá por conta das análises que aproximam a wikis de uma TAZ.

Marcelo Benevides Lopes em “As novas utopias piratas: uma análise de wikis e projetos colaborativos através da Zona Autônoma Temporária de Hakim Bey” (2007) aponta que os projetos utilizam a plataforma *wiki* remetem às “utopias piratas” por ser “mutável, sujeita a alterações e intervenções por quaisquer usuário” (LOPES, 2007, 13).¹⁰⁸

Lopes não desconhece que o *wiki* é pautado por uma série de regras e cargos para seus usuários, entretanto, compreende que qualquer TAZ precisa de certas regras. Mesmo o bando teria certa regras de convivência. Entretanto, são regras que não derivam em uma hierarquia e são modificáveis a qualquer momento, bem como a saída de um integrante pode ocorrer a qualquer momento.

¹⁰⁷ BEY, Hakim. Zona autônoma permanente. Disponível em: http://pt-br.protopia.wikia.com/wiki/Zona_Autônoma_Permanente. Acesso em 15/01/2013.

¹⁰⁸ Edson Passetti (2005) aponta que os piratas surpreendiam mares e oceanos, surpreendendo com outros espaços navegáveis. Na sociedade de controle os piratas foram associados aos *hackers*, entretanto, Passetti já anuncia que os *hackers*, por vezes, acabam sendo corsários e que acabam operando por uma nova ordem política. Não são os piratas que habitavam os imaginários juvenis e de aventureiros, que abalavam itinerários de comerciantes e navios de corsários.

Diferentemente, na Wikipédia, e o seu Portal da Anarquia, ou na Anarcopédia, formam-se regras que determinam aquele que pode autorizar ou desautorizar edições, banir usuários ou suspendê-los por algum tempo. As regras determinam uma hierarquia rígida em que qualquer alteração em algum verbete, do acréscimo de uma vírgula a inserção de um texto, por um usuário é identificada tanto pela ID como pelo registro geográfico do IP.

Assim, a Wikipédia não é uma TAZ, tanto pelo seu funcionamento, bem como por todo o investimento advindo da Wikimedia Foundation e de seus interesses, como exposto anteriormente. Os *wikis* e a Wikipédia aproximam-se mais do que Deleuze e Guattari apontaram como o rizoma.

O rizoma não é o modelo arbóreo, é múltiplo, distinto de raízes e radículas, estende-se por um superfície e possui algumas características aproximativas.

A primeira e segunda são os princípios de conexão e de heterogeneidade. Qualquer ponto do rizoma pode se ligar a outro, não é uma árvore em há um ponto-fixa, uma raiz de onde derivam as extremidades. Um rizoma não cessa de se ligar a outros pontos para descentraliza-los (DELEUZE; GUATTARI, 2007).

O terceiro princípio é o de multiplicidade. Uma multiplicidade que não possui sujeito ou objeto, mas determinações, grandezas, dimensões. Deleuze e Guattari recorrem à imagem de uma marionete e seus fios, estes são rizomas ou multiplicidades que não remetem à vontade de um artista ou do operador, mas à multiplicidade das fibras que formam uma marionete seguindo outras dimensões conectadas às primeiras (IBIDEM).

Um rizoma é composto por linhas, linhas que o atravessam, o modificam e o fazem múltiplo, não é uma posição.

O quarto princípio é o de ruptura a-significante, ou seja, um rizoma pode ser cortado, rompido, em qualquer lugar e também ser retomado segundo uma de suas linhas. Ele também é composto por linhas de segmentaridade segundo as quais ele é organizado, territorializado, significado, codificado. Mas também compreende linhas de fuga, não se trata de uma dicotomia, mas de uma tensão em que há uma ruptura com a linha de fuga, no entanto, esta pode se encontrar com organizações que reestratificam o conjunto.

Tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização. Sim, a grama também é um rizoma. O bom o mau são

somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada (IBIDEM, 18).

Os dois últimos princípios, o quinto e sexto, são o de cartografia e de decalcomania. Um rizoma não é explicado por um modelo estrutural ou gerativo, é estranho a uma estrutura genética no qual se organizam os anteriores e os sucessivos. Assim, o rizoma não é o sistema arbóreo, apesar de poder derivar nele diante de uma linha de sobrecoficação:

Toda a lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução [...]. Ela tem como finalidade a descrição de um estado de fato, o reequilíbrio de correlações intersubjetivas, ou a exploração de um inconsciente já dado camuflado, nos recantos obscuros da memória e da linguagem [...]. A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como as folhas das árvores (IBIDEM, 21).

O wiki, a Wikipédia e a Anarcopédia é compreendido aqui enquanto um rizoma ao possibilitar inúmeras conexões e por se constituir de rizomaticamente ao possibilitar vários encontros. Entretanto, é atravessado por diferentes linhas, Deleuze conceituou três linhas que atravessam nossas vidas: a molar, a molecular e as linhas de fuga.

A linha molar é segmentária e dura, opera por unificações e significações. Uma linha diferente desta é a molecular, de segmentação maleável, desterritorializa, realiza desvios, no entanto, não significa que ela é melhor que a primeira. Essas duas linhas não para de interferir uma na outra, de reagir entre si e de “introduzir cada uma na outra uma corrente de maleabilidade ou mesmo um ponto de rigidez” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, 63).¹⁰⁹

As linhas de fuga podem ser desencadeadas pela linha molecular e reterritorializadas pelas molares. Mas é uma linha que não admite qualquer segmento, é a explosão das outras duas séries.

Na primeira há muitas falas e conversações, questões ou respostas, intermináveis explicações, esclarecimentos; a segunda é feita de silêncios, de alusões, de subentendidos rápidos, que se oferecem à interpretação. Mas se a terceira fulgura, se a linha de fuga é como um trem em marcha, é porque nela se salta linearmente, pode-se enfim falar aí “literalmente”, de qualquer coisa, talo de erva, catástrofe ou sensação, em uma aceitação tranquila do que acontece em que nada pode mais valer outra coisa. Entretanto, as três linhas não param de se misturar (IDEM, 65).

¹⁰⁹ A análise de Deleuze e Guattari a respeito do rizoma e das linhas também aparece em leituras que afirmam que o a internet é rizomática [“A rede como um rizoma”. Disponível em: <http://www.karina.architecteam.com.br/2009/06/a-rede-como-um-rizoma/>. Acesso em 13/04/2013]. O rizoma é múltiplo, dá vazão às mais variadas experimentações. A internet enquanto rizoma é apontado como aquilo que não possui controle, entretanto, como apontado neste trabalho, a internet é protocolo, sua prática é modular para absorver as linhas sem causar interferências nos fluxos.

O *wiki* é atravessado por linhas, apesar de não fazer irromper uma linha de fuga no fluxo computo-informacional. Opera unificações, dispõe regras, hierarquias pequenos fascismos, como os banimentos, e fascismos¹¹⁰, mas ali também é possível encontrar segmentações flexíveis com os anarquismos e suas histórias brevemente contadas que podem levar a outros interesses.

Assim, a Anarcopédia, incorporada posteriormente ao Portal da Anarquia, remete a uma experiência anarquista na primeira metade do século XX, a *Enciclopédia Anarquista*. Em um confronto político diante das estratégias de uma sociedade disciplinar, esta reuniu anarquistas de vários lugares e de diferentes procedências para apresentar os anarquismos e incentivar novos embates.

Confrontos: a Enciclopédia Anarquista

Michel Foucault mostrou que, a partir dos séculos XVII e XVIII, incidiu-se uma nova mecânica de poder sobre os corpos, destinada a extrair destes tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. Assim, não se trata do confisco de coisas, e, no limite, da vida para reatualizar a soberania, mas de sequestrar os corpos e distribuí-los para qualificar, medir, avaliar e hierarquizar. Na sociedade de disciplina, as relações operam por posicionamentos, em que se trata de saber que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim (FOUCAULT, 2001).

A *Enciclopédia Anarquista* foi inaugurada pelo anarquista Sébastien Faure (1858-1942), seu objetivo era divulgar a prática anarquista e incentivar embates a autoridades centralizadas e hierarquias. O projeto foi pensado em 1924, em uma reunião com amigos na Librairie Internationale (Paris). Ali, Faure propôs uma “obra de educação libertária”, que era a Enciclopédia Anarquista. Tal projeto reuniu vários anarquistas do planeta no ano seguinte, desconhecendo fronteiras territoriais da sociedade disciplinar. O objetivo era expor conhecimentos referentes à anarquia de

¹¹⁰ Um uso fascista do *wiki* é a Metapedia, a enciclopédia alternativa. Não deixa de ser uma variação da Wikipédia com regras de participação, hierarquias, vários verbetes, atualização de conteúdo e ferramentas de moderação. Mas, ao analisar seus verbetes, observa-se que o seu objetivo é o revisionismo histórico do Holocausto e a divulgação do nacional socialismo. Possui 1209 artigos, e está recheado de revisionismo, bandas nazistas, fotos, bandeiras e símbolos.

forma direta e que os artigos pudessem ser traduzidos em outros idiomas para a publicação em vários lugares.

Uma *obra de educação libertária* escrita em conjunto não é uma *educação colaborativa*, como previsto pela Wikipédia e corroborado pelo Portal da Anarquia. Faure experimentou uma educação libertária no decorrer de sua vida.

No ano de 1904, fundou *La Ruche* [A Colmeia], um espaço destinado à educação de crianças e jovens. Não era uma escola, nem um orfanato, como dizia seu fundador, não respondia às normas educacionais do Estado e nem era pautada pela religião. *La Ruche* foi uma prática de resistência e combate à educação disciplinar ao instigar adultos, jovens e crianças às relações livres apartadas da ideia de inevitável autoridade centralizada. Recepcionava anarquistas de diferentes procedências, como o geógrafo Elisée Reclus, que em uma de suas últimas visitas presenteou *La Ruche* com uma impressora, utilizada para o lançamento do *Boletim La Ruche* que divulgava os anarquismos e possuía textos sobre higiene e educação libertária.

La Ruche não estabelecia relações de soldados ou súditos seguindo uma rainha. Localizava-se em uma grande fazenda em Rambouillet, próxima a Paris. Em seus ateliês, como favos, não se dissociava a produção da educação. Se a sociedade disciplinar opera por localização, relações de utilidade/docilidade e obediência, os anarquistas “estimulam a formação do guerreiro, fulminam as imobilizações. [...] Para eles, não há uma lei determinista da história, mas a possibilidade de transformar-se e transformar a história” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008).

Diante da separação entre trabalho manual e intelectual na sociedade disciplinar, onde o trabalho intelectual organizava o emprego das forças e o trabalho manual era exercido por operários, os anarquistas realizaram uma *educação integral*. Para Proudhon, fora da educação integral, a “criança enviada às escolas será sempre um jovem servo endereçado à servidão, ao melhor dos interesses e da segurança das classes superiores” (PROUDHON, 1986, 188-189).

Na Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, em setembro de 1864 em Londres, se discutiu práticas de incentivo à educação integral, onde eram pensados os argumentos de Proudhon, referentes a uma educação que associasse o ensino literário, científico e aprendizagem industrial, voltada à formação de homens livres e generosos; Proudhon também destruiu a ideia de um ensino público e gratuito: é um ensino estatal e sempre pago por alguém, nesse caso, pelos impostos do trabalhador (IDEM).

Uma educação libertária instiga à revolta e, ao final do século XIX e início do XX, se exerceu em sindicatos, escolas anarquistas, ateneus, em experiências com o teatro e na realização de periódicos libertários e anticlericais. Outra experiência de Faure, enquanto uma *obra de educação libertária*, foi a *Cooperativa Cinema do Povo* (1913-1914) junto com o anarquista espanhol Armand Guerra, uma experiência na qual anarquistas se aventuraram ao experimentar a então recente tecnologia do cinema para apresentar suas inquietações.

O Cinema do Povo pretendia, por meio do cinema, romper com os preconceitos e as imagens comerciais produzidas pelos burgueses. Dirigia-se aos trabalhadores a partir de uma produção que não se confundia com o apelo a melodramas burgueses.

Isabelle Marinone conta que o cinema aparece na França em 1895 – mesmo ano em que Faure funda ao lado de Louise Michel o periódico *Le Libertaire* –, oficialmente a invenção do cinematógrafo se deu pelos conhecidos irmãos Lumière. A historiadora francesa, em sua pesquisa ‘obscura’ do cinema, afirma que tal invenção se deve a Paul Delesalle, um trabalhador anarquista. Ao retomar os estudos de Jean Maitron, *Paul Delesalle, un anarchiste de la Belle Époque*, conta que o projeto inicial dos Lumière apresentava alguns empecilhos. Delesalle, após horas de trabalho, conseguiu dar o movimento necessário à máquina, porém, diz Marinone, não se sabe se as modificações feitas pelo anarquista foram incorporadas ao projeto construído.

A utilização do cinema pelos anarquistas aponta para experimentações preocupadas não somente com a propaganda, mas para existências que correm o risco de se aventurar com o uso de uma maquinaria sofisticada sem ficar à espera de algo ou alguém que os digam como fazer.

Diante de uma tecnologia política do corpo que pretende extrair docilidade e utilidade, os anarquistas deram novos usos ao cinema, à imprensa e às escolas. Deram outros usos a recentes tecnologias, não para imobilizar e vigiar, mas para instigar confrontos ao governo sobre a vida.

Gustavo Simões (2011) mostrou, seguindo as análises de Proudhon em *A filosofia da miséria*, como certos libertários investiram no que há de mais avançado tecnologicamente na sociedade; para isso, retoma um escrito da primeira metade do século XX do garçom anarquista Souza Passos: “O que os anarquistas querem é fazer com que as classes que não têm nada subam até o nível daquelas que têm tudo. Não desejam estabelecer uma sociedade onde todos sejam miseráveis [...] os anarquistas não

condenam a existência do automóvel, do rádio, do avião, de todas as coisas belas e úteis” (PASSOS *apud* LEUENROTH, 2007, 35).

Proudhon distancia-se do socialismo (2006) para afirmar não uma socialização da miséria, mas o que há de mais avançado tecnologicamente na sociedade, “o socialismo, que, em vez de elevar o homem ao céu, o inclina sempre ao barro, só viu na vitória alcançada sobre a carne uma nova causa de miséria” (PROUDHON, 1986, 203).

A proposta inicial previa que a Enciclopédia Anarquista fosse dividida em cinco partes, como consta em sua apresentação: a primeira seria uma coleção de verbetes que apresenta aspectos, tendências e práticas anarquistas; a segunda, a história do pensamento e ação anarquista de cada país, “um drama de intensa emoção e de educação preciosa”; a terceira, a vida e obra de pessoas que pertenceram ou pertencem ao movimento anarquista; a quarta, vida e obra de homens e mulheres que, sem se nomearem anarquistas, contribuíram no campo da filosofia, das várias ciências, das artes e das ações para a emancipação humana; e, por fim, um catálogo de livros, jornais, revistas e publicações de propagandas anarquistas.

Entretanto, apenas a primeira parte pôde ser concluída. Esta foi finalizada e publicada em 1934 pela editora *La Librairie Internationale* em quatro grandes volumes, com mais de 600 páginas cada um. Muitos artigos não são assinados, outros estão com pseudônimos ou nomes incompletos e é possível encontrar artigos de Émile Armand, Eugène Humbert, Errico Malatesta, Max Nettlau, Paul Reclus, Han Ryner e Ixigrec.

A *Enciclopédia Anarquista* também deveria ser traduzida para o espanhol. Os anarquistas Buenaventura Durruti e Francisco Ascaso estavam presentes na reunião na Librairie Internationale e ficaram responsáveis por realizar a tradução. No entanto, eles acabaram sendo presos em Paris, em 1926, acusados de preparar um atentado contra o rei Alphonse XIII, em uma visita oficial à França. Faure e Louis Lecoïn realizaram uma forte campanha e Durruti e Ascaso foram libertos um ano depois (LEWIN, 1989; ENZENSBERG, 1987).

No decorrer da Revolução Espanhola (1936-1939), Faure visitou Barcelona e o front de Zaragoza, onde se encontrou com Durruti. Ali, realizou várias conferências e assinou listas para recolher fundos, armas e medicamentos. A coluna dos militantes

franceses foi nomeada “Sébastien Faure”, e dela fizeram parte mais de 40 franceses pessoas¹¹¹.

As notícias sobre a enciclopédia também habitaram os periódicos libertários. No nº 36 do jornal *A Plebe*, editado por Rodolfo Felipe¹¹², de 5/08/1933, uma pequena nota intitulada *Enciclopédia Anarquista* transcrevia uma circular que *A plebe* recebeu sobre a publicação da enciclopédia em castelhano:

Esta notável obra que se está publicando em França, sob a competente direção de Sébastien Faure, velho e sábio militante anarquista, será brevemente publicada em castelhano conforme circular que recebemos: O Centro de Cultura Enciclopédico correspondendo a uma necessidade fundamente sentida nos meios anarquistas e culturais, tendo recebido para isso autorização de Sébastien Faure, sob cuja direção se está publicando em França a '*Enciclopédia Anarquista*', obra de extraordinário relevo doutrinário, histórico e filosófico, iniciará em breve a publicação, em fascículos, da primeira edição em castelhano da dita obra.

Este Centro Cultural está realizando os últimos trabalhos para a próxima aparição do primeiro fascículo, sendo sua preocupação harmonizar uma esmerada apresentação da obra com as possibilidades aquisitivas da classe trabalhadora, a quem especialmente vai dirigida esta primeira tradução da *Enciclopédia*.

A divulgação da Enciclopédia Anarquista não pretendia conscientizar rumo a uma sociedade futura orientada pela vanguarda do partido, mas em seus variados textos, de diferentes procedências, intencionava apresentar os anarquismos e instigar lutas em vários lugares. No verbete *revolução*, escrito pelo Dr. Pelletier, que havia sido integrante de La Ruche, encontra-se estampado nas primeiras linhas aquilo que Proudhon já havia sinalizado: "Profunda mudança de um país para substituir por outro regime".

Proudhon afirmou que não há revolução sem a restauração do soberano. Propõe uma revolução que não tem fim, permanente, capaz de gerar um regime econômico e industrial que será o contrário de um regime governamental, onde os vencedores não se tornem os governantes (RESENDE; PASSETTI, 1987). Quando Proudhon foi convidado por Marx para uma troca de correspondências entre socialistas alemães, ingleses e franceses demarcou que não estava interessado em reconstituir uma ordem.

¹¹¹ Em "French Anarchist Volunteers in Spain, 1936-39: Contribution to a Collective Biography of the French Anarchist Movement", David Berry fez uma lista com os nomes dos integrantes da Coluna Faure. Disponível em <http://raforum.info/spip.php?article2725&lang=fr>. Acesso em: 10/10/2012.

¹¹² Italiano e tipógrafo, também colaborou com o jornal *A Lanterna*, de Edgar Leuenroth, e foi editor de obras anarquistas (RODRIGUES, 1998).

Se o senhor quiser, investiguemos juntos as leis da sociedade, o modo como elas se realizam, o progresso segundo o qual chegamos a descobri-las. Mas, por Deus! Depois de demolir todos os dogmatismos *a priori*, não sonhemos, de nossa parte, com a doutrinação do povo [...]. Talvez o senhor ainda conserve a opinião de que nenhuma reforma é hoje possível sem um *coup de main*, sem o que outrora se chamava uma revolução, e que é apenas uma agitação. Essa opinião, que compreendo, que escuso, que discutirei com prazer, porque compartilhei dela por longo tempo, confesso-lhe que meus últimos estudos revisaram-na completamente. Creio que não precisamos disso para triunfar e que, por consequência, não devemos colocar a ação revolucionária como meio de reforma social, porque esse pretensão meio seria, muito simplesmente, um apelo à força, ao arbítrio – logo, uma contradição. Coloco-me assim o problema: reintroduzir na sociedade, por uma combinação econômica, as riquezas que dela foram extraídas por uma outra combinação econômica. Noutros termos: na economia política, voltar à teoria da Propriedade contra a Propriedade [...] prefiro, pois, queimar a Propriedade em fogo lento, ao invés de lhe dar nova força, fazendo com os proprietários uma São Bartolomeu (PROUDHON *apud* IDEM, 20).

Na construção da Enciclopédia Anarquista também eram afirmadas relações anarquistas, enfrentando riscos, conhecendo e dispendo das novas tecnologias da época e trazendo novas maneiras de viver enquanto uma *cultura libertária* (PASSETTI; AUGUSTO, 2008). Uma *cultura libertária* interessada tanto em como instigar as pessoas por meio da divulgação de um material que envolvia escritos de anarquistas de diferentes procedências, como na invenção de novos costumes apartados de uma autoridade centralizada.

Os integrantes do projeto eram conhecidos como *colaboradores*, termo utilizado por Faure desde *La Ruche*, para designar aqueles que trabalhavam junto com ele. Entretanto, o termo colaborador não designava gestor de conteúdo, nem aquele que participava para ter partes de um lucro, como ocorre nas empresas hoje. No verbete *colaboração* da *Enciclopédia Anarquista*, atenta-se tanto para um trabalho realizado em conjunto, como para a colaboração enquanto maior capacidade de extração de energias na realização de um produto:

Colaboração: Ação de trabalhar junto ou ajudar em um trabalho. Refere-se principalmente para descrever a associação para a produção intelectual. [...] Infelizmente [...] funcionários de certos escritores fornecem a maior parte do esforço intelectual para a produção e, quando o trabalho está terminado, beneficia-se das vantagens e recolhe o lucro [...] Isto não é mais colaboração, mas exploração.¹¹³

¹¹³ Collaboration. Disponível em: <http://www.encyclopedie-anarchiste.org/articles/c/collaboration.html>. Acesso em 10/10/2012.

Hoje, é possível ler os artigos da *Enciclopédia Anarquista* pelo site <http://www.encyclopedie-anarchiste.org/>. Em um grande trabalho que durou 2 anos (2008-2010), os 4 volumes foram scaneados e digitalizados pelo anarquista francês Nico com a ajuda de seus amigos da *Idées Noires*: Jacques Betry, Jacques Boulvin, Frederic Carpentier, Salvatore Greco, Jacques Grégoire, Jules Justo, de Von Sabria Krakenhauer, Martine Lambert, Thibaud Mouton, Marie-May Nielsen de Nikros, Pedro e Serge Thiesset Utgé-Royo (NICO, 2010)¹¹⁴.

A digitalização da *Enciclopédia Anarquista* não atenta somente para a história dos anarquismos; diante desta veem-se as lutas que os anarquistas travam experimentando liberdades. Seus verbetes apresentam a história dos anarquismos tanto para a divulgação destes, como para instigar novos costumes apartados da obediência.

No verbete *obedecer*, Charles Alexandre, destaca:

A obediência é a morte. [...] (Aquele que obedece) deixa de viver sua vida, para tornar-se um instrumento passivo nas mãos do outro. [...] O homem não pode esperar ajuda do outro, nada lhe virá senão dele próprio. Se deseja realizar a sua felicidade, deve exercitar a destruição a todos os preconceitos, todos os obstáculos que se colocam à liberdade de seus atos. Já é tempo que aprenda a desobedecer¹¹⁵.

No verbete *Liberdade*, escrito por Ixigrec, Marestan, Dr. Pelletier, Cotte, Armand, Goujon, Mac Say, Rothe, Delaunay e Faure, uma vida livre é apresentada enquanto uma relação com a natureza, com o estilo de vida e com o como agir. Destroem qualquer ligação entre liberdade e legalidade, esse “governo da liberdade pelos guardiões das leis”. Distanciam-se de qualquer liberdade que possa estar relacionada a uma prática hierárquica e interessam-se pela liberdade enquanto uma experimentação entre mulheres, crianças e homens.

A distinção entre o projeto de Faure e a enciclopédia virtual refere-se ao modo de fazer. A Enciclopédia Anarquista era uma forma de luta, não reconhecia as fronteiras características da sociedade disciplinar, era um meio de propaganda anarquista para

¹¹⁴A digitalização da Enciclopédia Anarquista foi realizada enquanto Nico era integrante da Federação Anarquista francesa (FA). Entretanto, por não concordar com o a noção de *organização específica*, este se afastou da FA. A *organização específica anarquista* afirma a atuação dos anarquistas nos movimentos sociais de lutas por direitos enquanto uma estratégia para propagar o anarquismo. Na América Latina, algumas federações também adotam o anarquismo especificista: a Gaúcha – FAG, do Rio de Janeiro – FARJ, e de São Paulo – Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL); estas, entretanto, possuem procedência também no anarquismo organizado exercido pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU) (FA, s/d; FARJ, 2003; FAG, 2009; OASL, 2011).

¹¹⁵ ALEXANDRE, Charles. *Obéir*. Disponível em: <http://www.encyclopedie-anarchiste.org/articles/o/obeir.html>. Acesso em 15/02/2012.

incentivar a luta em outros lugares. Por sua vez, o Portal da Anarquia e a Anarcopédia objetivam, sob a perspectiva do inacabado e do inconcluso, na sociedade de controle, realizar e reunir todo o conhecimento enquanto uma ideologia.

O Portal da Anarquia na Wikipédia precisa ser atualizado a todo momento, e aderir às regras, exercer a diplomacia nas discussões e ser *imparcial*:

A sociedade disciplinar precisava fazer o corpo atuar. A sociedade de controle realiza a convocação livre. A adesão é facultativa, como na convocação para o serviço militar em regimes democráticos. [...] Dizer não pode representar o risco de ser pinçado para fora; é preciso estar dentro, no vídeo, na tela: dissemina-se a paranoia, confirmam-se as solidões, as trapças, os *pulos dos gatos*. A adesão, por sua vez, reforça na pessoa a internalização da exigência de atuar de forma diplomática; É preciso saber relativizar, contemplar e não ferir direitos, exercitar-se democraticamente, sabendo, antes de mais nada, negociar. Recomenda-se estar *clean*, pensando em inglês, no idioma dos computadores, deslocando-se *ponto com.*, *ponto org.*, ponto (PASSETTI, 2003, 250).

Na sociedade disciplinar os anarquistas atualizaram inventos recentes, como o cinema e a gráfica para resistirem ao governo sobre a vida. Objetivavam tanto a divulgação dos anarquismos, como contruir uma vida livre apartada da naturalização de uma autoridade centralizada. Os anarquistas jamais apartaram trabalho manual de trabalho intelectual.

Diante das sociedades de controle, não se está mais diante da distinção entre trabalho manual e intelectual, mas de fluxos de inteligências atualizados a todo momento. O Portal da Anarquia e a Anarcopédia, seguindo os preceitos e normas da Wikipédia demarcam os anarquismos enquanto uma ideologia e seus verbetes pretendem arquivá-los enquanto parte do conhecimento cumulativo da humanidade. Dividem os anarquismos em inúmeras vertentes, não enquanto suas práticas e associações, mas como organização de um conteúdo e acoplando aos anarquismos qualquer termo que possa ser relacionado a ele enquanto uma conexão de verbetes.

Diante das inúmeras regras, de usuários comportados e na dieta do consumos da informação moderadamente, a Wikipédia segue seu funcionamento. Por meio da elástica licença *creative commons* afirma o regime da propriedade. Não dispensa punições para usuários que provoquem discórdias, para seu funcionamento correto é preciso que cada um exerça um papel de monitorar o conteúdo da enciclopédia, não há vida libertária nem experimentações libertárias na Wikipédia, seu propósito em seus mais variados portais é dividir o conhecimento e armazená-lo em bancos de dados.

Os anarquistas não estão disponíveis para serem armazenados em bancos de dados como pretendem as enciclopédias colaborativas. Suas práticas diante da sociedade disciplinar são importantes tanto quanto preservação de uma memória de lutas, como para encarar o presente e inventar práticas anarquistas diante da comunicação contínua.

Terceiro capítulo
Resistências e protocolos

O interrogatório [...]

Pergunta: Quererá repetir diante do júri as confissões que fez durante a instrução?

Prefiro que você fale.

Resposta: Com certeza. Os motivos do meu ato direi amanhã. A Sociedade de Carmaux é representada em Paris pela sua administração; depois da greve, comprei uma marmita; tinha dinamite, uma espoleta e rastilho de mineiro; preferi o sistema da bomba de inversão. O interrogatório prosseguiu.

O acusado recusa-se a dizer o que fez durante o ano de 1893, que separa os dois atentados. Durante uma discussão mais acalorada, o juiz presidente gritou:

P. Dane-se com o seu silêncio!

R. É-me indiferente. Não preciso me acautelar com o meu silêncio; sei bem que serei condenado à morte.

P. Escute: acho que há uma confissão que dói ao seu orgulho. Vaillant confessou ter aceito 100F de um ladrão; você não quer reconhecer que estendeu essa mão para receber dinheiro do roubo, essa mão que vemos hoje coberta de sangue.

R. As minhas mãos estão cobertas de sangue, tal como a sua toga! De resto, não tenho que lhe responder.

P. Você é acusado e o meu dever é interrogá-lo.

R. Não reconheço a tua justiça, estou contente com o que fiz!...

P. Você não reconhece a justiça. Infelizmente para você está nas malhas dela e os jurados saberão apreciar.

R. Eu sei! (MAITRON, 2005, 19-20)

Pierre-Joseph Proudhon afirmou que a vida é atravessada pela *pequena guerra*, não se trata das guerras entre Estados, mas de uma luta diária, como mostrado no capítulo 1. A guerra e suas tensões são elementos da vida cotidiana, não se restringem apenas a Estados e seus exércitos.

Thiago Rodrigues, a partir de uma perspectiva histórico-política, mostra como o anarquismo terrorista do final do século XIX radicaliza a noção de política como guerra pronunciada por Foucault após a inversão da frase de Clausewitz, visando não a ocupação ou reforma do Estado, mas a sua destruição em qualquer forma.

O trecho de abertura deste capítulo é um depoimento do anarco-terrorista Émile Henry, que recusou-se a ser representado diante do tribunal por um advogado e realizou sua própria defesa. Não pretendia justificar as bombas deflagradas contra espaços burgueses, mas afirmar a utilização da violência enquanto uma resposta à violência burguesa organizada no Estado.

Os ataques proferidos por Émile Henry foram precedidos por Ravachol e Vaillant. Jean Maitron, francês e historiador dos anarquismos, que recorreu aos arquivos de polícia de Paris para realizar suas pesquisas, conta que após a queda da Comuna de Paris, em 1871 – quando vários anarquistas foram condenados ao trabalho forçado, fuzilados, ou mandados ao exílio; uma lei ainda, em 1872, iria proibir a seção francesa da Internacional e considerá-la uma organização subversiva – a perseguição aos

anarquistas aumentava cada vez mais, o que culminaria no anarco-terrorismo. As ações policiais pretendiam levá-los ao tribunal e condená-los.

Em 1883, Louise Michel, a combatente anarquista da Comuna de Paris, que havia voltado à França em 1880 após ter sido presa e exilada, e Émile Pouget, que realizou um dos primeiros sindicatos na França e editou o jornal *Le Père Peinard*¹, foram condenados a seis e oito anos de prisão, respectivamente. A acusação que incidia sobre eles era a de terem incitado os saques a uma padaria em uma manifestação de desempregados; o caso se desenrolaria com a invasão da casa de Pouget e a apreensão de panfletos destinados aos soldados com mensagens para queimarem seus quartéis e matar os oficiais (WOODCOCK, 1984).

Em *A anarquia no tribunal*², Sébastien Faure transcreve os debates no tribunal de Sena no ano de 1891; de um lado estão os anarquistas, Decamps, Dardare e Lévilleé, que foram presos e espancados por policiais durante uma manifestação do 1º de Maio; do outro, o magistrado Benoit, juiz-presidente, e Boulot, acusador público.

Os anarquistas sentiram como um desafio as brutalidades infligidas aos três homens. Os ataques individuais dos anarco-terroristas, segundo Maitron, vingavam os anarquistas condenados. Vale ressaltar, como chamam a atenção Acácio Augusto e Edson Passetti, que é desses ataques procede o termo *ação direta*: chamados de propaganda pela ação ou propaganda pelo fato, condensavam numa única atitude revolta e revolução, em uma recusa à representação por meio dos sindicatos, parlamentos e partidos políticos.

Diante do tribunal, os anarquistas foram contra a representação. A repressão advinda da Comuna de Paris desembocaria nos ataques anarco-terroristas. Uma *pequena guerra* de luta pela vida, em que não se trata de “tomar” o poder, de como detê-lo, mas de como destruir relações burguesas, representativas, e a favor da propriedade. *Pequena guerra* que tanto abalou a sociedade francesa e conheceu uma forte repressão, como os próprios anarquismos.

Frente aos ataques terroristas, o governo francês tomou medidas para sufocar os anarquistas. Dois dias após as explosões de Vaillant (11 de dezembro de 1893) na

¹ Émile Pouget também publicou *La Sociale*, *Le Journal du peuple* e *La Voix du Peuple*.

² Parcialmente reproduzido em MAITRON, Jean. *Ravachol e os anarquistas*. Tradução de Eduardo Maia. Lisboa: Antígona, 1981.

Câmara de Deputados de Paris foi apresentada, no Palácio Bourbon, a primeira de três leis conhecidas pelo nome de leis “celeradas”. Esta lei dirigia-se contra a liberdade de imprensa, punia qualquer escrito que fizesse a defesa de um atentado ou apologia ao anarco-terrorismo. A segunda lei, votada no dia 15 de dezembro, dizia respeito às *associações de malfeitores*. A terceira e última lei, votada em 9 de julho, após o assassinato do presidente Sadi Carnot por Geronimo Caserio, atingia a todos aqueles que fizessem, por qualquer meio, a propaganda anarquista (MAITRON, 1975).

Boa parte dos jornais anarquistas deixou, então, de circular. Émile Pouget interrompeu a publicação de *Le Père Peinard*, que se encontrava em seu 253º número em fevereiro de 1894. Nesse mesmo período Grave, o sapateiro propagandista, ainda foi condenado a dois anos de prisão e a pagar 100 francos pela segunda edição de seu livro *La Société mourante et l'anarchie*, cuja primeira edição havia sido comercializada dois anos antes sem maiores problemas; assim, Grave também interrompe a publicação do jornal *La Revolté*. Esses dois jornais tinham forte circulação entre o movimento operário, vendiam cerca de 10.000 exemplares por semana³.

As ações policiais contra os anarquistas não cessaram: em 1º de janeiro de 1884 uma operação policial invadiu a casa de anarquistas e de suspeitos de terrorismo, na procura por explosivos ou substâncias que pudessem fabricá-los, além de manuscritos que levassem a alguma ligação com associações anarquistas. Desde o início da operação até 30 de junho de 1884, 429 pessoas foram perseguidas sob a suspeita de serem terroristas (IDEM).

Em 6 de agosto de 1884, o imenso *Processo dos Trinta* leva ao tribunal os mais conhecidos anarquistas da época, acusados de constituir uma associação de malfeitores, entre os quais estavam: Sébastien Faure, Jean Grave, Émile Pouget, Paul Reclus, Charles Chatel, Félix Fénéon, Constant Martin, Louis Duprat, Alexandre Cohen.

Faure refutou todas as acusações, mas as estas foram negadas pelo presidente da corte, o que levou Faure a concluir seus depoimentos com a seguinte frase: “Cada vez que provamos o erro de uma das alegações de tua parte, declara isto sem importância. Você talvez possa muito bem somar todos os zeros, mas ainda assim não poderá obter uma unidade” (FAURE *apud* IBIDEM, 255).

³ Jean Maitron, em *Le mouvement anarchiste em France*, destaca que *Le Père Peinard* era um periódico bem humorado, com brincadeiras e uso de gírias, enquanto *La Revolté* possuía uma linguagem mais formal.

O *Processo dos Trinta* durou nove dias, todos foram absolvidos com exceção de Ortiz (condenado a quinze anos de trabalhos forçados), Chericotti (condenado a oito anos de trabalhos forçados) e Bertani (condenado a oito meses de prisão); estes foram anistiados alguns meses depois.

Não somente os atentados a bomba eram associados a atos do terrorismo anarquista, mas também, uma sabotagem, um saque ou assalto a mão armada, o assassinato de uma autoridade, e até mesmo panfletos, cartazes, outros impressos, ou a simples existência de uma associação anarquista (AUGUSTO, 2006).

Os anarquistas inventam *pequenas guerras* desvencilhadas de exércitos. Estão interessados em se reinventar enquanto uma reinvenção de suas lutas também. A *pequena guerra* não é avessa ao método serial de Proudhon, exposto no capítulo 2: é na tensão da liberdade e da autoridade que essas pequenas guerras são inventadas. A *pequena guerra anarquista*, diante dessa tensão, e sem a pretensão de instaurar um absoluto, trava em seu cotidiano lutas para invenção de práticas de liberdade em suas associações, nas ruas, nos espaços de exercícios de poder disciplinar e diante de governos.

Os anarquistas, no final do século XIX, lançaram-se ao terrorismo enquanto uma prática para invenção de liberdades e um confronto diante da repressão e massacre à Comuna de Paris. Diante das redes da sociedade disciplinar, os anarquistas realizavam seus furos e inventavam maneiras de resistir. Frente a isso, na sociedade de controle, pergunta-se: qual a *pequena guerra anarquista* capaz de desestabilizar os fluxos?

Hackers, algumas procedências

Gilles Deleuze apontou que os vírus podem desestabilizar fluxos de informação, ser uma interferência. Os hackers, uma possibilidade de instaurar um vírus, podem ser uma resistência na sociedade de controle. Portanto, questiona-se qual a relação dos anarquismos com os hackers.

Hakim Bey afirma a respeito dos hackers, com certo entusiasmo e distanciamento:

o hacker da web, o cibernauta da TAZ, encontrará maneiras de aproveitar as perturbações, quedas e breakdowns da net (maneiras de gerar informação a partir da "entropia"). O hacker da TAZ trabalhará para a evolução de conexões fractais clandestinas como um rastreador de fragmentos de informações, um contrabandista, um chantagista, talvez até mesmo como um

ciber-terrorista. Estas conexões, e as diferentes informações que fluem entre elas e por elas, formarão as "válvulas de poder" para a emergência da própria TAZ - como é necessário roubar energia elétrica dos monopólios distribuidores de eletricidade para iluminar uma casa abandonada que foi invadida.

[...]

Agora, espero pelos hackers que provem que estou certo, que minha intuição é válida. Onde estão meus nabos? (BEY, 2004, 17).

Para continuarmos a pensar os hackers, é preciso pontuar algumas de suas procedências. Na década de 1960, jovens pesquisadores do MIT que eram ligados à ARPAnet dedicavam-se ao desenvolvimento de hardwares e nomeavam-se de hackers. Brian Harvey, pesquisador sobre a história hacker, afirma: “[O hacker é] Alguém que vive e respira computadores, que sabe tudo sobre computadores, que consegue fazer o que quiser através dos computadores”⁴. Linus Walleij, outro pesquisador sobre hackers e famoso pelo seu livro *Copyright does not exist*, publicado em sueco em 1994 quando tinha 22 anos, afirma que “Um hacker, em geral, é uma pessoa que usa um computador para seu próprio bem, porque é divertido. Um autor que usa um editor de texto todos os dias não é um hacker. Nem um designer gráfico, [...] ou instrutor de informática. Suas profissões simplesmente os obrigam a utilizar um computador para simplificar ou melhorar a eficiência de alguma outra tarefa” (WALLEIJ, s/d, 5).

Portanto, o hacker é aquele que utiliza o computador por diversão, é obcecado por descobrir falhas em programas ou fazer um novo programa. Em 1979, Douglas Hofstadter publicou *Gödel, Escher, Bach: um entrelaçamento de gênios brilhantes* (2001), uma obra importante para os hackers do MIT, como destacou Linus Walleij, sobre matemática, computadores e inteligência artificial. O livro traça paralelos entre as harmonias matemáticas do compositor Johann Sebastian Bach, que viveu no século XVIII; os desenhos do holandês Mauritus Cornelis Escher, que também pensava os desenhos a partir da matemática; e as teorias Kurt Gödel, matemático austríaco que nasceu em 1906 e estudou em Princeton (EUA) onde desenvolveu os *teoremas da incompletude de Gödel*, que afirmava que sempre há proposições em uma teoria que não podem ser negadas nem demonstradas e que uma teoria numérica expressa verdades básicas da aritmética e por meio disto pode provar sua consistência se for inconsistente – portanto, é um sistema que pode falar sobre si próprio, que olha para si.

⁴ “A história dos hackers”. Disponível em: <http://tecnologia.br.msn.com/especiais/a-hist%C3%B3ria-dos-hackers?page=2>. Acesso em 29/09/2012.

O livro de Hofstadter, no entanto, pouco se detém às pessoas que o nomeiam. Este escrito será importante para os hackers, apesar de tratar de vários assuntos como genética, geometria, formigas, zen budismo, proteínas, arte, música, etc., por afirmar que qualquer sistema matemático abriga erros, os *bugs*, conforme a linguagem de programação. Os *bugs* não comprometem o sistema, mas deixam aberturas para invasões externas, e é isso que interessa aos hackers: como descobrir essas falhas, tanto para controlar uma máquina alheia, como para consertá-la (WALLEIJ, s/d).

Os hackers ainda possuem uma estética própria, são em sua maioria jovens, homens, brancos e investidos de boa educação proporcionada a classes sociais mais altas da sociedade estadunidense.

Os hackers formaram um núcleo fechado, com os seus próprios valores estéticos e filosóficos, isso foi também um resultado de sua reclusão voluntária. Entre todos os estudantes universitários, os graduandos em tecnologia tendem a manter mais a si mesmos, e uma esmagadora maioria é do sexo masculino. Entre os graduandos em tecnologia, os estudantes de ciência da computação são os mais reclusos, e eles são ainda mais desproporcionalmente masculinos. Se acontecer de você ser um "rejeitado", desde o início, não é difícil começar a reavaliar sua visão da sociedade e seu ambiente em geral. [...] Os hackers principalmente são associados uns com os outros, de preferência pelo computador. Em essência, eles formaram uma subcultura sancionada pelo governo.

Os hackers do MIT originais foram, entre outros, Alan Kotok, Stewart Nelson, Richard Greenblatt, Tom Knight, e Bill Gosper. Eles eram conhecidos por fazer turnos de 30 horas na frente do computador e, em seguida dormiam por 12 horas. Eles achavam as máquinas tão fascinantes que eles se esqueciam de todo o resto, enquanto estavam trabalhando. Ao mesmo tempo, eles alimentaram uma ideologia que sustentava que toda a informação deve ser livre [...], e ensinaram a si mesmos como quebrar cada bloqueio no prédio de ciência da computação – que justificou com sua devoção ao colocar todos os equipamentos disponíveis para seu melhor uso. Muitos consideraram este comportamento descuidado e desrespeitoso, mas os hackers consideravam necessário para ter o trabalho feito (IDEM, 7).

Um texto de referência para situar os hackers é o *Manifesto Hacker*, escrito por Loyd Blankenship, em 1986, enquanto estava preso. Na época, Blankenship tinha 21 anos e era integrante do grupo hacker *Legion of Doom* (LoD). O nome do grupo, provavelmente, fazia uma referência à *Legião do mal* do desenho *Super Amigos* – o grupo foi formado pelo hacker Lex Luthor, nome do vilão nas histórias do *Superman*, fundador da *Legião do mal*. Seu manifesto foi publicado em 1986 na revista eletrônica *Phrack* (<http://www.phrack.org>), que pode ser acessada até hoje.⁵ O manifesto expõe

⁵ "Mais um foi preso, está em todos os jornais! 'Jovem preso por crime de computador' 'Hacker preso depois de invadir banco'..."

um descontentamento com o sistema educacional, como se este tanto manipulasse como não correspondesse à altura à inteligência dos hackers; seria uma educação pouco *inventiva e estimuladora*, prepotente em relação a com jovens, julgando-os burros; uma justificativa para cometer hackeamentos, já que os atos seriam movidos pela curiosidade apenas, ao mesmo tempo, o manifesto ainda apresenta uma *vingança* caso um hacker seja preso, já que são muitos. Esses hackers, portanto, operam pela lógica da *vingança*: é preciso vingar-se de um integrante que foi preso.⁶

Malditos garotos! Eles são todos iguais! Mas você, no seu um terço de psicologia e um cérebro tecnológico de 1950, nunca olhou atrás dos olhos de um hacker. Você alguma vez sonhou em fazer-lhe perguntas? Que forças o incentivaram? O que pode ter moldado ele?

Eu sou um Hacker! Entre no meu mundo... Meu mundo começa na escola... Sou mais esperto que os outros garotos e esta bosta que nos ensinam me chateia...

Malditos garotos! Eles são todos iguais! Eu estou no ginásio... ouvi dos professores pela quinquagésima vez como reduzir uma fração 'Não, professor, não demonstrei meu trabalho, eu o fiz de cabeça'

Malditos garotos! Provavelmente ele colou. Eles são todos iguais!

Eu fiz uma descoberta hoje, ganhei um computador. Espere um segundo, isto é legal! Ele faz o que eu quero. Se ele comete um erro, é porque eu errei. Não por que ele não goste de mim, ou se sinta intimidado por mim... Ou porque não gosta de ensinar e não deveria estar aqui...

Malditos garotos! Eles são todos iguais!

E então aconteceu... um porta se abriu para um outro mundo... Cavalgando pela linha do telefone, como herói por veias de metal, um pulso é mandado para fora, um refúgio do dia a dia onde não existe incompetência... uma placa é achada. 'É isto!... é de onde eu venho...' Eu estou no meu ambiente... Me sinto a vontade aqui, a cada dia que passa meus conhecimentos aumentam vertiginosamente... Eu passo a conhecer sobre tudo e sobre todos...

Malditos garotos! Usando a linha do telefone de novo! Eles são todos iguais...

Você põe a bunda no mesmo lugar que os outros... Nós tivemos comida que não gostávamos na escola quando estávamos com fome... Nós fomos dominados por sadistas ou ignorados pelos apáticos. Poucos tem algo a nos ensinar, e estes poucos são como 'gotas d'água no deserto'.

Este é nosso mundo agora... o mundo de elétrons e botões, a beleza da transmissão. Nós fazemos uso de um serviço que deveria ser barato, e vocês nos chamam de criminosos. Nós exploramos... e vocês nos chamam de criminosos. Nós vamos atrás do conhecimento e vocês nos chamam de criminosos. Nós existimos sem cor, sem nacionalidade, sem religião... e vocês nos chamam de criminosos. Vocês constroem bombas atômicas, vocês fazem guerras, vocês matam, trapaceiam, e mentem para nós e tentam nos fazer crer que é para nosso bem, "é..." nós é somos os criminosos.

Sim, eu sou um criminoso. Meu crime é a curiosidade. Meu crime é julgar as pessoas pelo que elas dizem e pensam, não pelo que elas parecem. Meu crime é ser mais esperto, coisa que você nunca vai me perdoar. Eu sou um hacker, e este é o meu manifesto. Você pode parar um de nós, mas não pode parar a todos... pois no final das contas, nós somos todos iguais ("Manifesto Hacker". Disponível em: <http://www.equipetenso.com.br/triolla-mun/meu-crime-e-a-curiosidade-o-manifesto-hacker>. Acesso em 01/11/2012).

⁶ Os hackers distanciam-se da ação de Émile Henry, que colocava em xeque a representação diante do tribunal com uma postura anarquista de que *ninguém me representa*. Assumiu seus atos diante do tribunal e se contrapositionou aos regimes das penas. O anarcoterrorismo afirma uma luta com suas bombas e diante do tribunal em um momento de perseguição aos anarquistas após o massacre da Comuna de Paris.

O termo hacker, entretanto, difere-se do cracker. O primeiro realiza cópias, rouba senhas, quebra chaves de produtos... O cracker interessa-se somente em satisfazer uma necessidade pessoal imediata por meio de algum produto que precisa, ou realiza invasões por pura diversão sabendo dos danos que pode causar.

O hacker ainda ganharia outras conotações no decorrer da segunda metade do século XX e início do XXI, como as expressas em filmes como *War Games* da década de 1980, em que um jovem invade o sistema de segurança dos EUA e quase leva a uma terceira Guerra Mundial ao ordenar um ataque à URSS; na década de 1990, o termo seria associado a grandes roubos a bancos estadunidenses, como mostra o filme *Hackers* (1995); e, na virada do milênio, quando vivia-se a apreensão do *bug do milênio*⁷, o hacker começa a ter outra configuração, é aquele que também pode ser o herói, descobrir a verdade e salvar o planeta, como mostra a trilogia *Matrix* (1999, 2003, 2003).

Entretanto, vale ressaltar, que os hackers não são uma unidade e nem estiveram presentes apenas nos EUA. Um dos investimentos em hackers se deu na região da ex-URSS, como mostrou Misha Glenny em *Mercado Sombrio* (2011). Na década de 1980, antes da queda do regime comunista, a URSS havia incumbido vários aliados do seu bloco comercial para o desenvolvimento de um computador pessoal e de uma indústria de software. Mas os equipamentos apresentavam muitos defeitos, o que foi decisivo para que os programadores se tornassem engenhosos na superação de defeitos e *bugs*.

É com o uso dessas máquinas cheias de falhas que, na década de 1990, o território da ex-URSS passa a integrar a internet com o uso do protocolo TCP/IP. A internet, entretanto, não trouxe a troca de informações sem o controle do que nela circulava pelos governos. Mas, os jovens dos países da ex-URSS tiveram facilidade para se adaptar à internet e realizar grandes roubos em empresas de cartões de crédito (IDEM).

⁷ Vale ressaltar que o bug do milênio é comparado com o temor do fim do mundo que acometeu a Europa na virada do ano 999 para o ano 1000. Na passagem do ano 1999 para 2000, temia-se que os computadores não entendessem a nova linguagem de data, já que estas eram representadas por apenas dois dígitos. Caso o bug se concretizasse, ocorreriam danos financeiros a bancos e boletos, todos os sistemas voltariam 100 anos. Entretanto, estes já estavam todos equipados e atualizados. Temia-se que tudo que fosse controlado com o auxílio de computadores parasse, afetando, por exemplo, o funcionamento de aeroportos e de aviões. Indicava-se que as pessoas não permanecessem com os computadores ligados durante a virada do ano para evitar problemas nas máquinas.

Glenny apresenta um jovem de 13 anos que morava em Odessa, Ucrânia, em 1990: era Dimitry Gobulov. Gobulov notou que os recém-inaugurados sites estadunidenses de transações econômicas não possuíam grandes bloqueios a invasões e aquisições dos dados neles depositados. Sua ação consistia em roubar números de cartões e senhas para realizar desvios de dinheiro. Gobulov, conta Glenny, gostava de dizer que antes mesmo de completar seu 17º aniversário, já havia reunido ao menos um milhão de dólares.

Gobulov assumiria o codinome Script e administrava dois sites: Carder.org e Carder.ru. Ambos, fóruns de discussão nos quais hackers, em sua maioria russos, comentavam as diferentes maneiras de obter acesso a zilhões de dólares, libras, ienes e euros que circulavam nos fluxos dos cartões de créditos.

Enquanto no Vale do Silício eram fundados os sites das empresas de venda, como o Amazon e o eBay, Script também inaugurava seu site de vendas, mas não para vender seus objetos, e sim números e senhas cartões, o CarderPlanet.

Gobulov só seria capturado pela polícia ucraniana em junho de 2005. Não foram necessários inquéritos, apenas a aquisição da HD do computador, que estava prestes a ser queimada quando a polícia invadiu seu apartamento. A prisão de Gobulov só foi possível após a chamada Revolução Laranja e o estreitamento das relações entre EUA e Ucrânia (IDEM).

Antes, conta Glenny, mesmo com o FBI entregando provas à polícia ucraniana, nada era realizado. O mesmo ocorria na Rússia. A KGB tinha acesso aos dados do CarderPlanet desde o dia em que o site foi inaugurado.

Os hackers russos podiam clonar cartões de créditos e invadir contas bancárias desde que seus alvos estivessem localizados na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (IBIDEM). Não à toa, no próprio site do CarderPlanet era possível encontrar alertas em letras garrafais contra atividades hackers dentro da Rússia ou da Ucrânia.

A KGB possuía o aparato técnico para o rastreamento destes hackers, mas não era interessante gastar os recursos investigando ataques à Europa Ocidental e aos Estados Unidos. A KGB se satisfez em armazenar e observar esses dados, podendo agir contra esses hackers no momento que fosse interessante: “Um hacker russo que começar a roubar russos acaba sendo jogado na traseira de um veículo não caracterizado antes que você tenha tempo de dizer K-G-B” (IBIDEM, 232). Portanto, o controle e monitoramento das informações não deixou de ocorrer com a chegada da internet à Rússia e à Ucrânia, ao contrário, atualizou-se.

Esses hackers russos e ucranianos interferiam e instalavam seus vírus em transações financeiras desse homem da sociedade de controle, que não é mais o do confinamento, mas o *divíduo endividado*. Agiam sob uma das expressões da sociedade de controle: os cartões de crédito e seus enormes juros.

Simultaneamente, passava a se desenvolver novos controles da internet, como a NSA (National Security Agency-Agência de Segurança Nacional), apresentada por Glenny, que, apesar de ter sido criada em 1952 no Departamento de Defesa dos EUA, passou a ser a “agência de espionagem digital mais poderosa do mundo” (GLENNY, 2011, 17). A NSA, agência de quebra de criptografia – uma maneira de embaralhar a linguagem usando códigos matemáticos que só pode ser revelado por quem possui a senha correta, normalmente, o destinatário da informação⁸ –, passou a se deter na criptografia digital (IDEM).

As implicações políticas da criptografia digital são tão amplas que o governo americano começou a classificar os softwares criptografados como “munições” na década de 1990, enquanto na Rússia, se a polícia ou a KGB um dia encontrarem um único arquivo criptografado no computador de um usuário, a pessoa poderá ser detida e passar vários anos na cadeia, mesmo que o documento contenha apenas uma lista semanal de compras (IBIDEM, 18).

Os hackers no início da década de 1990, geraram lucros para si, como também passaram a ser alvos de agências de investigação. Os hackers russos também conheceram a repressão advinda, principalmente dos EUA, mas esta também se manifestou enquanto uma oportunidade de conseguir algo desejado nas sociedades de controle: *um bom emprego*. Gobulov, por exemplo, após sua detenção, ficou preso por cinco meses e meio, foi interrogado pela polícia estadunidense, mas negou qualquer

⁸ Um exemplo de criptografia é o Skype, que possibilita conferências entre computadores. Seu código de criptografia não permitia que as chamadas fossem grampeadas. Entretanto, em 2010, mais de 10 anos após o lançamento do Skype, um hacker que denomina-se Sean O’Neil, contou em seu blog que havia quebrado o código: “Por mais de dez anos, a Skype se orgulhou por seu método de segurança baseado na obscuridade. Temos que admitir, uma obscuridade muito bem construída. Ou melhor, muito, mas muito, bem construída. Tão boa que quase ninguém foi capaz de desfazer a engenharia de seus número binários. Aqueles que conseguiram, não ousaram publicar o código, pois, certamente, é algo tão assustador quanto um Frankenstein” (“Hacker quebra sistema de segurança do Skype”. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/seguranca/2010/07/09/hacker-quebra-sistema-de-seguranca-do-skype/>. Acesso em: 03/01/2013). No mesmo ano da quebra do código, o site inglês *The Register* noticiou que a NSA ofereceu bilhões de dólares pela tecnologia que permitiria “grampear” ligações via Skype. A notícia ainda mostrou que o eBay (site de compras), que comprou o Skype em 2005 por 530 milhões de dólares, poderia faturar milhões para facilitar o acesso aos dados pela NSA. (“NSA offering ‘billions’ for Skype eavesdrop solution”. Disponível em: http://www.theregister.co.uk/2009/02/12/nsa_offers_billions_for_skype_pwnage/. Acesso em: 03/01/2013).

ligação com Script; acabou sendo libertado após a intervenção de dois parlamentares ucranianos, e inocentando de qualquer acusação em 2009 diante da corte de Kiev (GLENNY, 2011). Hoje, Gobulov traça seu caminho para ser primeiro-ministro de seu país, acredita que daqui a 10 anos alcançará seu objetivo por meio do Partido da Internet da Ucrânia. Suas bandeiras são o combate à corrupção, à pornografia e ao tráfico de drogas na internet (IDEM). Agora, encontram-se, mais uma vez, todo o aparato tecnológico que começou a ser desenvolvido pela KGB de investigação dos dados que circulam na internet, com o hacker. Entretanto, não mais para cometer desvios, mas para regulamentar os fluxos de informações, seja desenvolvendo novos softwares de segurança ou desenvolvendo protocolos e leis que regulem a internet.

Ao final de seu estudo, Glenny conta: "Pela minha experiência, 90% dos hackers envolvidos em atividades criminosas manifestaram um forte desejo de trabalhar dentro da indústria lícita de segurança" (IBIDEM, 360).

Outros hackers também se dispõem a prestar serviços de regulação da internet. Em julho de 2012, o Departamento de Defesa dos EUA anunciou que pretende contratar 100 hackers, principalmente russos. Um hacker, conhecido como Zeus, declarou sobre a proposta: "Vou concordar se eles me oferecerem um salário justo e boas condições de vida. Outra coisa importante é que as minhas atividades não podem ser direcionadas à Rússia. Não quero ser um traidor" e enalteceu a oportunidade de viver nos EUA como sendo: "a oportunidade de atingir o potencial, um padrão de vida elevado e viver em uma sociedade evoluída"⁹.

Aos hackers não fica apenas a proposta de trabalhar para um governo, mas também de trabalhar nas empresas de segurança. No ano passado, em junho, a McAfee¹⁰ contratou 5 hackers extraordinários para testar seus novos equipamentos¹¹, um deles é Barbany Jack, que atualizou técnicas para fazer os caixas eletrônicos liberarem dinheiro.¹²

⁹ GAZETA RUSSA. "Pentágono quer recrutar hackers russos". Disponível em: http://gazetarussa.com.br/articles/2012/07/26/pentagono_quer_recrutar_hackers_russos_14973.html. Acesso em 28/09/2012.

¹⁰ Subsidiária da Intel e segunda maior fabricante de antivírus no planeta, estando atrás apenas da Symantec.

¹¹ Vão desde anti-vírus para empresas à marcapassos cardíacos.

¹² INFO. "McAfee contrata hackers de elite". Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/seguranca/mcafee-contrata-hackers-de-elite-18062011-2.shl>. Acesso em 29/09/2012.

Edson Passetti, atento aos hackers dispostos a servirem ao desenvolvimento de novos softwares de segurança, aponta: “o hacker que hoje abala a segurança dos programas de computador pode ser daqui a instantes o seu anjo da guarda” (PASSETTI, 2004, 154).

Assim, duplo investimento na sociedade de controle: tanto em jovens que desenvolverão os programas e sites para atrair mais pessoas conectadas e que tenham uma prática de adesão a protocolos e convocações a participação, como os hackers bem sucedidos do Vale do Silício, como em hackers, até então ilegais, que são os novos guardas de códigos de programação.

Na velocidade da sociedade controle, encontro de dois *divíduos* que rapidamente deixam de ser caracterizados como hackers, como sabotadores, para serem os novos seguranças e empreendedores. De um lado os jovens do Vale do Silício em busca de fundar suas empresas, de vender um software ou de serem contratados e, de outro, jovens que praticam invasões sedentos por serem absorvidos por empresas de desenvolvimento de softwares e hardwares de segurança.

Estes hackers não precisam necessariamente tornarem-se agentes de segurança, muitos dedicam-se a escrever livros sobre como proteger-se na internet ou realizam cursos e palestras sobre este tema. Mesmo uma atuação na ilegalidade já pode estar atravessada por um desejo de trabalhar em empresas de segurança, de ser o novo vigia da internet, realizando ataques a empresas para que estas os contratem.

Os hackers conhecidos como *hacktivistas* também passaram a ser alvos de empresas e governos. O grupo hacker LulzSec ficou famoso ao roubar dados de um milhão de usuários da Sony e ao derrubar o site da CIA; no Brasil, assumiu a autoria de ataques ao site da Petrobrás e da Receita Federal, além da divulgação de dados de Dilma Rousseff e Gilberto Kassab como número de CPF, telefones, nome da mãe e e-mails.

Esses ataques faziam parte de uma operação conhecida como Anti-Security¹³ com o objetivo de invadir sites de governos, de grandes empresas e de bancos para divulgar informações confidenciais.¹⁴

¹³ Thiago Rodrigues (2012) aponta que em português os termos *security* e *safety* foram traduzidas como *segurança*, entretanto, *security* é um termo advindo do latim *securitas*, que é estar livre de ameaças. *Safety*, vem do termo *safe* em inglês, que seria estar a salvo. Flávia Lucchesi (2012) destaca que o *security* atrla-se ao discurso geral da segurança pelo Estado por meio do *cuidado com o outro (cares)*. Aqui o termo trata do estar livre de ameaças, de *navegar* em segurança. Entretanto, ao mesmo tempo em que estes hackers realizam ameaças, rapidamente são absorvidos em nome de uma internet segura.

¹⁴ LulzSec e Anonymous anunciam aliança. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/lulz-sec-e-anonymous-se-aliar/>. Acesso em 29/10/2012.

Os ataques da LulzSec baseavam-se em escancarar a falta de segurança em sites que dependiam da confiança de seus usuários. Em um comunicado via Twitter após o ataque à Sony, o grupo publicou: “Por que vocês depositam tanta credibilidade em uma empresa que se permite tão aberta a esses tipos de ataques?”¹⁵

Mesmo com o sucesso em suas ações, a Lulzsec encerrou suas atividades no mês de julho do ano passado quando Sabu, de 28 anos, e conhecido com o fundador do grupo foi preso. O anúncio de seu fechamento, entretanto, foi acompanhado da liberação de 400 megabytes de dados que incluíam dados de fóruns de jogos, um fórum de hackers, dados do provedor estadunidense AOL e dados de investigadores do FBI. Alguns meses depois, outros cinco hackers foram presos: dois britânicos, um irlandês e um estadunidense. O hacker estadunidense Raynaldo Rivera após ter sido preso, assumiu a autoria pelos ataques à Sony. Os britânicos Ryan Cleary, de 20 anos, e Jake Davis, de 18 anos, assumiram a autoria por ataques à Sony e à Nintendo. A Scotland Yard afirmou que Jake Davis havia realizado os ataques a partir de 16 computadores de onde conseguiu adquirir dados de 750 mil usuários.

Vale ressaltar, ainda, que existe um outro tipo de hacker, que extrapola a internet, apesar de precisar dela para realizar suas ações: são os hackers de satélites. Walleij afirma que é possível nomeá-los de hackers porque lutam pela informação livre.

O hack absolutamente mais famoso que foi realizado por este tipo de hacker [os hackers de satélite] foi testemunhado pelos telespectadores da HBO em 27 de abril de 1987. No meio do filme *The Falcon and the Snowman*, a transmissão foi interrompida por uma tela em branco e o seguinte texto apareceu: “Boa noite HBO do Capitão Midnight. \$12,95 por mês? Sem chance! (Showtime / Movie Channel, Cuidado!)”.

O alvo desta eram os planos da HBO para criptografar suas emissões para que quem quisesse ver seus programas tivesse de comprar um decodificador. Capitão Midnight, cujo nome real acabou por ser John MacDougall, tinha interrompido transmissão da HBO por reprogramar o satélite de transmissão no canal (WALLEIJ, s/d, 30).

Outros ataques também já aconteceram, como em 2009, quando a Polícia Federal apreendeu equipamentos em Governador Valadares-MG utilizados para realizar ligações gratuitas por telefone e de assistir TV por assinatura. Esses equipamentos acessavam por rádio-frequência os satélites militares estadunidenses do tipo *Fleet Satellite Communications*. Este tipo de satélite foi lançado em 1978 e era utilizado para

¹⁵ Membro da LulzSec se declara culpado. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/membro-do-lulzsec-se-declara-culpado/>. Acesso em 29/10/2012.

coordenar comunicação entre tropas, aviões, navios, submarinos e comando central¹⁶. Outro ataque famoso foi em janeiro de 2011, quando a *BussinesWeek* noticiou que um relatório do Congresso estadunidense contava que hackers, possivelmente ligados ao governo chinês, haviam conseguido comandar dois satélites estadunidenses. Em outubro de 2007, houve uma interferência no sinal do satélite Landsat-7 durante 12 minutos e também em outro chamado Terra AM-1 por 9 minutos. Os satélites, controlados pela NASA, servem apenas para observação e foram atacados novamente em julho de 2008, durante pelo menos 12 e 2 minutos, respectivamente¹⁷.

Outro tipo de ataque hacker que graça nos dias de hoje são os ataques – não mais a nível sideral, mas da vida – a marca-passos e a desfibriladores. Os hackers conseguem reprogramar o aparelho para que ele desligue ou mande altas cargas elétricas que podem ser fatais à pessoa que utiliza o marca-passo ou o desfibrilador com tecnologia *wireless*. Entretanto, esse ataque foi realizado em laboratório e foi possível tanto simular essas descargas de eletricidade, como ter acesso aos dados do marca-passo¹⁸.

O ataque, realizado nos laboratórios da Universidade de Massachusetts, foi apresentado na IEEE (Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos) no ano de 2008, em um simpósio sobre segurança e privacidade. O *New York Times*, após o lançamento desta pesquisa, entrevistou fabricantes dos produtos, alguns afirmaram que utilizam criptografia em seus aparelhos para reduzir o risco de que estes ataques ganhem proporções.

Esses novos hackers, tanto o de satélite como o de marca-passos, interessam-se por dois alvos daquilo que Passetti chamou de ecopolítica: o planeta e a vida. Na sociedade disciplinar o alvo de investimento da tecnologia biopolítica era o corpo-espécie, como foi mostrado no primeiro capítulo. Agora, na sociedade de controle, que não substitui ou suprime a sociedade disciplinar, mas demarca novos investimentos, o alvo é o corpo-planeta. Não mais uma biopolítica da população, mas uma ecopolítica do planeta.

¹⁶ “PF prende equipamento de hackers de satélites dos EUA. Disponível em: <http://blog.brasilacademico.com/2009/03/pf-apreende-equipamento-de-hackers-de.html>. Acesso em 17/02/2013.

¹⁷ “Hackers atacaram e conseguiram controle de satélites Americanos. Disponível em: <http://www.gamevicio.com/i/noticias/100/100056-hackers-atacam-e-conseguiram-controle-de-satelites-americanos/index.html>. Acesso em 17/01/2013.

¹⁸ “Hackers podem atacar corações humanos”. Disponível em: <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/032008/14032008-21.shl>. Acesso em 16/02/2013.

Não se trata mais do corpo útil e dócil para o Estado, não se está mais interessado em inibir as resistências, minar perigos e no limite exterminar. Mas, como afirma Passetti, o que interessa agora é o corpo útil e produtivo. É preciso ser *motivado, estimulado*, como tanto queria o hacker do Manifesto.

Na recente sociedade de controle não se trata mais da biopolítica estudada por Michel Foucault, mas de extrair inteligências, fazer participar, permanecer no protocolo mesmo cometendo desvios, desde que o protocolo seja novamente restabelecido e as conexões permaneçam estáveis.

É preciso participar e por este ato que uma pessoa se faz reconhecer viva. Não é mais produzindo num local. Na sociedade de controle se produz participando da criação, gerenciamento, superação, reforma ou acomodamento de programas e suas diplomáticas interfaces numa via eletrônica. É uma produção na qual se participa em diversas partes, por pedaços (*bits*) (PASSETTI, 2003, 47).

A ecopolítica também diz respeito a um corpo-planeta que precisa ser restaurado diante das destruições, que precisa ser monitorado via satélite. Do espaço sideral ao monitoramento da saúde. Não se está mais do investindo na biopolítica com a expansão de vigilâncias, obediências e extração de utilidade e docilidade para se evitar as resistências, como caracterizou Foucault. Mas, na passagem da sociedade disciplinar, como este autor também já havia sinalizado, o investimento se dá nos fluxos de inteligências e monitoramentos da vida e do planeta.

Estamos numa sociedade de controle voltada para a ecopolítica. O ambiente planetário passa a ser o alvo do investimento na vida. Não mais uma vida biológica, do indivíduo como bem e finalidade, a saúde de cada homem na Terra, segundo a moderna concepção ocidental de sociedade e Estado europeia e estadunidense, investindo no fazer a vida. A vida dos minerais, da flora, da fauna, dos mares e rios, dos humanos passa a ser vista em interfaces. Um novo saber sobre a vida, ultrapassando os balizamentos biológicos e evolucionistas, procura relacionar matéria e espírito, natureza e cultura, manifestações de vida, defesas de espaços, como reservas e santuários, mas sobretudo a emergência de uma ética que redimensione as ocupações das superfícies, profundidades e ares e, simultaneamente, conserve as etnias espalhadas pelos diversos lugares como herança da própria humanidade. Conservar o planeta, suas etnias, recuperar zonas devastadas pelos investimentos do passado, apoiar populações carentes, enfim, dar *qualidade de vida* ao planeta (PASSETTI, 2003, 268).

Enquanto na sociedade de disciplina operava-se pela exclusão, a sociedade de controle abre espaço para capturas, não mais afastando resistências, mas capturando-as. A democracia convoca à participação e transforma-se em um dispositivo de captura, estabelecendo novos programas, novos protocolos, criando conexões (PASSETTI, 2011).

Gustavo Steinberg aponta que do ponto de vista da suposta resistência hacker para manter a “informação livre”, o que está em jogo é a defesa da democracia, há um clamor pela horizontalização da internet. Entretanto, Steinberg preocupa-se em apontar se esse novo clamor democrático não levaria a uma institucionalização, sendo um é efeito dessa ecopolítica. “será que essa luta pela horizontalização não acaba se transformando numa pressão pela institucionalização da rede na forma de uma nova cidadania, com direitos e deveres?” (STEINBERG, 2004, 91).

Na era da democracia e da participação, se é representado por uma proliferação de direitos e regulamentações. “Volta-se para as minorias e os direitos são regulamentados por protocolos internacionais agendados em organismos próprios” (PASSETTI, 2011, 131).¹⁹

Assim, diante desse governo planetário e da proliferação de direitos, os ataques hackers também se dilatam como inclusão, não afetam apenas os fluxos de inteligências em computadores pessoais, mas também essas sofisticadas máquinas de monitoramento do planeta e da saúde e, por vezes, em casos de hacktivistas, objetivam uma nova regulamentação que garanta direitos de acesso. Por outro lado, não oposto, mas complementar, investe-se em antivírus para a segurança tanto dos computadores como de satélites e marca-passos. É preciso prever um ataque, e já criar o antivírus e a *firewall*²⁰ que possa barrá-lo.

Alexander Galloway ao tratar dos vírus de computador, afirma que o pânico que este espalha pode ter a ver com diferentes momentos históricos:

Minha hipótese é esta: no início, o vírus de computador foi identificado com a epidemia da AIDS. [...] fazendo a AIDS tanto a primeira metáfora biológica como a principal ansiedade social sobre o o discurso do vírus de computador. De modo inicial, o vírus foi a epidemia. Depois, o discurso sobre os vírus voltou-se para o armamento e, portanto, para o terrorismo. Aqui, o autor do vírus é a epidemia. Hoje, a avaliação moral de um vírus é, geralmente, eclipsada pela caça a seu autor, que é julgado como criminoso e muitas vezes terrorista. [...] Os vírus de computador apareceram em um momento na história que a integridade e segurança dos corpos era considerado de extrema importância. Ansiedades sociais ao redor da AIDS

¹⁹ É o caso do documento “10 direitos e princípios da Governança da Internet” que foi uma iniciativa do grupo *Internet Rights and Principles* do IGF (Internet Governance Forum, vinculado à ONU). Através tanto o acesso à internet de maneira universal enquanto promoção de um direito, como a transmissão segura de dados. (ONU lança “10 direitos e princípios de Governança da Internet”. http://www.cndhc.org/index.php?paginas=21&id_cod=140. Acesso em 15/05/2012).

²⁰ Firewalls, cuja a tradução seria “Barreiras de fogo” são entraves para impedir o acesso de outras pessoas a um computador. Esses produtos impedem certos funcionamentos do computador, como barrar o acesso a certos sites, apesar de parecer extremamente eficiente, pouco podem contra ataques externos um pouco mais elaborados.

[...] testemunharam isso. A epidemia da AIDS se refere particularmente na maior parte da literatura sobre vírus. Isso faz sentido por causa da ampla crise social criada pela AIDS no meado da década de 1980 (e além) (GALLOWAY, 2004, 179).

Vale ressaltar que o desenvolvimento de vírus e sua relação com a AIDS, como suspeita Galloway, é comprovada por Walleij, quando este aborda a empresa de antivírus:

Os vírus tem uma certa relação de amor-ódio com John McAfee e sua empresa, que faz o programa de anti-vírus VirusScan. Antes de começar a trabalhar com vírus de computador, ele se sustentava vendendo cartões de filiação a uma associação que simplesmente garantia aos seus membros estarem livres da AIDS [AIDS-free], então é justo dizer que ele já tinha tido experiência com vírus. Ficou implícito que a empresa dele sustenta a produção de vírus, uma vez que é vital para que ela continue a existir que novos vírus ou novas versões de vírus estejam aparecendo constantemente. A principal fonte de rendimento da empresa vem da atualização de programas, vendendo novas versões do software que pode neutralizar e proteger contra o mais novo vírus. McAfee trabalhou sob um sistema similar vendendo certificados de AIDS. Ele foi acusado de reforçar o medo público do vírus Michelangelo em 1992.

Vírus de computador podem também ser considerados uma forma de arte. Um vírus é um programa de computador como outro qualquer, e de acordo com as leis do copyright, todo programa de computador criativo contém um elemento artístico. É óbvio que a criação de um vírus requer determinação, empenho e imaginação. Imagine que enquanto analistas de sistema e administradores estão quebrando suas colunas para que seus sistemas voltem a funcionar de um jeito ordenado e coordenado, existe uma gangue de *cyberpunks* por aí tentando acoplar o contrário, o caos absoluto dos sistemas computacionais, a desordem e a ruína. Não é preciso muita imaginação para ver o humor nessa situação. Os desenvolvedores de vírus estão se aproximando de uma fixação patológica dentro de corporações e agências governamentais (WALLEIJ, s/d, 28).

A produção de antivírus, portanto, está ligada à produção dos vírus. Entretanto, como salienta Galloway, na década de 1980, o vírus de computador era associado à AIDS enquanto uma epidemia, um vírus que poderia se expandir; agora, é o autor do vírus que é a epidemia.

Qualquer pessoa conectada, portanto, pode ser o novo hacker. “Vive-se uma época em que suspeitas se difundem” (PASSETTI, 2003, 261). Assim, em nome da segurança de cada um, de cada computador, expandem-se os antivírus e mapeiam-se as conexões.

Sven Optiz, em “O governo não ilimitado – o dispositivo de segurança da governamentalidade não liberal” (2012), mostra, a partir do curso *O nascimento da biopolítica* de Michel Foucault, como a governamentalidade, enquanto uma forma de governo baseada na limitação, permite o exercício de um poder ilimitado.

As racionalidades específicas de um poder não-liberal reativam a noção de soberania enquanto parte da governamentalidade. Essa reativação da soberania preocupa-se não com os atos que já foram cometidos, mas com os perigos futuros. “Em princípio, cada cidadão encontra-se sob suspeita. Assim, cada vez mais conhecimento acerca da vida de cada um deve ser coletado, independente da ocorrência de atos ilegais do passado” (OPTIZ, 2012). O exercício do poder soberano consiste nessa capacidade de tudo ver e tudo saber, mas agora com o monitoramento.

Simultânea a essa difusão de suspeitas, para que os o fluxo continue é necessário a confiança. Portanto, está-se diante de um paradoxo e de uma complementariedade, em que é preciso suspeitar e ao mesmo tempo manter a confiabilidade das pessoas nos equipamentos: confiar no satélite que é feito para monitorar o território e os cidadãos e no anti-vírus, e desconfiar de qualquer um ou de um e-mail que se recebe.

A confiança é fundamental para que as empresas de segurança lucrem, para que se acredite estar seguro. Portanto, é preciso confiança do usuário em um sistema estabelecido e desenvolvido por outros e da qual este não possui o saber técnico para manipular.

Segundo Edson Passetti a sociedade de controle é uma sociedade de segurança que se pauta em um triângulo com as seguintes laterais que se encontram em suas vértices: reafirmação do inacabado; confiança nos programas; tolerância como maneira de lidar com assimetrias e dissemetrias. O inacabado é a marca do trabalho intelectual na sociedade de controle e do *empreendedorismo de si*, onde nunca se acaba uma formação, é preciso atualizar e atualizar-se a todo instante; a confiança não é apenas nos programas enquanto softwares, mas programas de governos, de organizações; a tolerância atrela-se à democracia por meio de direitos universais enquanto pacificação “Sociedade de controle é sociedade de segurança, de confiança nos programas, de tolerância, veloz e inacabada; consagrando o ideal liberal da razão competente e da sociedade aberta, o liberalismo conservador pluralista” (PASSETTI, 2004).

Assim, para o funcionamento seguro da Internet é necessário que cada um confie no seu antivírus e nas atualizações de softwares, que tolere pequenos erros e edições erradas ou conteúdos que o desagrade, e que colabore para a constante atualização destes. Uma navegação segura em que está em jogo renovar o protocolo, assimilar a ele os pequenos desvios e permanecer conectado.

Libertários e Criptoanarquismo

Os anarquismos reinventam-se diante de novos confrontos. Diante das repressões advindas do anarcoterrorismo, período em que qualquer anarquista era identificado como terrorista, Sébastien Faure e Louise Michel tomaram a palavra libertário criada pelo poeta francês Joseph Déjacque para nomear um novo periódico semanal. O termo havia sido utilizado por Déjacque em uma carta para Proudhon, em 1857.

Le Libertaire foi o mais duradouro periódico anarquista distribuído na França. Teve interrupções forçadas pelas duas guerras mundiais, mas continuou a circular até o final da década de 1950. Assim, a palavra *libertário* é um termo anarquista; uma nova palavra para contornar uma época difícil do anarquismo diante da repressão Estado. Passetti, no anti-programa *Ágora, agora 2* (2010), afirma: “Nessa ocasião, para lubrificar os caçadores, delatores, policiais, juízes e tribunais, o anarquista usa a palavra *libertário* como sinônimo. E desde então anarquista e libertário designam a mesma prática”.

No artigo “Liberdade” da *Enciclopédia Anarquista*, Sébastien Faure utiliza o termo libertário e expõe as tensões e preocupações anarquistas no início do século XX:

[Os anarquistas] são inimigos implacáveis da autoridade e amantes apaixonados da liberdade: é por isso que se chamam libertários. [...]

Só eles têm a franca coragem de se afirmarem libertários e de se declararem lealmente pela liberdade contra a autoridade. [...] Levando em conta que a humanidade, desde tempos imemoriais, adotou a forma societária para estabelecer a dominação de uma comunidade ou de uma classe e a servidão do outro, acontece que, pela força das coisas, cada um tende a ser parte da classe dominante quando parece ser mais agradável e vantajoso ser parte dos mestres do que se perder na multidão de escravos. Esta tendência de dirigir, ditar, dar ordens e governar responde a um hábito hereditário que se desenvolve de geração em geração e deu origem a dois tipos de homens: aquele que anda com a cabeça em pé e ordena e aquele que se curva e obedece. [...] Não foi a natureza que estabeleceu, por conta das diferenças e dos temperamentos, os mestres e os escravos, foi a sociedade. [...]

Quando, como libertários, consideramos a história deste ângulo, concluímos que o homem se desenvolve no tempo e no espaço, na tensão entre escravidão e independência, na batalha permanente travada por indivíduos, nações e raças contra todos os elementos naturais e sociais, que o reduziu à servidão e nela o manteve.²¹

Este texto, escrito entre as décadas de 1920 e 1930, apresenta o libertário enquanto aquele que luta contra a naturalização da autoridade e a obediência.

²¹ FAURE, Sébastien. “Liberté”. Disponível em: <http://www.encyclopedie-anarchiste.org/articles/l/liberte.html>. Acesso em 14/02/2013.

Diferente da Enciclopédia Anarquista, no Portal da Anarquia não há referência ao termo libertário. Entretanto, quando digita-se *libertário* na caixa de busca da Wikipédia, o usuário é direcionado para o verbete *libertarismo*:

O libertarismo, algumas vezes traduzido do inglês como libertarianismo é a filosofia política que tem como fundamento a defesa da liberdade individual, da não-agressão, da propriedade privada e da supremacia do indivíduo. [...] As influências literárias sobre o libertarismo incluem John Locke, Frédéric Bastiat, David Hume, Alexis de Tocqueville, Adam Smith, David Ricardo, Rose Wilder Lane, Lysander Spooner, Milton Friedman, David Friedman, Ayn Rand, Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises e Murray Rothbard. Existem, contudo, divergências significativas em termos de epistemologia, ontologia e metodologia na interpretação dos fenômenos sociais e econômicos entre esses diversos autores. Com particular relevância, Mises e Rothbard se distinguem de seus predecessores por rejeitar o empiricismo como método de avaliação científica.²²

O termo libertário, portanto, que é próprio dos anarquistas, é alvo de tentativas de capturas para vinculá-lo ao liberalismo e ao chamado anarcocapitalismo, como mostrou Edson Passetti, já em 1994.

Michel Foucault, em *O nascimento da biopolítica* (2008), volta-se ao liberalismo enquanto “razão governamental”²³ no ordoliberalismo – liberalismo alemão de 1848 a 1962 – e no neoliberalismo estadunidense que produzirá o anarcocapitalismo da Escola de Chicago.

A crítica liberal alemã se faz contra o nazismo, uma irracionalidade própria do excesso de governo. Os ordoliberais, entretanto, realizam um deslocamento em relação à doutrina liberal tradicional. Enquanto o liberalismo no século XVIII era definido pela troca, para os ordoliberais o essencial não é a troca, mas a concorrência. Trata-se do problema concorrência/monopólio, muito mais que o problema valor/equivalência. O mercado não teria defeitos, nada provaria isso, mas a defectibilidade deve ser atribuída ao Estado. O ordoliberalismo procurou definir o que poderia ser uma economia de mercado, organizada – mas não dirigida nem planejada – em um quadro institucional e jurídico que proporcionasse garantias e limitações da lei, ou seja, liberdade de mercado sem produzir distorções sociais. Não é mais o mercado sob vigilância do Estado, mas um Estado sob vigilância do mercado, como forma de evitar o intervencionismo

²² Wikipédia. “Libertarismo”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Libertário>. Acesso em 12/02/2013.

²³ “Os tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais as condutas dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal” (FOUCAULT, 2008, 437).

econômico, inflação dos aparelhos dos aparelhos governamentais, superadministração, burocracia, enrijecimento de dos mecanismos de poder (IDEM).

O neoliberalismo estadunidense, pautado na Escola de Chicago, se desenvolve enquanto uma crítica ao excesso de governo representado em políticas como o New Deal, a planificação de guerra e os grandes programas econômicos e sociais. O anarcocapitalismo, produzido pela Escola de Chicago, também teve como referência o austríaco Ludwig von Mises.

Von Mises critica o intervencionismo do socialismo por meio da livre-concorrência, onde se estaria livre da ação governamental. O socialismo marxista teria sido uma tentativa de justiça social sem ressonâncias nas relações econômicas, aprisionando a liberdade individual à subjetividade do planejador, confundindo o indivíduo com a massa, guiado pela vontade da vanguarda (PASSETTI, 1994).

A palavra libertário será associada aos anarcocapitalistas, mesmo com a preferência de Hayek por outro termo, como mostra Passeti:

O termo libertário também se encontra associado ao liberalismo como crítica à intervenção do Estado e garantias da universalização de direitos. Trata-se de uma designação que se encontra no limite entre o que se entende por Estado de direito e sua supressão, fato que obrigou Hayek a preferir que os liberais, como ele, fossem designados pelo termo *whig*, realçando o perigo do termo libertário abarcar também os anarquistas (IDEM, 277).

Entretanto, o termo passou a designar aqueles que seguem o anarcocapitalismo. Uma captura do termo que possui repercussões tanto partidárias como no anarquismo na internet.

O Partido Libertário do Brasil tenta ser fundado, ainda não conseguiu arrecadar as assinaturas necessárias, e pressupõe que as liberdades individuais sejam garantidas pelo Estado, como porte de armas, direito a propriedade e liberdade de expressão. Trata-se de como garantir a *soberania individual* sem que o governo se sobreponha aos cidadãos. Em seu programa está previsto a descentralização administrativa do Estado, a terceirização dos serviços que forem públicos e a eliminação de qualquer controle econômico.²⁴

Outra expressão do anarcocapitalismo é o critpoanarquismo – termo popularizado por Timothy C. May em seu escrito *Manifesto Cripto Anarquista* (1992). O objetivo dos cripto-anarquistas é proteger-se de qualquer monitoramento de informações entre computadores, para isso, utilizam a criptografia para que os dados

²⁴ Partido Libertário. <http://libertarios.org.br/liber>. Acesso em 12/12/2012.

não sejam descobertos. Seria uma forma de garantir a liberdade individual, sem que as informações fossem prejudicadas.

Um espectro está assombrando o mundo moderno, o espectro da cripto-anarquia. A tecnologia de computação está prestes a dar a indivíduos e grupos a capacidade de comunicar e interagir de um modo totalmente anônimo... O Estado, é claro, tentará desacelerar ou deter a difusão desta tecnologia, citando preocupações de segurança nacional, seu uso por traficantes de drogas ou sonegadores de impostos e temores de desintegração social... Mas isso não deterá a difusão da cripto-anarquia. Assim como a tecnologia da imprensa alterou e reduziu o poder das guildas medievais e a estrutura de poder social, do mesmo modo os métodos de criptografia alterarão fundamentalmente a natureza das corporações e a interferência governamental nas transações econômicas... Esta descoberta aparentemente menor, saída de um ramo arcano da matemática, virá a ser os alicates que desmantelarão o arame farpado erguido em torno da propriedade intelectual. Levantem-se; vocês não têm nada a perder a não ser suas cercas de arame farpado (MAY, 1992).

O criptoanarquismo ainda não esconde seu interesse em alimentar um novo mercado de criptografias que protejam os fluxos de informações, como afirma May: “A cripto-anarquia, combinada com os mercados emergentes de informação, criará um mercado líquido para qualquer material que esteja em palavras ou imagens” (IDEM).

Logo, o criptoanarquismo não se coloca em um embate ao neoliberalismo, mas uma tentativa de garantir a proteção de informações. Não pretende destruir o Estado ou buscar expansão liberdades.

Outra leitura dos anarquismos na internet e a ação hacker é a de Walleij, que dedica uma parte de *Copyright does not exist* para tratar dos hackers anarquistas, entretanto, os vê com maus olhos. A partir de sua experiência na Suécia com hackers, afirma que hackers anarquistas são jovens com interesses em bombas, venenos, armas e drogas. Como informações sobre como fazer esses artigos não são comumente encontradas em bibliotecas, esses jovens utilizam a internet para que a informação possa ser distribuída.

A publicação anarquista mais polêmica na Suécia, afirma Walleij, é o *Manual do Terrorista*. Grande parte das informações contidas ali é referente à pirotecnia básica. Essa desconfiança de Walleij com os hackers anarquistas e a distribuição de qualquer informação, provavelmente, fundamenta-se neste manual. Mesmo sendo uma publicação tida como anarquista, os hackers anarquistas não fizeram nada contra o livro ser publicado por uma editora na Suécia que também publicou livros nazistas.

Walleij aponta para uma discussão importante na internet hoje, que tem sua expressão na campanha *Free Speech Online*²⁵. Campanha apoiada por grupos nazi-fascistas que são proibidos de realizarem suas propagandas em vários países, a campanha, que possui uma símbolo de uma fita azul, refere-se à liberdade de expressão como um conteúdo de direitos humanos.

A liberdade de expressão liderada por esta campanha pressupõe que a internet é um espaço livre e está pronto para ser regulamentado para garantir que tudo possa ser publicado. A regulamentação permitiria a qualquer grupo, como nazi-fascistas a falarem o que quiserem e todos que aprovaram o protocolo da internet terem de aceitar. Na democracia participativa, todos querem ter o direito de falar, neste caso, sem abrir mão de um discurso racista, efeito do pluralismo democrático que tudo acolhe e aconchega.

Pierre-Joseph Proudhon, por meio da análise serial, expôs uma linha em que regimes estariam em tensão. De um lado o regime de liberdade, do outro o da autoridade, sendo que, nenhum dos dois é possível em absoluto. Mesmo em um regime de autoridade, como em ditaduras, é possível inventar liberdades. Na democracia, um regime de liberdade, as experiências também podem acontecer, como também há expressões de autoridade.

A análise serial não é uma ciência, é antes um método, “bem diferente dos pretensos sistemas universais construídos com base na atração, expansão, causação, deificação e outros sistemas ontológicos, monumentos da preguiça e da impotência” (PROUDHON, 1986, 45). Assim, a democracia possibilita tanto experiências anarquistas, como expressões racistas.

A campanha *Free Speech Online*, portanto, encontra-se com propósitos do criptoanarquismo ao permitir que qualquer um manifeste o que quiser na internet. Nivelando um discurso anarquista a um discurso nazista em nome da liberdade de expressão. Cabe a uma força externa, o Estado, permitir que essas duas forças, Liberdade e Autoridade sejam sujeitadas, é uma busca de síntese. “Equilibrar duas forças é sujeitá-las a uma *lei* que, tendo-as alinhado uma pela outra, as coloque de acordo” (IDEM, 147).

Entretanto, essa síntese é impossível, “não existe ciência universal, porque não há objeto universal” (IBIDEM, 45). Por meio de uma análise histórico-política, sabe-se

²⁵ Disponível em: <https://www.eff.org/pages/blue-ribbon-campaign>. Acesso em 13/02/2013.

que um regime de autoridade, diante de uma democracia, possui terreno fértil para proliferar-se, como foi o nazismo.

Cyberpunks e cypherpunks: criptografias e vazamentos

Em 1984, William Gibson publicou o livro *Neuromancer*, um romance que conta a história de um hacker de 24 anos chamado Case, “um cowboy do ciberespaço” (GIBSON, 2002, 7). Case trabalhava para outros hackers e ao tentar roubá-los foi banido do ciberespaço/Matriz e envenenado com uma microtoxina com efeitos colaterais: “as suas capacidades sendo consumidas micron a micron, alucinou durante trinta horas seguidas” (IDEM, 9). Com seu sistema nervoso danificado, Case buscou uma cura em clínicas clandestinas para voltar a conectar-se à Matriz. Case, condenado a não frequentar mais a incorpórea exaltação do ciberespaço, ficou preso a seu corpo.

Gibson faz uma separação entre corpo/mente. No virtual, plano em que tudo pode ser expresso em números, o corpo é destacado como rígido para o modular ciberespaço.

O ciberespaço. Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente; nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo (IBIDEM, 53).

Na visão do futuro de Gibson não há espaço para o corpo, que já poderia ser administrado por meio de *plásticas* no DNA. A ficção de Gibson aponta para a interface homem/máquina em que a mente se sobressai. O livro de Gibson, pós-Segunda Guerra, marca uma preocupação por meio da ficção com fluxos de inteligência.

A ficção científica de Gibson demarcou o início de um novo estilo literário conhecido como cyberpunk. O termo foi resgatado por Gibson a partir de uma história publicada por Bruce Bethke, em 1980, na revista *Amazing Histories*. Após sofrer um ataque em seu computador, Bathke escreveu o conto sobre jovens hackers, e com o termo *cyberpunk*, pretendia marcar uma atitude punk em um momento de alto desenvolvimento de máquinas computo-informacionais.

Jason Lawrence Fulghum afirma que o *cyberpunk* é uma criança mutante derivada do punk. As similaridades estariam no caos, na raiva e na insatisfação.

[O cyberpunk é] uma subcultura industrial que nasceu como uma forma mutante e futurista do estilo punk. Ele herdou muitos aspectos do estilo punk, mas o atualizou ao ser mais moderno e futurista. Cada aspecto dessas subculturas converge para um ponto principal: o caos (FULGHUM, 2003).

O caos do cyberpunk está em sua visão obscura do futuro, em um submundo clandestino diante do super desenvolvimento de máquinas computo-informacionais. Para Vieira da Silva (2006), o cyberpunks articula-se enquanto o primeiro movimento de contracultura no meio eletrônico ao se constituir por vários grupos que tem interesse no virtual: hackers, crackers, phreakers, ravers (aficionados por festas technos)...

O termo cyber deriva da palavra cibernética – controle e comunicação entre as máquinas e seres vivos – e juntou-se a palavra punk para designar um grupo de pessoas que vivem no obscuro desse desenvolvimento tecnológico.

O termo punk faz referência aos jovens que no final da década de 1970 inventaram uma estética de confronto e por meio da música combatiam a autoridade da família, da escola, do emprego, da polícia, do Estado. Estes jovens frequentavam as cidades, em um momento em que a rua ainda era lugar temidos por ser um espaço de desgoverno, em que circulavam perigosos e revoltados, em que a qualquer momento poderia haver um encontro inusitado, um confronto, como afirma Acácio Augusto²⁶.

Entretanto, vale ressaltar que os *cyberpunks* da ficção científica não estão em um confronto com autoridades, estão mais para mercenários que realizam pequenos furtos, ou invasões sistema – que podem levar ao comprometimento de toda a tecnologia de uma sociedade – e vivem à margem, clandestinos.

O punk escancarava que a vida não é regida por leis, mas é o caos. Os jovens punks resgataram os anarquismos do final século XIX e início do XX para expressarem suas inconformações e revoltas: vociferavam o *no future* enquanto uma descrença na sociedade e em atingir um *futuro melhor, a salvação da alma, o melhor emprego*; não esperavam o Estado, mas o combatiam; falavam de dominações e assujeitamentos por meio da música e pretendiam instigar novos confrontos.

Diante das previsões de um futuro tecnológico do cyberpunk, está o *no future* dos meninos e meninas do final da década de 1970. O *no future* não pretendia fazer previsões, mas mostrar que não há futuro porque a sociedade é podre. O cyberpunk, por

²⁶ As ruas desgovernadas, entretanto, *metamorfoseiam-se* para ruas governadas, de manifestações autorizadas nomeadas de marchas, de expansão de policiais, monitoramentos. Das câmeras de vigilância aos celulares, pessoas correm apressadas para seus empregos reuniões, aqueles que permanecem nas ruas são alvos de intenações e reclusões (SEBASTIÃO Jr., 2009).

sua vez, crê em um alto desenvolvimento tecnológico e do aumento de monitoramentos e controle, mas seus personagens não estão interessados em confrontos, e sim em como voltar ao cyberspaço ou como vingar-se de alguém.

Alguns anos após o livro de Gibson, Katie Hafner e John Markoff, seu marido, publicaram o livro *Cyberpunk: outlaws and hackers on the computer frontier*. O livro apropriava-se do termo cyberpunk enquanto uma *novela high-tech* em que jovens rebeldes vivem em uma *distopia futura*. O livro se diz como uma investigação aos utilizadores underground dos computadores no final do século passado, isto seria, segundo os autores, uma versão real do cyberpunk.

Encontramos anunciadores do cyberpunk, jovens obsecados por computadores e redes de computadores, e que levaram essa obsessão além do que profissionais de informática consideram como ética e que legisladores consideram aceitável. Eles eram chamados de hackers (HAFNER; MARKOFF, 1991, 9).

Assim, o *cyberpunk* diz respeito a uma prática hacker, sendo que o hacker habitaria um certo submundo da internet em que é possível vender, trocar e roubar informações.

O livro de Hafner e Markoff narrava a história de 3 hackers: Pengo, Robert Morris e Kevin Mitnick. O primeiro hacker, cujo nome era Hans Heinrich Hübner, era um jovem da Alemanha ocidental que realizava invasões aos computadores estadunidenses, roubava códigos e depois os vendia para agentes do bloco socialista.

Pengo dedicou-se à programação desde criança. Os computadores chegaram à Alemanha ocidental no começo da década de 1980 por meio da Inglaterra, e as primeiras máquinas eram utilizadas na educação das crianças, os pais as adquiriam enquanto um aparelho com funções educacionais e que pudesse afastar seus filhos das drogas (IDEM).

O hacker alemão afirmaria que realizava esses ataques apenas por vontade de aprender. Neste mesmo fórum em que Pengo trocou as informações com a KGB, afirmou:

Eu me interessava apenas por computadores, não nos dados que estavam guardados em seus discos. Como eu estava frequentando a escola todo o tempo, e não tinha nenhum dinheiro para comprar meu próprio computador. Desde o CP/M (que era o sistema operacional mais sofisticado utilizado em máquinas legais) não me interessei mais, me interessei por falhas de segurança nos sistemas que tive acesso usando redes X.25. Você pode notar que eu deveria ter esperado até ir para a faculdade e usar essas máquinas. Alguns de vocês podem entender que a espera não era a coisa que mais me interessava naquele momento (PENGO *apud* DENNING, 1996, 143).

O outro hacker apresentado no livro de Hafner e Markoff é Robert Morris. Morris, aos 23 anos, em novembro de 1988, distribuiu um código malicioso pela internet. Dos laboratórios do MIT, Morris lançou um dos primeiros worms e atingiu 10% dos computadores ligados à internet.

Worm, cuja a tradução literal seria verme, é semelhante a um vírus de computador. É mais independente que um vírus na medida em que não precisa de um programa-hospedeiro para se acoplar e se propagar. Os worms atingem um computador por meio da internet e reproduzem-se com facilidade.

Segundo Misha Glenny, hoje, a maneira mais simples de distinguir os tipos de ataques é pela sua forma de transmissão: os vírus são enviados por meio de anexos de e-mail infectados; os trojas (cavalos de troia) por meio de downloads; e os worms possuem a capacidade de se reproduzir num computador hospedeiro e usar os programas vinculados a internet para se espalharem por outras máquinas.²⁷

O worm, ou Morris worm, como ficou conhecido, valorizou tanto o mercado de segurança como apresentou que os computadores corriam riscos. “O evento marcou um ponto importante: o privado mundo de rede de computadores, de repente, se tornou um interesse do público em geral” (HAFNER; MARKOFF, 1991, 10).

Morris era filho de um pesquisador do Centro Nacional de Segurança de Computadores, uma divisão da Agência de Segurança Nacional (NSA – *National Security Agency*) dos EUA, e desde pequeno foi familiarizado com a linguagem UNIX, que seu também ajudou a desenvolver (PAGE, 1988). Segundo Morris, o worm não foi criado para causar danos aos computadores, mas para se ter dimensão do tamanho da internet.

O worm foi desenvolvido durante dois meses por Morris. Foi lançado dos laboratórios do MIT para que não se descobrisse quem foi o seu propagador, Morris estudava em Cornell. Assim que o worm foi lançado, replicou-se e infectou várias

²⁷ “Uma vez que o computador se torna infectado, ele pode se comportar de diferentes maneiras: pode ficar lento; ou atender erroneamente à solicitação de abrir o Microsoft Word, por exemplo, abrindo no lugar um navegador da internet; o computador pode ser automaticamente desligado; e, pior de tudo, o vírus pode apagar arquivos e dados do usuário. Há lendas que falam de autores que perderam manuscritos inteiros por causa de algum vírus travesso e de estatísticos que viram meses de compilação de dados serem devorados bem diante de seus olhos por algum tipo nefasto de *worm* digital. Mas, depois da virada do milênio, hackers, *crackers* e criminosos começaram a perceber que vírus, cavalos de troia e *worms* poderiam ser usados de maneira mais lucrativa. Nasceram os programas *keylogger* – que registram as teclas pressionadas pelo usuário –, que se multiplicaram pela internet rapidamente. [...] Se o usuário então faz o login como, digamos, Robinhood, e digita sua senha, o comandante do vírus em New Jersey, Rostock, Lilongwe ou nas profundezas da Ruritânia pode registrá-la imediatamente. Bingo! *Mi casa es su casa!* Ou, mais adequado: *mi cuenta bancaria es su cuenta bancaria*. (GLENNY, 2011, 57-58).

máquinas, muitas dessas ficaram *moribundas* já que o worm ia se propagando de programa em programa e dificultando que funcionassem. Dois anos depois, após a captura e julgamento de Morris a três anos de liberdade condicional, Markoff, um dos autores de *Cyberpunk*, descreveu ao *New York Times*:

Dizendo que a pena de prisão não se encaixa ao crime, hoje, um juiz federal condenou a três anos de liberdade condicional um jovem de 24 anos por ter interrompido, intencionalmente, uma rede de computadores em todo o país. [...] A condenação do Sr. Morris foi aguardada com grande interesse por especialistas de segurança e por aqueles que tentam fugir deles.[...]

Especialistas legais disseram que a decisão do Governo de processar o Sr. Morris, depois de um debate de oito meses no Departamento de Justiça, enviou uma mensagem de que mezer em computadores, mesmo sem a intenção de ser causar danos, não era aceitável. Quando o Sr. Morris foi considerado culpado, no mês de janeiro do ano passado, tornou-se a primeira pessoa condenada por um júri sob o Lei Federal de Fraude de Computadores de 1986.

Na sentença divulgada hoje na Corte Federal, os advogados do governo disseram que, devido à natureza incomum do caso, o governo decidiu não recomendar à prisão. [...]

“As características deste caso não eram de fraude ou engano”, disse ele [o Juiz Munson], acrescentando que havia estudado cuidadosamente as diretrizes de condenação para um crime de fraude e engano que não se aplicavam ao Sr. Morris (MARKOFF, 1990).

A reportagem sinaliza para a não intencionalidade de Morris em danificar os computadores atingidos, isso porque, conta Brendan P. Kehoe (1992)²⁸, assim que Morris descobriu o alcance do worm, contactou um amigo de Harvard para discutir uma solução. Os dois enviaram um e-mail de Harvard alertando sobre o worm e instruindo como programadores poderiam retirá-lo de seus computadores e prevenirem-se de uma nova infecção. Entretanto, como muitos computadores já estavam condenados, muitos nem chegaram a ver essa mensagem. Hoje, mesmo após essa condenação, Morris é um famoso engenheiro da computação com Ph. D em Harvard e professor do MIT.

Hafner e Markoff destacam Morris enquanto um jovem sem intencionalidade de causar danos, diferente de Pengo e outro hacker apresentado no livro: *Mitnick*. Esses dois último seriam os mais próximos da cultura *cyberpunk* segundo os autores, “*cowboys* de computadores que vivem à margem da lei” (HAFNER; MARKOFF, 1991, 10).

Kevin Mitnick ficou conhecido após realizar ataques à companhias telefônicas, ao Departamento de Veículos da Califórnia, à Apple... Segundo Hafner e Markoff, suas

²⁸ Foi um desenvolvedor de *softwares* e autor de guias para internet na década de 1990. Sergey Brin, um dos fundadores da Google, o destaca em sua lista de autores favoritos.

ações começaram quando jovem, em 1979, aos dezesseis anos, invadiu o sistema da escola para alterar suas notas. Depois, no ano de 1981, dedicou-se à técnica do *phreak*, e para obter os manuais de telefonia foi a uma reunião da Pacific Bell, um provedor de telefonia na Califórnia vinculada à AT&T. Com os manuais em mãos, realizou ligações de graça, mas foi capturado, no entanto, devido a sua idade, foi liberto (IDEM).

Alguns anos depois realizaria outros ataques e seria perseguido por agentes do FBI. Em 1989, ficou um ano preso, oito dos doze em meses em uma solitária, depois passou seis meses em uma clínica psiquiátrica. Em 1995, foi preso novamente, e permaneceu até 2000. Foi libertado apenas depois de pagar uma fiança de U\$4.000,00, quando permaneceu em liberdade condicional por três anos sem poder conectar-se à internet (Freedom Downtime, 2001).

Mitnick, preso poucos anos depois de Morris, teve um destino muito diferente do desenvolvedor dos worms. Diante da potencialidade de um hacker, Kevin passou oito meses preso em uma solitária pela possibilidade de que pudesse fazer algo. Se antes não fazia sentido manter um hacker em regime fechado, neste momento, o tratamento destinado aos hackers era o isolamento total sem poder ter contato com telefones. Mitnick permaneceu meses na solitária sob o argumento de que poderia construir um transmissor externo com um walkman (IDEM).

O livro de Hafner e Markoff não menciona as prisões de Mitnick, que é caracterizado como um “hacker do lado negro da força”, fazendo alusão aos inimigos da república nos filmes Star Wars.

Em 1998, foi anunciado o filme *Takedown*, que contaria a história de Mitnick e de sua prisão. A partir deste momento, fortaleceram-se manifestações contra a sua prisão. Antes os hackers manifestavam-se em seus encontros com cartazes e adesivos de “FREE KEVIN”. Mas, quando filme foi anunciado e alguns hackers tiveram acesso ao script, as manifestações foram para as ruas (IBIDEM).

O script apontavam Kevin como um rapaz violento, que teria batido em agentes do FBI. Hackers foram à porta da Miramax, que era a produtora do filme, que também havia produzido os filme de Michael Moore. Cerca de 50 pessoas foram à manifestação e variavam os seguintes refrões: “Da Supermax para a Miramax” “Da Miramax para a Supermax” (IBIDEM). No entanto, tais manifestações não evitaram o filme de ser lançado.

Hoje, Kevin Mitnick, “o hacker mais perigosos dos EUA” (IBIDEM) ainda trabalha com computadores. Afirma que suas ações foram de curiosidade, não tinha a

intenção de causar danos à empresas. Em 2002, lançou o livro com William Simon *A arte de enganar*, que no ano seguinte ganharia sua versão no Brasil.

Neste livro, Mitnick afirma que não é um *hacker malicioso*, mesmo com o uso negativo do termo hacker, afirma que o utiliza na concepção da década de 1970-80, quando o hacker era aquele que dedicava parte de seu tempo para mexer em hardwares e softwares. “Meus crimes foram motivados pela curiosidade. Eu queria saber o máximo possível sobre o modo como funcionavam as redes de telefonia e os prós e contras da segurança de computadores” (MITNICK, 2003, XIII-XIV).

Seu livro destina-se à empresários interessados na segurança de seus dados. Mitnick afirma que não basta encher de guardas, ter funcionários bem treinados e o melhor software de segurança. Mas é preciso diminuir o *fator humano* para não sofrer ataques da *engenharia social*.

O *fator humano* é o elo fraco da segurança, já que as máquinas de segurança estão cada vez mais eficientes, os problemas só podem se encontrar no fator humano. As pessoas confiam muito umas nas outras e cedem suas senhas.

Apesar do nosso intelecto, nós humanos – você, eu e todas as outras pessoas – continuamos sendo a ameaça mais séria à segurança do outro. A ameaça de uma invasão que viola a nossa privacidade, a nossa mente ou os sistemas de informações da nossa empresa pode não parecer real até que aconteça. Para evitar tamanha dose de realidade precisamos nos conscientizar, educar, vigiar e proteger os nossos ativos de informações, as nossas informações pessoais e as infra-estruturas críticas da nossa nação. E devemos implementar essas precauções hoje mesmo (IDEM, 8).

O *fator humano* seria, portanto, a principal porta para os *engenheiros sociais*. Os *engenheiros sociais* não são apenas os *hackers maliciosos*, mas vendedores, políticos, professores... um engenheiro social é qualquer um que tenha a habilidade de manipular alguém para obter informações que o autorizem a acessar um sistema. A causa disso tudo seria a estupidez humana ou a falta de bom senso, segundo Mitnick. A arte do *engenheiro social* está em criar a confiança para realizar seus furtos, e essa confiança se expressa desde deixar alguém utilizar seu computador, usar um pen drive ou algum outro drive externo nele à ceder senhas pessoais.

A solução estaria em treinar os funcionários de uma empresa com essa preocupação, para que não cedam nem confiem em ninguém externo. Só assim diminuiria-se a possibilidades de invasões ao sistema.

Portanto, Mitnick não distancia-se tanto de Morris, não seria um fora-da-lei, como colocava o livro *Cyberpunks*. Ambos, agora, trabalham na área de segurança.

Morris e Mitnick seriam a expressão daquilo que ficou conhecido como o *hacker ético*. O *hacker ético* é um termo com procedências no livro de Steven Levy, *Hackers: heroes of the computer revolution* (2010), publicado pela primeira vez em 1984, mesmo ano de *Neuromancer* de Gibson. No capítulo dedicado intitulado *ética hacker*, Levy define o que seria esse *hacker ético* e os preceitos que deve seguir, são eles:

- O acesso ao computador – e tudo aquilo que ensine algo sobre a maneira como funciona – deverá ser ilimitada e total. Todo o conhecimento deve ser adquirido por meio da prática [...];
- Toda a informação deverá ser livre [...]
- Não confie em qualquer tipo de autoridade. Promova a descentralização [...];
- Hackers devem ser julgados por suas ações de hacking e seu domínio técnico sobre as máquinas abstratas, não por critérios como sexo, cor, raça ou posição social [...];
- Arte e beleza podem ser criadas por meio de um computador [...];
- Computadores podem melhorar a sua vida [...]; (LEVY, 2010, 28-24)

Assim, Levy aponta a ética hacker enquanto uma liberdade de uso das máquinas e de seus códigos, como também seria preconizado anos mais tarde pelo movimento software livre. Por meio do livre acesso seria possível concretizar o que os hackers vislumbram: “os hackers acreditam que as lições essenciais podem ser apreendidas sobre o sistema – sobre o mundo – separando as coisas, observando como elas funcionam, e usar este conhecimento para criar coisas novas e mais interessantes. Eles se ofendem com qualquer pessoa, barreira física ou lei que os impeçam de fazer isso” (IDEM, 28).

Essa era a ética hacker vigente nos grupos colaborativos da década de 1950 à 1980, como os grupos do MIT, do qual participou Richard Stallman, e o Clube Homebrew, que foi frequentado por Steve Jobs e Steve Wozniak.

Entretanto, a *ética hacker*, principalmente na década de 1990 e 2000, passaria a identificar os *hackers éticos*, que são aqueles que buscam um benefício para todos, não se trata de roubos a bancos, por exemplo. Porém, uma informação livre apreendida na prática seria o acesso aos sistemas de segurança de um banco, mas aqui causaria um dano a alguém e esse não é o objetivo deste hacker.

O termo *hacker ético* é aquele que usa seus conhecimentos para detectar erros e falhas de segurança em softwares. Aliam-se a empresas de segurança para espionar comunidades de hackers e apresentar as falhas de seguranças em softwares²⁹.

²⁹ “Eles têm habilidade para invadir computadores, infiltrar-se nas comunidades de criminosos virtuais e descobrir falhas em sistemas de tecnologia do mundo todo.

É nesse sentido que, em 2011, a empresa de segurança de computadores, a McAfee, enviou um artigo para seus consumidores (governos, empresas e pessoas) sobre o uso errado do termo hacker.

Escrito pelo seu gerente de Engenharia de Sistemas da McAfee Brasil, José Antunes, no segundo semestre de 2011 – respondendo aos ataques feitos pela LulzSecBrazil aos sites da Presidência da República; do Portal Brasil; da Receita Federal; da Petrobrás; do Ministérios dos Esportes; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e do Ministério da Cultura –, tratou de diferenciar os *hackers* dos *crackers*.

o termo hacker, mal-empregado em muitos casos, está sendo amplamente utilizado em relação aos recentes ataques. Entretanto a verdadeira denominação para invasores de computadores é *cracker*, que designa programadores maliciosos e ciberpiratas que agem com o intuito de violar de forma ilegal ou imoral os sistemas. [...]

Diferentemente dos vírus antigos, os *bots* não causam nenhum tipo de lentidão ou problema no computador. A ideia por trás dos *bots* é que estes fiquem escondidos em algum local do computador até que recebam, via Internet, um comando dos crackers para entrarem em ação. [...]

Aos consumidores, para os quais a transformação de seus computadores em *bots* pelos crackers é imperceptível, a melhor maneira de se protegerem e não fazerem parte desse “exército” de computadores necessários para ataques distribuídos de negação de serviços é adotar um programa antivírus e um firewall pessoal em suas máquinas. É importante que o consumidor mantenha seu antivírus sempre atualizado e evite clicar em links recebidos em correios eletrônicos e nas mensagens instantâneas enviados por desconhecidos. E, se ele receber links de pessoas conhecidas, deve confirmar, sempre, com elas a origem desses links. Assim, poderá navegar e realizar suas atividades na Internet com tranquilidade, uma vez que estará protegido (ANTUNES, 2011, 1-2).

Portanto, o hacker não designa aquele que comete um ato de danificar computadores, roubar dados ou desviar fluxos de renda, como foi o caso de Morris, Pengo, Mitnick e os jovens da ex-União Soviética. O termo hacker agora define-se como o agente de segurança das empresas ou do Estado. Portanto, não é mais de se assustar com o fato de um hacker virar o novo desenvolvedor de anti-vírus, ele o farejador de falhas e aquele que pode consertá-las. Escancarar defeitos e fendas é apenas composição de um currículo para atingir o novo emprego. Os crackers que eram aqueles

Parecem ter saído de algum filme de ficção, mas, no combate ao crime cibernético, os "*hackers* éticos" ganham espaço como aliados para proteger empresas do roubo de informações." "Hacker ético atua na proteção de dados". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0506201103.htm>. Acesso em 13/03/2013.

que quebravam senhas por uma satisfação pessoal, passam a designar o que anteriormente foram os hackers.

No entanto, esses novos termos, hackers, crackers e *cyberpunks* permanecem em constante transformação, não é possível conceitua-los de maneira estática enquanto forças equilibradas. O termo cyberpunk e hacker estão em embate.

Julian Assange, o editor-chefe do Wikileaks, em um livro recém-lançado, atualizou o termo cyberpunk. O escrito *Cypherpunks* (2013) – que apresenta uma nova grafia para cyberpunk, ao não se referir mais ao cyber de Gibson, mas ao cypher (cipher em português) de escrita cifrada – é um conversa de Julian Assange com outros três *cypherpunks*: Jacob Appelbaum, Muller-Maguhn e Jérémie Zimmermann.

O livro, define Assange, não é um manifesto³⁰, não haveria mais tempo para isso, mas seria um alerta para sentinelas da internet livre permanecerem acordados:

Os cypherpunks originais, meus camaradas, foram em grande parte libertários. Buscamos proteger a liberdade individual da tirania do Estado, e a criptografia foi a nossa arma secreta. Isso era subversivo porque a criptografia era propriedade exclusiva dos Estados, usada como arma em suas variadas guerras. Criando nosso próprio *software* contra o Estado e disseminando-o amplamente, liberamos e democratizamos a criptografia, em uma luta verdadeiramente revolucionária, travada nas fronteiras da nova internet. [...] A criptografia pode proteger tanto as liberdade civis individuais como a soberania e a independência de países inteiros, a solidariedade entre grupos com uma causa em comum e o projeto de emancipação global. [...] Os cypherpunks exercerão

³⁰ O manifesto *cypherpunk* foi escrito por Eric Hughes, um professor de matemática da Universidade da Califórnia, em 1993. Este texto defende a privacidade e a liberdade de expressão, para isso, seria preciso um serviço anônimo. Não se trata também de ficar a espera dos governos, mas de realizar criptografias para garantir essa privacidade.

Já que queremos privacidade, devemos garantir que cada parte da transação tenha conhecimento somente do que é diretamente necessário para essa transação. Como qualquer informação pode ser divulgada, devemos nos assegurar de que revelamos o mínimo possível. Na maioria dos casos, a identidade não é importante. [...] Eu não posso me revelar seletivamente; eu sempre tenho que me revelar. [...]

Privacidade em uma sociedade aberta também requer criptografia. Se eu falo alguma coisa, quero que seja escutado só por quem eu pretendo que escute. Se o que eu digo está disponível para o mundo, eu não tenho privacidade. Encriptar é indicar o desejo por privacidade. [...]

O ato de encriptar, de fato, remove informação do domínio público. [...] A criptografia vai inevitavelmente se espalhar pelo planeta inteiro, e junto com ela os sistemas de transação anônimos que ela torna possível. [...]

A privacidade de alguém só se estende até onde vai a cooperação de seus companheiros na sociedade. Nós, os Cypherpunks, aceitamos suas perguntas e preocupações e esperamos que possamos mobilizar você, pra que não estejamos nos iludindo. Nós não vamos, no entanto, nos desviar do nosso caminho porque alguém pode eventualmente discordar das nossas metas.

Os Cypherpunks estão ativamente engajados em criar redes mais seguras para a privacidade. Vamos prosseguir juntos no mesmo passo” (HUGHES, 1993).

seu papel na construção de um futuro mais justo e humano. (ASSANGE, 2013, 19).

O *cypherpunk* foi utilizado para nomear uma lista de e-mails em 1992, em que eram abordados temas sobre matemática, criptografia, computação... Em 1993, o termo ganhou notoriedade com a reportagem publicada na revista *Wired*, por Steven Levy, o mesmo da *ética hacker*, intitulada “Crypto-rebels” e afirmou sobre o novo grupo de pessoas e sua ideia de privacidade:

Existe apenas uma forma pela qual essa visão se materializará, e esta forma será pela difusão da criptografia. Trata-se de algo tecnologicamente possível? Sim, definitivamente. Os obstáculos são políticos – algumas das mais poderosas forças governamentais se voltam ao controle dessas ferramentas. Resumindo, existe atualmente uma guerra entre aqueles que pretendem liberar a criptografia e aqueles que buscam suprimi-la. [...] Ainda que o campo da batalha pareça remoto, as adesões não o são: o resultado dessa luta talvez determine a quantidade de liberdade que nossa sociedade nos concederá no século XXI. Para os *Cypherpunks*, a liberdade é algo que supõe alguns riscos (LEVY, 1993).

Os *cypherpunks*, portanto, utilizariam a criptografia para proteger seus dados da intervenção do governo. O *cypherpunk* atualiza tanto o *cyberpunk* como a *ética hacker* de liberdade de informação para “privacidade para os fracos, transparência para os poderosos”. Não é mais a liberdade que está em jogo, mas de como os dados de cada um podem ser guardados sem estarem à disposição de qualquer agente governamental, e os dados de governos e grandes empresas devem ser abertos ao público.

Em 2010, em decorrência dos vazamentos *Colateral Murder*, *War Logs* e *Cablegate*, o governo estadunidense lançou uma investigação criminal contra Assange e os colaboradores do Wikileaks. Um Grande Júri reuniu-se na cidade de Alexandria, estado da Virgínia, com o apoio do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e FBI, para investigar a possibilidade de lançar acusações sobre Assange (ASSANGE; APLEBAUM, MÜLLER-MAGUHN, ZIMMERMANN, 2013).

Neste mesmo ano a Amazon removeu o Wikileaks de seus servidores e o Wikileaks.org foi cancelado. O senador Joe Lieberman, presidente do Comitê de Segurança e Assuntos Governamentais do Senado dos EUA, convocou a Amazon para prestar explicações do porque estava hospedando o Wikileaks, em seguida o site já havia sido cancelado, e o senador afirmou: “Esta manhã a Amazon informou minha equipe que deixou de hospedar o site. Gostaria que eles tivessem tomado essa decisão antes, devido ao vazamento que o Wikileaks fez de material secreto [...]. Os atos ilícitos e irresponsáveis do Wikileaks comprometeram a segurança nacional e colocaram vidas

em risco ao redor do mundo”³¹. Entretanto, o site manteve-se no ar, mas não com o mesmo endereço: milhares de defensores do Wikileaks copiaram o website e hospedaram suas versões e divulgaram o IP em redes sociais.

O Wikileaks ainda teria suas doações barradas, importantes para a sua continuidade. As instituições bancárias e financeiras como Visa, MasterCard, PayPal e Bank of America, deixaram de realizar as transações financeiras do site. Tal medida teve como efeito a realização de protestos online, bloqueando o acesso aos sites das empresas.

Para Sérgio Amadeu (2011), o que o Wikileaks traz de novidade, mais do que os seus vazamentos, é a publicização de como as grandes corporações tentam anular a liberdade de expressão por meio do controle da infra-estrutura, como retirar um site do ar ou minar suas doações.

Outro efeito, segundo Amadeu, é que a solidariedade pode enfrentar as grandes corporações, como as operações para derrubar os sites destas, isso teria proporcionado a aproximação de hackers e não-hackers e alertaram o planeta sobre o controle privado por estruturas transnacionais (IDEM).

Os vazamentos dos Wikileaks, mesmo com as investidas governamentais e empresariais para que parassem, permanecem. Entretanto, não é um furo no fluxo de informações, o Wikileaks sob o lema de privacidade para os fracos, pretende que informações sejam criptografadas – mantendo o fluxo – e ao mesmo tempo pretende a transparência de dados governamentais e de grandes empresas que pretendem monitorar informações de cada um ou possuam vínculos com governos.

Nas interfaces das janelas de programas e da nova programação, do novo protocolo, os vazamentos dão-se complementares à tolerância, não aceitar e penalizar cada infração. Tolerância zero, procedente da Teoria das Janelas Quebradas, em que uma janela não consertada não pode ser tolerada. Na sociedade de controle, a punição distende-se com as penas alternativas, abrangendo também políticas de sites, segundo o regime de tolerância zero. Os vazamentos são reivindicações pelas janelas consertadas, e de que não há criptografia que não possa ser quebrada, de que não há ação que não possa ser tornada pública.

³¹ “Governo pressiona e Amazon deixa de hospedar Wikileaks”. Disponível em: <http://computerworld.uol.com.br/negocios/2010/12/02/governo-pressiona-e-amazon-deixa-de-hospedar-wikileaks/>. Acesso em 03/03/2013.

Reforma-se o protocolo, na medida em que se está disposto a novas negociações, faz vazamentos para uma nova reforma, para uma nova criptografia dos dados, para novas programações.

Cyberativistas e hackeamentos: uma política radical?

Os ataques ao Wikileaks após a publicização dos telegramas secretos do serviço diplomático dos Estados Unidos marcou o momento de encontro entre o site e os ciberativistas Anonymous.

O Anonymous não é um grupo, se afirmam enquanto uma ideia de mudança, que não pode ser contida, suas principais bandeiras são: liberdade de expressão e contra a corrupção. Por serem uma ideia, não possuem líderes ou uma organização, nem seguem partidos políticos ou orientações religiosas.

O Anonymous possui procedências do site *4chan.org*. Uma versão estadunidense do site japonês *2chan.net*. O *2chan.net* é um textboard, algo como um fórum de discussão que não requer registro em que os usuários postam texto, neste caso, sobre mangás e animes.

O *4chan* foi criado por Christopher *moot* Poole, quando tinha 15 anos. O site é um *imageboard*, ou seja, os usuários, em geral anônimos, publicam imagens segundo temas nas diferentes seções. Inicialmente, em 2003, o *4chan* tinha apenas uma sessão a */b/*, com o passar do tempo houve a criação de outras destinadas a temas específicos. A */b/* comportava todos os tipos de opiniões e exposições, sem exigir qualquer cadastro de um usuário.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 2011, Moot afirmou que mesmo seu site sendo pautado pelo anonimato, não é anti-identificação. O anonimato permite que as pessoas compartilhem o que quiserem sem ter de passar por um filtro. Moot afirma que não é um anti-Zuckerberg³², mas trabalha enquanto uma alternativa aos

³² Mark Zuckerberg é o proprietário do site de relacionamentos Facebook. Começou a desenvolver o site antes dos 20 anos junto com outros estudantes de Harvard, universidade em que estudava. Mas fundaria o site, em 2004, e o comercializaria como se fosse o único desenvolvedor (MEZRICH, 2010). Ser um anti-Zuckerberg, como colocado para Moot, seria ir totalmente contra as inúmeras identificações e rastreamentos necessários para se ter acesso ao Facebook. O Facebook é uma plataforma de identidade, como coloca Moot, e login realizado, cada dado publicado, deletado ou editado permanece em arquivos individuais sobre cada pessoa. Como efeito disso, no ano de 2011 – mesmo ano em que Zuckerberg era considerado a 36ª pessoa mais rica do planeta com 17,5 bilhões de dólares –, um estudante austríaco de direito de 24 anos, Max Schrems solicitou ao Facebook todos os dados que o site tinha sobre ele. Schrems recebeu em sua casa, diretamente da Califórnia (localização da sede do Facebook) um CD com 1200

monitoramentos do Facebook. Segundo Moot, sua divergência com Zuckerberg é que o anonimato também é uma autenticidade, e esse permite que os usuários sejam mais criativos e flexíveis:

Mark Zuckerberg tem um tipo de anonimato equiparado a uma falta de autenticidade, quase covardia, e eu diria que é totalmente errado. Eu acho que o anonimato é autenticidade, que permite que você compartilhe completamente, sem filtro, de uma forma crua e eu acho que isso é algo extremamente valioso.³³

Entretanto, o novo projeto de Moot, o site de compartilhamento de imagens chamado *Canvas: remix your world* (<http://canv.as>), solicita que para um usuário poder postar qualquer coisa ele tenha um cadastro ou utilize seu cadastro do Facebook. Segundo Moot isso serve para barrar possíveis *spams*, *desordeiros*, *trolls*. O que barraria isso é o simples fato de qualquer pessoa que poste alguma coisa, saberá que o site sabe quem ele realmente é. Todas as identidades permaneceriam anônimas

páginas contendo dados sobre ele, reunidos em 3 anos de uso da rede social. Ali continham mensagens enviadas; dados publicados; opção sexual; participação em eventos/manifestações confirmadas em eventos registrados no Facebook; problemas de saúde... tudo facilmente localizado com qualquer comando de busca de palavra-chave. “Imagine que o serviço postal abra todas as correspondências, faça uma varredura, e analise e armazene todo o conteúdo para sempre. É exatamente o que o Facebook faz. Se o serviço postal fizesse algo do tipo, todos ficariam indignados, mas o Facebook simplesmente o faz, diz que está autorizado a fazê-lo e que isto é completamente legal” (Max Schrems em *Estudante processa Facebook*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ObbiBeXevkE>. Acesso em 03/03/2013). Se tal fato acontecesse ao serviço postal, eles não poderia conter tantos dados quanto o Facebook, sendo o sistema postal apenas para envio de correspondências e pequenos objetos, ele apenas detém dados do remetente e destinatário em que este se encontra no momento de envio e algumas informações escritas nas cartas. No Facebook a quantidade de dados sobre cada um é mais vasta. Com grande parte dos usuários conectados a todo momento, o monitoramento se exerce não somente no envio de mensagens e de arquivos, mas por meio dos botões de *compartilhar* fotos e vídeos, *curtir* postagens, *comentar* a todo momento, fazer *check-in* no local em que se está... Schrems abriria um processo contra o Facebook após descobrir em seu arquivo que a empresa guardava mensagens que ele havia deletado, tudo permanecia armazenado e, segundo o estudante, isso é fraude. Até este momento, a Política de Privacidade do Facebook afirmava que os dados excluídos, eram apagados, mas não afirmava que eles permaneciam guardados nos registros individuais de cada usuário. Hoje, a Política de Privacidade permite que você tenha todos os seus dados recolhido pelo Facebook rapidamente, basta solicitar e você recebe via e-mail tudo o que o Facebook já recolheu sobre você. Tais dados são propriedade do Facebook e são utilizados tanto para direcionar a melhor propaganda em sua página do Facebook, como podem ser utilizados para qualquer investigação sobre alguém. [Em março de 2013 reativei minha conta no Facebook e solicitei meus dados. Utilizei a rede social entre agosto de 2011 e dezembro de 2012, colecionando 143 amigos e sendo uma usuária mais relapsa que não atualizava o perfil todos os dias, mas, quando muito, uma vez por semana. Recebi um arquivo de 15MB contendo várias páginas em HTML, o Facebook armazenou todas as fotos que publiquei, todas as fotos em que os amigos me registraram, todas as minhas conversas, todos os meus cliques em curtir, todas as minhas participações em grupos, todas as minhas confirmações de presença em eventos. Em caso de fotos tiradas por mim de, ou por amigos, provenientes de iPhones, os smartphones da Apple, e publicadas na rede social, ainda é possível ver o modelo do aparelho, a longitude e latitude de onde a foto foi tirada e qual a abertura do obturador, a exposição e o ISO utilizado. Todos os dados são registrados com a data e a hora de publicação.]

³³ MOOT. “4chan founder Moot: ‘Anonymity is authenticity,’ Zuckerberg ‘wrong’”. Disponível em: <http://www.networkworld.com/community/blog/4chan-founder-moot-anonymity-authenticity-zuc>. Acesso em 11/02/2013.

pulicamente, mas ao contrário do *4chan*, todo o conteúdo seria arquivado e registrado em perfis individuais.

O que possibilita ao *4chan* que todos publiquem anonimamente sem serem rastreados é que não há armazenamento ou arquivamento de informações. Não há registro de nada, os dados são apagados para que novos dados sejam inseridos pelos seus mais de 800 mil visitantes diários (PIMENTE; PEREIRA, 2012, 2). Outro marco do *4chan* na internet é a disseminação dos memes. Os memes são imagens que se espalham de maneira *viral*³⁴ pela internet, como as imagens de *o que queremos?*, *willy wonka irônico*, ou *le...*³⁵

Outra prática comum no *4chan* era o *troll*, ou seja, aplicar alguma traquinagem em alguém, como causar discórdias em fóruns de discussão, publicizar informações de alguém, enviar pizzas para a casa de um desconhecido...³⁶ Os anônimos do *4chan* reuniam-se no /b/ para articular práticas de *troll* aleatórias e assinavam como Anonymous, como conta um hacker que se nomeia do Anonymous no documentário *We are a legion* (2012):

A ideia do Anonymous começou com uma piada. Alguém sugeriu que se o site todo, se o *4chan*, se o /b, fosse uma só pessoa, e essa pessoa chamada Anonymous está sentada em algum lugar e você está lendo coisas dela. E parece que da perspectiva de quem está de fora, não há como saber a diferença, pode ser só uma pessoa (*We are a legion*, 2012).

Um dos *trolls* do Anonymous era invadir jogos infantis como o jogo infantil *Habbo Hotel*, semelhante ao *Second Life*:

Habbo Hotel era uma comunidade online, onde se tinha um avatar e você andava por aí e falava com outras pessoas. [...] O que o pessoal do /b fez, foi invadir o *Habbo Hotel*, criar milhares de avatares, todos tinham o mesmo uniforme, um negro de cabelo afro, usando roupas pretas, então tínhamos milhares desses avatares, negros vestindo preto, cabelo afro, andando por este mundo, fazendo coisas como formas suásticas em grupo, e acho que isso foi um marco, pois eles foram capazes de perceber que podiam usar seus números para fazer algo interessante e perturbador (IDEM).

³⁴ O *viral* não refere-se ao vírus de computadores ou a qualquer obstrução a um funcionamento. Mas é uma maneira de propagação de um conteúdo, podendo ser um vídeo, uma imagem ou uma frase. A propagação se dá por meio de compartilhamentos em redes sociais, e está em jogo fazer com que várias pessoas vejam e compartilhem o conteúdo para atingir mais pessoas, como se fosse uma *epidemia*.

³⁵ *O que queremos?*: <http://www.youpix.com.br/memepedia/a-origem-e-o-melhor-do-meme-o-que-queremos-quando-queremos>. Acesso em 03/03/2013. *Willy Wonka irônico*: <http://www.youpix.com.br/memepedia/a-origem-e-o-melhor-do-willy-wonka-ironico/>. Acesso em 03/03/2013. *Le*: <http://www.lememes.com.br>. Acesso em 03/03/2013.

³⁶ O *troll* também é a criatura do folclore escandinavo, são gigantes ou pequenos e fracos intelectualmente. É semelhante a um ogro ou goblin, que estão presentes em romances como *O senhor dos anéis* e *Harry Potter*.

Os realizadores da suástica afirmam que o objetivo era apenas incomodar, e que caso a pessoa que visse se sentisse mal. Tudo isso em nome da *lulz*, uma apologia ao nazismo em nome da brincadeira, para irritar. *Lulz* é uma variação das siglas *LOL* (*laughing out loud* – rindo à toa), ou seja, faz por pura diversão e esconder-se no anonimato, um meio de falar em nome de uma *legião* e por uma idéia que dissolve forças em luta.

Entretanto, o Anonymous realizaria um prática anti-nazista em seus *baixos começos*. No fim de 2006 e início de 2007, o que marcaria também uma mudança de postura no Anonymous. Eles perseguiram o blogueiro Hal Turner e derrubaram sua rádio online (OLSON, 2012).

Hunter é um neonazista estadunidense. Em seu programa de rádio, *The Hal Turner Show*, defendia a escravidão de negros, a supremacia branca e afirmava o holocausto enquanto uma mentira; além de realizar uma campanha contra Barack Obama afirmando que este seria geneticamente incapaz de governar. No entanto, desde 2009 o site encontra-se fora do ar por ordens do FBI, atualmente é possível encontrar no site propaganda da campanha *Free Speech Online*, apresentada anteriormente.

O Anonymous teve o apoio de usuários de outros sites semelhantes ao do *4chan*, como o *7chan*, e realizaram um ataque DDoS³⁷, o site e a rádio saíram do ar. Entretanto, um anônimo conta que os ataques não ocorrem pelas declarações de Turner, mas porque este estaria incomodando algum usuário do *4chan*:

A primeira vez que ouvi sobre ele, era que ele estava infernizando alguém do *4chan*. Ele estava sendo um idiota como um usuário conhecido, e por diversão começamos a trollar ele, e então descobrimos que tínhamos uma boa moral, o que nos permitiu trazer pessoas para o nosso lado. Mas, ele era um maldito nazista. Não se pode ser isso hoje em dia. Não é permitido fazer isso, e existem milhões de nazistas pelo mundo, mas ele foi atrás do nosso cara, então tivemos que ir em defesa do nosso amigo, e como o cara sendo um nazista, é uma razão maior ainda para ele ser um idiota (*We are a legion*, 2012).

³⁷ Os DDoS (Distributed Denial of Service – Ataque de negação de serviço) são ataques que retiram um site temporariamente do ar. Ao final deste capítulo, há instruções de como realiza-lo. Essa técnica é utilizada pelo Anonymous, trata-se de uma sobrecarga de um servidor para que este não consiga responder às solicitações de acesso. É como se uma via de passagem fosse bloqueada temporariamente, para que o site volte ao ar, basta que o proprietário do site comunique o servidor. O Anonymous distribui softwares pela internet para que esses ataques sejam realizados, assim, qualquer pessoa, mesmo sem ter o domínio da linguagem computacional, pode realizar um ataque ao seguir as instruções. O Anonymous utiliza o software LOIC (Low Orbit Ion Cannon – Canhões de íons de baixa órbita), o mesmo nome de uma arma do jogo Command&Conquer; mais tarde seria desenvolvido o HOIC (High Orbit Ion Cannon – Canhões de íons de alta órbita) que é mais robusto e sobrecarrega um site mais rapidamente. Muitas pessoas realizam essas sobrecargas sem nem ao menos saberem, muitos vírus são disseminados por meio de anexos a e-mails em que um computador torna-se *zumbi* e serve a outro computador nestes ataques.

Como realizar um ataque DDoS

1. Preparando o ataque

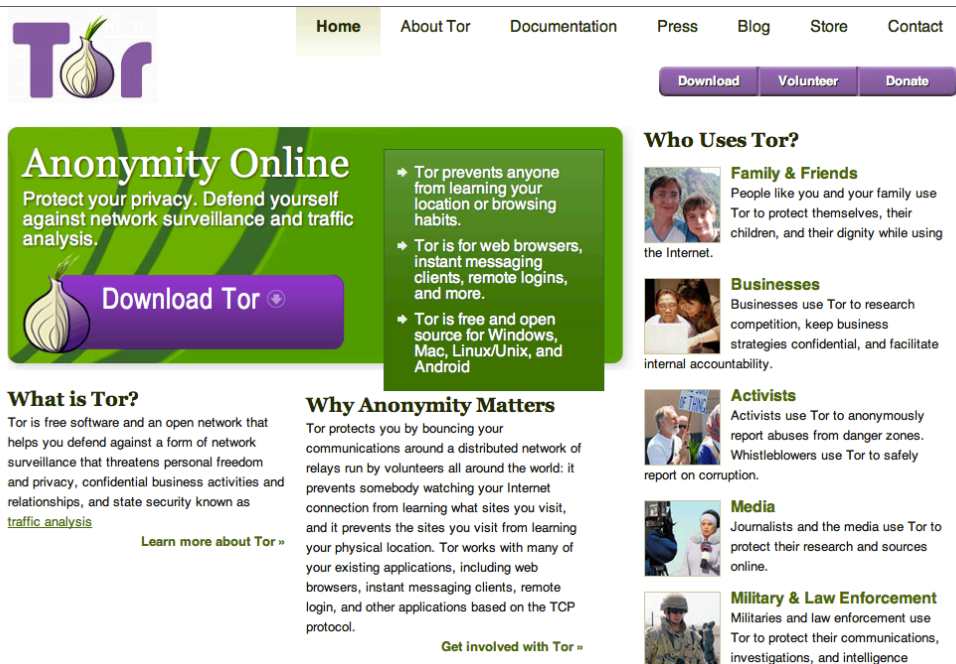
Antes de realizar o ataque, é preciso ter instalado no computador o programa HOIC (High Orbit Ion Cannon).

O HOIC é o responsável pela sobrecarga do servidor, fazendo com que o site não consiga responder a todas as solicitações e saia do ar. É possível fazer o download do programa no seguinte site: <http://falcomhackers.blogspot.com.br/2012/04/hoic-download.html>.

2. Embaralhando o IP

Para que o IP não seja localizado, é necessário usar o programa Tor. Para isto, basta entrar no site <https://www.torproject.org>, realizar o download do programa e instalar no computador.

Importante: sempre que for realizar um ataque DDoS o Tor precisa estar funcionando antes mesmo de abrir o navegador (browser).



Tor

Home About Tor Documentation Press Blog Store Contact

Download Volunteer Donate

Anonymity Online

Protect your privacy. Defend yourself against network surveillance and traffic analysis.

Download Tor

- Tor prevents anyone from learning your location or browsing habits.
- Tor is for web browsers, instant messaging clients, remote logins, and more.
- Tor is free and open source for Windows, Mac, Linux/Unix, and Android

Who Uses Tor?

Family & Friends
People like you and your family use Tor to protect themselves, their children, and their dignity while using the Internet.

Businesses
Businesses use Tor to research competition, keep business strategies confidential, and facilitate internal accountability.

Activists
Activists use Tor to anonymously report abuses from danger zones. Whistleblowers use Tor to safely report on corruption.

Media
Journalists and the media use Tor to protect their research and sources online.

Military & Law Enforcement
Military and law enforcement use Tor to protect their communications, investigations, and intelligence

What is Tor?

Tor is free software and an open network that helps you defend against a form of network surveillance that threatens personal freedom and privacy, confidential business activities and relationships, and state security known as [traffic analysis](#).

[Learn more about Tor »](#)

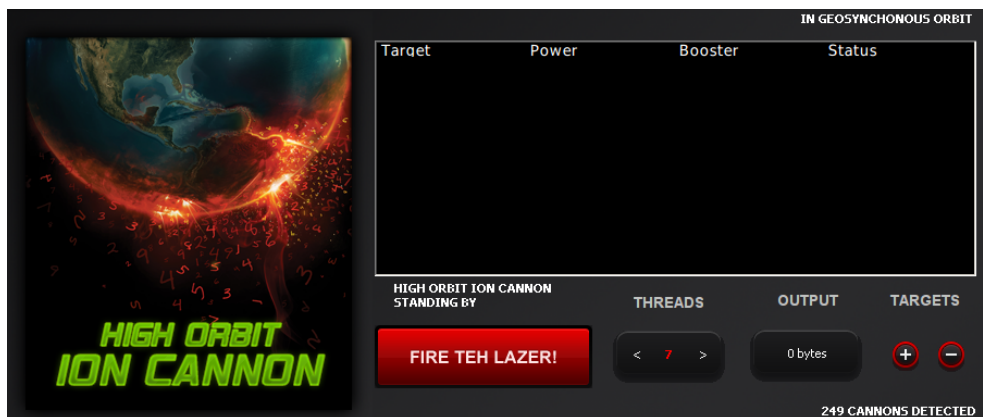
Why Anonymity Matters

Tor protects you by bouncing your communications around a distributed network of relays run by volunteers all around the world: it prevents somebody watching your Internet connection from learning what sites you visit, and it prevents the sites you visit from learning your physical location. Tor works with many of your existing applications, including web browsers, instant messaging clients, remote login, and other applications based on the TCP protocol.

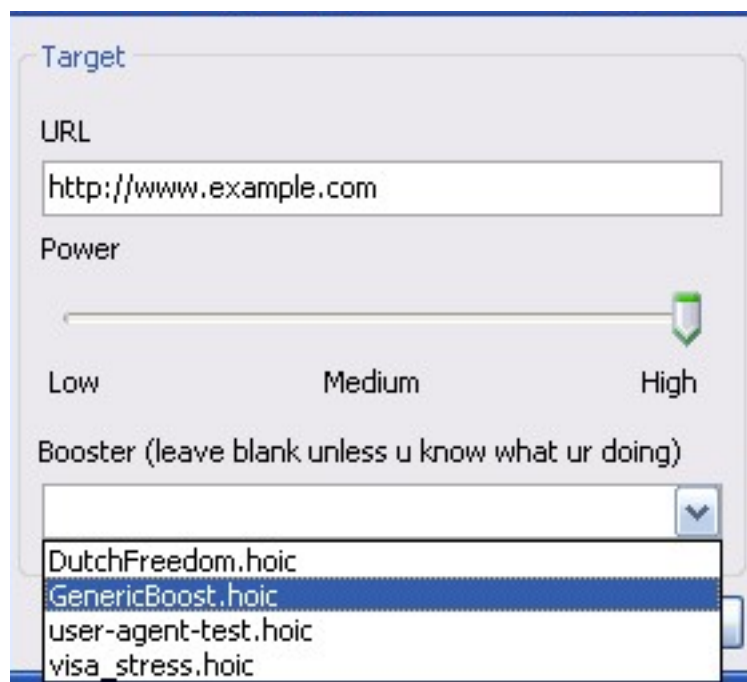
[Get involved with Tor »](#)

3. O ataque

Após instalado os programas e ter iniciado o navegador com o Tor ligado, é preciso iniciar o LOIC. Não se pode esquecer de desligar o anti-vírus.



Em seguida, apertar o botão “+” abaixo de “targets”. Abrirá a seguinte janela:



Digitar a URL alvo. E selecionar na barra power qual a intensidade do ataque, variando de fraco – low – a forte – high.

Feito isto, selecionar genericboost.hoic em booster. Clicar em add. Em seguida, a primeira página reaparecerá, clique em threads, aumente ao máximo, a conexão ficará lerdá.

O ataque está pronto. Só clicar em FIRE THE LASER.

O HOIC estará ativo. Basta deixar por algum tempo, entretanto, é preciso que outros computadores façam isso para conseguir tirar um site do ar rapidamente. É preciso vários acessos para que haja a sobrecarga ou uma conexão com uma velocidade altíssima.

Além dos ataques DDoS, os usuários do *4chan* mandaram pizzas para a casa de Hunter; contrataram acompanhantes para ele no Craigslist³⁸; enviaram material industrial para sua casa, que ele acabou tendo de pagar. Tal evento trouxe notoriedade ao Anonymous que, devido também às suas práticas anteriores, foi noticiado no jornal da Fox (27/07/2007). Os jornalistas anunciavam os jovens do *4chan* como terroristas, saqueadores de sites e destruidores, o Anonymous era caracterizando na reportagem como uma gangue de hackers.³⁹

Os ataques DDoS também seriam utilizados em 2008, quando a Igreja Cientologista começou a processar sites que haviam divulgado um vídeo restrito apenas para seus fiéis e de “propósito religioso”. Tal vídeo mostrava o ator Tom Cruise realizando afirmações sobre a crença e de que um cientologista poderia evistar acidentes.

O vídeo, alvo de piadas, foi espalhado por vários sites, inclusive nos fóruns do *4chan*, quando a Igreja Cientologista começou a perseguir onde o vídeo estava disponível. Essa foi a deixa para que o Anonymous. Em 15 de janeiro de 2008, um usuário postou no *4chan*:

Eu acho que é hora do /b/ fazer alguma coisa grande.
[...]
Eu estou falando em “hackear” ou “derrubar” o site oficial da Cientologia.
É hora de usar nossos recursos para fazer algo em que acreditemos que é certo.
É hora de fazer alguma coisa grande de novo, /b/.
Conversem um com o outro, encontr um lugar melhor para planejar e façam o que pode e deve ser feito.
É hora, /b/ (ANÔNIMO *apud* LANDERS, 2008).

Mesmo sem repostas muito empolgadas, as propagandas do *4chan* fazendo piadas com o vídeo começavam a se tornar mais conhecidas, e mais pessoas começaram a aderir ao Anonymous sem estarem no *4chan* (NORTON, 2011). No dia 21 de janeiro de 2008, o Anonymous lança um vídeo no Youtube – em que refere-se pela primeira vez como Anonymous – com narrações de uma voz computadorizada e define-se:

Olá, Líderes da Cientologia. Nós somos o Anonymous
Ao longo dos anos, nós estivemos observando vocês. Suas campanhas de desinformação; sua supressão de dissidentes; sua natureza litigiosa, todas

³⁸ É uma comunidade online que disponibiliza anúncios gratuitos aos usuários de uma cidade. O site foi fundado por Craig Newmark em São Francisco. Atualmente está presente em mais de 450 cidades pelo planeta. No Brasil está disponível em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. (*Craigslist*. <http://www.craigslist.org/>. Acesso em 03/03/2013).

³⁹ FOX. *Anonymous on FOX11*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DNO6G4pJQY>. Acesso em 03/03/2013.

essas coisas chamaram nossa atenção. Com o vazamento de seu último vídeo de propaganda nos grandes meios de circulação, ficou claro para nós a extensão da sua influência maligna sobre aqueles que confiam em vocês como líderes. Assim, o Anonymous decidiu que sua organização deve ser destruída. Pelo bem de seus seguidores, pelo bem da raça humana, e para nosso próprio prazer, nós iremos expulsar vocês da Internet e sistematicamente dismantelar a Igreja da Cientologia em sua forma presente. Nós reconhecemos vocês como sérios oponentes, e não esperamos que nossa campanha seja completada em pouco tempo. Entretanto, você não irá prevalecer contra a massa enraivecida da nação. Sua escolha de métodos, sua hipocrisia, e a crueldade geral de sua organização tocou o sino de sua própria morte.

Nós somos Anonymous.

Nós somos legião.

Nós não esquecemos.

Nós não perdoamos.

Aguardem-nos⁴⁰.

Essas últimas frases que viriam a ser o lema do Anonymous, e também, é neste momento que o Anonymous deixa sua característica de simplesmente trollar para atingir a dimensão de um movimento. Sérgio Amadeu da Silveira, Rodrigo Savazoni e Murilo Machado (2012) afirmam que a partir daí o Anonymous deixou de ser uma prática hacker orientada pelo princípio do *lulz* para tornar-se ativismo político, ou *hacktivismo*.

O *hacktivismo*, segundo Silveira, tem procedências na contra-cultura estadunidense. A contra-cultura enquanto um movimento que pregava a horizontalidade das relações e o acesso à informação seria uma marca dos hackers (SILVEIRA, 2010). Os embates dos hackers pela liberdade de informação se dava principalmente pelo compartilhamento de códigos de hardwares e softwares, como mostrado no primeiro capítulo e que derivou no *Software Livre*, que é *livre* enquanto uma produção alternativa comercial às grandes empresas que travam os códigos de seus softwares, como a Microsoft.

As primeiras manifestações em vias públicas do Anonymous ocorreram no dia 10 de fevereiro de 2008. Após o lançamento do vídeo *Convocação*, segundo os hackers, por volta de 8.300 pessoas foram às ruas ao redor do planeta Em Washington, o local com mais manifestantes, estima-se a presença de 200 pessoas. Para preservar o anonimato, que já era a característica de ação deles na internet, utilizaram bandanas, máscaras de gás, fantasias do Burger King e máscaras de Guy Fawkes (LANDERS, 2008).

⁴⁰ Anonymous. “Message to Scientology”. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=JCbKv9yiLiQ. Acesso em 03/03/2013.

A máscara de Guy Fawkes viria a ser tornar um símbolo do Anonymous. Guy Fawkes ficou famoso após a realização do filme *V de vingança* (2006) – com produção dos irmãos Wachowski, os mesmos de *Matrix* – em que o personagem principal, o V, arquiteta uma explosão ao Parlamento Inglês no dia 05 de novembro de 1998. V projeta seu plano diante de um regime autoritário, de ruas e casas monitoradas, semelhante ao controle descrito por George Orwell em *1984* exercido pelo Partido e pelo Grande Irmão. No enredo, qualquer resistente é torturado, enviado para campos de concentração tanto para realizar trabalhos forçados como para ser cobaia em pesquisas.

O filme é adaptação dos quadrinhos de mesmo nome do roteirista Alan Moore e desenho de David Lloyd. O quadrinho foi lançado pela DC Comics, subsidiária da *Time Warner*, também administradora dos estúdios *Warner Brothers*.

O personagem principal usava a máscara de Guy Fawkes. Um soldado inglês católico que em 05 de novembro de 1605 participou da conspiração da pólvora, em que pretendia assassinar o rei protestante Jaime I da Inglaterra e todos os parlamentares, esta noite ficaria conhecida como a “Noite das fogueiras”. Fawkes foi delatado por carta anônima, foi torturado e executado diante do parlamento de 31 de janeiro de 1606. A máscara utilizada nos quadrinhos é representativa tanto do ato de Fawkes como para marcar que a resistência enquanto uma ideia não morre.

O rosto de Fawkes serviu de inspiração para o desenho da máscara do protagonista V que, nos quadrinhos, afirma-se como anarquista. Entretanto, a filmagem dos quadrinhos gerou fortes críticas de Alan Moore, este afirmou que o filme foi infiel à história e pediu para que seu nome fosse retirado dos créditos. No filme são abandonadas algumas características de V como suas citações de textos de William Shakespeare e referências à Billie Holiday, V ainda aparece como mais sedutor e com falas menos eruditas.

A adaptação para o cinema, tida como um lixo por Alan Moore, também sofreu manifestações de grupos anarquistas. Em Nova Iorque o *A for Anarchy*, nome que faz referência ao filme cujo nome em inglês é *V for Vendetta*, realizou uma manifestação contra o filme e a *Warner Bros.* afirmando que os anarquismos foram deturpados e assimilados à baderna⁴¹. O *A for anarchy* ainda espalhou cartazes pela cidade mostrando que nos quadrinhos V é um anarquista, não luta por um novo governo ou por um reforma, mas é contra qualquer governo.

⁴¹ Anarquistas protestam em Nova Iorque contra o filme V de Vingança. Disponível em: <http://forum.darksided.com.br/vb/showthread.php?t=7757>. Acesso em 02/03/2013.

V FOR VENDETTA?

A THRILLING MOVIE--A TALE OF HEROIC REBELS BOLD ENOUGH TO STRUGGLE A TOTALITARIAN GOVERNMENT--AN ALL OUT STRUGGLE AGAINST A REGIME THAT SEEMS FRIGHTENINGLY LIKE OUR OWN. BUT SOMETHING IS MISSING...

WE KNOW WHAT V WAS FIGHTING AGAINST...

BUT WHAT WAS HE FIGHTING FOR?

THE PEOPLE STAND WITHIN THE RUINS OF SOCIETY, A JAIL INTENDED TO OUT-LIVE THEM ALL.

A NEW GOVERNMENT?

OR NO GOVERNMENT?

WE'VE SEEN WHERE THEIR WAY LEADS, THROUGH CAMPS AND WARS, TOWARDS THE SLAUGHTERHOUSE.

"IN ANARCHY, THERE IS ANOTHER WAY."

WITH ANARCHY, FROM RUBBLE COMES NEW LIFE, HOPE RE-INSTATED. THEY SAY ANARCHY'S DEAD, BUT SEE !!

FIND OUT WHAT HOLLYWOOD DIDN'T TELL YOU ABOUT

V FOR VENDETTA

AND IT'S REVOLUTIONARY IDEAS

FIND OUT WHAT ANARCHY REALLY MEANS,

ITS ORIGINS AND UNTOLD HISTORY, AND


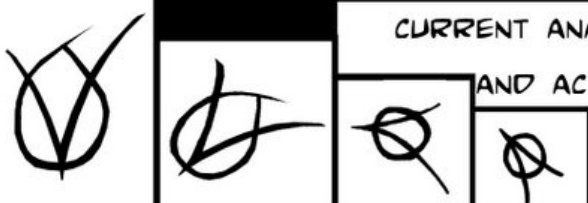
CURRENT ANARCHIST PROJECTS AND ACTIVITY IN YOUR CITY

THE DOOR IS OPEN. THEY CAN LEAVE OR FALL. INSTEAD TO SQUABBLE AND THENCE NEW SLAVORIES.

REPORTS OF MY DEATH WERE...
...EXAGGERATED.

WHO IS V REALLY?

V IS AN ANARCHIST

foranarchy.com

Cartaz do grupo *A for Anarchy* em manifestação em NY contra o filme *V de vingança*. Disponível em: <http://photos1.blogger.com/blogger/7318/426/1600/vflyerfront.jpg>. Acesso em 03/03/2013.

No vídeo *Convocação*, o segundo lançado, há semelhança entre a linguagem usada pelo narrador (uma voz de computador) com a de V no filme.

Tenha muito cuidado com o dia 10 de fevereiro. O convidamos para se juntar à nós em um ato de solidariedade. Convidamos a levantar a bandeira da liberdade de expressão, direitos humanos, família e liberdade. Junte-se a nós nos centros de Cientologia ao redor do mundo (*We are a legion*, 2012).

A partir deste momento, a máscara do V, seria utilizada como símbolo do Anonymous que passaria a ter repercussões não apenas na internet, mas também em manifestações nas ruas com pessoas utilizando-a.⁴² Com as manifestações indo para as ruas, o Anonymous lançou um terceiro vídeo, “Código de conduta” que continha 20 regras de como ir para a manifestação, entre elas, proibia-se o uso de bebidas alcólicas, sem pichações, andar apenas nas vias públicas, ir com tênis confortável, levar água, esconder o rosto para não ser identificado. Para não serem identificados, a máscara do filme passou a ser utilizada, remetendo a última cena em que várias pessoas estão usando-a e entram em confronto com autoridades.

Outras atividades do Anonymous ganharam notoriedade, como a defesa de Julian Assange ao derrubarem os site da Visa, Mastercard. A antropóloga estadunidense e ativista do software livre, Gabriela Coleman da Universidade McGill-Canadá, é uma das primeiras pesquisadoras a deter-se no Anonymous. Em dezembro de 2010, acompanhou as manifestações dos hackers em favor de Assange: “Uma campanha DDoS desdobrava-se diante dos meus olhos: #operationpayback” (COLEMAN, s/d).

Os Anonymous realizaram essa operação favor do Wikileaks após as instituições bancárias e financeiras, já citadas anteriormente, Visa, Mastercard, PayPal e Blank of America se negarem a realizar transações para o site, como as doações. A #operationpayback derrubou os sites destas empresas por meio de ataques DDoS.

O Anonymous também participou do espelhamento do site quando este foi fechado. Um desses sites foi estabelecido na Rússia (mirror.wikileaks.info/IP:92.241.190.202), como revela uma pesquisa da McAfee, por um provedor chamado Heihachi e para onde o domínio wikileaks.org foi rapidamente

⁴² Os direitos de imagem sobre a máscara do filme pertencem aos estúdios da Warner Brothers, a mesma que o realizou. No ano de 2010, a máscara gerou US\$ 28 bilhões para a Warner apenas com a liberação da imagem. Um dos manifestantes em um protesto em São Francisco, afirmou: “[A máscara] é um símbolo do Anonymous [...]. Você também pode comprar uma máscara e se juntar à luta! Mas o estoque da oja de fantasias está esgotado até sexta”. [“Warner lucra com Anonymos”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/warner-lucra-com-anonymos/>. Acesso em 13/03/2013]. No Brasil, em 2013, uma máscara licenciada pela Warner junto com os quadrinhos da DC Comics custava R\$67,30. No Ebay, entre máscaras novas e usadas, o valor varia de US\$ 12,90 a US\$ 31,10.

transferido. Após a transferência o site foi denunciado pela Spamhaus⁴³ como confiável, por suspeita de hospedar envolvidos em desvios de dinheiro de bancos, em resposta houveram ataques DDoS ao site da organização, o Anonymous não assumiu a autoria desse ataque, nem se manifestou sobre.

O “bloqueio bancário”, como ficou conhecido, não está mais em vigor, é possível fazer doação ao Wikileaks por meio dos cartões Visa e Mastercard. As bandeiras do Anonymous hoje são por transparência de dados públicos, como querem os *cypherpunks* e o Wikileaks, e por justiça, ou seja, punição de parlamentares corruptos. Entretanto, a máscara que eles utilizam, nos quadrinhos, já destruía a justiça ao afirmar que esta é indissociável do Estado e da polícia como ocorre em um diálogo de V com a estátua do Palácio da Justiça inglês:

Perdoe-me a intromissão, talvez a senhorita pretendesse passear... apenas desfrutar a paisagem. Não importa, creio que é chegado o momento de uma breve conversa. Ahhh, eu esqueci de que não fomos apresentados. Eu não tenho um nome, mas pode me chamar de V. Madame Justiça... este é V. V... esta é Madame Justiça. Olá, Madame Justiça. “Boa noite, V.”
Pronto, agora já nos conhecemos. Para ser sincero, outrora fui um admirador seu. Até imagino o que está pensando... “O pobre rapaz tem uma queda por mim... uma paixão juvenil”. Desculpe, mas não é este o caso. [...] Por favor, não pense que se trata apenas de atração física. Em absoluto. Eu a amava como pessoa, como ideal. Isso foi há muito tempo. Agora, confesso que há outra... “O que? Que vergonha V! Traíndo-me com uma meretriz de lábios pintados e sorriso vulgar!” Eu, Madame? Permita-me uma correção. Foi a sua infidelidade que me arremessou nos braços dela. Ah! Ficou surpresa, não? Pensou que eu desconhecia suas escapadelas? Enganou-se. Eu sei de tudo. Na verdade, não me surpreendi quando soube que você flertava com homens de uniforme. “Uniforme? E-eu não sei do que está falando. Sempre foi você, V... o único em minha vi--” Mentirosa! Meretriz! Ousa negar que se deixou envolver por ele, com suas braçadeiras e botas? E então? O gato comeu sua língua? Foi o que pensei. “Snif! Snif! Q-quem é ela? Como se chama?” Seu nome é anarquia. E ela me ensinou mais como amante do que você imagina. [...] Eu costumava me indagar por que jamais me olhou nos olhos. Agora eu sei. Por isso, adeus, cara dama. Nossa separação não me intristece [...]. Eis o último presente que deixo a seus pés. (MOORE; LLOYD, 2012, 41-43).

V deixa um pacote aos pés da estátua, o Palácio da Justiça explode e erguem-se ao céu fogos de artifício.

A procedência dos hackers do Anonymous é um ataque por diversão independente dos efeitos políticos que estes possam ter. Entretanto, houve alguns ataques esparsos que já apresentavam reivindicações que o Anonymous absorveria,

⁴³ É uma organização sem fins lucrativos com base em Londres e Genebra e tem como objetivo fornecer serviço a provedores de e-mail para filtrar spams e conteúdos indesejados. Para isso o grupo tem uma lista de e-mails que devem ser bloqueados.

acoplando à bandeira da liberdade de informação que ergueu desde 2008 com o combate à Igreja da Cientologia e de combate à corrupção por meio de governos transparentes com o Wikileaks.

Outra aliança importante do Anonymous é com o grupo PirateBay. O Pirate Bay é um site de compartilhamento de arquivos e contém *magnet links* (links magnéticos) em que um usuário pode adquirir arquivos por meio da cópia de arquivos de outros computadores. Está no ar desde 2003 e começou em um servidor compartilhado no México, e devido ao seu crescimento, o servidor foi transferido para a Suécia (*Steal this film*, 2009).

Gottfrid Svartholm, um programador que tinha 19 anos em 2003, foi um dos cofundadores do site junto com Fredrik Neij e Peter Sunde, e foi o responsável por colocar o PirateBay em um servidor estável, localizado no porão da empresa em que trabalhava.

O Pirate Bay utiliza o protocolo BitTorrent, que permite ao usuário realizar os downloads de arquivos. No BitTorrent não há um servidor central que regula a transmissão de todos os arquivos, os usuários trocam pequenos pedaços destes que depois serão reconstruídos para montar um arquivo final. É como se cada computador funcionasse como um depositador de arquivos, e o servidor central possuísse apenas os arquivos Torrents, que seriam como mapas para encontrar onde estão os arquivos que um usuário que baixar de outro computador.

Assim, quanto maior o número de pessoas que tiverem um arquivo e estiverem usando o protocolo BitTorrent, maior a velocidade de download, que independe do congestionamento ou não de um servidor. Existem dois pontos para essa troca de arquivos: os *seeders* e os *leechers*. Os *seeders* são os “semeadores” de arquivos. Estes, vinculados ao torrent, permitem que os *leechers* o achem e “chupem” os arquivos. Em 2009, o site recebia cerca de 1 a 2 milhões de visitas diárias e 150.000 títulos protegidos por *copyrights* disponíveis.

O PirateBay ganhou manchetes de jornais pelo planeta quando, em 31 de maio de 2006, a polícia sueca invadiu a empresa onde estava localizado o PirateBay. O filme *Steal This film* (2009), realizado por apoiadores do site, afirma que esta invasão foi resultado de pressões da Casa Branca, todos os servidores da empresa foram confiscados. As leis suecas de direitos autorais não proíbem o compartilhamento de arquivos, que é o propósito do PirateBay.

Eis o que aconteceu: a poderosa indústria do cinema de Hollywood, enviou seu grupo de lobby [...] à Casa Branca em Washington. O Departamento do

Governo americano então entrou em contato com o Ministério das Relações Exteriores da Suécia exigindo a solução para o problema com o Pirate Bay. [...] Uma delegação representando a Polícia da Suécia eo Ministério da Justiça viajou aos EUA para ouvir suas exigências. O governo americano deixou claro à delegação sueca como eles queriam que o problema fosse resolvido. Quando a delegação retornou a questão foi conduzida sob um alto grau de influência política por Thomas Bodstroem, o Ministério da Justiça, que determinou que algo deveria ser feito. A polícia e a promotoria responderam ao gabinete que o questionamento era infundado. Eles não tinham qualquer precedente contra o PirateBay, um promotor já havia chegado a essa conclusão após uma investigação anterior. O gabinete não ficou satisfeito com a resposta. O Ministério da Justiça entrou em contato com a Procuradoria Geral e o Departamento de Polícia Nacional que, de imediato, ordenaram a polícia e a promotoria a agirem de qualquer maneira. É difícil haver um caso de corrupção mais claro do que este” (*Steal this film*, 2009).

O site saiu do ar assim que os servidores foram confiscados, mas, alguns dias depois, o site voltou ao ar. Os servidores foram refeitos e os *backups* restaurados, nos dias seguintes as visitas ao site dobraram. Essas medidas não contiveram o crescimento do site e, para Sérgio Amadeu da Silveira (2009), o desenrolar do processo sobre o PirateBay serviu para disseminar uma ideia positiva do P2P para uma parcela expressiva da opinião pública.

O P2P (*peer to peer*) é a troca de arquivos entre computadores. O torrent é um atualização do P2P, já que não se baixa ou troca um arquivo com apenas um computador, mas se baixa de vários computadores em vários pedaços que depois se juntarão para formar o arquivo final. Por funcionar de maneira colaborativa, já que aquele que detém o arquivo só precisa criar o *magnet link*, o PirateBay e os arquivos P2P continuam a crescer, e já é 30 vezes maior do que o primeiro site que enfrentou a indústria fonográfica, o Napster⁴⁴ (*TPB – AFK*, 2012).

Segundo Sérgio Amadeu (2013) a liberdade de criação e de troca proporcionada pelas novas tecnologias, aplicações ou formatos têm colocado em risco os velhos modelos de negócios de grandes corporações. Assim, o caráter democrático da internet torna-se alvo destas corporações, daí a importância desses novos movimentos. Em 3

⁴⁴ Lançado em 1999, foi criado por Shawn Fanning e Sean Parker. O site tinha como objetivo facilitar o acesso a músicas no formato MP3 por meio do P2P. Em 2001, o Napster teve um pico de 8 milhões de usuários conectados trocando um volume de 20 milhões de músicas. Entretanto, neste ano sofreu vários processos sobre quebra de direitos autorais por empresas como a Sony e a Warner. Em dezembro de 2002 o site foi comprado pelo grupo Roxio, fabricante de softwares para gravação de CD e DVD, e as músicas arquivadas por usuários passaram a ser vendidas, repassando parte dos lucros para as gravadoras (“Napster then and Now”. Disponível em: <http://iml.jou.ufl.edu/projects/spring01/burkhalter/napster%20history.html>. Acesso em 03/03/2013). O Napster é um dos precursores do P2P (SILVEIRA, 2013).

junho de 2006, quatro dias após a invasão da empresa, o site do governo sueco saiu do ar às 23h40 por conta de um ataque DDoS, ninguém assumiu a autoria e não se sabe de onde vieram os ataques. Nesse mesmo dia o Partido Pirata Sueco e a organização anticopyright iniciada em 2004, Piratbyån, organizaram uma manifestação em Gotemburgo e Estocolmo, todas com prévia autorização da polícia.

Entretanto, mesmo com essa pressão pela libertação dos fundadores do PirateBay, os três rapazes foram condenados a 1 ano de prisão em 2009 por violação de direitos autorais e a pagarem US\$ 3,55 milhões por danos e perdas que seriam destinados a Warner Bros., Sony, EMI e Columbia Pictures⁴⁵. Os advogados de defesa recorreram e um novo veredicto foi anunciada em 2012

É nesse momento que o Anonymous se envolve no caso e lança a #opPiratebay com o vídeo *Anonymous: #opPRQ#opPiratebay*, convocando *irmãos* e *irmãs* para que realizem ataques DDoS. É nesse momento também em que a luta do PirateBay, Wikileaks e Anonymous se interseccionam, ao final do vídeo, o personagem V, utilizado pelos hackers, modifica seu lema:

Nós somos o Anonymous
Somos uma legião
Nós não esquecemos
Não perdoamos
Assange livre
Internet livre
Nos aguardem⁴⁶

Ao todo 20 sites saíram do ar, como o *Sweden Security Service*, o *Sweden Central Bank* e outros endereços governamentais.⁴⁷ O PirateBay, para evitar que o site fosse retirado do ar e seu material confiscado, passou a ser hospedado no servidor do Partido Pirata, para que se evitasse que o site fosse novamente fechado, visto que o partido possuía representação desde 2009 de um deputado no Parlamento Europeu e essa seria uma maneira de evitar que novas represálias acontecessem (*TPB – AFK*, 2012).

⁴⁵ “Fundadores do PirataBay são condenados à prisão na Suécia”. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2009/04/090417_sueciapiratebayml.shtml. Acesso em 03/03/2013.

⁴⁶ “Anonymous: #opPRQ#opPiratebay”. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=sc-nlSJ9mxA&feature=player_embedded. Acesso em 03/03/2013.

⁴⁷ “Anonymous faz ataque em massa na Suécia em apoio ao Pirate Bay”. Disponível em: <http://www.anonymousbrasil.com/anonymous-faz-ataques-em-massa-na-suecia-em-apoio-ao-pirate-bay/>. Acesso em 03/03/2013.

O PirateBay continua no ar, mas, após vários recursos, seus fundadores foram presos no ano de 2012. Fredrik Neij foi condenado a 10 meses numa cela em Malmö, na Suécia; Gottfrid Svatholm, que havia fugido para o Camboja, mas foi preso e deportado para a Suécia, foi condenado a um ano de prisão em uma cidade a 65 quilômetros de Estocolmo; Peter Sunde, o ex-porta-voz do site, foi condenado a oito meses em uma prisão em Västervik Norra; Carl Lunstöm, que financiou o PirateBay, também foi condenado a 4 meses.

Devido a essa persistência do site em permanecer no ar mesmo diante de ataques, o PirateBay passou a se autointitular como “o site mais resiliente da galáxia”. A resiliência é um termo da física em que um objeto sofre um impacto e o absorve, retornando ao seu estado inicial. Essa característica também é apontada em sua programação também, como o site uma *magnet link* e não *trackers*⁴⁸ como anteriormente, seria mais resiliente por uma questão magnética em que são acoplados vários torrents ao site sem modificar a sua capacidade de funcionamento ou obstruir a capacidade de armazenamento. Portanto, um funcionamento horizontal com a presença de um administrador central e capaz de *sobreviver* a ataques e permanecer no ar.

É uma elasticidade, também característica da resiliência, que faz com que o PirateBay sobreviva a constantes processos, modulando-se para manter-se no ar. Oliveira ainda aponta como o termo é utilizado na Saúde Mental Infantil, em que compreende-se um indivíduo resiliente como aquele capaz de superar adversidades de qualquer ordem e de eventos negativos, mas mesmo assim, superam-se e evoluem para desfechos positivos.

Os administradores do PirateBay não passaram por situações de superação quando crianças, sua capacidade resiliente advém do próprio manuseio com computadores. Diante de adversidades de inconstâncias de servidores, renovam o modular protocolo para que tudo volte ao seu funcionamento normal após a *atualização*. Perante as ações judiciais, tratava-se apenas de como atualizar o protocolo para que este pudesse escapar às acusações, trafegando nos itinerários penalizadores do castigo.

O PirateBay assumiu um caráter, após o envolvimento do Partido Pirata, de reforma dos direitos autorais, não se trata de combate-los, mas de permitir que qualquer

⁴⁸ Uma modalidade de software cujo o funcionamento ainda é centralizado, diferente dos *magnet links*, mas pessoas precisavam baixar os torrents, agora, é possível utilizá-los como um aplicativo, sem ter de baixa-los. Os torrents estão em nuvem (*cloud computing*), ou seja, dados de armazenamento e de memória interligados por meio da internet, assim, não é preciso a instalação de programas ou armazenamento de dados nos computadores.

um que tenha um conteúdo em seu computador possa transmiti-lo: “O PirateBay luta por leis de direito autoral reformadas, uma internet aberta e o livre acesso à cultura” (TPB – AFK, 2012). Não se trata de uma luta contra a propriedade ou mesmo contra o capitalismo, mas seguindo os preceitos do Partido Pirata, onde se escorou para ter proteção, mas de um ultracapitalismo, outro termo para denominar o anarcocapitalismo, como afirma Rickard Falkvinge:

Os conservadores não são favoráveis ao capitalismo puro. São uma espécie de covardes social-liberais [...] eu me defino como ultracapitalista, e é com base nesse posicionamento que atuo politicamente [...]. A batalha agora acontece no campo dos direitos do cidadão, que é questão maior. Mais importante que o sistema de saúde, que a educação, que a questão nuclear, que a defesa de toda essa bobagem sobre a qual gira o debate nos últimos quarenta anos.⁴⁹

A relação do PirateBay com o Anonymous, apesar das semelhanças quanto às reivindicações, no entanto, é recente, data de 2012. O PirateBay lançou uma carta de repúdio à #opPiratebay, afirmando que tal atitude era arbitrária e que a luta por uma internet livre não pode lançar mão de ataques que bloqueiem o acesso das pessoas a alguns sites, mas que devem ser utilizados métodos pacíficos AFK (sigla de *away from keyboard* – fora do teclado)⁵⁰, como manifestações nas ruas.

Entretanto, essas novas bandeiras não são recentes, em janeiro de 2010, ou seja, 11 meses antes do envolvimento do Anonymous com o Wikileaks, um hacker turco modificou um sistema de convocação de fiéis para orações. As mensagens que eram transmitidas para as 170 mesquitas do país foram substituídas por canções de um artista militante gay que morreu, em 1996. A Turquia é conhecida pelos seus hacker militantes da causa gay, como o SwagSec que realiza invasões a sites de artistas musicais, como Lady Gaga, Justin Bieber e Amy Whinehouse. Seu objetivo é mostrar que hacker não são apenas homens brancos e heterossexuais, mas podem ser negros e gays (twitter.com/SwagSec).

⁴⁹ “Emergência do poder pirata”. Disponível em: http://pt.mondediplo.com/spip.php?page=article-print&id_article=502. Acesso em 03/03/2013.

⁵⁰ AFK é uma sigla em oposição à ideia do IRL (*in real life* – na vida real). A internet não seria uma dimensão paralela em que não se está no mundo real, como nas ficções científicas cyberpunks, por exemplo, mas a internet é a vida real com efeitos políticos.

Outro ataque que pode ser procedente das novas bandeiras do Anonymous, foi em fevereiro de 2010, quando o grupo 4ATA (Fourth Awakening People's Army), da Letônia, que anunciou ter obtido documentos do imposto de renda.

Em abril, um professor da Universidade da Califórnia em São Diego, realizou uma convocação de ataques DDoS contra o site da própria universidade com o objetivo de reivindicar maiores oportunidades para estudantes portadores de deficiências físicas⁵¹. Assim, essas ações são importantes por sinalizarem algumas reivindicações que o Anonymous incorporaria em determinados momentos.

O Anonymous não fica à espera de um sinal para fazer seus atos de reivindicações, mas espera que com esses atos governos tomem medidas para que essas sejam atendidas. Ficar à espera de um governo não escapa da lógica da naturalização da obediência, os Anonymous são obedientes.

No século XVI, o jovem Etienne de La Boétie (1982) ao desnaturalizar a obediência presentes nas teorias de soberania. La Boétie mostrou que a perpetuação da obediência dava-se por meio de assujeitamentos, não sendo necessário um confronto armado para ser livre, mas a desnaturalização dos costumes de obediências com novos costumes, desvencilhando-se não somente dos tiranos, mas também daqueles que obedecem para exercer seus poderes diante de outros:

Eles dizem que sempre foram súditos, que seus pais viveram assim; pensam que são obrigados a suportar o mal, convencem-se com exemplos e ao longo do tempo eles mesmos fundam a posse dos que os tiranizam [...]. Há quase tanta gente para quem a tirania parece ser proveitosa quanto aqueles para quem a liberdade seria agradável [...] Logo que um rei declarou-se tirano [...] reúnem-se à sua volta e o apoiam para participarem da presa e serem eles mesmo tiranetes sob o grande tirano (LA BOÉTIE, 1984, 24; 32).

Saul Newman, em “A servidão voluntária revisitada: a política radical e o problema da auto-dominação”, aponta que esses novos movimentos do século XXI apropriam-se de certas práticas anarquistas, “o ativismo radical contemporâneo parece refletir certas orientações anarquistas em sua ênfase de lideranças partidárias e representação política” (NEWMAN, 2011, 30).

A partir das proposições de Etienne de La Boétie no século XVI sobre a servidão voluntária, Newman afirma que este aponta questões fundamentais para a política radical, como a de investigar porque as pessoas desejam sua própria dominação. Hoje, para Newman, enfrentar a servidão voluntária implica em novas estratégias. Newman

⁵¹ “‘Virtual sit-in’ tests line between DDoS and free speech“. Disponível em: http://www.theregister.co.uk/2010/04/09/virtual_protest_as_ddos/. Acesso em 12/03/2013.

propõe analisar a própria democracia moderna como um exemplo de servidão voluntária em nível de massa. Não tanto porque as pessoas participariam de algo em que são enganadas pela elite para pensar que tem voz ativa nas decisões, mas porque a própria democracia teria estimulado um massivo contentamento com a impotência e o amor geral à submissão.

Ao pensar meios de não dominação, Newman aponta para os anarquistas enquanto uma política radical, que refere-se a um conjunto variado de ideias, abordagens filosóficas, movimentos e práticas, “uma política que busca a abolição das estruturas de poder político e da autoridade centralizada no Estado” (IDEM, 28) e que não pode ser categorizado em qualquer modelo de política centrada no Estado.

O Anonymous é uma prática descentralizada, apartidária e democrática. Inserido nos novos movimentos, reivindica a transparência de governos, a liberdade de expressão e apoia direitos de minorias, como foi mostrado anteriormente.

O Anonymous, bem como os *cypherpunks* e o PirateBay, não se desfaz da *ideia fixa* de Estado. A ideia fixa é apresentada em Max Stirner, e retomada por Newman. Assim, o Estado é uma ideia fixa, uma abstração que só existe porque permite-se que ele exista. Esse novos movimentos não escapam à ideia fixa, mas pretendem reformar o Estado, fazer aperfeiçoamentos e atualizações.

Alimentam a política contemporânea pelo chamado protagonismo juvenil; o que manifesta, por si, um maior volume e diversificação das participações. Há muito protagonismo e pouco agonismo. Há uma produção infinita de reclames por direitos e pouca insurreição. Coordenação eletrônica de personagem como figura coletiva e nenhuma luta; drama e não tragédia (AUGUSTO; SIMÕES, 2011).

Segundo Newman, vivemos em uma política de segurança, na qual o neoliberalismo dispõe de uma securitização do Estado por meio do estado de exceção permanente para proteger a liberdade individual da liberdade alheia. Essa segurança é um desejo que perpetua a servidão voluntária, em Newman. A própria segurança tornou-se uma ideia metafísica, torna-se uma condição para a vida. A vida tem que estar segura de ameaças, tem de ter garantias, das máquinas e dados seguros ao corpo seguro e é isso que garante a lógica da exceção. É diante disto que emerge a política radical.

O Estado não irá nos ajudar na atual situação; não há porque buscar por sua proteção. De fato, o que está emergindo é algo como um afastamento do Estado; as futuras insurreições desafiarão a hegemonia do Estado, que nos governa cada vez mais pela lógica da exceção (NEWMAN, 2011, 31).

Uma política radical aparta-se de ideias fixas “a política radical não deve ser *simplesmente* voltada à transformação radical das instituições estabelecidas, como o Estado, mas também ao ataque à relação muito mais problemática pela qual o sujeito é encantado e dependente do poder” (IDEM, 39).

Assim, esses novos movimentos aproximam-se de táticas anarquistas, entretanto, reforça-se o desejo por mais Estado, por um Estado transparente que seja fiscalizado por seus súditos, apoio a movimentos que reivindicam empregos, melhoria de educação...

O Anonymous, o Wikileaks, o Pirate Bay lutam pela reforma dos direitos autorais, não se trata de um combate a qualquer governo e ao governo de si, mas uma luta por um reforma em que a justiça aparece como a primeira bandeira. Não deslocam-se da lógica de reforma do Estado.

Assim, neste capítulo procurou-se mostrar algumas ações hackers para ver o impacto destas hoje. O confronto político dos anarquistas diante da sociedade disciplinar não desconhecia as tecnologias mais sofisticadas da época, como a gráfica e o cinema. Os anarquistas inventaram novos percursos em que irromperam diferentes experimentações e que se contrapositionava com o governo sobre a vida.

Recusaram-se à representação e os anarquismos nunca foram uma *legião*, não são seguidores ou um grupo único. Mas são anarquismos, como a Enciclopédia Anarquista já sinalizava, em sua variedade de lutas, em suas urgências. Libertário é uma expressão anarquista, como mostrado anteriormente, inventada por Joseph Déjacque e utilizada por Sébastien Faure em um momento em que qualquer anarquista era considerado um terrorista.

Os anarquismos são práticas e não uma teoria que pode ser aplicada, ou uma ideologia. Os anarquistas estão interessados em confrontos da época em que se vive, daí a impossibilidade de se transpor um modelo de luta, de associação diante de uma nova configuração de forças.

Os hackers, capazes de desestabilizar os fluxos eletrônicos, utilizam a internet enquanto uma arma para exigir reformas diante da expansão de monitoramentos. Almejam uma internet livre para evitar um futuro em que O Grande Irmão se consolida como ditador, como expresso na literatura *cyberpunk*. Simultâneo a esse confronto, hackers disponibilizam-se a serem o novo agente de segurança, o desenvolvedor do novo anti-vírus e o identificador de *bugs* em um software, estabilizam os fluxos.

Os anarquismos estão diante das modulações e das atualizações de protocolos que orientam conexões. Nessa nova relação de forças, os anarquismos tem de ter atenção ao protocolos e seus efeitos políticos e como resistir a isso desestabilizando fluxos, não reformando-os, para assim, irromper uma *política radical*.

antiprotocolos

O projeto da Enciclopédia Anarquista de Sébastien Faure era uma ação direta interessada em uma educação libertária, como foi exposto anteriormente. Aproxima-se da noção de livro-pirotécnico, exposto por Michel Foucault em entrevista a Roger Pol-Droit:

- Devemos chamá-lo de filósofo?

Também não. O que eu faço não é absolutamente uma filosofia. E também não é uma ciência cujas justificativas ou demonstrações temos o direito de exigir-lhe.

- Então, como você se definiria?

Eu sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa fazer caírem os muros.

Um pirotécnico é, inicialmente, um geólogo. Ele olha as camadas do terreno, as dobras, as falhas. O que é fácil cavar? O que vai resistir? Observa de que maneira as fortalezas estão implantadas. Perscruta os relevos que podem ser utilizados para esconder-se ou lançar-se de assalto. Uma vez tudo isto bem delimitado, resta o experimental, o tatear. Envia-se informes de reconhecimento, aloca-se vigias, mandam-se fazer relatórios. Define-se, em seguida, a tática que será empregada. Seria o arдил? O cerco? Seria a tocaia ou bem o ataque direto? O método, finalmente, nada mais é que esta estratégia (POL-DROIT, 2006, 69-70).

Um livro-pirotécnico é capaz de derrubar muros e inventar liberdades. A escrita conjunta dos anarquistas para a realização da enciclopédia anarquista pretendia não somente divulgar os anarquismos, mas incentivar novas batalhas. Com a construção da Enciclopédia, anarquistas de vários cantos do planeta se leram, se conheceram e trocaram experiências.

Michel Foucault no prefácio de *As palavras e as coisas* (2007) recorre a um conto de Jorge Luis Borges a respeito de uma certa enciclopédia chinesa com uma determinada taxinomia que envolvem seres fantásticos e sereias. “No deslumbramento dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso” (FOUCAULT, 2007, IX). Esse texto, para Foucault, expõe a heterotopia.

As Heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas (IDEM, XIII).

O espaço comum dos encontros está arruinado em Borges, afirma Foucault. A heterotopia ultrapassa o formato do livro para afirmar outra coisa, compõe uma enciclopédia de outras maneiras.

Uma Enciclopédia Anarquista, que não fica à espera de edições, em busca da utopia do artigo perfeito, é uma heterotopia, anunciava um contra-posicionamento na sociedade disciplinar. Foucault aponta que, na sociedade contemporânea, a noção de espaço ultrapassa a noção de tempo: o tempo aparece-nos como uma das várias operações distributivas dos elementos espalhados pelo espaço, que se oferece como relações de posicionamento. Diante dos vários posicionamentos – classificação, localização, distribuição, demografia e etc. –, Foucault interessa-se por os contraposicionamentos.

Em “*Outros espaços*”, Foucault mostra os contraposicionamentos relacionados ao século XX e como eles articulam-se com outros posicionamentos desestabilizando-os, neutralizando-os, invertendo o conjunto de relações dos posicionamentos estáveis.

Mas o que me interessa são, entre todos esses posicionamentos, alguns dentre eles que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas. (FOUCAULT, 2006, 414).

Esses contraposicionamentos podem ser de dois tipos: as utopias e as heterotopias. As utopias são posicionamentos que não possuem lugar real, são espaços irreais e mantêm com o espaço real da sociedade uma projeção, ou seja, uma relação de analogia direta ou inversa (IDEM). As heterotopias são espaços reais, não são universais e se realizam no agora:

lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécie de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias (IBIDEM, 415).

As heterotopias podem ser constituídas por lugares sagrados ou proibidos destinados a pessoas que estão em uma situação de crise em relação ao grupo, como o serviço militar para jovens rapazes – são as heterotopias de crise. Entretanto, estas têm desaparecido e estão sendo sobrepostas por heterotopias de desvio, como aponta

Foucault, destinadas aos indivíduos cujos comportamentos são desviantes – seus exemplos são as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas e as prisões.

Cada heterotopia tem um funcionamento e pode variar entre a crise e o desvio. A heterotopia justapõe em um só lugar vários espaços, posicionamentos que são incompatíveis.

Edson Passetti mostra como os anarquistas fazem suas realizações heterotópicas, são *heterotopias anarquistas*:

O anarquismo como heterotopia é expansão da vida. É invenção de lugares, de existências, demandando crítica à sociedade e gestação da nova sociedade (PASSETTI, 2002, 167).

Os anarquistas não estão no aguardo das utopias, estabelecem exterioridades aos posicionamentos por meio de suas associações.

Os anarquistas não esperam pelo futuro. Atuam no presente alimentando a utopia dos universalistas tanto quanto a vivência de singulares libertários na atualidade. [...] A anarquia não é um regime estável, contínuo e tranquilo que será encontrado no futuro após alguma gloriosa revolução vencedora capitaneada pelos desveladores da verdadeira consciência e chefes da grande massa ou no findar de um processo pacífico liderado no parlamento pela socialdemocracia. (PASSETTI, 2003b, 178).

As associações anarquistas voltam-se para a luta contra a autoridade centralizada e inventam heterotopias enquanto uma afirmação da vida e da luta. Faure e seus amigos afirmavam a Enciclopédia Anarquista como um embate ao modelo burguês¹, uma *ação direta* que recusava mediações como os partidos, rompia com a ordem instituída, desviava da legalidade, como maneira de existir das práticas que “corroem o campo complementar da legalidade e da ilegalidade, ao negarem a submissão ao julgamento de uma autoridade superior” (AUGUSTO, 2006). A Enciclopédia pretendia instigar essas práticas. Em seu prefácio, Faure afirma: “A Enciclopédia Anarquista não é uma empreitada comercial, é uma obra de educação libertária. [...] Inimigo do constrangimento, o anarquista não impõe: ele expõe, propõe, chama a atenção, provoca a reflexão, suscita o pensamento”².

A luta anarquista no século XIX e primeira metade do XX era um embate ao controle dos corpos pretendido pela biopolítica. Diante de um poder cujo o exercício era

¹ FAURE. “Préface” in *Encyclopedie Anarchiste*. Disponível em: <http://www.encyclopedie-anarchiste.org/articles/preface.html>. Acesso em: 25/03/2013.

² IDEM.

se encarregar da vida, distribuir os indivíduos em valores e utilidades (FOUCAULT, 2009), os anarquistas inventaram práticas heterotópicas de resistências a esse poder.

Uma sociedade com uma tecnologia de poder centrada na vida gerou resistências que tomaram a vida como objeto político. Foi contra um poder caracterizado pelo direito de *causar* a vida ou *devolver* à morte, e não mais pela direito soberano de *causar* a morte ou *deixar* viver, que emergiram as resistências anarquistas.

E contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre que ele investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. [...] temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la (IDEM, 157-158).

As resistências não se encontram em posição de exterioridade em relação ao poder. As relações de poder existem devido aos variados pontos de resistência que se apresentam. O poder circula, não é uma substância que detém-se ou não, e é aí que abrem-se as possibilidades de resistências.

as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto maior astúcia quanto maior for a resistência. De que modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta (FOUCAULT, 1977, 232).

As *heterotopias anarquistas* e a luta pela vida são *pequenas guerras*. Estão na série liberdade ao provocarem novos espaços de experimentações. Edson Passetti aponta que nos arquivos anarquistas, sempre foram registradas suas lutas, produções de suas práticas, constituindo espaços de arquivamentos, compuseram *heterotopias de tempo* (2013) mesmo diante de inúmeras dificuldades e perseguições políticas. Os anarquismo não estavam dispostos enquanto composição de um *banco de dados* que armazenam informações sobre algo ou alguém enquanto exercício de um controle eletrônico.

Os anarquismos composto em *banco de dados*, aproxima-se mais do que pretende a Wikipédia, não um registro de lutas, mas um registro que deve compor *todo o conhecimento da humanidade*.

Os anarquistas compuseram a Enciclopédia Anarquista desconhecendo fronteiras e deslocaram-se de uma tecnologia de poder que interessava a estes combater por meio da invenção de práticas livres. As enciclopédias *wikis* permanecem “conectadas às

tecnologias de poder eletrônicos, cujos controles, entretanto, permanecem hierarquicamente verticais” (PASSETTI, 2013, 14).

A Enciclopédia Anarquista não pretende fazer previsões do futuro, apontar caminhos. Travar uma *pequena guerra* na sociedade de controle é estar atento às suas modulações, mas romper fluxos de controle naquilo que pode escapar a modulações protocolares:

A atualidade não se restringe ao passado redimensionado, nem ao anúncio do futuro. O presente é composto de passados, de elementos neles experimentados ou simplesmente anunciados. [...] Todavia, nem o futuro está determinado, nem o presente expressa todas as possibilidades que poderão acontecer na história. O futuro é o presente adiante, e depende de cada um: é a vida em movimento (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, 11-12).

O Portal da Anarquia ou a Anarcopédia são enciclopédias que poderiam ser sobre qualquer outro assunto, como visto anteriormente, estas pretendem ser apenas uma sessão da Wikipédia para reunir o conhecimento humano.

Diante dessas heteropias o Portal da Anarquia e Anarcopédia, pautadas por suas regras, ainda almejam a utopia do verbete perfeito, de estagnar em um artigo as experiências anarquistas. Diante das colaborações e participações na Wikipédia, não há ataques DDoS que derrubam o site, os artigos com equívocos são rapidamente concertados pelos usuários sentinelas.

O Portal da Anarquia e a Anarcopédia não conseguem englobar todas as práticas anarquistas e não são indicativos de práticas anarquistas hoje. Algumas ações hackers sinalizadas no decorrer deste trabalho não são de procedências anarquistas, muito menos são anarquistas ou provocam efeitos libertários.

Mantem-se e fortalecem-se os protocolos que regulam as possibilidades da comunicação. O protocolo é modular, resiliente e se adapta às modificações, é exercício de controle.

O local de luta, para Galloway, seria o contraprotocolo. A noção de protocolo por Galloway enfatiza como o controle se exerce e se organiza, um contraprotocolo não dispensaria a organização, mas enfrentaria esse controle (GALLOWAY, 2009).

O contraprotocolo agiria nas três frentes em que o controle social e a organização se exercem: o Estado, o setor comercial e o setor industrial (GALLOWAY, 2004; 2009). Não se trata da destruição do protocolo, mas “oferecer uma reconstrução crítica do código, de forma a que o próprio aparelho seja reformulado como um

instrumento de prática, e não como um instrumento de gestão como permanece hoje” (GALLOWAY, 2010, 97).

O protocolo não é somente um fator técnico, mas um exercício de poder em fluxo. É uma constatação que exprime aquilo que Deleuze apontou no final de seu “*post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, que cabe aos jovens de hoje, não sem dor, descobrir ao que estão sendo levados a servir.

A ação dos hackers não opera pela lógica da quebra do protocolo, estão próximos ao que Galloway chamou atenção, ao mesmo tempo que não estiveram atentos ao que o autor alerta sobre as utopias e reivindicações destes almejadas por esses grupos hoje: “Nós temos tantos desejos – de democracia, de comida e de bebida, de petróleo, de conectividade. A interatividade é penosa. A transparência vem com o custo de se fecharem todas as coisas” (IDEM).

Galloway realiza essa construção do contraprotocolo enquanto aquilo que Foucault mostrou a respeito dos contraposicionamentos da sociedade disciplinar em que o poder se exerce em rede. Nas sociedades de controle, em que o poder se exerce em fluxo, talvez, não se trate mais de um contraprotocolo, mas de um antiprotocolo, mais próximo às experimentações heterotópicas.

Os contraposicionamentos agiam nas localizações da sociedade disciplinar ao provocarem novos espaços de resistência a um poder que se exercia sobre a vida: sindicatos, federações anarquistas, ateneus, experimentações livres de educação... Na sociedade de controle, em que uma rede de comunicação pautada em uma horizontalidade exerce-se em fluxo, as resistências não se dão por contraposicionamentos somente, mas diante de diversas tomadas de posições e identificações, abrem-se possibilidades de antiposicionamentos.

Assim, se na sociedade de disciplina as relações se davam por posicionamentos e contraposicionamentos, hoje, em um momento de modulações e convocação à participação, talvez não seja mais uma questão de contraposicionamentos, mas de antiposicionamentos (PASSETTI, 2007).

Os anarquistas, hoje, abrigam a internet com a divulgação de seus materiais, mas não enquanto um banco de dados, mas um registro de suas lutas que instigam a como travar um confronto diante da participação, da colaboração, adesões e de monitoramentos. “É voltar a estes arquivos para marcar e remarcar as práticas heterotópicas de época e ao mesmo tempo as heterotopias de percursos na atualidade” (PASSETTI, 2013, 30).

As práticas antiprotocolares são urgentes para desvencilhar-se de naturalizações e de governos. Estão na série liberdade da análise serial de Proudhon, se diante da democracia a série autoridade possibilita a emergência de fascismos, a democracia também possibilita a emergências de práticas anarquistas, tensionando na série liberdade que, como já foi destacado anteriormente, não está em busca de um absoluto ou de uma síntese.

Proudhon afirma a anarquia enquanto uma ausência de mestre, de soberano, ausência de um princípio autoritário, mas que não deve ser confundida com desordem. É desvencilhar-se do governo, sem ser um modelo de governo:

Ser governado significa ser vigiado, inspecionado, espiado, dirigido, valorado, pesado, censurado, por pessoas que não têm o título, nem a ciência, nem a virtude. Ser governado significa, por cada operação, cada movimento, cada transação, ser anotado, registrado, listado, tarifado, carimbado, apontado, coisificado, patenteado, licenciado, autorizado, apostrofado, castigado, impedido, reformado, alinhado, corrigido. Significa, sob o pretexto da autoridade pública, e sob o pretexto do interesse geral, ser amestrado, esquadrinhado, explorado, mistificado, roubado; ao menor sinal de resistência, ou a primeira palavra de protesto, ser preso, multado, mutilado, vilipendiado, humilhado, golpeado, reduzido ao mínimo sopro de vida, desarmado, encarcerado, fuzilado, metralhado, condenado, deportado, vendido, traído e como se isso não fosse suficiente, desarmado, ridicularizado, ultrajado, burlado. Isto é o governo, esta é a sua justiça, esta é a sua moral (PROUDHON, 2003, 10).

Produções antiprocolares não se submetem à pacificações, muito menos à negociações. São avessas às modulações, mas são um trabalho libertário. Não buscam direitos para se afirmarem, e precisam ficar atentas para seus desdobramentos para atualizar-se diante da composição das forças em luta:

Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. [...]

Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política, para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação. Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política;

Não exija da ação política que ela restabeleça os "direitos" do indivíduo, tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é o produto do poder. [...] O grupo não deve ser o laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de "desindividualização";

Não se apaixone pelo poder (FOUCAULT, 1977).

Diante das recentes enciclopédias *wikis* e seus verbetes colaborativos, o Nu-Sol (Núcleo de sociabilidade libertária) escreve seus *verbetes abolicionistas libertários* (<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=58>), um confronto à cultura do castigo

que não objetiva reformas, mas abolições e o fim do encarceramento de jovens, mulheres e homens.

Um *verbetes libertário* que atenta para a expansão de controles, mais próximo à construção da Enciclopédia Anarquista, não enquanto modelo, mas naquilo que uma associação libertária possibilita ao não depender de representações, de chefes, de autorizações, mas de trocas recíprocas e generosas.

Uma extensa produção antiprotocolar que não é um banco de dados, está disponível para qualquer pessoa interessada consultar, e pretende aticar abolicionismos. Uma produção bomba que não pacifica, não se atém a direitos, e não naturaliza o regime do castigo. Em seu verbete, *jovem* incita aqueles que não querem ser pacificados ou protocolados, que atravessam a vida sem estarem dispostos a comporem o banco de dados, a serem um *divíduo endividado*, um saudável da informação, um governado:

O corpo do jovem está sempre em expansão, não cabe em nenhuma prisão física, moral ou intelectual. Os formatados de qualquer tipo, com qualquer direitos ou não, são adolescentes reféns da mesmice histórica e da vã esperança em tornar autoridade responsável ou chefe de ocasião. O abolicionismo penal está comprometido com a vida livre de jovens e suas parcerias insurgentes; e contra a internação de qualquer jovem.³

O abolicionismo penal libertário não está em busca do lugar seguro, do lugar confortável. Diante das modulações de protocolos na internet, de reivindicações para expandí-lo, sugiro a *reposta-percurso* enquanto uma invenção antiprotocolar e inegociável. Não aprisiona um jovem ou qualquer outra pessoa nos monitoramentos de um banco de dados, ou em um prédio.

A *resposta-percurso* foi inventada pelo Nu-Sol não enquanto modelo, e nem está disposta a ser tragada nas modulações, mas propõe lidar com cada evento como único, buscando traçar conversações entre os envolvido e abolindo a lógica castigo/recompensa, não tem receio de embates. É um antiprotocolo diante das inúmeras penas, das penas alternativas e de qualquer punição que incida sobre alguém.

Um antiprotocolo e uma produção antiprotocolar libertária atualiza-se não enquanto modulação, mas diante das urgências que se depara e das pessoas que estão envolvidas no seu fazer. O antiprotocolo é uma experiência libertária, não pretende deixar rastros em bancos de dados e nem ser uma ferramenta para ser usada para ajustar o protocolo:

³ Nu-Sol. *Jovem*. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=33>. Acesso em 14/04/2013.

O ideal não é fabricar ferramentas, mas contruir bombas, porque, uma vez utilizadas as bombas que construímos, ninguém mais poderá se servir delas. E devo acrescentar que meu sonho, meu sonho pessoal, não é exatamente o de construir bombas, pois não gosto de matar pessoas. Mas gostaria de escrever livros-bombas, quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê. Em seguida eles desaparecem. Esses livros seriam de tal forma que desapareciam pouco depois de lidos ou utilizados. Os livros poderiam ser espécies de bombas e nada mais. Depois da explosão, se poderia lembrar às pessoas que esses livros produziram um belíssimo fogo de artifício. Mais tarde, os historiadores e outros especialistas poderiam dizer que tal ou tal livro foi tão útil quanto uma bomba, e tão belo quanto um fogo de artifício (FOUCAULT, 2003, 266).

A expansão e modulações de protocolos colocam os anarquistas diante de um novo embate. Resistir aos protocolos não é buscar uma nova atualização. Os protocolos são uma série de regras e recomendações que expressam padrões técnicos específicos.

Não há vazões a esses protocolos, neles as informações trafegam via internet em *containers* que serão abertos em outros computadores que contenham softwares que suportem o mesmo protocolo de onde ele foi enviado.

As ações anarquistas diante do protocolo não o questionam ainda, na construção de uma enciclopédia *wiki*, os anarquistas divulgam materiais e constroem verbetes corroborando com regras. Os hacktivistas não questionam os protocolos, mas convocam várias pessoas à realizarem ataques DDoS que não exigem conhecimentos avançados de informática.

Os confrontos travados hoje, como mostrado no decorrer desta pesquisa, não põe em xeque os protocolos, a partir de sua característica modular o tencionam em sua elasticidades provocando novas regulamentações e reformas em direitos autorais.

No percurso desta pesquisa, sinaliza-se para a possibilidade de uma resistência aos protocolos não enquanto um contraprotocolo com efeitos de novas regulamentações, mas um antiprotocolo capaz de desestabilizar fluxos de controle.

O acesso à internet só é possível a partir do momento em que se corrobora com um protocolo, assim, um antiprotocolo tem de ocorrer no próprio âmbito do protocolo. Fora deste não há conexão possível. É preciso estar atento ao aceitar as regras de um protocolo e ao que ele impõe, quais os trajetos de comunicação e controle que ele determina.

Nesse duplo indissociável de corroborar com os protocolos e resistir a eles, as ações hackers são importantes por disponibilizarem novos aplicativos – desenvolvidos por meio de um conhecimento técnico sofisticado – que trapaçam os controles, como

embaralhar os números de IPs para não ser localizado ou derrubar um site sem estabelecer um compromisso com uma *legião*.

Os hackers compreendem os protocolos e travam suas lutas contraprotocolares na medida em que acabam sendo tragados ou se disponibilizando a gerarem os novos *softwares* de segurança ou a reescrever o próprio protocolo.

O antiprotocolo não é negociação, não é participação e nem um instrumento democrático. Mas é uma invenção em que se corre um risco, é uma prática libertária que atualiza os anarquismos que jamais dependeram de fidelidades ou de protocolos.

Desvencilhar-se do controle requer tanto a atenção ao que se corrobora ao conectar-se, e como não ter uma postura de servir ao protocolo. Um antiprotocolo trava uma *pequena guerra anarquista* ao deslocar-se das modulações, atento ao que elas provocam: atualiza uma luta e não um protocolo.

Uma pesquisa desvencilhada de protocolos não é buscar certificações ou autorizações, é travar *pequenas guerras* interessadas em invenções de espaços de liberdade que revertam a série de controles e comunicação contínua. É diagnosticar o presente enquanto um presente que não basta, que não pode ser contido em protocolos.

É preciso ter atenção para não cair em um saudosismo de embates anarquistas travados em frente à sociedade disciplinar, mesmo estes sendo importantes para a construção da memória anarquista que tentou ser destruída nas perseguições aos anarquistas.

Diante das possibilidades democráticas, é preciso atualizar os anarquismos não enquanto um exercício democrático, mas naquilo em que a democracia possibilita de novas invenções, tensionar a série liberdade, o presente está fora de controle.

Assim, uma *pequena guerra* que não se contenta, que não se basta mas que é incessantemente atualizada e não serve à protocolos ou constrói um contraprotocolo que rapidamente é absorvido pela elasticidade característica do próprio protocolo.

Os protocolos fazem-se e refazem-se, a *pequena guerra anarquista* os tensiona na série liberdade. Travar uma *pequena guerra anarquista* é dar vazão às possibilidades de erupções de *heterotopias* na sociedade de controle inventivas como fogos de artifício.

Bibliografia

Livros e artigos

- ALTUCHER, James. "10 unusual things you probably don't know about Steve jobs". Disponível em: <http://www.dailyfinance.com/2011/03/08/10-unusual-things-you-probably-dont-know-about-steve-jobs/>. Acesso em 1º/08/2012.
- ALY, Gotz; ROTH, Karl Heinz. *The Nazi Census: Identification and Control in the Third Reich*. Translated by Edwin Black. Philadelphia: Temple University Press, 2004.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- AMADEU, Sérgio. "O fenômeno wikileaks e as redes de poder". In: Revista *Contemporânea*. Vol. 9, N. 2. Salvador: UFBA, 2011, pp. 151-166. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5122/3879>. Acesso em 13/03/2013.
- ANDERSON, Jennifer Joline. *Wikipedia: the company and its founders*. Minnesota: ABDO Publishing Company, 2011.
- ANDREW, Keen. *O culto do Amador: como blogs, myspace, youtube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ANTUNES, José. "As melhores práticas para contra-ataque às ações de crackers". McAfee, 2011. Divulgação via e-mail.
- ARMAND, Émile. "pequeno manual anarquista individualista" in Revista *Verve*. N. 11. São Paulo: Nu-Sol, 2007, pp. 123-130.
- ASSANGE, Julian; APPELBAUM, Jacob; MÜLLER-MAGUHN, Andy; ZIMMERMANN, Jérémie. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- AUGUSTO, Acácio. "Terrorismo anarquista e a luta contra as prisões" in: PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs). *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006, pp.139-147.
- AUGUSTO, Acácio; SIMÕES, Gustavo. "Paisagens: manifestações 2011". In: Revista *Ecopolítica*. N. 2. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed2.html. Acesso em 03/03/2013.
- AUSTRIAN, G. D. *Herman Hollerith: The Forgotten Giant of Information Processing*. Columbia: Columbia Un, 1982.
- BAKUNIN, Mikhail. *Escritos contra Marx*. Tradução de Plínio Coêlho. São Paulo: Nu-Sol/Soma/Imaginário, 2001.
- BENKLER, Yochai. "A economia política dos commons" in SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org.). *Comunicação digital e a construção dos commons*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. pp. 11-20.
- BENKLER, Yochai; NISSEBAUM, Helen. "Commons-based peer production and vitrtue" in *The journal of political philosophy*. Vol, 14, Number 4, 2006, pp. 394-419.
- BEY, Hakim. *Entrevista com Hakim Bey na High Times Magazine*. 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/arialcardeal/d/49617208-Entrevista-Com-Hakim-Bey-Na-High-Times-Magazine>. Acesso em 12/03/2013.

- _____. *Sobre a anarquia, guerra da informação, fé midiática de fim do século, ataque oculto às instituições*. Tradução do Coletivo Protopia S.A. Porto Alegre: Deriva, 2008.
- _____. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. (Coleção Baderna).
- BLACK, Edwin. *IBM e o holocausto*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. *We Media: how audience are shaping the future of news and information*. 2003. Disponível em: http://www.hypergene.net/wemedia/download/we_media.pdf. Acesso em 30/09/2012.
- BRANCO JR., Sérgio Vieira. *Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias*. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2832>. Acesso em 10/10/2012.
- _____.; LEMOS, Ronaldo. *Copyleft, software livre e creative commons: a nova feição dos direitos autorais e as obras colaborativas*. s/d. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2796/Copyleft_Software_Livre_e_CC_A_Nova%20Feicao_dos_Direitos_Autorais_e_as_Obras_Colaborativas.pdf?sequence=1. Acesso em 10/10/2012.
- BUTCHER, Lee. *Milionário por acaso: a história da Apple Computer e seu criador Steve Jobs*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1993. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54222179/Lee-Butcher-Milionarios-Por-Acaso>. Acesso em 20/07/2011.
- CABRAL, Antonio. *Software e software livre*. s/d. Disponível em: http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Software_e_Software_Livre. Acesso em 10/10/2012.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Tradução de Valerie Rumjanex. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CARROL, Paul. *Big Blues: a derrocada da IBM*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.
- COLEMAN, Gabriella. “Anonymous: front the lulz to collective action”. In: *The new everyday*. 2011. Disponível em: <http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>. Acesso em 03/03/2013.
- _____. “Our weirdness free”. In: Revista *May*. N. 09. 2012. Disponível em: <http://gabriellacoleman.org/wp-content/uploads/2012/08/Coleman-Weirdness-Free-May-Magazine.pdf>. Acesso em 03/03/2013.
- _____. “Am I Anonymous?”. In: *Limn: crowds and clouds*. N. 2. s/d. Disponível em: <http://limn.it/am-i-anonymous/>. Acesso em 03/03/2013.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. “A missão Paço d’Arcos no Brasil” e “O Pai dos ‘Trustes’ e o Brasil” Charles R. Flint e a compra da esquadra de Floriano Peixoto”. In: *Brasil, segredo de Estado: incurso descontraída pela história do país*. Rio de Janeiro: Record, 2001, pp. 215-242; 243-252.
- CRINGELY, Robert X. *Accidental Empires: how the boys of silicon valley make their million, battle foreign competition, and still can't get a date*. USA: Harper Paperbacks, 1990.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 2010.
- DENNING, Dorothy E. “Concerning hackers who break unto computer systems”. In: *High on on the electronic frontier – Conceptual issues in Cyberspace*. Edited by Peter Ludlow. USA: MIT, 1996, pp. 137-165.

- DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION. *DEA Mission Statement*. Disponível em: <http://www.justice.gov/dea/agency/mission.htm>. Acesso em 07/07/2011.
- ESCOLA DE HACKERS. *Iniciação hacker*. 2008. Disponível em: http://www.escoladehackers.com.br/downloads/I_Seminario_de_Iniciacao_Hacker.pdf. Acesso em 27/07/2011.
- ENZENSBERG, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Tradução de Helena Parente Cunha e Moema Parente Augel. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- FERREIRA, Fernando Henrique Inocêncio Borba. *Design Patterns*. 2012. Disponível em: <http://ferhenriquef.com/2012/08/27/design-patterns/>. Acesso em 20/09/2012.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Homo deletabilis: corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FREEMAN, Eric; FREEMAN, Elisabeth. *Head first design patterns*. Sebastapol: O'Reilly Media, 2004.
- FRIEDLÄNDER, Saul. *Os anos de perseguição, 1933-1939: a Alemanha nazista e os judeus*. Volume 1. Tradução de Fany Kon et al. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FILHO, Clézio Fonseca. *História da computação: o caminho do pensamento e da tecnologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- FLINT, Charles. "The gospel of industrial steadiness" in *The Trust: its book*. New York: Doubleday, page & company, 1902, pp. 81-93.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 12ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- _____. "Diálogo sobre o poder". In: *Estratégia, poder-saber*. Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, Coleção Ditos e escritos, v. IV, 2003, pp. 253-266.
- _____. *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. "'*Omnes et singulatim*': uma Crítica da Razão Política" in *Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 355-385.
- _____. "Outros espaços" in *Ditos e Escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização de Manoel de Barros, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19ª edição. São Paulo: Graal, 2009.
- _____. *As verdades e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- _____. "Poder e saber". In: *Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel B. Da Motta. Tradução de Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, Coleção Ditos e escritos, v. IV, 1977.
- _____. "Introdução à vida não fascista". 1977. Disponível em: http://www.coloquiofoucault2008.mpbnet.com.br/por_uma_vida_nao_fascista.html. Acesso em 03/04/2013.

- FULGHUM, Jason Lawrence. "The mutated chill of punk". 2003. Disponível em: http://project.cyberpunk.ru/idb/mutated_child_of_punk.html. Acesso em 01/03/2013.
- GALLOWAY, Alexander. *Protocol: how control exists after decentralization*. 2004. Disponível em: <http://www.ufabcdigital.blog.br/wp-content/uploads/2012/02/GALLOWAY-Alexander.-Protocol.pdf>. Acesso em 10/03/2013.
- _____. "Rede é regulação e nada mais. Entrevista com Alexander Galloway". 2009. Disponível em: <http://culturadigital.br/blog/2009/10/30/entrevista-com-alexander-galloway/>. Acesso em 10/03/2013.
- _____. "Qual o potencial de uma rede?". In: SILVEIRA, Sergio Amadeu (org) *Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010, 85-98.
- GATES, Rick. *The internet encyclopedia*. 1993. Disponível em: <http://listserv.uh.edu/cgi-bin/wa?A2=ind9310d&L=pacs-l&T=0&P=1418>. Acesso em 25/07/2012.
- GATES, Bill. *Carta aberta aos robistas*. 1976. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/soft-livre-edu/bill-gates-em-1976/>. Acesso em 10/08/2012.
- GEHRINGER, Max e LONDON, Jack. *Odisseia digital*. São Paulo: Abril Cultural, 2001. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABkqsAH/odisseia-digital-completa>. Acesso em 15/08/2011.
- GILLMOR, Dan. *We, the media: grassroots journalism by the people, for the people*. Sebastopol: O'Reilly Media Inc, 2004.
- GROGNIER, L. F. *Notice sur C. M. Jacquard*. Lyon: Imprimerie de J. M. Barret, 12 de septembre de 1836.
- GROS, Frédéric. *Estados de violência*. Aparecida: Editora Idéias e Letras, 2009.
- INTEL. A história dos processadores, desde ENIAC até Nehalem. Disponível em: http://cache-www.intel.com/cd/00/00/40/17/401775_401775.pdf. Acesso em 29/08/11.
- HAFNER, Katie; MARKOFF, John. *Cyberpunk: outlaws and hackers on the computer frontier*. New York/London: Simon&Schuster, 1991
- HAIDER, Jutta; SUNDIN, Olof. "Beyond the legacy of the Enlightenment? Online encyclopedia as digital heterotopias" in *First Monday*. v. 15, n. 1-4, January, 2010. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2744/2428>. Acesso em 18/09/2012.
- HERTZFELD, Andy. *Revolution in the valley*. Sebastopol: O'Reilly Media, 2004.
- HOFFMAN, Abbie. *Steal This Book*. USA: Da Capo Press, 2002. Versão digital: <http://zinelibrary.info/files/Steal%20this%20book.pdf>. Acesso em 15/06/2011.
- HOFFMAN, Albert. *Dear Steve*. 2007a. Disponível em: http://www.docstoc.com/docs/document-preview.aspx?doc_id=8229617. Acesso em 10/07/2011.
- _____. *Dear Rick*. 2007b. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/ryan-grim/read-the-never-before-pub_b_227887.html#hoffmanjobsletter. Acesso em 10/07/2011.
- HOFSTADTER, Douglas R. *Gödel, Escher, Bach: Um entrelaçamento de mentes brilhantes*. Tradução de José Viegas Filho. Brasília/São Paulo: Editora UnB, Imprensa oficial-SP, 2001.
- HOLLERITH, Herman. "AnElectricTabulatingSystem". s/d. Disponível em: <http://www.columbia.edu/cu/computinghistory/hh/index.html>. Acesso: 15/06/2011.

- HUCKMAN, Amy. "King of the Hunt" in Wired Magazine. Issue 2.07, July-1994, p. 33. Versão online: <http://www.wired.com/wired/archive/2.07/eword.html?pg=8>. Acesso em 25/07/2012.
- HUGHES, Eric. "Manifesto Cypherpunk". 1993. Disponível em: <http://lucasteixeira.com/blog/2010/08/07/manifesto-cypherpunk/>. Acesso em 13/03/2013.
- JARRY, Eric. "A iniciativa da cooperativa *Cinèma du Peuple*". In: Revista *Verve*. N. 16. Nu-Sol, 2009. p.144.
- JOBS, Steve. "'You've got to find what you love,' says Jobs". 2005. Disponível em: <http://news.stanford.edu/news/2005/june15/jobs-061505.html>. Acesso em 28/07/2011.
- _____. "Veja carta de renúncia de Steve Jobs na íntegra". Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/12739-veja-carta-de-renuncia-de-steve-jobs-na-integra.htm>. Acesso em 24/08/2011.
- KAHNEY, Leander. *A cabeça de Steve Jobs*. Tradução de Maria Helena Lyra. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- KEHOE, Brendan P. *Zen and the art of the internet*. 1992. Disponível em: http://www.cs.indiana.edu/docproject/zen/zen-1.0_toc.html. Acesso em 03/03/2013.
- KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. "A gênese da ciência política brasileira" in *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, PP. 77-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a05.pdf>. Acesso em 12/08/2012.
- KISTERMANN, Friedrich. "Hollerith puncher card system development (1905-1913)" in *Annals of the history of computing*. Vol. 27, n.1, pp. 56-66.
- KLANG, Helena. "Cultura do *remix*: a revolta dos fatos contra o código" in *Estudos de direito de autor e interesse público*. Coordenação de Marcos Wachowicz; José Isaac Pilati; José Augusto Fontoura Costa. Florianópolis: GEDAI, 2011. Disponível em: <http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2012/04/ANAIS-V-CODAIP-Vers%C3%A3o-Final.pdf#page=61>. Acesso em 20/10/2012.
- LANDERS, Chris. "A guerra da internet: Anonymous vs. Church of Scientology". 2008. Disponível em: <http://cientonetica.wordpress.com/2008/04/10/a-guerra-na-internet-anonymous-vc-church-of-scientology>. Acesso em 03/03/2013.
- LAURENT, Andrew. *Understanding open source and free software licesing*. Sebastopol: O'Reilly, 2004. Disponível para download em:
- LEMOS, Andre. *Ciber-rebeldes*. 1996. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/rebelde.html>. Acesso em 27/09/2012.
- LEMOS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- _____. *A cultura do remix*. s/d. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?edicao_id=225&Artigo_ID=3495&IDCategoria=3800&reftype=2. Acesso em 10/10/2012.
- LESSIG, Lawrence. *Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/5266831/Lawrence-Lessig-Cultura-Livre>. Acesso em 25/07/2012.
- _____. *Remix: making art and commerce thrive in the hybrid economy*. USA: The Penguin Press, 2008.
- LEVY, Steven. *Hackers: heroes of the computer revolution*. Garden City, New York: Anchor Press/Doubleday, 1984.

- _____. “Crypto-rebels”. In: *Wired Magazine*. Issue 1.02. May/June 1993. Disponível em: <http://www.wired.com/wired/archive/1.02/crypto.rebels.html>. Acesso em 14/03/2013.
- LIH, Andrew. *The Wikipedia Revolution: how a bunch of nobodies created the world's greatestencyclopedia*. EUA: Hyperion, 2009.
- LOPES, Marcelo Benevides. *Wikipédia: auto-regulação e controle. Um olhar sobre os operadores de normatização da 'enciclopédia livre'*. 2008. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_289.pdf. Acesso em 22/09/2012.
- LUCCHESI, Flávia. “Riot Grrl: capturas e metamorfoses de uma máquina de Guerra”. In: Revista *Ecopolítica*. N. 3, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11394>. Acesso em 13/04/2013.
- LUEBKE, David Martin; MILTON, Sybil. “Locating the victim: an overview of census-taking, tabulation technology and persecution in nazi Germany” in *IEEE Annals of the History of Computing*, Vol. 16, n. 3, pp. 25-39. Disponível em: <http://www.pages.drexel.edu/~rosenl/Victim.pdf>, 1994.
- MANOVICH, Lev. *The language of new media*. s/d. Disponível em: <http://www.manovich.net/LNM/Manovich.pdf>. Acesso em 1/10/2012.
- MARINONE, Isabele *Cinema e anarquia: uma história 'obscura' do cinema na França (1895-1935)*. Tradução de Adilson Mendes... et al. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
- MARKOFF, John. “Computer intruder is put on probation and fined \$10.000”. *New York Times*. 05/05/1990. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1990/05/05/us/computer-intruder-is-put-on-probation-and-fined-10000.html>. Acesso em 03/03/2013.
- MAY, Timothy. *The cripto anarchist manifesto*. 1992. Disponível em: <http://www.unbosquedeideas.net/?p=294>. Acesso em 13/02/2013.
- MEZRICH, Bem. *Bilionários por acaso: a criação do Facebook, uma história de sexo, dinheiro, genialidade e traição*. Tradução de Alexandre Matias. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- MITNICK, Kevin. *A arte de enganar*. Tradução de Katia Aparecida Roque. São Paulo: Pearson Education, 2003.
- MOISESCOT, Romain. *Steve Jobs*. S/d. Disponível em: http://dl.dropbox.com/u/2350701/allaboutstevejobs/Steve_Jobs_Bio.pdf. Acesso em 16/07/2011.
- MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de vingança*. Tradução de Helcio de Carvalho; Levi Andrade. Barueri: Panini, 2012.
- MOURA, Maria Lacerda. “A política não me interessa” in *Verve*. São Paulo, Nu-Sol, v. 10, 2006.
- NABUCO DE ABREU, Cristiano; KARAM, Rafael Gomes; GÓES, Dora Sampaio; SPRITZER, Daniel Tornaim. “Dependência de internet e de jogos eletrônicos: uma revisão” in Revista *Brasileira de Psiquiatria*. 2008; 30(2), 156-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v30n2/a14v30n2.pdf>. Acesso em 10/10/2012.
- NATIONAL ARCHIVES U.S. “The 1890 census”. Disponível em: <http://www.archives.gov/research/census/1890/1890.html#gensched>. Acesso em 31/08/11.
- NAVAS, Eduardo. *Remix Theory: The Aesthetics of Sampling*. Nova Iorque. Springer Wein. New York Press, 2012
- NELSON, Ted. *I don't buy in*. 2005. Disponível em: <http://ted.hyperland.com/buyin.txt>. Acesso em 29/09/2012.

- _____. "From computer lib/dream machines" in *The new media reader*. Cambridge and London: The MIT Press, 2003, pp. 301-338.
- NEWMAN, Saul. "A servidnao voluntária revisitada: a política radical e o problema da auto-dominação". In: Revista *Verve*. São Paulo: Nu-Sol, 2011, pp. 23-48.
- NIXON, Richard. *Remarks about an intensified program for drug abuse prevention and control*. 17 de junho de 1971. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=3047&st=&st1#axzz1bdMqVOdT>. Acesso em 27/07/2011.
- NORTON, Quinn. "The treat level". 2011. *Revista Wired*. Disponível em: <http://redecatorphoto.blogspot.com.br/2012/01/anonymous-101-introducao-aolulz-1.html>. Acesso em 03/03/2013.
- OLSON, Parmy. *We are Anonymous: inside the hacker world of LulzSec, Anonymous, and the global cyver insurgency*. New York/Boston/London: Little, Brown and Company, 2012. Disponível em: http://www.parananoia.net/We_Are_Anonymous_Inside_the_Hacker_World_of_LulzSe.pdf. Acesso em 03/03/2013.
- OLIVEIRA, Marcos. "A história dos primeiros momentos da internet no Brasil" in *Revista FAPESP*, Ed. 180. São Paulo: FAPESP, 2011.
- OLIVEIRA, Salete. "Política e resiliência – apaziguamentos distentidos". In: Revista *Ecopolítica*. N. 4. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067>. Acesso em 03/03/2013.
- _____. "Política e fissuras sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação. In: Revista *Ecopolítica*. N. 1. 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067>. Acesso em 03/03/2013.
- ORTELLADO, Pablo. "Por que somos contra a propriedade intelectual?". 2002. Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/artpablo.pdf>. Acesso em 27/07/2012.
- PACITTI, Tércio. *Do Fortran à internet*. São Paulo: ITA, 2000.
- PAGE, Bob. "a reporto n the internet worm". University of Lowell, Computer Science department, 1988. Disponível em: <http://www.ee.ryerson.ca/~elf/hack/iworm.html>. Acesoo em 03/03/203.
- PASSETTI, Edson. "A universidade e a vida" in Revista *ponto-e-vírgula*. Nº5. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2009. pp. 26-37. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/pdf/pv5-04-epassetti.pdf>. Acesso em 03/07/2011.
- _____. "68 adiante, e se adiante" in Revista *verve*. N. 14. São Paulo: Nu-Sol, 2008, pp. 44-45.
- _____. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. "rebeldias e invenções na anarquia" Revista *verve*. N. 3. São Paulo: Nu-Sol, 2003b, pp. 178-188.
- _____. "Foucault libertário – heterotopia, anarquismo e pirataria". In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.
- _____. "Anarquismos e sociedade de controle". Colóquio Foucault/Deleuze-2000/Unicamp-São Paulo. 2000. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Edson_Passetti.pdf. Acesso em 30/01/2013.

- _____. “Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle”. In: *São Paulo em perspectiva*. Vol. 18, N. 1. São Paulo Jan./Mar., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100018. Acesso em 12/03/2013.
- _____. “Foucault ea transformação”. In: *Pensamento e teoria nas Ciências Sociais*. Lucia Bógus, Simone Wolff, Vera Chais. São Paulo: Educ: CAPES, 2011, pp. 205-220.
- _____. “Loucura e transtornos: políticas normalizadoras”. In: Revista *Ecopolítica*. N.2. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9088/7289>. Acesso em 04/04/2013.
- _____. “Da vida dos arquivos anarquistas contemporâneos no Brasil”. In: Encontro Internacional de Encerramento do Projecto ‘Movimento social crítico e alternativo: memórias e referências’. 2013. Disponível em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/images/stories/site%20da%20vida%20dos%20arquivos%20anarquistas%20contemporneos%20no%20brasil.pdf>. Acesso em 13/03/2013.
- PASSETTI, Edson & AUGUSTO, Acácio. “drogas-nocaute” in *Revista Verve*, n. 18. São Paulo: Nu-Sol, 2010, pp. 13-45.
- PEREIRA, Douglas de Almeida; AMARAL, Cláudio Lúcio Fernandes. “O uso da informática na escola: a *wiki* como ferramenta de auxílio na criação do projeto político pedagógico” in *Revista Diálogos e Ciência*. Ano III, n.8, 2009, PP. 119-128. Disponível em: http://unindus.isat.com.br/downloads/doc_13.pdf. Acesso em 10/10/2012.
- PIMENTA, Francisco José Paoliello; PEREIRA; Felipe José de Xavier. “A subversão anônima: o hackerativismo e a cultura da convergência”. *Intercom – Sociedade Brasileira de estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Ouro Preto-MG, 2012. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-2059.pdf. Acesso em 03/03/2013.
- PIACENTINI, Ébano. “Para filósofo, rebeliões estudantis dos anos 60 começaram em Berkeley”. Folha Online: 25/05/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u404879.shtml>. Acesso em 1º/08/2011.
- PIESMAN, Marissa; HARTLEY, Marille. *The Yuppie handbook*. New York: Pocket Books, 1984.
- PIETRO, Oliver Mezquita. *Computer Ethics: open source software*. Disponível em: <http://www.undisciplinedbytes.com/wp-content/uploads/2009/10/OpenSourceSoftware.pdf>. Acesso em 29/04/12.
- PIPORO, B. . “A era do PC: enfim, a máquina”. 2012. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/platb/hardware/2012/01/12/a-era-pc-enfim-a-maquina/>.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. "Governança global da internet: a representação de topônimos de países no ciberespaço". 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/415.htm>. Acesso em: 25/07/2012.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Proudhon*. Paulo-Edgar A. Resende; Edson Passetti (org.). São Paulo: Ática, 1986.
- _____. “Ser governando”. In: *Revista Verve*. N. 3. São Paulo: Nu-Sol, 2003, p. 10.
- _____. “A guerra e a paz”. In: *Revista Verve*. N. 19. São Paulo: Nu-Sol, 2011, pp. 23-71.
- RHEINGOLD, Howard. *The virtual community*. New York: Harper Perennial, 1993. Disponível para download: <http://www.rheingold.com/vc/book/>. Acesso em 25/07/2012.

- ROBERTS, H. Edward e YATES, William. “Altair 8800: the most powerful microcomputer project ever presented – can be built for under \$400” in *Popular Electronics*. Volume 7, nº 1. Nova Iorque: Ziff-Davis Publishing, 1975. Pp. 33-8. Disponível em: http://www.swtpc.com/mholley/PopularElectronics/Jan1975/PE_Jan1975.htm. Acesso em 1º/08/2011.
- ROBSON, Gary D. “The Origins of Phreaking”. Abril de 2004. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20080822231359/http://www.robson.org/gary/writing/phreaking.html>. Acesso em 20/07/2011.
- RODGERS, William. *The IBM Way*. Harper & Row, 1986.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros 5 P a Z*. Florianópolis: Isular, 1998.
- RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas Relações Internacionais*. São Paulo: Educ, 2010.
- _____. “a guerra, condição do homem: nota sobre ‘a guerra e a paz’ em Prouhon” in *Revista verve*. N. 19. São Paulo: Nu-Sol, 2011, pp. 19-22.
- _____. “Segurança planetária: entre o *climático* e o *humano*”. In: *Revista Ecopolítica*. N. 3, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11385>. Acesso em 14/03/2013.
- ROSEBLUM, Ron. “Secrets of the little Blue Box”, 1971. Disponível em: <http://web.grinnell.edu/courses/spn/s02/SPN395-01/RAM/RAM05/RAM0500.pdf>.
- SANCHES, Wilken David. *O movimento de software livre e a produção colaborativa do conhecimento*. São Paulo, Mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, 2007.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SENNETT, Richard. “Prólogo: o homem, criador de si mesmo” in *O artífice*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. *A corrosão do caráter: consequências do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2010.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução de Clovis Marques. Riode Janeiro: Ed. Record, 2006.
- SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SHIRKY, Clay. *Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- _____. *A cultura da participação*. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu; SAVAZONI, Rodrigo; MACHADO, Murilo. “A luta anônima contra o poder difuso”. In: *Le monde diplomatique Brasil*. 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1137>. Acesso em 03/03/2013.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada”. In: *Revista de Sociologia e Política*. V. 17, n. 34. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300008. Acesso em 03/03/2013.
- _____. “Ciberativismo, cultura *hacker* e o individualismo colaborativo”. In: *Revista USP*. N. 86. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811/15629>. Acesso em 03/03/2013.

- _____. (org) *Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010b.
- _____. “A rede e a liberdade de criação”. In: *Folha de São Paulo*. 01/04/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1255169-sergio-amadeu-da-silveira-a-rede-e-a-liberdade-de-criacao.shtml>. Acesso em 03/03/2013.
- _____. “Liberdade, propriedade e cultura na sociedade informacional”. In: *ComCiência: Revista eletrônica de jornalismo científico*. 2013b. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=86&id=1064>. Acesso em 10/03/2013.
- SIMÕES, Gustavo. *Roberto Freire: Tesão e anarquia*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2011.
- SIQUEIRA, Leandro. *O (in)divíduo compulsivo: uma genealogia da fronteira entre a disciplina e o controle*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2009.
- STALLMAN, Richard. *O Projeto GNU*. CIPSGA, 2000. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60125044/O-Projeto-GNU-Richard-Stallman>.
- _____. (1985). *Manifesto GNU*. Disponível em: <http://www.gnu.org/gnu/manifesto.pt-br.html>.
- STURGEON, Timothy. *How silicon Valley came to be*. 2000. Disponível em: <http://web.mit.edu/ipc/publications/pdf/00-014.pdf>. Acesso em 10/08/2012.
- SNYDER, Gary. *Budismo anarquista*. 2010. Disponível em: http://bombaliberdade.blogspot.com.br/2010/09/anarquismo-budista-por-gary-snyder-ii_10.html. Acesso em 25/07/2012.
- TANCER, Bill. *Click: ideias surpreendentes para os negócios e para a vida*. Tradução de Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Globo, 2009.
- TRAGTENBERG, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- UFPA. “Computador e internet: 1970-1979”, 2011. Disponível em: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h197.htm>. Acesso em 29/05/2012.
- VAIDHYANATHAN, Siva. *The anarchist in the library: how the clash between freedom and control is hacking the real world and crashing the system*. E-book. NY: Basic Books, s/d.
- VIEIRA, Eduardo. *Os bastidores da internet no Brasil*. Barueri: Manole, 2003.
- WISE, David A. e MALSEED, Mark. *Google: a história do negócio de mídia e tecnologia de maior sucesso dos nossos tempos*. Tradução de Gabriela Fróes. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- YOUNG, Kimberly; NABUCO DE ABREU, Cristiano. *Dependência da internet: manual e guia de avaliação e tratamento*. São Paulo: Artmed, 2011.
- WALLEIJ, Linus. *Copyright does not exist*. Translation by Daniel Arnrup/Voodoo Systems). S/d. Disponível em: <http://www.wlnpp.org/events/2010/2010-F~1/ATV/304316~1.PDF>. Acesso em 10/01/2013.
- WATSON Jr., Thomas. *Pai, filho e Cia: Minha vida na IBM*. São Paulo: Best Seller, 1990.
- WILLIAMS, Sam. *Free as in freedom: Richard Stallman's crusade for free software*. CA: O'Reilly & Associates, 2002.
- WOZNIAC, Steve; SMITH, Gina. *iWoz: a verdadeira história da Apple segundo seu cofundador*. Tradução de Leonardo Abramowith. São Paulo: Évora, 2011

Filmes e vídeos

- BADHAM, John. *War games*. United Artists, 1983. Disponível para download em: <http://uploaded.net/file/xzqemezww>. Acesso em 03/03/2013.

- BRABSTAD, Johan. *Wikirebels*. SVt, 2010.
- BURKE, Martyn. *Piratas do Vale do Silício*. TNT, 1999. Disponível para download em: http://www.4shared.com/video/vvyFQat-/Piratas_do_Vale_do_Silcio_Dub.html. Acesso em 03/03/2013.
- CREINGELY, Bob. *Triunfo dos nerds*. PBS, 1996. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=F1Bw6zQixZM>. Acesso em 03/03/2013.
- FINCHER, David. *A rede social*. Columbia Pictures, 2010. Disponível para download em: <http://uploaded.net/file/xjfgzb3>. Acesso em 03/03/2013.
- GOLDSTEIN, Emmanuel. *Freedom Downtime*. 2600 Magazine, 2001. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=77ILA5Cso3w>. Acesso em 02/03/2013.
- GORMLEY, Ivo. *Us now*. 2009. Disponível para download em: <http://docverdade.blogspot.com.br/2010/02/nos-agora-us-now-2009.html>. Acesso em 02/03/2013.
- KING, J. J. *Steal this film*. The League of Noble Peers, 2006. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=z8PVOPhY7AQ&feature=player_embedded. Acesso em 02/03/2013.
- _____. *Steal the filme II*. The League of Noble Peers, 2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=j0BZYiEfsGs>. Acesso em 02/03/2013.
- KLOSE, Simon. *TPB AFK: the pirate bay – away from the keyboard*. 2013. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=41rwckQQ0IA. Acesso em 02/03/2013.
- KNAPPENBERGER, Brian. *We are legion: the story of the hacktivists*. Luminant Media, 2012. Disponível para download em: <http://uploaded.net/file6j2fhs0y>. Acesso em 02/03/2013.
- KOHTAMÄKI, Kimmo. *O código Linux*. Sveriges Television AB, 2002. Disponível para download em: <https://rapidshare.com/#!download|427p1|892235682|O.Codigo.avi|545991|0|0>. Acesso em 03/03/2013.
- MCTEIGUE, James. *V de vingança*. Warner Bros, 2006. Disponível para download em: <http://uploaded.net/file/to3wn9z5>. Acesso em 03/03/2013.
- MOORE, J. T. S. *Revolution OS*. Disponível em: <http://video.google.com/videoplay?docid=7707585592627775409>. 2001. Acesso em 29/04/2012.
- MOORIS, Errol. *Sob a névoa da Guerra: onze lições da vida de Robert S. McNamara*. Sony Pictures, 2003. Disponível para download em: http://www.peejeshare.com/files/362148527/Fog_of_War_-_Eleven_Lessons_from_the_Life_of_Robert_S_McNamara_%28XviDVD%29.avi.html. Acesso em 03/03/2013.
- PASSETTI, Edson (coordenador). "Nós que vivemos num campo de concentração". *Ágora, agora, um anti-programa do Nu-Sol*. São Paulo, Nu-Sol/TV-PUC, 2007.